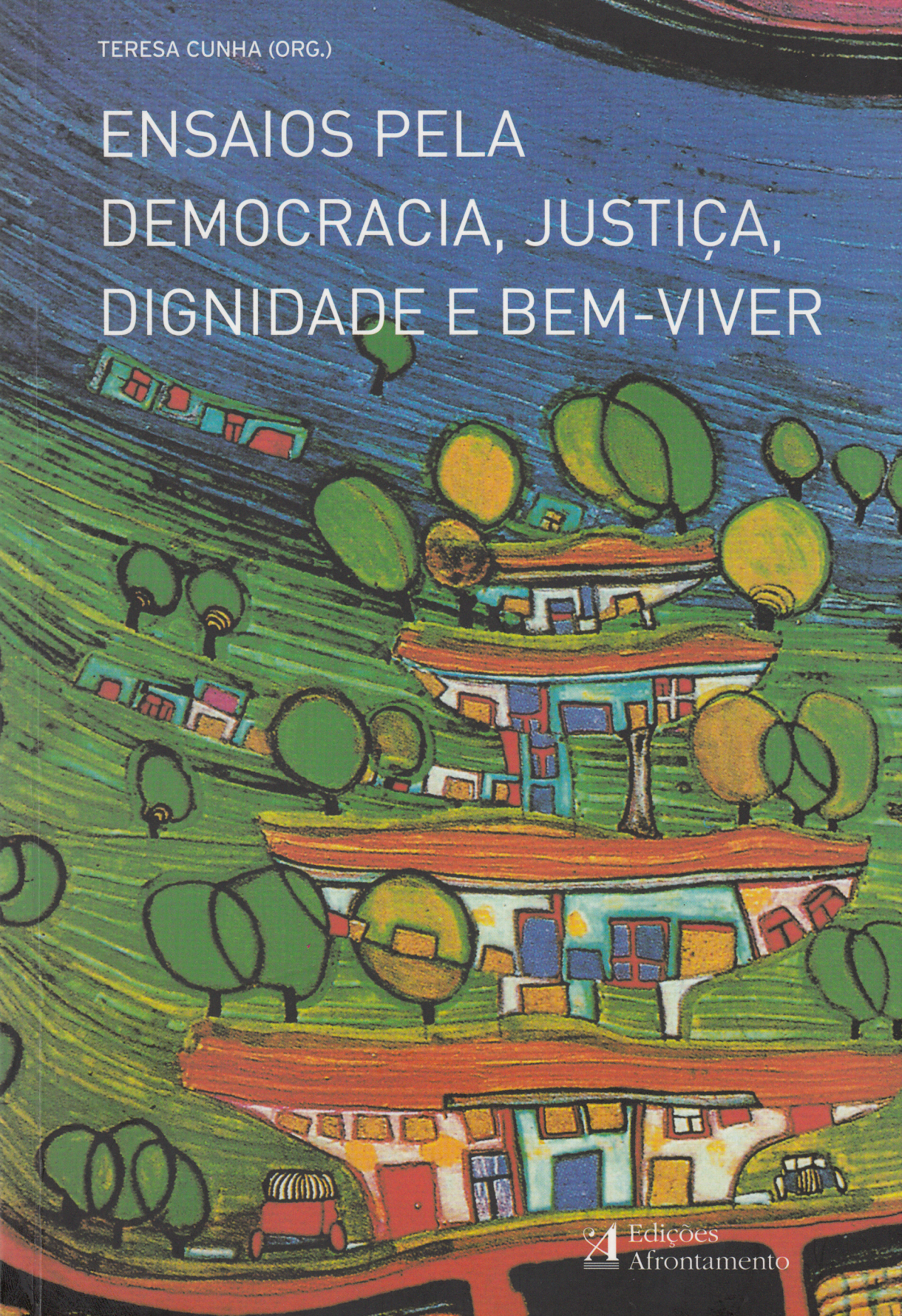


TERESA CUNHA (ORG.)

ENSAIOS PELA DEMOCRACIA, JUSTIÇA, DIGNIDADE E BEM-VIVER



Teresa Amal
(Coordenação)

**ENSAIOS
PELA DEMOCRACIA.
JUSTIÇA, DIGNIDADE
E BEM-VIVER**

Edições Afrontamento

Título: Ensaio pela democracia. Justiça, dignidade e bem-viver

Coordenadora: Teresa Amal

© 2011,

Capa:

Edição: Edições Afrontamento, Lda. / Rua Costa Cabral, 859 / 4200-225 Porto
www.edicoesafrontamento.pt | geral@edicoesafrontamento.pt

Colecção: Textos/

N.º de edição:

ISBN: 978-989-95306-5-2

Depósito legal:

Impressão e acabamento: Rainho & Neves Lda. / Santa Maria da Feira
geral@rainhoeneves.pt

Distribuição: Companhia das Artes – Livros e Distribuição, Lda.
comercial@companhiadasartes.pt

?????????? de 2011

Índice

Apresentação, por Denise Leite.....

PARTE I

Justiça, dignidade e bem-viver: críticas aos modelos neoliberais de desenvolvimento e democracia

Desenvolvimento económico: liberalismo ou liberdade de escolha, por Sara Rocha....

A economia dominante é insustentável, por Alberto Melo.....

A Economia confundida e os seus limites, por José Castro Caldas

A arte de xiticar num mundo de circunstâncias não ideais, por Teresa Cunha

PARTE II

A desobediência civil de um olhar: ensaios pela democracia, justiça, dignidade e bem viver

Fotografias de Miguel Mesquita.....

PARTE III

Territórios e alternativas em acção

Determinantes globais e locais na emergência de solidariedades sociais: O caso do sector informal nas áreas suburbanas da cidade de Maputo. Um texto revisitado, por Teresa Cruz e Silva.....

O pescador de bocadinhos de futuro que pesca, por José João Rodrigues

O mercado solidário: um caminho a percorrer, por Priscila Soares

Da crise da democracia liberal aos novos experimentalismos democráticos – os orçamentos participativos, por Nélson Dias

O Poder de Pensar, Sentir, Dizer e Fazer, por Sandra Silvestre.....

O papel das redes sociais locais nas economias solidárias. O caso dos mercados solidários da Granja do Ulmeiro, por Raquel Azevedo

Biografia dos autores/as

Apresentação

ENSAIOS PELA DEMOCRACIA.
JUSTIÇA, DIGNIDADE E BEM-VIVER

Denise Leite

*O que podemos então fazer para alterar o estado de coisas?
– Nada, menina! Toda a vida foi assim!*

Em tempos pós-neoliberais quando as lógicas mercantis capitalistas são dominantes, causa conforto encontrar uma obra que elabora e retrata alternativas teóricas e práticas ao caráter hegemônico da economia e suas influências no bem-viver. O conforto, no entanto, se faz mesclado de estranheza. Ao comum dos leitores, e assim me coloco, os saberes sobre economia gotejam de desconhecidas torneiras da mídia que cotidianamente descarregam flashes sobre indicadores econômicos, câmbio, balanço de pagamentos, dívida pública, risco país. De longe em longe se acelera o fluxo de tais notícias com manchetes sobre turbilhões de tsunamis e ‘crises wallstreeticas’. Nestes tempos, também as noções de democracia aparecem em gotas. De tal sorte que o comum dos mortais se sente responsabilizado pelas agruras do mundo. Vive ele, vivo eu em um país de democracia ‘plena’ ou ‘imperfeita’? Os outros vivem em países de democracias ‘híbridas’! Aqueles outros, os muitos outros, vivem ‘sem democracia’ em regimes autoritários.

No mundo global, nada muda; as coisas sempre foram assim, diz a voz popular! Na rapidez e instantaneidade do capitalismo de consumo, bebemos com avidez toda ordem de informações, avaliações e classificações econômicas. O bem viver democrático, também sofre classificações produzidas por mãos invisíveis. E, como sabemos, quem informa, avalia e classifica tem o poder de dar nome às coisas e contribuir para deixá-las como estão ou como sempre foram. Nesse sentido, nada muda. Deste modo, enquanto na ordem das coisas do reino da economia e da democracia, situamo-nos em honrosas posições de inferioridade, no reino midiá-

tico somos possuidores de bem viver, a felicidade paradoxal, a qual nos incita a pensar que temos livre acesso aos bens materiais e imateriais e igual liberdade de escolha. Toda vida foi assim!

Nesses reinos da economia e da democracia, as palavras justiça e dignidade estão distantes da palavra bem-viver. Corajosamente as e os autores que se comprometeram com os textos que compõem este livro, afirmam que se as distâncias existem, as transformações igualmente existem. Que é possível sim, alterar este estado de coisas. Para isto fazem a proposição de uma democracia paradoxal, concreta e radical, que ao se infiltrar por dentro do mundo capitalista consumista favoreceria o viver digno e com justiça. Ora, direis, como viver com dignidade e justiça no meio do turbilhão de mudanças camaleônicas do capitalismo? Como viver com dignidade e justiça quando individualmente se tem um orçamento mensal menor do que U\$100? Como ser livre ou possuidor de direitos de livre escolha em uma sociedade competitiva e desigual? Enquanto os turbilhões afetam as macroestruturas econômicas e financeiras do mundo desenvolvido e do mundo insuficientemente desenvolvido, é a falta de meios de subsistência que afeta o cotidiano das pessoas e famílias categorizadas como ‘pobres’. São exatamente estas pessoas, a bem dizer, em sua maioria mulheres, que dão sentido à existência deste livro. São elas que realizam as atividades que parecem rejeitar o capitalismo em sua visão liberalizada como a forma hegemônica de organização da sociedade e da economia.

Ao iniciar a leitura surge uma primeira constatação, a economia de mercado não é única nem exclusiva. Depois, outra constatação, desde o local, a economia apresenta outro caráter. Desde a base, a estória ainda está a ser pesquisada e reescrita. Existe uma economia não exatamente monetária e mercantil, informal se categorizada na ordem das classificações gerais, que ainda não foi suficientemente entendida porque não está confinada aos princípios reguladores e controladores dos mercados globais. Ou melhor, os mercados globais esperam que elas assim aconteçam, pelas margens, nas periferias.

Esta obra nos mostra outros mundos de saberes que vêm à luz pela coragem de pesquisadoras/es que apreendem e descrevem práticas vivas, quer através de sua interpretação teórica, quer pelo universo imagético que constroem, quer pelas falas que reproduzem em seus textos. Com elas e eles se tem acesso aos ensaios de uma democracia que se deseja. Objetivam dar corpo a esta democracia compreendida nos ‘cânones’ de uma ciência econômica, pós-capitalista e crítica. Uma ciência econômica que seja outra porque está adjetivada por ‘saberes solidários’. Descubrem-se e se fazem emergir formas de convivência humana suavizadas pela democracia participativa e de alta intensidade. Coloca-se em prática a ‘prática de pensar a prática’, como diria Paulo Freire. Formas de pensar as ações vividas e estabelecer referenciais teóricos sobre experiências em movimento. Questiona-se

a democracia que se tem e a que se deseja tanto quanto se problematizam as patologias de sua versão representativa liberal. No conjunto dos textos se percebe o sentido da compaixão. Fazer o que podemos fazer da forma que sabemos fazer, para aliviar o estado de coisas do sofrimento produzido pela desigualdade social. E, ao mesmo tempo, contribuir a transformar/formar rebeldes emancipadas/os e esclarecidas/os.

Porém, dentre todos os aspectos que tornam esta obra digna da atenção de seus leitores, há um tema transversal que se depreende de sua organização. Há uma preocupação da organizadora, e das autoras/es convidadas/os, com democracias que sejam visíveis através de exercícios coletivos e individuais de aprofundamento dos modos de viver na sociedade. Esta visão constitui uma elegia à ‘demodiversidade’, ou seja, à diversidade e à diferença que sustentam a democracia, como ensina Boaventura de Sousa Santos. Uma democracia que está baseada em trocas tanto econômicas quanto afetivas, sociais e cognitivas. Ao considerar o diálogo intercultural, entre europeus brancos, acadêmicos e não acadêmicos e africanos de diferentes origens, acadêmicos e não acadêmicos, manifesta-se uma partilha de saberes em um exercício de possibilidades que são de *per se* uma forma de exercer a democracia. Trata-se de um diálogo intercultural que tem em vista um mesmo projeto político e social igualitário.

Participam deste projeto, autoras e autores que pertencem a diferentes instituições, associações, ONGs, institutos, universidades, cooperativas, dentre os quais a In Loco, o CES, Cruzeiro do Sul, o ISCTE, a USF Cruz de Celas, a Cooperativa Agricabaz, o CESAB, o CEA e a AJP, organização responsável, esta última citada, pela liderança da obra e escolha dos temas e autoras/es. À associação que traz em seu nome Justiça e Paz, corresponde o mérito e o crédito da experiência de vários anos com o trabalho não assistencialista junto a famílias, mulheres, homens, jovens e crianças dentre os mais carenciados da população, que buscam vida digna através da participação pública. Trabalho este que foi a motivação para que este livro fosse publicado. Cabe resgatar a confiança do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento e à editora Afrontamento que (ABRIGOU/ACEITOU) a publicação.

Três partes compõem a publicação, a saber, Parte I, em que se tratam os temas da Justiça, dignidade e bem-viver e se fazem as críticas conceituais aos modelos neoliberais de desenvolvimento, economia e democracia; Parte II em que se mostram, através de fotografias, os contornos do viver em escala de diferença e desigualdade e se dá testemunho das práticas de economia solidária e de democracia participativa; Parte III em que se descrevem os territórios e as alternativas em ação levadas a efeito pelos próprios autoras/es ou descritas por elas/es e realizadas por coletivos ou indivíduos com os quais tiveram contato através de pesquisas ou

atividades práticas. A articulação entre o plano local e o global se estrutura na medida em que a Parte I dá o sustento teórico e crítico aos Ensaio pela Democracia, a Parte II constitui a síntese estética e imagética dos saberes que foram extraídos do campo fértil da prática e a Parte III aborda as diferentes experiências que são trazidas dos seus territórios para o plano do Ensaio. Cada capítulo é em si único e vai compor uma obra que em seu fio condutor, transforma elos e movimentos em uma rede de articulação local-global. Tem-se então, amostragem de uma grande diversidade de práticas com articulação contra hegemônica, experimentalismos e reconhecimentos da diversidade cultural e do caráter distributivo não só da democracia como da criatividade e das subjetividades individuais e coletivas.

Na parte I deste livro são estudados os sentidos de *Justiça, dignidade e bem-viver* e se fazem *críticas aos modelos neoliberais de desenvolvimento e democracia*. Quatro capítulos compõem a Parte I para abordar os temas do desenvolvimento, liberalismo, democracia e economia. A economia é tratada no espectro que abrange desde a sua insustentabilidade e limites até as possibilidades da solidariedade.

O Capítulo 1, de Sara Rocha, intitula-se *Desenvolvimento económico: liberalismo ou liberdade*. Faz uma análise do liberalismo como sistema político coadjuvante do capitalismo e apanágio das nações desenvolvidas que são chamadas de democráticas. Mostra que a categoria liberdade de escolha associada ao liberalismo como doutrina não significa que haja liberdade para o cidadão. Isto porque se assim o fosse ao cidadão competiria definir a evolução do próprio sistema capitalista no mundo e em decorrência, não haveria povos ricos convivendo com povos em situação de miséria. Ou seja, no dizer da autora, a pobreza e a miséria do mundo não se devem exatamente à escassez de recursos, mas, à «incapacidade do cidadão em chegar a eles». O debate proposto pelo texto emerge da conhecida tese de que «A liberalização económica não implica um aumento da liberdade no mundo, mas sim uma redução». Para a autora se o capitalismo é uma ideologia invisível e as democracias sustentadas pelo capitalismo e pelo liberalismo são bem sucedidas então, a liberdade das pessoas estaria garantida e elas poderiam agir como quisessem na procura do seu bem estar. E isto, necessariamente não ocorre. O desenvolvimento dos povos «não é uma questão de dinheiro nem de tamanho da economia. É uma questão de oportunidades de desenvolvimento pessoal, de distribuição dos rendimentos e também de acesso a bens comuns que só o Estado poderá assegurar de forma uniforme: os mais básicos como a educação, saúde e segurança, mas, também outros, como as infraestruturas de transportes e comunicações, de saneamento básico, saúde, justiça e instituições que regulem e estimulem a atividade económica».

A seguir, no Capítulo 2, intitulado *A economia dominante é insustentável*, Alberto Melo faz uma análise crítica do que é realmente a Economia, não apenas como uma área de conhecimento sob o ponto de vista acadêmico, mas como uma área de intervenção social. Traça um breve histórico da ciência econômica salientando os expoentes das diferentes teorias econômicas e declara sua insatisfação com aquelas visões que subjagam o crescimento econômico dos povos à exploração dos meios e bens que visam satisfazer «cada vez mais fins intermédios, num movimento que se pretende ilimitado no tempo e no espaço». Para o autor a economia dominante no mundo global capitalista é insustentável!

No Capítulo 3, José Castro Caldas trata de *A Economia confundida e os seus limites*. Os sentidos da «economia» e os fins que lhe conferem razão, diz ele, estão a ser confundidos. O crescimento demográfico e o crescimento da economia trouxeram consigo a consciência de limites. Contudo, tais limites podem ser violados. Dentre os limites que são violados com frequência, o autor cita os limites morais, sociais, políticos e ambientais. O autor afirma que um «general pode comprometer a defesa da cidade e um médico a saúde do seu paciente quando o enriquecimento passa a ser o valor orientador das suas condutas». Em princípio, a economia teria o propósito de conduzir o cidadão para a «vida boa», para o bem-viver. Não haveria confusão na economia se houvesse debate sobre os seus fins, sobre os limites da sustentabilidade moral, social, política e ambiental que lhe são adstritos. Não haveria confusão se relações e dinâmicas mercantis deixassem de ser dependentes apenas da posse do dinheiro, do enriquecimento pessoal e da propriedade privada.

Em *A arte de 'xiticar' num mundo de circunstâncias não ideais. Feminismo e descolonização das teorias económicas contemporâneas*, Capítulo 4, Teresa Cunha relata a prática do *xiticar*. Aborda a arte de poupar em conjunto, de fazer um consórcio ou parceria entre amigas/os para amealhar recursos que serão despendidos em bens de sobrevivência. Para a autora há nessa prática uma arte e uma pragmática socioeconómica cujo valor heurístico rompe, paradigmaticamente, com os modelos de acumulação capitalista. No entanto, explica ela, não se trata de um paradigma económico p.d. Trata-se de práticas económicas e financeiras que são profundamente sociais. Neste sentido o *xitique* seria uma forma de 'entreajudá', de ajuda entre pares, entre pessoas que se conhecem e que vivem, predominante, mas não exclusivamente, em países empobrecidos. Seria um sistema e uma prática não convencionais para amealhar recursos, com diferentes finalidades, cuja categorização económica não encontraria uma guarida tranquila em análises de matriz capitalista. Em suas palavras, a entreajudá revela «uma ética com espe-

cificidades extraseconômicas e uma estética inserta em relações sociais complexas e ricas em variações, detalhes, significados e códigos de conduta». De forma competente e elucidativa a autora declara as metodologias que empregou no estudo que deu origem ao capítulo, ilustrando-o com falas e relatos de campo que induzem o leitor a sentir-se frente a novos saberes. Estes saberes emergem de práticas ancestrais de mutualidades, poupança e investimentos que vêm à luz pela atenção da pesquisadora. Surgem através de narrativas orais e escritas que mostram a existência concreta, real, de uma prática socioeconômica oriunda de setores informais empobrecidos, que constitui de fato «uma projeção organizada e pública de sistemas de solidariedade ainda pouco ou insuficientemente percebidos». A arte de ‘xiticar’, parece ser uma prática de mulheres e, nesse texto, de forma brilhante a autora mostra que estas possuem as chaves da coragem e da rebeldia suficientes para transformar circunstâncias nem sempre ideais em realizações prenes das forças e energias ancestrais.

Na Parte II as fotos de Miguel Mesquita falam por si. São lentes que traduzem *Olhares sobre democracia, justiça, dignidade e bem-viver*. A estética das imagens dá o caráter local-global à obra. O universo imagético de Mesquita carrega consigo veementes olhares sobre um mundo que pode ser outro, que pode ser um mundo de democracia forte em ação.

Na Parte III apresentam-se os *Territórios e as alternativas em Ação*. Os conteúdos desta parte do livro se dispõem de forma a mostrar que as solidariedades sociais estão em África tanto quanto estão em Europa ou América ou Ásia. Imbricam-se em disputa cognitiva, diferentes alternativas de ação que têm comum a contribuição que trazem sobre práticas solidárias vividas tanto no campo da economia quanto no campo da democracia participativa.

No Capítulo 1 da Parte III, intitulado *Determinantes globais e locais na emergência de solidariedades sociais: o caso do setor informal nas áreas suburbanas de Maputo*, Teresa Cruz e Silva nos fala sobre redes de solidariedade social que emergem na Maputo dos anos 90. A pressão das agências multilaterais que concedem *os loans* exige dos países, especialmente, a adoção de um sistema democrático pluralista. A condição de pobreza extrema da população condiciona o enfraquecimento das solidariedades. O Estado demonstra sua incapacidade de dar respostas a problemas tão complexas quanto o são, por exemplo, a previdência social pública de cobertura ampla. No território, e em estas e outras condições de determinação elencadas pela autora, as redes continuaram a se formar a partir de relações de parentesco, grupo ou religião, mas também, e principalmente, pela ação

de associações que as levaram a desempenhar um papel diferente, mais próximo ao que a autora denomina *redes de proteção*. A autora critica o capitalismo globalizante em suas dimensões de exclusão social e mostra que, nesta contingência, as alternativas de resistência popular se exacerbam. As comunidades constroem alternativas – redes de solidariedade, cooperativas, práticas de acesso a bens sociais, mercados informais de poupança e crédito – para enfrentar a pobreza, a exclusão e a vulnerabilidade social. Este capital social é de domínio privativo das populações que o geraram.

José João Rodrigues no Capítulo 2, *O pescador de bocadinhos de futuro que pesca* apresenta uma métrica poética que fala por si. Diz ele que o pescador-educador *cruzando-se com muitos, estes e estas, aqueles e aquelas, outros e outras, o Pescador, que sempre foi sendo pescador de bocadinhos de futuro, vai enchendo a sua mochila com coisas agarradas na vida para, com elas, ir construindo presentes*. Os bocadinhos de futuro retratam o passo a passo da conquista do desenvolvimento rural local e integrado. De modo poético o autor alerta para realidades e racionalidades da prática social sob o ponto de vista de quem é executor e deseja incluir grupos de pessoas em atividades organizadas a partir de seus saberes e fazeres. Ele as denomina de bocadinhos de futuro porque talvez sejam visibilizadas em seus efeitos no futuro. Agora, no presente, elas são doses homeopáticas de entusiasmo e coragem, «sinuosos caminhos» que levam a mares distantes. Os caminhos de futuro, iniciativas da Cooperativa Agricabaz, têm uma metodologia própria descrita pelo autor.

No Capítulo seguinte Priscila Soares fala de «*Um mercado solidário*» como «*um caminho a percorrer*». Neste capítulo a autora descreve a atividade de um ‘clube de trocas’ em que o número de participantes alcançou a cifra de quase uma centena. Havia uma moeda para as trocas, coletivamente decidida, e os mercados eram organizados para o escambo de produtos alimentícios, artesanais e de serviços. Os serviços podiam ser de aconselhamento dentário, massagens, cabeleireiro e mesmo de ‘contação de histórias’. Do Clube de Trocas ou Mercado solidário, participaram «rurais e citadinos; gente do campo, do ensino, dos serviços públicos, das profissões liberais, da intervenção social; de Portugal e de outros países; crianças, jovens, pessoas adultas e pessoas idosas». A realização coletiva dos mercados em clubes de trocas foi marcante para aqueles que deles participaram. Não prescindiu da avaliação. Após cada avaliação as decisões eram tomadas e aceitas no coletivo. A descrição desta atividade de relevância social e educacional mostra que o caminho das trocas em comunidades pode ser percorrido por muitos ainda que seja difícil e trabalhoso enfrentar a sua organização.

Os orçamentos participativos são o foco da análise de Néelson Dias no Capítulo 4 intitulado *Da crise da democracia liberal aos novos experimentalismos democráticos – os orçamentos participativos*. Sua argumentação a favor dos orçamentos que envolvem o cidadão/ã na prática de gerência da coisa pública, parte da Agenda 21 Local e da preocupação com a estagnação da democracia em muitos países. Enquanto o documento geral da UNESCO foi aprovado por 173 países signatários, a agenda local dele derivada, se objetiva e preocupa com as práticas próprias dos Conselhos Municipais de Políticas Públicas, com o Orçamento Participativo e com o Orçamento Participativo Crianças e Jovens. A pesquisa trazida pelo autor revela que existem 6.416 municípios em 113 países a desenvolver Agendas 21 Locais, o que confere à temática extraordinária importância. Em síntese, o autor descreve e valoriza a «aplicação prática do slogan, Pensar Globalmente, Agir Localmente». Ou seja, valoriza a prática de pensar a prática do orçamento participativo, um experimentalismo democrático que guarda o espírito de Porto Alegre, cidade onde surgiu localmente e foi disseminado pelo Fórum Social Mundial globalmente.

Sandra Silvestre, no Capítulo 5 em *O Poder de pensar, sentir, dizer e fazer*, relata experimentalismos com o Teatro do Oprimido (TO) e a democratização que ocorre de dentro para fora quando se tem um «espaço participativo, público, deliberativo, coletivo e, por isso, político». A autora descreve atividades com o Teatro do Oprimido levadas a efeito pela AJP entre os anos de 2005 e 2007. Tais atividades suscitaram reflexões sobre o autor do TO, Augusto Boal, e sobre as experiências vividas. Dentre elas, são pinçadas as intervenções que ocorreram no contexto de um Centro Educativo, uma instituição de internamento de jovens da Direção Geral de Reinserção Social na qual se apresentaram barreiras difíceis de serem ultrapassadas. Com tranquilidade as barreiras serviram como trampolim para adaptar a técnica do TO, lúdica, emocional e convivial, aos diferentes públicos e espaços de sua aplicação. De tal sorte que a discussão do capítulo enfoca o protagonismo dos sujeitos, das comunidades e coletivos, com vistas à apropriação de suas circunstâncias com a finalidade de se tornarem protagonistas do seu tempo e da sua história. Este seria o poder de pensar, sentir, dizer e fazer.

No último Capítulo, *O papel das redes sociais locais nas economias solidárias. O caso dos mercados sociais da Granja do Ulmeiro*, Raquel Azevedo dá conta de descrever a investigação sobre a rede social de produtores e consumidores que têm sua base no território abrangido pela Granja do Ulmeiro onde se situa a AJP. Dois projetos são objeto de estudo, a saber, *Lider@: dinâmicas de sustentabilidade local lideradas por mulheres* e *Mercearia Solidária*. Participaram dos projetos 288 pessoas durante um período de quatro anos. Para a autora uma das principais motivações do estudo foi entender e avaliar a sustentabilidade das ações que

envolvem economia solidária. Enquanto atividades econômicas de empreendedorismo os dois projetos foram exaustivamente analisados com ferramentas sociológicas pertinentes. A autora conclui que tais atividades são educativas e formadoras de cidadanias porquanto envolvem processos solidários e participativos. No entanto, diz que: (...) *estes mercados solidários ainda não contribuem para uma mudança social real e apenas colmatam algumas necessidades de bem-estar e convívio. Um dos constrangimentos apontados é que não são tão regulares e abundantes quanto necessário para verem respondidas e ultrapassadas as dificuldades económicas e sociais das populações mais vulneráveis e empobrecidas.*

Como notas finais nesta apresentação, além da descrição de seus conteúdos, cabe-me fazer-lhe a autocrítica. Esta obra poderia ser criticada pelo fato de colocar a arte de *xiticar*, os mercados solidários e outras práticas econômicas alternativas e contra hegemônicas lado a lado com liberalismo, economia e democracia também de visão alternativa. Esta disposição poderia ser percebida como *déjà vu* e a colocaria ao revés das correntes de fluxo harmônico.

Ela não é harmônica.

Esta obra poderia repetir o que é comum em outras que tratam de feminismo e questões de gênero – um libelo feminista e raivoso sobre os porquês-das-mulheres-faz-tudo e a denúncia dos companheiros ausentes-incompetentes-não-fazem-nada.

Ela não o é.

Esta obra poderia repetir o que é comum em outras que tratam de questões pós-colonialistas – doses imensas de realismo estéril sobre o porquê-sou-oprimido-inferiorizado-ainda-colono-dependente.

Ela não o faz.

No entanto, ao criticar, ela é rebelde! Ela vai ao fulcro de situações e enfoques teóricos que são soluções a problemas vividos no mundo global desigual assolado pelo pensamento e agir capitalista desarmônico dominante. Ela, prodigamente, oferece alternativas. Situo-me dentre aquelas/es que consideram a emergência de alternativas como um valor fundamental a ser perseguido.

*Sejam dadas à luz mais obras de igual teor. O mundo delas necessita.
Tudo fazer para alterar o estado de coisas
Tudo, menina!
A vida não é assim!*

PARTE I

**JUSTIÇA, DIGNIDADE
E BEM-VIVER**

**Críticas aos modelos neoliberais
de desenvolvimento e democracia**

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO: LIBERALISMO OU LIBERDADE DE ESCOLHA?

Sara Rocha

O capitalismo é uma ideologia invisível. Esse talvez seja o seu mais valioso atributo. Propostas alternativas são rapidamente rotuladas de irrealistas, irrealizáveis ou são acusadas de serem uma repetição de propostas anteriores consideradas ultrapassadas, como as keynesianas ou socialistas. O capitalismo, pelo contrário, é apresentado como limpo de ideologia. Se queremos dar liberdade às pessoas para agirem como quiserem na procura do seu bem-estar, então parece lógico que se assuma este sistema como indissociável da democracia. Essa ligação entre liberalismo e liberdade foi a grande vitória dos seus defensores. Mas é falsa.

O sistema económico não é apenas uma base inócua onde assentam as actividades de agricultores, empresárias, banqueiros, operárias, programadores informáticos ou arquitectas. Essa base determina a forma como estas pessoas desenvolvem a sua actividade e a sua capacidade de gerar maior ou menor bem-estar, não apenas pelos rendimentos que obtêm, mas também através de outros critérios de satisfação pessoal, social e profissional. A liberdade de poderem desenvolver as suas profissões com satisfação e segurança é diferente da liberdade que tem um investidor ao colocar os seus capitais do outro lado do mundo. Ambas podem trazer benefícios mas o seu impacto é desigual e a segunda pode pôr em risco a primeira. Por isso, a ideia da ausência de regras é em si própria profundamente política e não pode ser vista como o estado natural das sociedades.

É claro que hoje em dia não existem muitas pessoas, mesmo no âmbito da economia, capazes de defender um liberalismo absoluto. Mesmo os economistas mais ortodoxos admitem a existência de falhas de mercado, que limitam a sua 'perfeita' acção e os levam a resultados abaixo do óptimo social. Isto abre a porta a algum papel do Estado na correcção dessas falhas, mas essa intervenção é tolerada apenas enquanto mal menor. A total ausência de intervenção é a utopia do capita-

lismo e neste, como em qualquer outro sistema ideológico, é a utopia que guia os passos dos decisores e define os seus objectivos.

O problema é que esta utopia não é desejável, sobretudo numa perspectiva de procura do desenvolvimento. Se o estado ideal da sociedade for cada um seguir os seus interesses, então é impossível definir, de forma democrática, caminhos de desenvolvimento da economia que coloquem o bem-estar colectivo no topo dos objectivos. É impossível trabalhar para corrigir as injustiças económicas e desequilíbrios sociais que impedem algumas pessoas de participar, plenamente, no próprio processo económico, como acontece frequentemente com as mulheres ou minorias étnicas. Trata-se de uma opção de desistência perante o sistema social, de desânimo face à ideia de que os avanços intelectuais e tecnológicos da humanidade podem ser direccionados para um futuro melhor para todos e todas. Esta é uma escolha política.

O caminho do desenvolvimento implica, por exemplo, uma distribuição mais equitativa dos benefícios que são criados de forma desequilibrada na economia mundial, beneficiando-se as pessoas e povos com maiores dificuldades. O sistema capitalista já provou que tende a criar processos fechados de acumulação, atraindo a maioria dos recursos para os mais ricos e neles concentrando os ganhos gerados.

Na luta pelo desenvolvimento dos países com mais dificuldades, é fundamental que haja consciência de que as 'receitas' neoclássicas para o crescimento são baseadas em modelos económicos específicos, com critérios que são ideológicos. Os seus parâmetros são tão discutíveis como quaisquer outros: devem ser analisados face às alternativas e podem mesmo resultar em soluções combinadas. Antes de discutir essas soluções é preciso garantir que a escolha existe.

Em democracia as pessoas escolhem colectivamente, por maioria e em liberdade, quais as regras pelas quais querem reger-se. A aparente inevitabilidade da liberalização económica não implica um aumento da liberdade no mundo, mas sim uma redução. Actualmente, ao mesmo tempo que se defende a democracia nos regimes nacionais, elimina-se a margem de manobra política dos governos através de pacotes uniformizados de medidas ditados pelo exterior. A mensagem que se envia aos cidadãos dos países que agora começam a conhecer a liberdade, não podia ser mais contraditória.

Nas próximas páginas faz-se um breve resumo do tipo de desenvolvimento preconizado pelas teorias económicas dominantes e de alguns modelos teóricos e matemáticos que estão na base das recomendações relativas ao crescimento. Menciona-se também o papel da comunidade internacional na disseminação destas ideias e coloca-se a liberdade de escolha de políticas alternativas como fundamental para um desenvolvimento mais democrático das economias.

QUE DESENVOLVIMENTO?

A primeira lição de qualquer curso de desenvolvimento passa pela distinção entre o conceito de desenvolvimento e o de crescimento económico. A maioria dos economistas está de acordo de que é muito difícil obter desenvolvimento sem algum nível de crescimento económico. A simples redistribuição dos recursos existentes, além de ser impraticável, não seria suficiente para se atingirem os níveis de bem-estar necessários sobretudo nas economias menos desenvolvidas¹. Mas o facto de haver crescimento económico não implica, necessariamente, que haja desenvolvimento económico e muito menos que ele beneficie as faixas mais desfavorecidas da sociedade.

O desenvolvimento não é uma questão de dinheiro nem de tamanho da economia. É uma questão de oportunidades de desenvolvimento pessoal, de distribuição dos rendimentos e também de acesso a bens comuns que só o Estado poderá assegurar de forma uniforme: os mais básicos como a educação, saúde e segurança mas também outros como as infra-estruturas de transportes e comunicações, de saneamento básico, saúde, justiça e instituições que regulem e estimulem a actividade económica.

O desenvolvimento económico é um processo dinâmico de intensificação dos mecanismos de troca e produção dentro de uma sociedade, com impactos no bem-estar dos seus cidadãos não apenas pelo aumento da riqueza mas também pela sua participação na vida social e económica. Este é um processo complexo, progressivo e estrutural, que precisa de alguma protecção ou, pelo menos, de monitorização dos efeitos adversos. É um processo único de cada economia, que vai muito além da cópia de modelos de outras sociedades, ou da simples obtenção de recursos naturais ou financeiros.

Segundo Amartya Sen, um dos mais influentes economistas do desenvolvimento económico, a questão da pobreza não se prende especificamente com a escassez de recursos mas sim com a incapacidade de chegar até eles. Trata-se de uma *carência de potencialidades* (Sen, 2003): ainda que não haja escassez de alimentos, as pessoas precisam de conseguir comprá-los e para isso precisam de conseguir gerar rendimentos. As incapacidades a este nível são determinadas pela situação específica de cada consumidor mas sobretudo pela estrutura económica local que pode não permitir o acesso aos recursos disponíveis através da inexis-

(1) Esta é a análise geral, embora possamos mencionar que, na procura de alternativas ao sistema actual, existem grupos de activistas que defendem o crescimento zero ou mesmo algum decréscimo como objectivo, por uma questão de poupança de recursos, redução do consumismo, enfoque na redistribuição da riqueza e em factores de bem-estar além da riqueza. A ideia passa também pela redução da pressão sobre as economias nos momentos de abrandamento.

tência de emprego ou de oportunidades de produção. Por exemplo, no caso dos agricultores, eles precisam de conseguir colocar os seus produtos no mercado a um preço acima do mínimo de subsistência, que lhes permita ter acesso não só a outros alimentos como também a bens de primeira necessidade como medicamentos ou uma habitação condigna.

As estruturas socioeconómicas que definem cada mercado devem por isso ser cuidadosamente analisadas antes de se intervir numa determinada economia. Amartya Sen refere alguns exemplos (Sen, 1999) de apoios externos bem intencionados, em géneros alimentares, que destruíram o modo de vida dos agricultores locais pela desvalorização das suas produções, reduzindo, em vez de aumentar, a capacidade de as pessoas acederem aos alimentos.

Apesar de exemplos como estes e de se reconhecer cada vez mais a importância das características específicas de cada economia, continua a haver uma lógica excessivamente simplista na análise do desenvolvimento, resumindo-o à procura do crescimento económico e de mecanismos para o estimular.

Um dos principais problemas dos programas de financiamento, ajuda ou cooperação para o desenvolvimento é precisamente padronização dos modelos, que pressupõem que os países necessitam, e desejam, um processo de desenvolvimento semelhante ao das economias mais ricas². Muitas comunidades com grandes dificuldades económicas geram relações culturais e sociais fortíssimas, que incluem esquemas de entreatajuda e solidariedade, produção cooperativa e gestão comunitária, que não devem ser menosprezados. Eles fazem parte integrante destas economias e são fundamentais para o bem-estar e equilíbrio social da comunidade. Não podem, nem devem, ser liminarmente substituídos por uma lógica de concorrência.

Por outro lado há que ter em consideração que determinados avanços têm consequências negativas e que a sua introdução não deve ser descuidada. Um bom exemplo é a questão ambiental que, por exemplo em África, afecta as populações directamente. A utilização de materiais e técnicas mais ‘modernos’ tem vindo a degradar, visivelmente, as condições ambientais com consequências sérias para saúde das pessoas e a produtividade agropecuária. A modernização que vai surgindo traz níveis de poluição que as estruturas existentes não absorvem. Este é o caso da melhoria das condições de higiene com a embalagem dos produtos alimentares, rapidamente acompanhada pelo aumento das lixeiras de plásticos e outros materiais não degradáveis à beira das estradas e pelos bairros das cidades africanas.

(2) Ha-Joon Chang defende que os próprios países desenvolvidos se asseguram de que os países em desenvolvimento não podem seguir os seus passos, ao retirar-lhes a oportunidade de usarem as políticas proteccionistas e de estímulo industrial que estiveram na base das grandes economias actuais (Chang, 2007).

A protecção ambiental não é só um direito de terceira geração, é uma necessidade para todos os povos e pode ser garantida através da protecção de alguns sistemas tradicionais pelo menos até que o sistema possa assimilar essas modificações, por exemplo, com a melhoria dos sistemas de recolha e tratamento de resíduos.

A capacidade de cada povo fazer estas escolhas de forma consciente e ponderada é, em si, uma forma de desenvolvimento. Ainda segundo a análise de Amartya Sen, o desenvolvimento pode ser visto como liberdade. As liberdades encerram em si, quer os meios, quer os objectivos do desenvolvimento e podem ter muitas formas: a liberdade individual, ou seja, a liberdade de cada pessoa concretizar as suas potencialidades e as liberdades a que Sen chama de instrumentais e que incluem as liberdades políticas, dispositivos económicos, oportunidades sociais, garantias de transparência e previdência social (Sen, 2003).

Esta lógica aplica-se aos cidadãos mas pode, de uma certa forma, aplicar-se aos países em desenvolvimento. O facto de um país ter liberdade para fazer as suas escolhas numa base informada e democrática é, em si, uma forma de desenvolvimento. O facto de poder escolher a sua estratégia de crescimento, definir o nível de abertura da sua economia, adequar as políticas económicas e monetárias à estrutura da sua produção e a possibilidade de manter as redes de apoio social que considere necessárias ao bem-estar da sua população, são, por si só, parte desse desenvolvimento. São também a diferença entre um mundo verdadeiramente democrático e um mundo refém de modelos de desenvolvimento predefinidos, padronizados e cegos, ditados de cima para baixo ou, melhor dizendo, de Norte para Sul.

A ECONOMIA PERFEITA

O edifício neoliberal pressupõe um conjunto de dogmas de liberalização dos mercados e também uma série de pressupostos técnicos que permitem uma análise matemática das economias. Esta formulação analítica torna todo o sistema aparentemente muito mais credível, mas a real adequação destes modelos às economias o seu realismo e a sua capacidade efectiva de previsão são, altamente, discutíveis.

Antes de mais, pressupõe-se que existem pontos de equilíbrio entre curvas de oferta e procura, que é possível definir as suas funções, do mesmo modo que é possível exprimir numa função de utilidade as preferências de todos os agentes de uma economia. Pressupõe-se também que os agentes da economia são sempre 'racionalis' o que implica que, enquanto consumidores, mantêm essa função de utilidade constante e fazem sempre as suas escolhas de modo a maximizar os seus resultados. Enquanto produtores, o único interesse é maximizar o lucro. Para que possam fazer estas escolhas, os agentes têm informação perfeita sobre todo o mer-

cado e têm capacidade, dentro do sistema, para reagir aos estímulos dos restantes agentes. Por exemplo, é possível aumentar a oferta sempre que as condições do mercado o determinem, sem problemas de implantação do capital fixo necessário nem dificuldade de acesso a financiamentos ou a matérias-primas adicionais. Isto é uma descrição muito pouco realista da maioria das economias, sobretudo no contexto dos países em desenvolvimento.

Mesmo economistas como Dani Rodrik, que se assume como um neoliberal pouco convencional, reconhecem a necessidade de se ter em consideração as condições de cada país:

Pode ser posta em prática uma abordagem de diagnóstico, que tem a vantagem de oferecer soluções específicas para cada país e é (...) sensível às restrições políticas e administrativas. Esta abordagem é intrinsecamente de baixo para cima: dá aos países o poder de realizarem as suas próprias análises (...). Alerta as organizações multilaterais contra a uniformidade e as restrições excessivas sobre o 'espaço político' (Rodrik, 2010).

A referência ao papel dos próprios países na definição das suas soluções é um ponto central. Os modelos neoliberais, para além de assumirem um modelo de economia 'perfeita', assumem um modelo social e político predefinido. A invisibilidade do Estado e o comportamento exclusivamente egoísta das pessoas, num ambiente da maior concorrência possível, faz parte dessa perfeição e deve ser estimulado em todos os países. Os custos do ajustamento são apenas danos colaterais, supostamente provisórios.

Esta não é apenas uma visão da uma economia, é uma visão da sociedade subjugada à economia. Uma sociedade em que a concorrência entre empresas, mas também entre trabalhadores, esmaga margens de rendimento até ao limite para se obter o menor preço possível para o consumidor, ao mesmo tempo que cada trabalhador se torna obcecado com os seus níveis de produtividade. Uma sociedade em que o desenvolvimento pessoal e as estruturas sociais são secundárias relativamente à obtenção de um maior consumo. Esta é a visão da economia que não queremos.

Note-se que a questão da origem dos rendimentos e do consumo é um detalhe frequentemente esquecido nos argumentos, de ambos os lados do debate. Quando se esmagam as margens dos produtores, com o argumento de que é o melhor para os consumidores (assumindo que essa margem não permanece toda nas cadeias de distribuição, o que é bastante comum hoje em dia) estamos a esquecer o problema da capacidade de aceder ao consumo. Os consumidores são todos produtores de alguma forma: operários, agricultores ou empresários. Os diferentes tipos de produtores têm impactos diversos no desenvolvimento da sociedade. Como

seria de esperar, quanto menor é o seu peso, menor é a sua capacidade de negociação e uma descida dos preços para o consumidor pode pôr em causa a sua subsistência. Um industrial com empregados a trabalhar sob condições mínimas de remuneração não tem os mesmos constrangimentos que um pequeno produtor agrícola, ou um grupo de tecedeiras a trabalhar em cooperativa. Este é um dos debates que pode ser determinante quando se discutem, por exemplo, acordos de comércio e quando se analisa o impacto de novas liberalizações nas estruturas económicas locais.

UMA ESTRUTURA INSUSTENTÁVEL

As análises do crescimento mundial do último século mostram um crescimento acentuado da economia acompanhado por um aumento das desigualdades, quer entre países quer entre os cidadãos do mesmo país. Este efeito verifica-se particularmente nos últimos 40 anos, acompanhando a explosão neoliberal³.

Em geral, esta evolução neoliberal tem deteriorado os modos de vida dos agentes individuais, proporcionando uma enorme acumulação nas empresas que conseguem controlar o mercado. Em Portugal, como em África, os pequenos agricultores estão sujeitos às condições impostas pelas grandes cadeias de distribuição e assumem todo o risco das variações de preço. Nos países menos desenvolvidos os trabalhadores trocam progressivamente a escravidão dos campos pela escravidão das fábricas⁴, enquanto nos países mais desenvolvidos os trabalhadores perdem desenvolvimento à medida que a sua vida profissional se torna cada mais concorrencial e precária.

Neste modelo de desenvolvimento a vantagem comparativa dos países menos desenvolvidos é essencialmente a existência de uma larga força de trabalho desprotegida e vulnerável. E, ao contrário da promessa neoliberal, a riqueza gerada por este sistema não tem vindo a ‘descer’ progressivamente até às faixas mais pobres da população mundial. Pelo contrário, os ganhos ficam retidos em quem domina o sistema e milhões de pessoas permanecem encurraladas em condições de vida insustentáveis.

(3) A desigualdade entre países aumentou entre 1980 e o ano 2009. No entanto, o rápido crescimento da Índia e da China nos últimos anos leva a que se possa considerar que há uma redução nas desigualdades entre os países, se estes forem ponderados por índices de população (ver Nayyar, 2009 e Barro e Sala-i-Martin, 1999).

(4) Naomi Klein faz uma interessante descrição das condições de trabalho em algumas fábricas asiáticas e mostra como as supostas vantagens económicas desse sacrifício se perdem antes de chegar ao consumidor final (Klein, 2002).

Além da divisão internacional do trabalho, a própria estrutura do capital tem vindo a alterar-se profundamente sob o comando dos mercados, à medida que a desregulamentação avança. A evolução económica dos últimos anos despreza a produção agrícola e industrial, em função dos serviços e do capital financeiro. Este último tem um cariz fortemente especulativo estando cada vez mais distanciado do investimento directo nas empresas.

Nos últimos 30 anos o volume de activos financeiros no mundo passou de cerca de 120% do PIB mundial para mais de 3,5 vezes o valor de toda a riqueza produzida num ano⁵. Isto implica que a valorização destes mercados não tem correspondência com a riqueza disponível na economia ou seja, que eles são verdadeiramente virtuais, inerentemente instáveis e propensos a bolhas especulativas⁶. Isto quer também dizer que o seu poder face à economia 'real' é enorme e que as suas movimentações podem destruir economias inteiras muito rapidamente, exagerando quaisquer problemas económicos que possam surgir ou mesmo reagindo a especulações artificiais de outros agentes.

A crise asiática de 1997 foi uma prova de como a liberdade de fluxos de capitais pode drenar uma economia repentinamente, mas talvez tenha acontecido demasiado longe para nos apercebermos da sua importância e dos seus impactos na economia 'real' da região. Em 2008 a crise financeira mostrou que a Europa e os EUA não estão imunes a estes riscos e provou, uma vez mais, a capacidade destrutiva deste sistema sobre a vida das pessoas. O próprio antigo presidente da Reserva Federal Americana admitiu o colapso do edifício intelectual da gestão de risco moderna. Alan Greenspan confirmou a sua desilusão enquanto economista que acreditava que seria o próprio interesse das instituições de crédito que as levaria a uma gestão mais prudente para protecção dos próprios accionistas⁷.

No entanto, dois anos depois do pico da crise, a maioria dos economistas parece já ter esquecido que foi a intervenção dos governos, e não o ajustamento dos mercados, que salvou o sistema financeiro. Em 2010 já poucas são as vozes do mundo económico que mantêm a insistência numa remodelação do sistema financeiro internacional, que só pode ser feita através de maior controlo e regulamentação. Todos parecem ter esquecido que foram os cidadãos de todo o mundo que assumiram as consequências das escolhas livres dos agentes financeiros e que pagaram os custos da ruptura do sistema com os seus impostos, redução de salários e aumento do desemprego.

(5) Mckinsey Global Institute, referido em *Economia(s)* (Louçã e Caldas, 2010).

(6) Os produtos derivados permitem hoje que os operadores negociem com montantes superiores aos que efectivamente detêm, gerando efeitos multiplicadores nos mercados.

(7) Declarações ao Congresso dos Estados Unidos referidas no New York Times (online) de 23 de Outubro de 2008.

OS MODELOS DO CRESCIMENTO

Na perspectiva neoliberal o desenvolvimento continua a resumir-se, essencialmente, à definição do crescimento económico, apesar das muitas opiniões em contrário⁸. Neste contexto, os países que perderam o comboio do desenvolvimento só precisam de estimular o seu crescimento, o que implica adoptar as regras básicas do modelo neoliberal e esperar. Thomas Friedman descreve esse caminho como

vestir o colete-de-forças dourado (...): privatizar as empresas públicas, manter uma inflação baixa, reduzir a dimensão da burocracia estatal, equilibrar o orçamento, liberalizar o comércio, desregular o investimento estrangeiro, desregular os mercados de capitais, tornar a moeda conversível, reduzir a corrupção e privatizar as pensões⁹.

Este colete só existe em tamanho único e é suposto servir em todas as economias. O problema é que a prescrição destas políticas como receitas de crescimento parte mais de convicções ideológicas do que de análises empíricas conclusivas ou dos próprios resultados dos modelos de crescimento. Os efeitos do investimento no crescimento, por exemplo, não são inequívocos. Ao contrário do que prevê a teoria económica, alguns testes empíricos relevam um baixo impacto do investimento no crescimento. Mesmo nos casos em que se encontra uma correlação positiva, verifica-se que ela pode espelhar um estímulo do investimento pela própria melhoria das condições da economia, e não, o contrário (Barro e Martin, 1999: p. 456). Ou seja, a existência de dados estatísticos não implica que não haja diferentes opiniões sobre o seu significado. Estas interpretações tendem, elas próprias, a reflectir o ângulo de visão e a ideologia de cada economista.

Por outro lado, quando olharmos para a análise matemática, percebemos que a maior parte dos detalhes da ortodoxia neoliberal não emana dos modelos de crescimento económico. Alguns economistas tentam há décadas esquematizar o processo de crescimento em modelos matemáticos mas a verdade é que eles continuam a não explicar muito.

Os modelos de crescimento são instrumentos matemáticos bastante interes-

(8) O crescimento mede, exclusivamente, o aumento do produto *per capita*, sem consideração pela sua distribuição ou pela real satisfação das necessidades da população. Há várias propostas para índices que meçam o desenvolvimento e não apenas o crescimento. O Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas tem vindo a aperfeiçoar há anos o Índice de Desenvolvimento Humano que inclui outros factores, como o acesso à saúde ou à educação, na quantificação do desenvolvimento. Recentemente, Joseph E. Stiglitz, Amartya Sen e Jean-Paul Fitoussi discutiram a possibilidade de se medir a felicidade gerada pelas economias (Stiglitz *et al*, 2009).

(9) *The Lexus and the Olive Tree*, de Thomas Friedman, mencionado por Chang (2007: 20)

santes. A ideia, em qualquer modelo económico, é que é possível analisar os dados estatísticos existentes e criar fórmulas que permitam prever a evolução futura de uma determinada variável ou prever o efeito de alterações em determinados factores sobre os resultados da economia. Por exemplo, uma economia com mais investimento cresce mais ou menos? Qual é alteração da taxa de crescimento do produto face a uma alteração dos valores do investimento?

No caso da análise do crescimento, começa-se com uma teoria sobre os factores que determinam o crescimento, que é traduzida para uma fórmula e testada face aos dados empíricos. Para ‘acertar’ o modelo vão-se acrescentando variáveis que ajudem a torná-lo mais exacto, mais coincidente com os dados disponíveis. Uma das teorias mais simples, o modelo de Harrod-Domar, diz que o crescimento é determinado pela taxa de investimento, equivalente à taxa de poupança média face ao total dos rendimentos, até a um ponto de equilíbrio no tempo em que o crescimento *per capita* se torna nulo. Um outro modelo acrescenta a esta lógica a deterioração do capital fixo, como equipamento, gerado pelo investimento, que, ao ser repostado, reduz a taxa de crescimento face à taxa de poupança (modelo de Solow).

Este dois modelos parecem à partida fazer sentido mas são muito simplistas e não explicam, por exemplo, dois dos factos mais persistentes encontrados nos dados de longo prazo: a possibilidade de haver crescimento *per capita* numa economia a longo prazo e o facto de países com menor produto tenderem a atingir taxas de crescimento mais elevadas do que as taxas de países com um produto inicialmente maior, o que seria uma forma de convergência entre estas economias. Consequentemente, foi necessário fazer evoluir os modelos para tentar incorporar estas características (Barro e Martin, 1999: p. 7). Os primeiros modelos com crescimento de longo prazo previam que este era possível desde que houvesse melhorias na tecnologia da economia, mas esta mantinha-se fora do modelo.

Com a tentativa de inclusão dos factores que determinam a evolução tecnológica no cerne dos modelos, nasceu a mais recente geração de modelos de crescimento económico: os modelos de crescimento endógeno. Aqui é onde a matemática se torna verdadeiramente interessante – leia-se complexa – e os modelos começam a ter semelhanças com jogos de computador de realidade simulada. Há uma sociedade com consumidores e produtores que têm de decidir se querem investir em produzir bens ou inventar novas tecnologias, se preferem trabalhar ou deixar tempo para lazer (o que lhes traz mais bem estar), se querem ter mais ou menos filhos de acordo com o nível de desenvolvimento da economia. Os factores de escolha vão aumentando à medida que os modelos evoluem.

Estas análises ajudam a visualizar as opções dos tais agentes livres em economia perfeita, mas sejamos realistas: usar as suas conclusões para tomar decisões políticas determinantes para populações inteiras nos países em desenvolvimento, é

como afirmar que um especialista na construção de casas de ‘Lego’ fantásticas pode arquitectar um edifício de 20 andares. Não estou com isto a dizer que os modelos não possam ter a sua utilidade enquanto instrumentos teóricos de análise dos dados empíricos e de esquematização da realidade. Não estou também a afirmar que os investigadores que fazem esta análise não sejam sérios e não tenham, na maioria dos casos, consciência das limitações da aplicação prática do seu trabalho.

O problema é que é necessário que os decisores políticos tenham essa mesma consciência das limitações deste tipo de análise, quando aplicam os conselhos de economistas nela baseados. Mesmo entre economistas, a complexidade da matemática utilizada em alguns destes modelos torna as críticas detalhadas pouco comuns. É verdade que alguns destes modelos conseguem, após vários acertos e definição de pressupostos, encaixar nos dados estatísticos disponíveis, mas isso não implica que possam prever o futuro. Esses pressupostos técnicos, por vezes bastante limitativos, são indispensáveis ao manuseamento das fórmulas e cálculo dos modelos. Questões como a função de produção apresentar ou não rendimentos decrescentes à escala, ou o nível a que o factor trabalho pode ser substituído pelo factor capital numa determinada economia, fazem a diferença entre um modelo ser, pelo menos, matematicamente viável, ou não. Ou seja, o facto de existir uma forte componente matemática não implica, necessariamente, que estes resultados sejam mais credíveis do que os obtidos com outros tipos de análise menos abstracta.

A análise de como as coisas funcionariam num mundo sem resistências ao ajustamento pode ser uma forma de entendermos os mecanismos económicos de determinado contexto, mas as análises precisam de ser casuísticas e complementadas com observações no terreno. Cada país tem de ser analisado de forma individual e as linhas de actuação política ou de apoio externo devem ser definidas tendo em consideração as suas condicionantes próprias. Por exemplo, é relativamente fácil acreditar que, em princípio, altas taxas de poupança aplicadas ao investimento são benéficas para a economia, mas é preciso confirmar no terreno esta realidade. Por exemplo, um aumento excessivo da taxa de poupança pode contrair de tal forma a procura que o impacto no mercado interno pode ser negativo. Se a isto somarmos a possibilidade da fuga desses capitais para outros países, o efeito no crescimento interno pode ser, fortemente, reduzido.

Por mais interessantes que os modelos gerais possam ser para os economistas da área, eles marcaram um claro afastamento entre uma visão matemática e abstracta do crescimento, vista pela ortodoxia dominante como mais séria e credível, e aqueles que preferem estudar as instituições no terreno, identificando os estrangulamentos nas economias de cada país e procurando soluções práticas para a sua eliminação.

LIBERDADE DE ESCOLHA

Se continuamos com a globalização tal como ela tem sido gerida no passado, com a sua agenda definida pelo Norte para o Norte, reflectindo as ideologias e valores do Norte, o futuro não será brilhante¹⁰.

A importância da base institucional em que a economia se desenvolve é demasiado determinante para que tenhamos alguma ilusão de que são apenas os actores económicos no terreno que decidem, ou devem decidir, os caminhos do desenvolvimento. Quem define a estrutura, define as condições do desenvolvimento. Hoje em dia, mesmo os governos nacionais têm uma capacidade de decisão económica que é limitada pela sua posição geoestratégica no mundo. A independência na definição de políticas é muito diferente entre países como os Estados Unidos ou a China, e Portugal ou a Gâmbia. A nível mundial podemos identificar cinco grandes pólos onde se definem, e propagam, as regras da política económica no mundo: os governos das maiores ou mais influentes economias (nomeadamente os EUA), as determinações da União Europeia, o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Um quinto pólo de disseminação das políticas neoliberais é a Organização Mundial do Comércio (OMC). A sua influência está hoje limitada pelas vagas de contestação contra as suas directivas, num movimento que se revelou uma importante manifestação do poder popular. Ainda assim, as sementes que lançou nas últimas décadas determinaram já uma abertura acentuada das economias a nível mundial e as novas liberalizações, que continuam em negociação, poderão ter impactos relevantes no longo prazo. Estes efeitos incluem a abertura de novos mercados no que diz respeito a países ou sectores ainda relativamente fechados (indústrias de serviços, por exemplo), interferência com acordos de integração económica regional (que beneficiam as trocas entre economias com estruturas comparáveis) e imposição de sistemas de patentes e de maior liberalização de fluxos de capitais.

Praticamente, todos os países do mundo estão sob a esfera directa de influência de pelo menos um destes pólos. No período da Guerra Fria as correias de transmissão destes mecanismos eram, essencialmente, políticas. Hoje elas são essencialmente económicas, disfarçando-se o seu cariz ideológico na tal inevitabilidade da lógica de mercado e usando-se a fragilidade económica de muitos países para que lhes imponha a estratégia neoliberal.

A receita aplicada é relativamente simples e pode ser resumida no chamado ‘consenso de Washington’ que preconiza que uma economia deve ser o mais liberalizada

(10) Stiglitz, 2001.

possível, aberta em termos de fluxos de capitais e de troca de bens e serviços e que o sector do Estado deve ser reduzido ao mínimo indispensável, privatizando-se o máximo de serviços públicos e desregulando-se as actividades económicas¹¹.

Nenhuma destas medidas é inócua ou inocente em termos económicos ou geoestratégicos. As regras para o desenvolvimento mundial são definidas no seio dos países mais desenvolvidos e reflectem as suas opções políticas, os seus modelos económicos e, de forma mais ou menos discreta, os seus interesses económicos, nomeadamente a expansão de mercados para as suas exportações.

Sobre os países menos desenvolvidos ou em desenvolvimento, a pressão para a implementação destas políticas surge em duas frentes: nos acordos de comércio e nos pacotes de financiamento ou ajuda ao desenvolvimento.

Nos acordos de comércio assiste-se, actualmente, a uma nova vaga de acordos bilaterais, após o impasse das negociações da Organização Mundial de Comércio. As grandes potências (EUA, UE e China), estão em campo disputando as condições de acesso aos mercados menos desenvolvidos. Tomando o exemplo da União Europeia, estão actualmente em negociação os Acordos de Parceria Económica (EPAs na sigla inglesa) com cerca de 30 países APC – África, Pacífico, Caraíbas. Estes acordos originaram inúmeras manifestações de protesto, de populações, activistas e governos, dentro e fora dos países envolvidos, que atrasaram a sua entrada em vigor prevista para o início de 2008.

Nos EPAs, a União Europeia abre os seus mercados às exportações dos países ACP em troca da recíproca abertura dos seus mercados às empresas da União Europeia. Naturalmente isto implica que as empresas locais são postas em directa concorrência com as empresas europeias o que deverá, com o tempo, fortalecer a sua competitividade. Claro que uma outra hipótese é que as estruturas económicas dos países sucumbam a esta concorrência sendo substituídas por estruturas estrangeiras o que constituiria uma forma de colonização económica. No fundo, a UE está a antecipar as disposições em negociação na OMC (em alguns casos ultrapassando-as, nomeadamente, nos serviços, direitos de propriedade intelectual e fluxos de capitais) posicionando as empresas europeias na vanguarda da entrada nestes mercados.

Assim, a actuação da União Europeia é cada vez menos distante da dos Estados Unidos e o seu estatuto de bastião do Estado social reduz-se de dia para dia. Nos textos europeus, a liberalização do comércio e o desenvolvimento surgem prati-

(11) Apesar de estar fora do âmbito deste artigo, não deixa de ser interessante notar que as liberdades preconizadas são apenas económicas. Quando se trata das movimentações do 'factor trabalho', a mobilidade de recursos torna-se, repentinamente, menos relevante para o desenvolvimento mundial. Por outro lado, o bem-estar gerado pelas liberdades individuais claramente escapa às contas destes economistas cujo discurso tende a situar-se nas franjas mais conservadoras da sociedade.

camemente como sinónimos. Há ainda constantes referências à livre concorrência e liberalização dos mercados e até referências ao facto de os serviços públicos exercerem uma ‘concorrência desleal’ face às empresas privadas. Ou seja, o impacto da UE na ideologia dominante no mundo é um reforço cada vez maior do ‘consenso de Washington’.

AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS

Os acordos de comércio são instrumentos de uma clara pressão para a abertura das economias mas o seu impacto ao nível das políticas internas é limitado. É nesse ponto que entram em acção os conselhos das organizações internacionais e mesmo algumas cláusulas de governação incluídas em pacotes mais simples de ajuda ao desenvolvimento.

Neste contexto, as instituições mais relevantes são evidentemente o FMI e o BM que intervêm nos países através da cedência de créditos com contrapartidas muito claras em termos de restrições na utilização desses fundos e exigências sobre as políticas públicas e macroeconómicas nacionais. Essa influência dá um enorme peso a estas instituições, o que implica a necessidade de se questionar não apenas a forma como são feitas as suas análises e recomendações, mas também o seu funcionamento interno em termos de democracia e responsabilização internacional.

O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional estão baseados nos mesmos princípios básicos neoliberais mas, apesar de serem chamados «os gémeos de Bretton Woods»¹², têm lógicas de funcionamento diferentes, com diferentes alvos e objectivos. O BM centra a sua actuação nos países em desenvolvimento e os seus financiamentos são de médio e longo prazo. Nos seus princípios podemos encontrar referências ao desenvolvimento e melhoria dos níveis de vida, mas sempre determinadas pelo aumento da produtividade, pela melhoria das condições para o investimento interno e externo e pelo estímulo ao comércio externo.

No caso do FMI, a única referência à palavra «crescimento» surge ligada ao crescimento do comércio internacional, sendo o desenvolvimento uma consequência esperada desse comércio. Na carta de princípios da instituição, os objectivos concentram-se nas variáveis relativas ao equilíbrio na Balança de Pagamentos, na promoção da estabilidade internacional e na cooperação monetária internacional (incluindo a remoção de restrições às transacções cambiais). Em 1999, após repetidas críticas à perspectiva excessivamente monetarista do Fundo,

(12) As duas instituições têm origem na conferência de Bretton Woods, de Julho de 1944, que estabeleceu entre as Nações Aliadas um mecanismo de controlo monetário internacional.

foram criadas linhas de financiamento com objectivos de redução da pobreza e estímulo do crescimento económico, exclusivas para os países mais pobres. Isto não implica, no entanto, que tenha havido uma mudança na abordagem. Mesmo nestes programas, as recomendações permanecem estritamente neoliberais. A inclusão destes objectivos significa, apenas, que se admite uma implementação mais cuidadosa da liberalização, para que as medidas não se tornem excessivamente recessivas para a economia e não tenham impactos demasiado evidentes no aumento da pobreza.

A influência do Fundo estende-se mesmo aos países já considerados desenvolvidos, uma vez que a instituição funciona como fundo de emergência para crises. Nessas circunstâncias a instituição adquire o poder de forçar, por exemplo, a privatização de serviços do Estado e a redução das redes de protecção social ainda existentes nestes países. Na Europa, o Fundo foi recentemente chamado a actuar em países como a Grécia, a Irlanda e a Hungria, influenciando fortemente as suas políticas.

Nos últimos anos, ambas as instituições têm estado sob crítica cerrada¹³ de vários quadrantes, incluindo alguns estudos promovidos pelo próprio investigadores que trabalham com estas organizações. O caso mais flagrante terá sido o de Joseph Stiglitz, economista chefe do Banco Mundial entre 1997 e 2000, que abandonou o cargo após várias discordâncias com o funcionamento quer do Banco, quer do FMI. Mesmo sendo um homem do sistema, Stiglitz denunciou a postura excessivamente inflexível do Fundo em situações como o apoio à Etiópia ou o seu papel na gestão da crise asiática. O economista critica os procedimentos internos pouco democráticos de ambas as instituições e sumariza as críticas à sua actuação no terreno:

É necessário que haja um apoderamento pelos países das políticas, programas e estratégias de desenvolvimento. A excessiva condicionalidade mina esse apoderamento e a eficácia do desenvolvimento. (...) mesmo nos casos em que as condicionantes à partida foram reduzidas, novas formas de condicionalidade escondida foram introduzidas através das fórmulas de alocação da Associação Internacional para o Desenvolvimento. Estas fórmulas falham na atribuição de ajuda onde há maior probabilidade de ser mais necessária ou eficaz¹⁴.

Quando o chefe do Banco Mundial não consegue lidar com os critérios destas instituições e não consegue gerar uma mudança nas suas formas de actuar, dificilmente os líderes dos países receptores de ajuda terão capacidade de negociar os termos dessa ajuda e de minimizar os eventuais impactos nas suas populações.

(13) O site www.brettonwoodsproject.org, por exemplo, mantém um acompanhamento crítico da actividade de ambas as instituições. Uma análise dos efeitos dos programas do FMI no crescimento económico pode ser encontrada no artigo de Przeworski e Vreeland (2000).

(14) Stiglitz, 2007.

CONCLUSÃO

Nas últimas décadas, os economistas que não seguem a corrente neoclássica têm vindo a ser tratados como economistas menos credíveis pela academia, pelos jornais e, o que é muito mais grave, pelos decisores políticos nacionais e internacionais.

A recente crise mundial veio provar, uma vez mais, que muitas das suas preocupações estavam certas e reacendeu o debate sobre a justiça e a democracia dos resultados do capitalismo. Estes resultados não se medem apenas em dinheiro, medem-se na capacidade de fazer chegar o desenvolvimento às populações mais pobres do planeta, procurando evitar que, nos países mais desenvolvidos, sejam as faixas mais pobres a pagar a factura.

O sistema actual é responsável por um mundo em que os benefícios económicos da evolução tecnológica foram apreendidos essencialmente pelos mais ricos, aumentando as assimetrias. É responsável por um mundo onde as pessoas se sentem cada vez mais inseguras, pressionadas para uma produtividade que não é da sua responsabilidade e cada vez menos ligadas ao projecto das empresas onde trabalham, até porque muitas vezes os próprios donos da empresa passaram a ser accionistas ou fundos de investimento sem rosto, preocupados apenas com lucros, sem interesse na produção real da empresa e sem consciência do seu papel na comunidade.

Nos países menos desenvolvidos há sítios onde pouco ou nada mudou, noutros sítios gerou-se um sector industrial baseado num sistema de exploração comparável ao dos tempos da revolução industrial europeia, como se nada tivéssemos aprendido desde então, enquanto civilização. A teoria económica vê estes custos de ajustamento, de ambos os lados da fronteira do desenvolvimento, como normais. São as dores do crescimento, que infelizmente, tendem a recair sobre os mais fracos. Por isso mesmo a evolução do sistema capitalista mundial não está a ser definida pelos cidadãos. Esta a ser-lhes apresentada como o único caminho «sério» e possível.

É tempo de se reconhecer que há muitas formas de olhar para a economia, tal como há muitos tipos de sociedades e de sistemas de produção. Os governos precisam da coragem política para se libertarem das pressões das organizações internacionais (ou para as reformarem) e para, de forma democrática, definirem o caminho do seu desenvolvimento. O trabalho em cooperação com as organizações internacionais pode ajudar a melhorar algumas práticas mas estas não devem ser impostas.

O caminho alternativo está repleto de projectos localizados de apoio aos produtores, microcrédito, comércio justo, inovação ambiental e outras actividades de eco-

nomia solidária e social. Estes projectos são frequentemente criticados pelo seu impacto limitado mas eles põem em causa muitos dos dogmas neoliberais e têm uma enorme capacidade de gerar ideias, democracia e resultados, ao nível das comunidades. A política económica não pode basear-se exclusivamente neles mas deve tê-los em consideração. Sobretudo, não pode nem deve, impedir o seu caminho.

Os projectos alternativos devem ser o reflexo directo nas comunidades de políticas económicas mais criativas e audazes com base na realidade do terreno. A troca da liberalização económica pela liberdade de escolha colectiva é determinante na procura de políticas que não só estimulem o crescimento mas sobretudo garantam que os seus benefícios chegam aos sectores mais frágeis da população, cujo bem-estar deveria ser a principal medida do seu sucesso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRO, Robert J.; SALA-I-MARTIN, Xavier (1999). *Economic Growth*. Cambridge: MIT Press.
- CHANG, Ha-Joon (2007). *Bad Samaritans*. Londres: Random House Business Books.
- KLEIN, Naomi (2002). *No Logo*. Lisboa: Relógio de Água.
- LOUÇÃ, Francisco; CALDAS, José Castro (2009). *Economia(s)*. Porto: Edições Afrontamento.
- NAYYAR, Deepak (2009). *Developing Countries in the World Economy: The future in the past?*, Helsínquia, United Nations University – World Institute for Development Economics Research (UNU-WIDER), disponível em http://www.wider.unu.edu/publications/annual-lectures/en_GB/AL12/
- PRZEWORSKI, Adam; Vreeland, James Raymond (2000). «The effect of IMF programs on economic growth», *Journal of Development Economics*, vol. 62.
- RODRIG, Dani (2010). *Uma economia, muitas soluções*. Lisboa: Babel.
- SEN, Amartya (1999). *Pobreza e fomes – um ensaio sobre direitos e privações*. Lisboa: Edições Terramar.
- SEN, Amartya (2003). *O desenvolvimento como liberdade*. Lisboa: Edições Gradiva.
- STIGLITZ, Joseph (2001). «Thanks for Nothing», *Atlantic Monthly*, Volume 288 (3), pp 36-40.
- STIGLITZ, Joseph (2007). «The World Bank and Development Assistance» – apresentação de perante o House Financial Services Committee a 22 de Maio, disponível em www.josephstiglitz.com.
- STIGLITZ, Joseph E.; SEN, Amartya; FITOUSSI, Jean-Paul (2009). *Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress*, disponível em www.stiglitz-sen-fitoussi.fr.

Outros recursos online:

www.brettonwoodsproject.org,

A ECONOMIA DOMINANTE É INSUSTENTÁVEL¹

Alberto Melo

O ECONOMICISMO CONTEMPORÂNEO

A obsessão com a Economia é bem visível nos dias de hoje, em que – contrariamente ao que sucedia há 25 ou 30 anos – os meios de comunicação social passaram para a primeira linha as notícias económicas. Um reflexo também do destaque que estes temas ganharam no ideário e nos discursos dos políticos. Quem há uns anos atrás, senão os especialistas ou estudantes universitários, ouvira falar de PIB, de deficit da balança comercial, de estabilidade cambial, de taxas de crescimento, de indicadores de confiança dos consumidores, de dívida soberana e outros conceitos afins?

Não obstante o lugar predominante que a economia conquistou no discurso político e nos *mass-media*, sucessivos inquéritos de opinião sobre as grandes preocupações dos europeus sempre colocaram os problemas económicos em lugares entre o 5.º e o 8.º, bem atrás de aspirações de outra índole, como sejam, realização pessoal,

(1) Advertência prévia: O texto seguinte corresponde, em grande medida, a uma apresentação oral feita na Universidade de Verão, organizada pela Associação In Loco, em Setembro de 2009, em S. Brás de Alportel. Tratava-se de produzir um instrumento de informação, de reflexão e de estímulo ao debate, tendo resultado de uma montagem de notas e apontamentos recolhidos pelo autor ao longo de vários anos e com recurso às mais variadas fontes, desde jornais a websites, desde livros e revistas de carácter técnico ou científico a comunicações ouvidas em seminários e outros encontros públicos. Não tem este artigo, portanto, a pretensão de total originalidade, pois o autor assumiu sobretudo um papel de colector, organizador e divulgador de um conjunto de informações e ideias que foi detetando e que coincidem em larga medida com as suas próprias opções e convicções. É também visível a não conformidade com os cânones formais de um artigo que se pretenda inserir em revista académica. A bibliografia final integra tanto obras citadas no artigo como muitas outras que se consideram leitura a recomendar para quem queira desenvolver os temas aqui aflorados.

relacionamento social, vida familiar, paz e harmonia, o que revela que a obsessão económica é algo de manipulado, não correspondendo às necessidades essenciais das pessoas mas resultando, sim, de outros interesses. De igual modo, o conhecido inquérito de estudo de mercado e da opinião pública, realizado regularmente pela empresa *Yankelevich, Skelly & White*, de Nova Iorque e *Stamford*, constata que 80% da população americana está sobretudo interessada em desenvolver um melhor conhecimento de si mesma através de uma busca interior do sentido da vida.

Parece estar em curso uma estratégia de controlo social, assente nos seus dois instrumentos mais eficazes: o medo e a ganância em que a encenação mediática visasse fortalecer constantemente a dominação do sistema económico sobre as sociedades e sobre cada pessoa. A mensagem que passa é de fazer crer que «não há vida para além da Economia» ou de que «sem Economia, não há salvação». E qual é essa Economia assim endeusada: é a economia assente no dinheiro, no lucro, na luta de todos contra todos para ganharem mais, para consumirem mais, na perspectiva de que mais é sempre melhor e de que só existe realmente aquilo que pode ser contado ou medido. Em nome das chamadas «necessidades da Economia», do cálculo económico supostamente científico e inquestionável, impõem-se decisões manifestamente nocivas dos interesses das pessoas, dos territórios, dos países, e que ameaçam a estabilidade, se não a sobrevivência, da própria Biosfera.

São bem visíveis na crise actual os malefícios provocados, à escala planetária, por um sistema económico, desde há 20 anos manifestamente dominado pelo sector financeiro, que depende intrinsecamente do seu crescimento contínuo – como a bicicleta que, se parar, desequilibra e cai – e cujos ganhos fenomenais têm sido canalizados, graças à legitimação académica outorgada pela Escola de Chicago, Milton Friedman, entre outros, para a apropriação privada por parte de uma pequena minoria.

A invasão crescente e extremamente rápida do espaço público pelo regime económico-financeiro dominante alberga efeitos muito graves para o presente e o futuro das sociedades humanas. Ao tornarem-se «crescimento-dependentes» as sociedades modernas acumulam e agravam os custos ambientais, sociais e pessoais de um regime de produção-consumo cada vez mais gerador de perda de valores, obsessão com artefactos, desemprego, exclusão, desigualdades, pobreza, desertificação, reforço de oligopólios, desperdício, destruição de recursos naturais não renováveis, saturação da capacidade recicladora do mundo físico.

Não é credível, e os últimos acontecimentos que geraram a actual «crise planetária» estão aí para o demonstrar, a tese de Francis Fukuyama que diz que a actual fase do capitalismo representa o «fim da história», numa evolução natural e inevitável da economia e das sociedades, sujeitas a leis supostamente científicas e objectivas e em que tudo se move graças à «mão invisível do mercado». De facto, por detrás dessa «mão» estão grupos de interesses bem identificáveis, estão pode-

res de decisão concretos, estão estratégias de conquista e de controlo sobre as pessoas e sobre os países. Perante isso, e porque toda a sucessão de actos e tendências atentatórias do bem-estar e da vida no nosso planeta tem sido legitimada pela «Ciência Económica», está na ordem do dia fazer uma análise crítica do que é realmente a Economia, como campo de conhecimento e de intervenção social.

O QUE É A ECONOMIA?

As múltiplas definições já avançadas de Economia giram em torno da ideia de estudar a produção, distribuição e consumo de bens e serviços; ou de analisar as forças da oferta e da procura na distribuição de recursos. A mais citada será a de Lionel Robbins de 1932 que vê a Economia como a ciência que estuda o comportamento humano enquanto relacionamento entre fins (que muitos economistas pretendem que são ilimitados) e meios raros com potenciais usos alternativos.

Sendo assim, não faz qualquer sentido isolar estas actividades humanas numa situação estanque e numa ciência exclusivamente reservada aos cálculos matemáticos, mas sim localizá-las dentro de um quadro geral de finalidades e meios da Humanidade e de cada ser humano, tal como propõe Herman Daly numa obra de 1992:

| | |
|----------------------------------|--|
| Espiritualidade / Transcendência | O fim último da vida; a realização plena da pessoa; a sobrevivência da espécie e da Biosfera |
| Ética | Fins intermédios (saúde, bem-estar, educação e cultura, ...) |
| Economia Política | Meios intermédios (força de trabalho; bens de equipamento e de consumo) |
| Tecnologia | Organização, métodos, conhecimentos |
| Física | Meios últimos (matéria, energia) |

Como que numa revolução copernicana, a Economia deixa de estar no centro, abandona a posição a que recentemente se alcançou de princípio e fim da actividade humana e de razão de ser das sociedades, para se reposicionar dentro de um esquema que sistematiza a organização da vida humana como um processo de sucessiva transformação de meios, visando contribuir para a satisfação das finalidades intermédias e transcendentais de todos e de cada um.

OS FISIOCRATAS, PIONEIROS DE UMA ECONOMIA DEPENDENTE DA FÍSICA

Procurando definir o que é a Economia é de constatar, efectivamente, um longo caminho desde a segunda metade do século XVIII quando os Fisiocratas, conduzi-

dos por François Quesnay, elaboraram a primeira escola de análise económica organizada. Terão sido eles até a lançar os alicerces de uma corrente de pensamento que associa em permanência a Economia a outros factores determinantes para a vida humana, nomeadamente a Natureza. Estranhamente, não é foi essa a corrente que acabou por ser dominante na Economia que hoje é leccionada nas universidades e se encontra também na base das decisões nas instituições públicas ou nas corporações privadas. Esta outra corrente, dita hegemónica, é actualmente uma versão a que se chamou «neoliberalismo» e que vê a Economia como um sector fechado sobre si mesmo, com regras mecânicas e matemáticas de uma circularidade perfeita. Desde modo, rejeita todos os factores físicos, sociais ou éticos condicionantes, apelidando-os de «externalidades», para os varrer das suas preocupações e ocultar o facto de poderem alterar o belo equilíbrio das equações e funções matemáticas a que pretendem reduzir os processos económicos.

Os economistas clássicos, na primeira metade do século XIX, estavam fascinados com os extraordinários sucessos da mecânica racional em astronomia, com base em Laplace. Rejubilaram com a descoberta do planeta Neptuno feita, não por observação do céu, mas à base de cálculos matemáticos. Por isso, importaram o modelo mecânico para as suas análises e descrições. No século XX, terão mesmo perdido esse alibi, porque a própria Física abandonou o dogma mecanicista: *O Declínio da Conceção Mecânica* foi, precisamente, o título que Albert Einstein e Léopold Infeld deram, em 1938, à sua obra comum.

A assimilação do processo económico a um modelo mecânico, regido por um princípio de conservação (transformação) e uma lei de maximização, reduz a ciência económica a uma cinética intemporal. E esta abordagem leva a uma proliferação de exercícios com «papel e lápis» e a modelos econométricos cada vez mais complexos que só servem, na maioria dos casos, para camuflar as questões económicas fundamentais reservando-as para os especialistas e evitando grandes debates públicos. Aqui, a teoria do equilíbrio afirma que, se certos acontecimentos alterarem a estrutura da oferta e da procura, o mundo económico não deixará de regressar às condições iniciais logo que esses acontecimentos (ditos conjunturais) desapareçam. Exactamente como na Mecânica, a reversibilidade total é a regra geral. Neste contexto é óbvio que os economistas podem descrever tudo, mas não explicam nada.

O que ocorre na realidade não corresponde a essa circularidade. É necessário um fluxo contínuo de energia nova para o constante funcionamento de qualquer sistema que opere na Natureza. No que respeita à energia, a vida é unidireccional e ninguém consegue conceber uma utilização de energia em ciclo contínuo. E também a matéria é necessariamente limitada, não havendo meios para transformar energia em matéria.

A CONSTRUÇÃO DA ECONOMIA BIOFÍSICA

Já para os Fisiocratas, os recursos naturais e o solo agrícola eram a fonte de toda a riqueza material. O processo económico, portanto, estava sujeito a leis objectivas, independentes da vontade humana: leis físicas e leis morais. No início do século XIX, estas intuições, de que a produção económica assentava em bases físicas e ecológicas, receberam uma confirmação científica com a descoberta das leis da termodinâmica, por parte de Sadi Carnot, Clausius e outros. O processo económico, como qualquer outro processo envolvendo seres vivos, é irreversível e de uma forma irrevogável. Terá que reger-se pela lei da entropia e não pelas leis da mecânica. É a Termodinâmica que vem reconhecer a distinção (que os economistas deveriam ter feito desde sempre) entre os *inputs* em recursos de valor (de baixa entropia) e os detritos inutilizáveis (de alta entropia). Todo o processo económico se resume, assim, a transformar matéria e energia utilizáveis em detritos sem valor. A lei da entropia é a raiz da raridade económica. Em termos físicos reais, a circularidade da economia, com bases em fluxos monetários, é uma mera abstracção, mais, é ficção pura.

Chegou-se assim à compreensão de que a produção económica consiste, fundamentalmente, na transformação da matéria de um estado primitivo para uma condição artificial que seja utilizável pelos humanos. Esta transformação exige sempre um contributo energético: a força de braço, a tracção animal, o vento, os combustíveis fósseis que são, afinal, a energia solar processada pelas plantas verdes ou pelas algas e acumulada ao longo de milhões de anos.

Podemos, pois, considerar qualquer actividade humana como processos de utilização de energia que dependem, em última instância, da disponibilidade permanente dos recursos energéticos. Efectivamente, os seres humanos, como a vida no seu conjunto, existem porque a Terra absorve mais energia solar do que aquela que reflecte. Assim, toda a história pode ser vista como a evolução das capacidades humanas de conquista e de manipulação da energia.

O socialista ucraniano e contemporâneo de Frederico Engels e com quem se correspondia, Sergei Podolinski, terá sido o primeiro a analisar, explicitamente, o processo económico sob uma perspectiva termodinâmica. Considerou que o modelo elaborado por Engels e Marx estava incorrecto quando assumia que o «socialismo científico» iria ultrapassar as carências em recursos naturais e permitir uma expansão material sem limites. A análise biofísica de Podolinsky levou-o a concluir que os limites últimos ao crescimento económico não se encontram nas «grilhetas das relações de produção» mas nas leis físicas e ecológicas. De facto, para Marx, igualmente um economista clássico, a Natureza oferecia aos seres humanos tudo o que tinha e, gratuitamente. Daí se gerou o mito de que seria pos-

sível ultrapassar o conflito ecológico da Humanidade para se atingir uma sociedade de abundância.

OS CONTRIBUTOS DE SODDY

Os primeiros anos do século XX caracterizaram-se por um vasto conjunto de trabalhos analisando o papel dos recursos naturais nas questões humanas e, muito em especial, na produção económica. O nome mais notável é o de Frederick Soddy, inglês e Prémio Nobel da Química, que aplicou as leis da termodinâmica aos sistemas económicos e dedicou grande parte da sua vida à crítica da teoria económica convencional. Soddy afirma que qualquer teoria abrangente da riqueza económica tem que adoptar leis biofísicas como princípios de base, porque a vida retira toda a sua energia física do mundo inanimado. É a energia solar que permite e alimenta todos os processos vitais. A vida humana assenta num fornecimento contínuo de energia solar capturada e transformada pelas plantas. Quando os seres humanos começaram a explorar os combustíveis fósseis, isto é energia-capital, em vez da energia solar directa, energia-rendimento, foram gerados volumes de trabalho com valor económico nunca antes alcançados.

Para Soddy, o erro fatal da economia convencional é confundir riqueza e dívida já que, com efeito, é a dívida que gera dinheiro, no processo de crédito bancário. A riqueza tem uma dimensão intrinsecamente física, enquanto a dívida é uma quantidade matemática puramente imaginária, sem dimensão física. Contrariamente à riqueza, as dívidas são criadas por um gesto de mão ou pela vontade da mente, porque «as dívidas estão sujeitas às leis da matemática e não da física». Contrariamente à riqueza, as dívidas não se degradam com a idade, mas crescem ano após ano, graças às conhecidas leis matemáticas do juro simples e composto. Soddy considerava que esta confusão levava à existência de instituições financeiras inteiramente divorciadas dos princípios da física que condicionam a produção de riqueza. Os bancos criam dinheiro de forma arbitrária emprestando o dinheiro «fictício» mediante juros. Já a riqueza, a quantidade física representada pelo dinheiro, não pode crescer indefinidamente à mesma taxa de juros compostos, pois está sujeita às leis da termodinâmica. A dada altura, 1926, previa Soddy, as dívidas vão exceder a riqueza, o que conduzirá o sistema bancário ao colapso.

É certo que uma das características do capitalismo moderno foi tornar o dinheiro independente da riqueza, permitindo ao dinheiro gerar dinheiro, graças a uma diversidade de dispositivos inventados que deram origem à «Economia de Casino» contemporânea, com os desastrosos resultados que se verificaram desde o colapso dos créditos imobiliários *subprime* em Setembro de 2007, nos Estados

Unidos. Efectivamente, a previsão de Soddy ficou bem validada pelos factos, tanto em 1929 como em 2007-2008.

Como se viu, de um ponto de vista físico, o processo económico não faz mais que transformar recursos naturais valiosos – de alta organização e baixa entropia – em detritos – de baixa organização e elevada entropia. Por exemplo, quando se queima um pedaço de carvão, a sua energia química não diminui nem aumenta, mas a sua energia inicial dissipa-se sob a forma de calor, fumo, cinzas, que o homem já não pode utilizar. Significa que a energia inicial se degradou em energia caoticamente dissipada, dispersa em desordem (é isto a alta entropia). Por isso, uma medida definida com base na baixa entropia (que é rara) representa mais correctamente o valor de qualquer coisa do que o dinheiro pelo que, pode ser transaccionada.

Já nos anos 50 do século passado, M. King Hubbert reforçava as ideias de Soddy e outros sobre a falta de bases físicas da economia convencional, quando dizia:

Quando alguém fala do crescimento do PNB (Produto Nacional Bruto), não faço a mínima ideia do que isso quer dizer ao procurar traduzir esse conceito em carvão, petróleo, ferro e outras quantidades físicas necessárias para fazer funcionar uma indústria. A quantidade PNB é um factor monetário contabilístico, obedece às leis do dinheiro, pode aumentar ou diminuir, ser criado ou destruído, mas não está sujeito às leis da física.

De facto, como vinte anos mais tarde Howard Odum viria confirmar que o dinheiro flui em círculo fechado enquanto a energia de baixa entropia que chega à economia, vinda do exterior, é utilizada nas necessárias tarefas e abandona depois o sistema económico sob a forma de calor degradado.

Nada está mais longe da realidade do que a ideia do processo económico como um fenómeno isolado e circular, tal como o representam as análises, tanto de marxistas como de economistas ortodoxos. Todo o processo económico está profundamente ancorado numa base material e esta está submetida a constrangimentos bem definidos. Por causa destes constrangimentos físicos o processo económico contém, intrinsecamente, uma evolução irrevogável em sentido único. Há que reconhecer que, num sistema fechado como é a nossa Biosfera², a energia solar é o único *input* real que nele se introduz. Tudo o mais que existe no planeta está sujeito à degradação com o tempo ou com o uso.

(2) As 150.000 toneladas / ano de materiais constituídos pelos meteoritos não invalidam esta afirmação dada a sua insignificância relativamente à massa do planeta.

A ECOLOGIA E A BIOLOGIA NA ECONOMIA

Nicholas Georgescu-Roegen já em 1979 possuía uma visão da Economia profundamente enraizada na Física, Química e Biologia da existência humana e demonstrou o necessário talento analítico e intelectual para aplicar coerentemente os seus conhecimentos e perspectivas dentro da tradição humanista da Economia.

É um facto que a análise económica convencional se concentra na troca de mercadorias entre os membros de uma dada economia, colocando a tónica nas preferências dos consumidores, tecnologias e aplicações de capital com vista à obtenção e estabilidade de equilíbrios do mercado. Georgescu procurou basear a análise económica nas realidades biofísicas do processo económico. Para ele, o grande pecado da análise económica convencional é a confusão que faz entre fundos e fluxos, o que leva a uma relação inteiramente falseada entre capital manufacturado e capital natural. Uma economia apenas assente em «exercícios de papel e lápis» é incapaz de compreender um princípio chave na realidade física, isto é, que o capital manufacturado não poderá nunca criar os próprios recursos que transforma nem os materiais com que é fabricado.

Enquanto a ciência económica contemporânea emergiu com a descoberta do processo circular da vida económica – ciclos, equilíbrios automáticos, feedback negativo, homeostase, entre outros – transformada por Stanley Jevons no final do séc. XIX numa mecânica da utilidade e do interesse próprio, Georgescu-Roegen integra nela o tempo irrevogável da irreversível degradação física do nosso mundo e revela a historicidade entrópica comum aos processos biológicos e económicos, que constituem o suporte material da vida dos seres humanos. Nestes termos, o tempo da Economia já não é o tempo reversível da Mecânica celeste mas o tempo irreversível da ciência do calor – Termodinâmica – e da vida. Nesta perspectiva, o custo de qualquer empreendimento biológico ou económico será sempre superior ao seu produto, pois irá sempre ocorrer um deficit termodinâmico. Existe, efectivamente, uma contradição inconciliável entre a actual Economia dominante e as noções chave da Biologia moderna, que são, segundo François Jacob na sua obra de 1985, (i) a unidade do mundo vivo e a afinidade de todas as espécies, (ii) a unidade da Biosfera e a interdependência dos elementos que a constituem; (iii) a importância da diversidade no mundo vivo.

A economia biofísica baseia-se num modelo conceptual de Economia associado e sustentado por um fluxo de energia, materiais e serviços do ecossistema. Nesta base, os princípios fundamentais para a actividade económica são:

- A visão da Terra como um sistema termodinamicamente fechado e incapaz de crescer na sua matéria, sendo a economia humana um subsistema de um

- ecossistema global. Isto implica que existem limites ao processamento biofísico dos recursos do ecossistema, tanto quando são transformados pelo subsistema económico como quando são devolvidos ao ecossistema sob a forma de detritos.
- A visão futura de um planeta sustentável, com uma elevada qualidade de vida para todos os seus habitantes, tanto humanos como de outras espécies, dentro dos constrangimentos materiais já atrás referidos.
 - O reconhecimento de que, na análise de sistemas complexos como a Terra, em qualquer escala, espacial ou temporal, persiste uma incerteza essencial, vasta e irreductível, e de que todos os processos de transformação são, parcial ou inteiramente irreversíveis, o que exige uma postura fundamental de precaução.

O DOGMATISMO IRRACIONAL DA ECONOMIA DOMINANTE

Do catecismo económico contemporâneo fazem parte várias crenças, em geral promovidas pelos discursos políticos e académicos e também pelos meios de comunicação, como verdades inquestionáveis, dogmas, que não dão azo a debates ou contestações. Entre outras, a exclusiva relevância do quantificável e, mais concretamente, do que é convertível em dinheiro; o dinheiro como alfa e ómega da actividade económica (se não, mesmo da vida e actividade humana) e também como unidade básica do valor e de todo o sistema económico; a dimensão infinita das necessidades humanas materiais; o mercado como equilibrador, perfeito e permanente, das tendências de oferta e de procura; o mito do crescimento, como fenómeno não só imperioso como virtuoso, e também como processo sem limites.

Aliás, muitos destes factores estão inter-relacionados. Produz-se a raridade do dinheiro, que é transformado da sua original função de instrumento de troca, em fundamento da riqueza e base de investimento. Sendo raro, e estando acumulado e controlado por uma minoria de pessoas e organizações, o dinheiro tem um custo por elas definido. Quem dele necessita, para investir ou consumir, terá frequentemente que o pedir em empréstimo, e não bastará depois devolver o montante concedido, pois acrescerá sempre o chamado juro. O dinheiro, graças à dívida contraída, vai gerar mais dinheiro. Este acréscimo é, no fundo, um adiantamento sobre produção futura e, nestas condições, a existência do juro exige necessariamente o crescimento. Além disso, para orientação dos investidores mundiais, existem classificações periódicas das instituições financeiras e dos países, consoante a capacidade relativa de gerar dinheiro e, por conseguinte, assegurar lucros. Quanto maior for o volume de transacções em dinheiro que um país possa apresentar (isto é, quanto mais o PNB/PIB crescerem), melhor será a nota atribuída (AAA é o

máximo) e mais credível se tornará para os investidores. Mais uma razão para se apostar, sem reservas nem precauções, no crescimento económico, medido exclusivamente com base no PIB. Ora, para o cálculo do PIB só se incluem os fluxos e não os stocks, o património. A riqueza de um país – minérios, petróleo, florestas, terrenos, etc. – só aparece no PIB quando vendida ou explorada comercialmente. Uma floresta a crescer não conta, mas conta se for cortada e vendida. O PIB acolhe, indistintamente, despesas negativas ou positivas no que se refere à poluição, à degradação; também fazem subir o PIB os custos com o acréscimo de criminalidade (e conseqüente prevenção), com a sinistralidade rodoviária, com catástrofes naturais, com incêndios florestais ou com uma nova pandemia.

PARA ALÉM DO CÁLCULO MONETÁRIO

No entanto, dentro do paradigma acima referenciado, o de uma Economia aberta a factores biofísicos e sociais, em vez de uma Economia fechada sobre si mesma, a virtude do crescimento não é de modo algum inquestionável. Revendo o quadro proposto por Herman Daly em 1992 apresentado anteriormente, fica claro que a Economia, dentro da gama abrangente de meios e finalidades, só cobre um dos sectores, ou seja, aquele onde se produzem meios intermédios (força de trabalho, equipamentos, bens de consumo, etc.) graças à conversão de bens últimos (matéria, energia) a fim de garantir a satisfação de certos fins intermédios (saúde, conforto, educação, etc.). Nesta perspectiva, é evidente que as opções económicas terão que submeter-se aos condicionalismos ditados pela Natureza (Física), aos conhecimentos disponíveis para efectuar as transformações (Tecnologia), às prioridades definidas pelas sociedades quanto aos fins intermédios a prosseguir (Ética, Política) e ainda e sobretudo, às finalidades últimas da vida, que abrangerão tanto a sobrevivência da espécie humana e da Biosfera no seu conjunto, como a plena realização e a felicidade de cada ser humano.

Dentro deste contexto, não faz qualquer sentido o actual autismo da Economia convencional, quando reduz as suas grandes opções a meros cálculos contabilísticos, como faz ainda menos sentido ter-se delegado no mercado (que é cego, quanto a impactes ambientais, e que é implacável relativamente às exclusões sociais) a tomada de decisões cruciais que vão afectar o planeta, todas as sociedades humanas actuais e até as gerações vindouras. Daly, inspirado por Irving Fisher e alguns dos autores já aqui citados, apresenta a seguinte argumentação:

Chamemos *stock* ao inventário global de bens de capital, bens de consumo, pessoas, isto é, ao conjunto de coisas físicas capazes de satisfazer necessidades

humanas e que estão sujeitas a apropriação; E chamemos *serviço* à satisfação sentida pelas pessoas quando encontram resposta às suas necessidades (o «rendimento psíquico» de Fisher). O *serviço* resulta do *stock* e não é acumulável pois as necessidades não são, em geral, satisfeitas uma vez por todas. Quanto ao processamento – aquilo a que Daly chama *Throughput* – é todo o material e energia gastos em qualquer processo de transformação, isto é, o fluxo físico (realmente não é o dinheiro que na realidade se gasta) que perpassa nas operações da Economia humana para acabar finalmente no «caixote de lixo» da Natureza. Este processamento é imprescindível, tanto para assegurar directamente a satisfação das necessidades humanas como para manter e renovar, sempre que fisicamente possível, o *stock*.

Podemos apresentar, esquematicamente, a seguinte equação:

$$\frac{\text{SERVIÇO (benefícios finais)}}{\text{PROCESSAMENTO (ou custos finais)}} = \frac{\text{SERVIÇO}}{\text{STOCK}} \times \frac{\text{STOCK}}{\text{PROCESSAMENTO}}$$

Em última análise, o benefício que advém para as pessoas situa-se sempre e só no *serviço*, e não no *stock*, embora sejam os *stocks* que permitem o *serviço* mas graças ao *processamento*.

O custo do *serviço* não é dinheiro é o próprio *processamento*, isto é, aquela fracção do ecossistema que foi sacrificada nos fluxos exigidos pelo *serviço*. Só por si, o *stock* não dá satisfação: uma fábrica, um barril de petróleo, um solo arável não respondem directamente a necessidades humanas.

A lógica da Economia dominante e a lógica do crescimento económico, vão no sentido de maximizar todas estas quantidades, acelerando sempre e continuamente o *processamento* que é sempre um custo. Como se viu, o crescimento económico é uma necessidade inerente à Economia dominante e ao funcionamento da moeda. Recorrendo ainda ao esquema de Daly, o crescimento económico será explorar cada vez mais meios ou bens últimos para produzir cada vez mais meios intermédios, com o fim de satisfazer cada vez mais fins intermédios, num movimento que se pretende ilimitado no tempo e no espaço. Neste entendimento, mais é sempre melhor. Quando considerado isoladamente, este processo de crescimento encontra-se em completa ruptura tanto com a Ética como com a Física.

Estamos perante um sistema económico que exige em permanência custos mais elevados, a pagar pelas sociedades humanas, ou seja: mais trabalho, mais *stress*, menor qualidade de vida; e pela Biosfera: mais depredação de recursos, mais poluição. Trata-se, pois, de um sistema intrinsecamente ineficiente.

Por isso, Herman Daly, como vários outros, propõe uma lógica económica diferente: a lógica da estabilidade que assenta em três regras básicas:

- (a) A Regra da Suficiência, relativamente ao *stock*, isto é, escolher o nível de stocks que baste para assegurar um nível de vida razoável e sustentável para todos e a longo prazo;
- (b) A Regra da Minimização, relativamente ao *processamento*, tornando-o dependente de um nível constante de *stocks*;
- (c) A Regra da Optimização, e não da Maximização, relativamente ao *serviço*, procurando-se a melhor satisfação possível das necessidades humanas (e não sempre mais), tendo em vista a manutenção de um nível constante de stocks.

A finalidade do desenvolvimento económico, dentro de uma lógica de estabilidade e não de crescimento, será de manter o *stock* suficiente, através de um *processamento* de nível tão baixo quanto possível, mas com o mais elevado grau possível de *serviço*. Aqui, o sucesso de uma economia não será medido pelos valores monetários correspondentes aos volumes de produção e de consumo mas sim pela natureza, extensão, qualidade e complexidade do *stock* global incluindo o bom estado dos corpos e das mentes das pessoas. Ao contrário, numa perspectiva de crescimento económico, o que se visa é aumentar simultaneamente *serviços*, *processamento* e *stock*, fazendo aumentar incessantemente as transacções monetárias, ou seja, o Produto Interno Bruto.

A ECONOMIA DOMINANTE É ANTI-SOCIAL E ANTIDEMOCRÁTICA

O CRESCIMENTO ECONÓMICO PARA TODOS É IRREALISTA

A prática de fazer dinheiro a partir de dinheiro, a usura que durante tanto tempo foi estigmatizada na História como crime ou pecado, apoderou-se da Economia. É agora este desígnio de acumulação incessante de um instrumento, de um símbolo, de uma unidade matemática – o dinheiro –, e não a satisfação das reais necessidades das pessoas, que comanda e dirige a produção de bens e serviços. Produz-se para gerar recursos monetários, a fim de acompanhar ou justificar a *posteriori* o ritmo da proliferação desta representação simbólica que é a moeda. A degradação social e ambiental é, no fundo, a crise mundial fundamental, pois os problemas provocados pelo sistema monetário mundial, pelas suas características intrínsecas, se tornam cada dia mais visíveis e mais nocivos à humanidade e ao planeta.

Outra crença muito propalada pelos adeptos do crescimento a qualquer custo é de que, graças a este processo, todas as pessoas e todos os países acabarão por beneficiar do crescimento de alguns. É aquilo a que chamam o efeito *trickle down*,

recorrendo à imagem de que, quando a maré sobe, sobem com ela todos os barcos. Já em 1949 afirmava o Presidente norte-americano Harry Truman que elevar o nível de consumo de todos os habitantes do planeta até ao que fora atingido pelo americano médio era a mensagem implícita das teorias e práticas do desenvolvimento. Ora não se pode esquecer que um americano consome diariamente o equivalente ao seu próprio peso (médio): 18 quilos de petróleo e carvão, 13 quilos de outros minerais, 12 quilos de matéria vegetal, 9 quilos de outros produtos, o que resulta num consumo diário de 52 quilos. Quer isto dizer que 4% da população mundial utiliza 25% de todos os recursos estratégicos e energéticos da Terra. Se somarmos as outras nações ditas desenvolvidas e também as minorias ricas dos demais países, poderemos atingir 1 bilião de pessoas, ou seja, menos de 1/6 da população mundial, que serão responsáveis pelo uso de 2/3 dos principais metais, 3/4 da energia e quase todos os produtos florestais, ao mesmo tempo que produzem 2/3 dos factores que provocam o efeito de aquecimento global.

O desenvolvimento é uma ideologia e uma prática de poder, dominação e conquista. Na sua autobiografia publicada em 2005, John Perkins narra o seu percurso pessoal desde «servidor voluntário do Império» até advogado apaixonado dos direitos dos povos oprimidos. Recrutado secretamente pela Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos e colocado nos quadros de uma empresa internacional de consultoria, *Chas T. Main*, descreve como, na sua qualidade de consultor altamente remunerado, ajudou o seu país a defraudar em triliões de dólares países pobres por todo o mundo. A estratégia era de convencer ou corromper os respectivos governos a lançarem obras gigantescas e pedirem, a título de empréstimo para as financiar, mais dinheiro do que poderiam jamais reembolsar, o que permitia penhorar essas economias e controlar esses governos. A tarefa de John Perkins e dos seus colegas era implementarem políticas de desenvolvimento, normalmente apoiadas pelo Banco Mundial, que promoviam os interesses da corporatocracia norte-americana (a coligação de governo, bancos e grandes empresas) e levar esses países a aumentar desmesuradamente o seu endividamento, ao mesmo tempo que anunciavam a modernização da sociedade e o alívio da pobreza.

Infelizmente, as estatísticas têm revelado, sistematicamente, efeitos opostos aos anunciados pelo «efeito de gotejamento» (*trickle down*). O processo de desenvolvimento tem sido acompanhado por uma desigualdade galopante, pois os benefícios do desenvolvimento não são colhidos por todos, mas por uma pequena minoria. Estima-se que, dos mais de 6 biliões de pessoas que vivem agora no planeta, não mais de 9 milhões sejam os reais beneficiários do presente sistema económico: os proprietários ou investidores de bancos, companhias de seguros, fundos de pensões, instituições de investimento e pouco mais.

As instituições financeiras, nomeadamente o Banco Mundial, fornecem capitais para as infra-estruturas, o que também traz enormes lucros para as firmas ocidentais e, via de regra, substanciais comissões para decisores públicos locais. Para reembolsar essas dívidas, os países ditos em desenvolvimento são obrigados a canalizar as suas economias para a exportação de recursos naturais, um processo que provocou por toda a parte efeitos devastadores, a nível social, económico e ecológico. Como Ivan Illich afirmava frequentemente, «este desenvolvimento significa pobreza programada».

Dentro do sistema de Economia globalizada, ser «desenvolvido» significa sobretudo ter capacidade de produzir dinheiro internacionalmente aceite. A fim de gerar dinheiro para pagar a dívida externa, as pessoas e os países são forçados a dirigir as suas actividades produtivas, não para satisfazer necessidades locais, mas para a exportação. Consequentemente, a grande maioria da população perde as suas economias familiares e de subsistência e fica condenada à dependência e à fome. As plantações originais são substituídas por vastas «fábricas de comida a céu aberto», enquanto as famílias de camponeses, que anteriormente se auto-sustentavam, têm que emigrar para os bairros de barracas que hoje enxameiam as grandes cidades.

Groucho Marx dizia «consegui esforçar-me na minha vida para subir do nada até um estado de extrema pobreza». Poderia, decerto, dizer-se o mesmo relativamente aos resultados de décadas de «desenvolvimento»: estima-se, actualmente, que 1,3 biliões de pessoas vivam com menos de 1 dólar por dia enquanto cerca de metade da população mundial, uns 3 mil milhões de pessoas, não têm mais de 2 dólares de rendimento diário. Isto ocorre ao mesmo tempo que as vacas na Europa recebem um subsídio diário de 2 dólares e que a sua manutenção da sua existência exige a exploração intensa de uma área superior em 7 vezes ao continente europeu.

O CRESCIMENTO DAS DESIGUALDADES

O que, na verdade, tem ocorrido, em paralelo com a globalização do sistema económico dominante à escala planetária, é o agravamento acelerado e generalizado das desigualdades, entre continentes, entre países, entre regiões, entre cidade e campo, entre grupos e entre pessoas. A diferença de rendimento entre os países mais ricos e os países mais pobres passou de 11:1 em 1870, a 38:1 em 1960 e a 60:1 no final do séc. XX; 20% das pessoas mais ricas possuem 80% do rendimento mundial e 1% detêm 40% da riqueza no planeta; Os 20% mais pobres têm 0,5% desse rendimento e os 50% mais pobres cerca de 1% da riqueza mundial. Os Estados Unidos, onde vivem uns 4% dos habitantes do planeta, possuem 34% da

riqueza do mundo. Neste país, aliás, 1% das famílias mais ricas já detêm 40% da riqueza nacional. Faz todo o sentido a adivinha há alguns anos publicada no *Monde Diplomatique* que perguntava:

Qual a diferença entre a Tanzânia e a Goldman Sachs? Resposta: a Tanzânia é um país africano que ganha 2,2 mil milhões de dólares por ano para distribuir pelos seus 25 milhões de habitantes e a Goldman Sachs é uma empresa de serviços financeiros, sediada em Nova York, que ganha 2,6 mil milhões de dólares por ano para distribuir pelos seus 161 accionistas.

De notar que a *Goldman Sachs* foi objecto, em 2008, de medidas de apoio por parte do governo federal norte-americano destinadas a estabilizar o sistema financeiro em colapso.

O NEOLIBERALISMO COMO *TERAPIA DE CHOQUE*

É manifesto que o modelo económico dominante perverte profundamente os valores sociais, atomizando as comunidades e agravando desigualdades. Além disso, a expansão deste modelo, na sua modalidade extrema de neoliberalismo, como movimento de contra-revolução contra o keynesianismo, exige que se tomem medidas extremamente impopulares: privatização dos serviços públicos susceptíveis de gerar lucros; liberalização de preços e abolição dos demais controlos sobre a economia; descida de salários; degradação das condições de trabalho; corte nas despesas públicas, em especial, nos sectores da saúde, da segurança social e da educação. A sua aplicação generalizada vem determinar a corrosão da democracia e das práticas de cidadania através de processos autoritários, muitas vezes extremamente violentos. Não será por acaso que, com o apoio e o beneplácito de conselheiros ligados à Escola de Chicago, Milton Friedman³ e outros, a introdução do neoliberalismo, por exemplo, em países que iniciavam experiências de social-democracia, tenha coincidido com as mais sanguinárias ditaduras dos finais do século XX: Indonésia, Chile, Argentina, Brasil. Qualquer regime político empenhado na plena aplicação dos preceitos neoliberais não pode aceitar visões do mundo concorrentes ou moderadoras do seu fundamentalismo. Medidas tão impopulares só podem ser geralmente implementadas sob a forma de *terapia de choque*, de Naomi Klein, após a ocorrência de acontecimentos traumáticos na sociedade *cobaia*: golpes militares seguidos de práticas de ter-

(3) «A coisa realmente importante nesta questão chilena é que os mercados livres seguiram de facto o seu caminho para criarem uma sociedade livre», como afirmava Milton Friedman em entrevista (Apud. Klein, 2009: 134).

rorismo de Estado; queda do Muro de Berlim e derrocada do regime soviético; depressões económicas deliberadamente introduzidas; catástrofes naturais como o *Katrina* ou o tsunami no sudeste asiático; Guerra das Malvinas; repressão em massa na China após a Praça de *Tiananmen*, entre muitos outros ocorridos e a ocorrer.

Hannah Arendt em 1983 denunciava que em 1958 – e antes dela, Polanyi – o carácter patológico da expansão descontrolada do económico no interior das sociedades e, muito especialmente, a invasão do domínio público, do espaço do político e da cultura, fenómeno que veio modificar drasticamente o cerne cultural e político das sociedades modernas. Como sublinhou Arendt:

enquanto o económico ocupar o domínio público, não pode existir um verdadeiro domínio público, mas apenas actividades privadas para exibição pública.

A expansão do sistema económico actualmente dominante alimenta-se, de facto, da degradação da vida cultural e da vida política. A enorme dificuldade sentida pelos políticos contemporâneos em exprimir-se de maneira credível sobre os grandes problemas de sociedade como a pobreza, exclusão de pessoas e de territórios, imigração, criminalidade, apatia dos cidadãos, deterioração ambiental, resulta da submissão crescente do mundo político ao mundo económico. Pressionados pelos dogmas da Economia os decisores políticos renunciaram a fazer política, no sentido de construção de um futuro comum e de expressão de uma vontade colectiva e de uma identidade cultural, para assumirem o papel de gestores, apresentando contas, em cada ano e em termos de PIB, à Bolsa mundial. Esta situação transformou os governos contemporâneos em meros administradores das condições mais favoráveis à acumulação financeira, cada vez mais desregulada e dominada por instituições autónomas e sem controlo democrático.

Neste contexto, os Estados apresentam actualmente duas faces bem distintas. São Estado liberal a nível exterior, não interferindo nos fluxos de capital e de mercadorias em nome da mão livre do mercado, como são igualmente Estado policial e burocrático a nível interno, para assegurar as melhores condições à acumulação de capital colocando em risco a cidadania e as liberdades e direitos que eram apátnio das sociedades democráticas.

Para o cidadão, está reservada uma função deveras reduzida, a de consumidor, que recebendo com uma mão dinheiro do empregador ou do serviço de assistência o entrega com a outra a fornecedores de bens e serviços fazendo girar, incessantemente, a roda do lucro e da acumulação.

Na realidade, todas as experiências ditas neoliberais nunca levaram à instalação de uma sociedade de mercado livre «puro», como profetizaram os elementos da Escola de Chicago, mas sim a sociedades profundamente divididas, dualistas, onde a pobreza cresceu drasticamente, a classe média foi quase destruída e passou

a dominar uma pequena elite oligárquica, combinando poder e dinheiro⁴. Como escreve Naomi Klein em 2009:

O Chile, sob o governo da Escola de Chicago, estava a oferecer um vislumbre do futuro da economia global, um padrão que iria repetir-se uma e outra vez, desde a Rússia até à África do Sul e à Argentina: uma bolha urbana de especulação frenética e contabilidade dúbia, que alimentam os superlucros e o consumismo desenfreado, rodeada pelas fábricas fantasmagóricas e infra-estruturas apodrecidas de um desenvolvimento passado; cerca de metade da população completamente excluída da economia; corrupção e compadrio fora de controlo; dizimação das pequenas e médias empresas nacionais; uma enorme transferência de riqueza pública para mãos privadas, seguida por uma enorme transferência de dívidas privadas para mãos públicas.

Há uns anos atrás, os economistas Jackson e Marks, 1997 e 2002, conceberam um Índice de Bem-Estar Sustentável e concluíram que, entre 1950 e 1994 no Reino Unido, o Produto Interno Bruto *per capita* cresceu 230%, mas o nível de bem-estar sustentável apenas 3%. De facto, este último subiu até 1974 e desde então tem declinado, sistematicamente. Este decréscimo deve-se sobretudo aos custos crescentes da degradação social e ambiental neste país. Relativamente aos Estados Unidos da América, Daly e Cobb em 1990 também mostraram que o índice de bem-estar subiu até 1969, passou uma década em estagnação e desceu depois, dramaticamente, até à actualidade. Numa sociedade de elevado *stress* e obcecada pelo consumo, como os Estados Unidos, é um facto que os rendimentos reais duplicaram numa geração, mas a parte da população que se considera feliz, um terço, manteve-se inalterada.

Está, pois, em curso um conflito fundamental e à escala planetária, de que dependerá o futuro da Humanidade. Não se trata já de um conflito entre blocos geo-económicos, nem entre classes sociais mas, essencialmente entre, por um lado, a civilização, como obra de gerações de seres humanos e colocada ao seu serviço e dos demais seres vivos e, por outro, o poder representado pelo dinheiro e pela pequena minoria dos seus principais detentores.

(4) 90% dos bilionários chineses são filhos de altos funcionários do Partido Comunista Chinês. Ver artigo de Mo Ming, «90 Percent of China's Billionaires Are Children of Senior Officials», China Digital Times, 2 de Novembro de 2006.

UM MOVIMENTO GLOBAL DE CIDADANIA ACTIVA

Apesar da natureza totalitária da Economia dominante a realidade já demonstrou, ao longo de milénios, e continua a demonstrar que outras Economias são viáveis e, sem dúvida, desejáveis. Certamente inspirados por uma filosofia de base humanista – que afirma que tudo o que está relacionado com a esfera social nunca se pode sujeitar a leis imutáveis e inexoráveis, como pretendem ser as da ciência económica convencional – numerosas organizações têm sido criadas nos últimos anos por cidadãos activos buscando respostas locais para os problemas quotidianos provocados ou exacerbados pelas tendências macroeconómicas dominantes do mundo globalizado actual. Este é um movimento extremamente disperso e diversificado, onde cada projecto e cada grupo local procura as soluções, em termos de organização, método e conteúdos, mais adequadas ao seu contexto específico, bem como às capacidades, necessidades e expectativas das pessoas envolvidas.

Na maioria dos casos, estas iniciativas surgem como resposta ao *cilindro-compressor* do «produtivismo», embora não se tentem isolar do mundo exterior nem do domínio económico. Em vez disso, tentam encontrar e validar formas alternativas, viáveis e sustentáveis de combinar interesses económicos e sociais. Encontram-se geralmente ligadas ou a um dado território ou a um grupo específico, sob ameaça de marginalização, se não de erradicação, devido a serem consideradas «descartáveis» pelos poderes hegemónicos. De acordo com a ideologia actualmente dominante, tudo o que se afaste dos parâmetros da «economia única», ou seja, a economia globalizada dominada pelos mercados financeiros, não tem lugar na sociedade actual.

OS TRÊS NÍVEIS DA ECONOMIA

Estes movimentos e projectos são expressões reais de negação e contestação da existência de uma única economia. Uma estrutura pluralista da Economia fora já proposta pelo historiador económico francês Fernand Braudel em 1980 quando definiu três esferas económicas relativamente independentes, cada qual com as suas regras e características específicas: a economia mundial, a economia local de mercado e a economia familiar ou de subsistência.

A Economia-Mundo abrange as maiores multinacionais e instituições financeiras, envolvendo Estados, organismos intergovernamentais, monopólios e oligopólios. É o espaço da macropolítica, onde a força ganha primazia sobre o direito. Apesar da ideologia correntemente divulgada, neste patamar da Economia, não funciona a lei da oferta e da procura, mas sobretudo imposições financeiras e políticas, fixação de preços e de quotas de mercado.

No patamar da economia local, as trocas funcionam realmente entre uma multiplicidade de actores, cidadãos e empresas de pequena e média dimensão. A este nível, existe concorrência e regulamentação. É o domínio da «polis», das autarquias, da vida associativa, onde pode desenvolver-se a democracia local e o debate público.

No patamar mais térreo, ou até subterrâneo, opera a lei não escrita do meio social, assente em famílias e clãs. É o campo da economia de subsistência, não mercantil e até informal.

Uns anos mais tarde, em 1994, Verschave veio sustentar que a estrutura tripartida braudeliana permite, mesmo no mundo quase-totalitário dos nossos dias, alguma margem de liberdade humana e criatividade social. Existe comunicação e também interdependência entre os três níveis da economia, mas não existe uma absoluta sobredeterminação: os impasses e contradições que ocorrem em cada um dos três níveis também podem influenciar os restantes.

Dentro deste quadro, mais flexível e propício à criatividade social do que o decretado pela Economia dominante, é realmente possível – e milhares de exemplos passados e presentes o demonstram – conceber e concretizar projectos em que a Economia se coloca, como lhe cabe, ao serviço das pessoas e da Biosfera em geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUITON, Christophe (2001). *Le monde nous appartient*. Paris: Ed. Plon.
- ALLEMAND, Sylvain (2005). *Les nouveaux utopistes de l'économie: produire, consommer, épargner... différemment*. Paris: Ed. Autrement Frontières.
- ARENDRT, Hannah (1983). *Condition de l'homme moderne*. Paris: Ed. Calmann-Lévy.
- ARNSPERGER, Christian (2006). *L'économie c'est nous: pour un savoir citoyen*. Ramonville Saint-Agne: Ed. érès.
- ATTAC (2001). *Une économie au service de l'homme*. Paris: Ed. Mille et une Nuits / Fayard.
- AZNAR, Guy; CAILLÉ, Alain; LAVILLE Jean-Louis; ROBIN, Jacques e SUE, Roger (1997). *Vers une économie plurielle: un travail, une activité, un revenu pour tous*. Paris: Ed. Syros.
- BARDOS-FÉLTONYI, Nicolas (2004). *Comprendre l'économie sociale et solidaire: théories et pratiques*. Bruxelles: Co-edit. Couleur livres & Chronique sociale.
- BARREZ, Girk (2002). *Une autre mondialisation est possible; de Seattle à Porto Alegre*. Bruxelles: Ed. Le Roseau Vert.
- BELLO, Walden (2004). *Deglobalization: Ideas for a New Economy*. London, New York: Ed. Zed Books.
- BENNHOLDT-THOMSEN, Veronika; FARACLAS, Nicholas e von WERLHOF, Cláudia (2001). *There is an Alternative: Subsistence and Worldwide Resistance to Corporate Globalization*. Melbourne, New York, London: Ed. Spinifex Press & Zed Books.

- BOUBIL, Alain (1996). *Keynes, reviens! Ils sont devenus fous...* Mónaco: Ed. du Rocher.
- BRAUDEL, Fernand (1980). *Civilisation matérielle, économie et capitalisme*. Paris: Ed. Armand Colin.
- CATTANI, A.D.; LAVILLE, J.-L.; GAIGER, L. I. e HESPANHA, P. (Coord.) (2009). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Ed. Almedina.
- CHORNEY, Harold e HANSEN, Phillip (1992). *Toward a Humanist Political Economy*. Montreal, New York: Black Rose Books.
- CLERC, Denis (2004). *Déchiffrer l'économie*. Paris: Ed. La Découverte.
- Comissão Independente População e Qualidade de Vida (1998). *Cuidar o Futuro: um programa radical para viver melhor*. Lisboa: Trinova Editora.
- Commission on Global Governance (1995). *Our Global Neighbourhood*. Oxford University Press.
- CORDELLIER, Serge & Fabienne Doutaut (Coord.) (1997). *Mondialisation au delà des mythes*. Paris: Ed. La Découverte.
- COUTROT, Thomas (2005). *Démocratie contre capitalisme*. Paris: Ed. La Dispute / SNEDIT.
- DALY, Herman E. Steady-State Economy (1992). London: Ed. Earthscan.
- DALY, Herman E.; B., John e Jr., Cobb (1990). *For the Common Good. Redirecting the Economy towards Community, the Environment and a Sustainable Future*. London: Green Print.
- DOBSON, Ross V. G. (1993) *Bringing the Economy home from the Market*. Montreal, New York, London: Black Rose Books.
- DOUTHWAITE, Richard (1992). *The Growth Illusion: how economic growth has enriched the few, impoverished the many and endangered the planet*. Devon: Green Books.
- DOUTHWAITE, Richard (1996). *Short Circuit: Strengthening Local Economies for Security in an Unstable World*. Devon: Green Books.
- DUMONT, René e PAQUET, Charlotte (1994). *Misère et Chômage. Libéralisme ou Démocratie*. Paris: Ed. Seuil.
- DUMONT, René (1995). *Ouvrez les yeux! Le XXI^e. siècle est mal parti*. Paris: Politis éditions – Arléa / Le Seuil.
- EKINS, Paul e MAX-NEEF, Manfred (Eds.) (1992). *Real-Life Economics. Understanding Wealth Creation*. Routledge, London, New York.
- FERGUSON, Niall (2009). *The Ascent of Money: A Financial History of the World*. London: Penguin Books.
- FORRESTIER, Viviane (1996). *L'horreur économique*. Paris. Ed. Fayard.
- GALBRAITH, John Kenneth (1975). *Economics and the Public Purpose*. London: Penguin Books.
- GALBRAITH, John Kenneth (1993). *A Short History of Financial Euphoria*. London, New York: Ed. Whittle Books/Penguin.
- GEORGE, Susan (2004). *Another World is Possible, if...* London, New York: Ed. Verso.
- GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas (1979). *Demain la décroissance. Entropie, écologie, économie*. Paris: Ed. Pierre-Marcel Faure.
- GINZBERG, Eli (1981). *Pour une économie humaniste*. Paris: Ed. Económica.

- GIRARD, Alain e NEUSCHWANDER, Claude (1997). *Le libéralisme contre la démocratie: le temps des citoyens*. Paris: Ed. Syros.
- GOLDSMITH, Edward; NORBERG-HODGE, Helena; SHIVA, Vandana *et al.* (1992 e 1995). *The Future of Progress: Reflections on Environment and Development*. Totnes (UK): Ed. Green Books.
- GOODMAN, Paul e GOODMAN, Percival (1960). *Communitas: Means of Livelihood and Ways of Life*. New York: Ed. Vintage Books.
- GRUPO DE LISBOA. *Limites à Competição*. Publicações Europa-América. Lisboa 1994.
- HENDERSON, Hazel (1988). *The Politics of the Solar Age: Alternatives to Economics*. Indiana: Knowledge Systems Inc.
- HENDERSON, Hazel *et al.* (1989) *Redefining Wealth and Progress: New Ways to Measure Economic, Social and Environmental Change. The Caracas Reporto – Alternative Development Indicators*. Indiana, New York: A Toes Book.
- HENDERSON, Hazel (1991). *Paradigms in Progress: Life beyond Economics*. Indiana: Knowledge Systems, Inc.
- HENDERSON, Hazel (1999). *Beyond Globalization: Shaping a Sustainable Global Economy*. West Hartford (USA): Ed. Kumarian Press.
- HORMAN, Denis (2001). *Mondialisation excluante, nouvelles solidarités*. Montreal, Paris: Ed. L'Harmattan.
- HOUTART, François e POLET, François (2001). *The Other Davos: the Globalization of Resistance to the World Economic System*. London, New York: Ed. Zed Books.
- JACKSON, T.; MARKS, N.; RALLS, J. e STRYMNE, S. (1997). *An Index of Sustainable Economic Welfare for the UK, 1950-1976*. Guildford: Centre for Environmental Strategy. University of Surrey.
- JACKSON, T. e MARKS, N. (2002). *Measuring Progress*. London: New Economics Foundation & Friends of the Earth.
- KLEIN, Naomi (2009). *A Doutrina do Choque. A Ascensão do Capitalismo de Desastre*. Lisboa: Ed. Smartbook.
- KORTEN, David C. (1995). *When Corporations Rule the World*. London: Earthscan Publications Ltd.
- KRUGMAN, Paul (1999). *The Return of Depression Economics*. London: Penguin Books.
- JACOB, François (1985). *A Lógica da Vida*. Lisboa: Ed. Dom Quixote.
- JACQUARD, Albert (1996). *Acuso a Economia Triunfante*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- LATOUCHE, Serge (2004). *Survivre au développement*. Paris: Ed. Mille et une Nuits/Fayard.
- LAVILLE, Jean-Louis (1994). *L'économie solidaire: une perspective internationale*. Paris: Ed. Desclée de Brouwer.
- LAVILLE, Jean-Louis e CATTANI, António David (Coord.) (2005). *Dictionnaire de l'Autre Économie*. Paris: Ed. Desclée de Brouwer.
- LE GOFF, Jean-Pierre (2002). *La démocratie post totalitaire*. Paris: Ed. La Découverte.
- «Les Frontières de l'Economie Globale» (1993). *Manières de Voir*, n.º 18. Paris: Monde Diplomatique.

- LIPIETZ, Alain (2001). *Pour le Tiers Secteur: l'économie sociale et solidaire*. Paris: Ed. La Découverte.
- MARIS, Bernard (2003). *Anti-Manuel de l'Économie*. Rosny: Ed. Bréal.
- MARTIN, Hans-Peter e SCHUMANN, Harald (1998). *A Armadilha da Globalização: o Assalto à Democracia e ao Bem-Estar Social*. Lisboa: Ed. Terramar.
- MAX-NEEF, Manfred (1993). «Chamar Desenvolvimento a um Suicídio Colectivo». In *Revista A REDE – Para o Desenvolvimento Local*, n.º 8. Faro: Ed. Associação In Loco.
- MERLANT, Philippe; PASSET, René e ROBIN, Jacques (Coord.) (2003). *Sortir de l'économisme: une alternative au capitalisme néolibéral*. Paris: Les Editions de l'Atelier.
- NEDERVEN PIETERSE, Jan (2000). *Global Futures: Shaping Globalization*. Zed Books. London, New York.
- ORMEROD, Paul (1995). *The Death of Economics*. London, Boston: Ed. Faber & Faber.
- PERKINS, John (2005). *Confessions of an Economic Hit Man*. London: Ebury Press.
- PERRET, Bernard e ROUSTANG, Guy (1993). *L'économie contre la société*. Paris: Ed. Seuil.
- PLION, Dominique (Coord.) (2004). *Les désordres de la finance: crises boursières, corruption, mondialisation*. Paris: Ed. Universalis.
- RAMONET, Ignacio (1997 e 1999). *Géopolitique du chaos*. Paris: Ed. Galilée.
- ROBERTSON, James (1989). *Future Wealth: A New Economics for the 21st Century*. London, New York: Ed. Mansell Publishing.
- RIST, Gilbert (2001). *Le développement. Histoire d'une croyance occidentale*. Paris: Ed. Presses de Sciences Po.
- ROUILLÉ D'ORFEUIL, Henri (2002). *Économie, le réveil des citoyens: les alternatives à la mondialisation libérale*. Paris: Ed. La Découverte & Syros.
- SAINT MARC, Philippe (1994). *L'économie barbare*. Paris: Ed. Frison-Roche.
- SAPIR, Jacques (2006). *La fin de l'euro-libéralisme*. Paris: Ed. Seuil.
- SAUVAGE, Patrice (Coord.). *Réconcilier l'économie et le social: vers une économie plurielle*. OCDE. Paris 1996.
- SCHUMACHER, E. F. (1974). *Small is Beautiful: a Study of Economics as if People Mattered*. London: Ed. Sphere Books.
- SEABROOK, Jeremy (1993). *Pioneers of Change: Experiments in Creating a Humane Society*. London: Zed Books.
- SHUTT, Harry (1998). *The Trouble with Capitalism: An Enquiry into the Causes of Global Economic Failure*. London, New York: Ed. Zed Books.
- SHRAGGE, Eric (Coord.) (1993). *Community Economic Development: in Search of Empowerment*. Montreal, New York, London: Black Rose Books.
- SODDY, Frederick (1926). *Wealth, Virtual Wealth and Debt*. London: George Allen & Unwin.
- SOROS, George (1999). *A Crise do Capitalismo Global*. Lisboa: Ed. Temas de Debates.
- SOUSA SANTOS, Boaventura de (Org.). *Globalização, Fatalidade ou Utopia?* Porto: Edições Afrontamento.
- SOUSA SANTOS, Boaventura de (Org.) (2004). *Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista*. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro 2002. Porto: Edições Afrontamento.

- STARR, Amory (2005). *Global Revolt: a Guide to the Movement against Globalization*. London, New York: Ed. Zed Books.
- STRANGE, Susan (1997). *Casino Capitalism*. Blackwell Oxford 1986 e Manchester University Press.
- STRANGE, Susan (1998). *Mad Money*. Manchester University Press.
- SWIFT, Adam (1993). *Global Political Ecology: The Crisis in Economy and Government*. London, Boulder: Ed. Pluto Press.
- TOURAINÉ, Alain (1999). *Comment sortir du libéralisme?* Paris: Ed. Fayard.
- TRAINER, Ted (1995). *The Conserver Society: Alternatives for Sustainability*. London, New Jersey: Ed. Zed Books.
- VERSCHAVE, François-Xavier (1994). *Libres leçons de Braudel: Passerelles pour une société non excluante*. Paris: Ed. Syros.
- YUNUS, Muhammad e JOLIS, Alan (1998). *Vers un monde sans pauvreté*. Paris: Ed. J. C. Lattès.
- ZADEK, Simon, Niels Hojensgard & Peter Raynard (Eds.) (2001). *Perspectives on the New Economy of Corporate Citizenship*. Copenhagen: The Copenhagen Centre.
- ZIEGLER, Jean (2002). *Les nouveaux maîtres du monde... et ceux qui leur résistent*. Paris: Ed. Fayard.

Fontes electrónicas por ordem de utilização no texto

- www.eoearth.org/article/Biophysical_economics
<http://mises.org/journals/scholar/Bostaph2.pdf>
<http://www.apagina.pt/arquivo/Artigo.asp?ID=5773>
http://www.absoluteastronomy.com/topics/Frederick_Soddy
http://www.eoearth.org/article/Biophysical_economics
http://en.wikipedia.org/wiki/M._King_Hubbert
http://www.eoearth.org/article/Odum,_Howard_T. <http://homepage.newschool.edu/het/profiles/jevons.htm>
http://www.economist.com/displaystory.cfm?story_id=13104022 ; <http://www.bized.co.uk/virtual/economy/library/economists/fisher.htm> <http://www.iranian.com/Opinion/March98/Rahnema/index.html>
www.chinadigitaltimes.net
http://en.wikipedia.org/wiki/Index_of_Sustainable_Economic_Welfare

A ECONOMIA CONFUNDIDA E OS SEUS LIMITES

José Castro Caldas

1. INTRODUÇÃO

A população mundial que nos primeiros mil anos da era cristã cresceu, segundo as estimativas¹, menos de 50%, aumentou, entre 1800 e o ano 2000, cerca de 650%. Entre 2000 e 2050 prevê-se uma expansão adicional de 46% (ver quadro 1)². Esta explosão demográfica sem precedente na história da humanidade foi sustentada por um crescimento económico também sem paralelo, ainda maior que o da população. Entre 1820 e 2000 estima-se que a produção média por pessoa tenha aumentado 6 vezes (contra 1,3 vezes nos 320 anos anteriores)³.

Quanto à evolução demográfica futura pouco ou nada sabemos, a não ser que estamos a caminhar para um limite que tanto pode ocorrer segundo as projecções da UN tanto em 2060 (com cerca 9 100 milhões de pessoas no mundo) como depois do ano 2300 (com mais de 36 000 milhões). Não sabemos também se esse máximo será atingido devido à quebra da fertilidade ou simplesmente porque se chegou à fronteira da capacidade de carga do planeta.

O crescimento demográfico e o da economia que o sustentou nos últimos duzentos anos são, não só «anómalos» na história da humanidade, como insustentáveis. Nunca como hoje a consciência dos limites do crescimento foi mais aguda.

No entanto, as gerações actuais não são as primeiras a confrontar-se com a

(1) US Census Bureau, Historical Estimates of World Population, <http://www.census.gov/ipc/www/worldhis.html>

(2) United Nations (2004), Department of Economic and Social Affairs, Population Division, «World Population to 2300», <http://www.un.org/esa/population/publications/longrange2/WorldPop2300final.pdf>

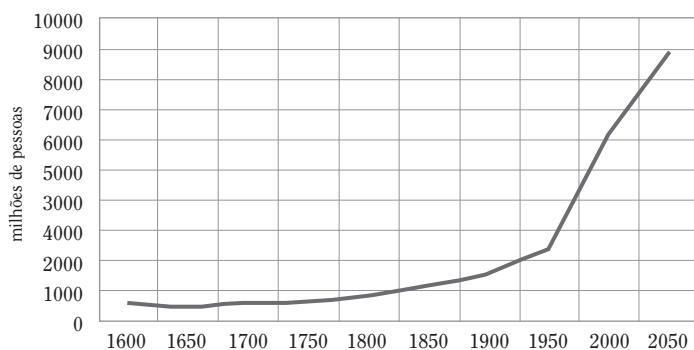
(3) Beaud, Michel (2010), *Histoire du Capitalisme*, Paris: Editions Du Seuil, p. 391.

ideia de limites demográficos e económicos. A percepção de uma caminhada para a estagnação ou para o «estado estacionário» esteve sempre presente na tradição da economia política de Adam Smith a Thomas Malthus e David Ricardo. O «estado estacionário», para os economistas políticos clássicos, era concebido como uma ameaça que ensombrava «o progresso», por eles imaginado como crescimento demográfico e enriquecimento. Para eles, a principal missão da economia política era precisamente esconjurar, ou pelo menos adiar, o fim do crescimento e manter aberta a via para o enriquecimento progressivo das nações.

A ideia de Economia como ciência ao serviço do enriquecimento que tem origem na economia política do iluminismo chegou até nós e hoje convive mal com a tomada de consciência dos limites do crescimento. O «progresso», tal como o concebiam os economistas políticos clássicos deixou de ser uma finalidade única e inquestionada. Desse modo, passou a estar em causa o próprio sentido de «economia» na dupla acepção da palavra (como saber e como objecto desse saber). Que fins deve então a Economia (como saber) prosseguir? Como é que as actividades de provisão podem ser postas ao serviço desses fins?

O sentido de «economia» e os fins que lhe conferem sentido são o assunto de que trata este texto.

Quadro 1: População Mundial (1600-2050)



Fontes: US Census Bureau, Historical Estimates of World Population (até 1950), United Nations Department of Economic and Social Affairs (depois de 1950, com projecção até 2050)

2. O SENTIDO DE ECONOMIA

Há mais de dois mil anos, Aristóteles falava já de «economia»⁴. Para ele a economia era a actividade social que tinha como objectivo a provisão dos bens necessários ao «bom viver», isto é, à vida feliz e virtuosa na comunidade política (*polis*).

(4) Aristóteles, *Política*, Lisboa: Vega, 1998.

Para compreender o significado de economia, Aristóteles pensava ser importante distingui-la da arte de aquisição de bens que ele designava por *crematística*.

Aristóteles constatava que para «viver bem» os indivíduos e as comunidades precisam em primeiro lugar de poder viver, isto é, necessitam de dispor de bens económicos. Considerava portanto que havia um tipo de aquisição de bens – de *crematística* – que fazia parte da economia e considerava-a «natural». Mas, ao mesmo tempo, sublinhava que era importante diferenciar esta *crematística* «natural» de uma outra *crematística*, «artificial», que consistia em acumular riqueza e propriedades sem limites. Este segundo tipo de *crematística* era estranho à economia e inimiga da virtude e da «vida boa». O que distinguia uma e outra *crematística* eram os fins: enquanto a primeira (natural) tinha como finalidade prover a riqueza (limitada) necessária à «vida boa» a segunda (artificial) estava ao serviço da acumulação (ilimitada) de bens e propriedade.

É importante notar que Aristóteles sentia, ou pressentia, que a invenção da moeda e a intensificação das trocas comerciais intercomunitárias traria consigo uma tendência para a degenerescência da *crematística* natural na sua forma artificial, para a confusão das duas formas de *crematística* e para a dissolução da economia nesta *crematística* confundida.

A moeda fora inicialmente criada para facilitar as trocas. Era na origem um artefacto ao serviço da *crematística* natural já que permitia substituir a troca directa daquilo que se tinha em excesso, o excedente, por outras coisas que outros possuíam e não necessitavam, por uma troca mediada por dinheiro, mais fácil e expedita⁵.

Acontece, no entanto que o dinheiro adquiria no processo das trocas, propriedades que não estavam inscritas na sua função original: transformava-se, por um lado, numa reserva de valor – podia ser acumulado, com vantagem sobre a maioria dos bens que são perecíveis, para ser utilizado no futuro – e tendia a transformar-se numa medida de valor de todas as coisas, num comensurante não só de bens que queremos que sejam mercadorias, como de outros bens que gostaríamos de manter desligados do comércio.

Ao mesmo tempo, o mercador – cuja actividade mediada pelo dinheiro não consiste apenas em obter coisas que pretende usar em troca de outras que detém em excesso, mas antes em trocar coisas que para ele não têm qualquer «valor de uso» ou «utilidade» por dinheiro – tendia a conceber o sentido da sua actividade como uma prática orientada unicamente para a aquisição de dinheiro. Mais cedo

(5) Enquanto sem dinheiro a troca de um excedente do bem *A* por uma carência do bem *B* depende de se encontrar um detentor de *B* que precise de *A*, havendo dinheiro, o detentor de *A* pode obter dinheiro que usará na aquisição de *B* mesmo a alguém que não necessita de *A*.

que outros na sociedade o comerciante confundia as duas crematísticas e confundia esta crematística confundida com a própria economia. Aristóteles parecia querer avisar-nos que numa sociedade em que todos se transformassem em mercados estas duas confusões não poderiam deixar de se generalizar pondo em causa a afirmação de valores, ou virtudes, constitutivos da «vida boa» na cidade⁶.

Estranhamente, as preocupações de Aristóteles continuam a fazer muito sentido, porventura mais do que fariam na sociedade grega antiga. A economia é hoje, incomparavelmente mais do que no tempo de Aristóteles, um sistema de produção para a troca, não para o uso, orientado para a acumulação de riqueza, e a satisfação de «quereres» que se supõem ilimitados. As duas crematísticas de que falava Aristóteles estão cada vez mais confundidas e a economia fundida nelas. E essa economia com-fundida está a pôr à prova limites, para além dos quais, a própria vida deixa de ser sustentável.

Vale, efectivamente a pena, voltar a Aristóteles. O seu entendimento de economia como actividade distinta de enriquecimento, sem outro propósito que o próprio enriquecimento, e as suas premonições a respeito dos limites da economia confundida continuam a ajudar-nos a pensar o sentido de economia. Mas Aristóteles não podia antecipar em toda a sua extensão as consequências da expansão da economia confundida, não podia imaginar que ela poderia comprometer não só a possibilidade de «vida boa» na *polis*, mas a própria possibilidade de vida. Hoje temos a obrigação de ser mais precisos e claros na identificação dos limites que a expansão da economia confundida está a por à prova.

3. OS LIMITES DA ECONOMIA CONFUNDIDA

Os limites que estão a ser violentados são, em primeiro lugar, *morais*

Aristóteles pressentia que na economia confundida o dinheiro tendia a transformar-se numa medida do valor de todas as coisas⁷; e que essa metamorfose do dinheiro, de mediador das trocas em comensurante universal, poderia comprometer valores constitutivos da «vida boa» na *polis* que dificilmente admitem o

(6) Karl Polanyi, em meados do século XX notava que «só um génio de bom senso poderia ter sustentado [como fez Aristóteles] que o ganho era uma motivação peculiar à produção para o mercado, e que o factor dinheiro introduzia um novo elemento na situação» [Polanyi, Karl (1944/2001), *The Great Transformation – The Political Origins of Our Time*, Boston: Beacon Press, p. 83].

(7) «[P]roduzir riquezas [não é] função de um general ou de um médico, mas antes alcançar a vitória e a saúde, respectivamente. Ainda assim alguns transformam tudo isto numa questão de dinheiro, como se o dinheiro fosse o fim de tudo e tudo tivesse de se orientar para tal fim» (Aristóteles, *ibidem*, p. 83).

dinheiro como contrapartida: a justiça, a solidariedade, a amizade. O general pode comprometer a defesa da cidade e um médico a saúde do seu paciente quando o enriquecimento passa a ser o valor orientador das suas condutas. O mesmo sucede com o magistrado, em relação à justiça, com o cidadão, em relação à solidariedade, com o indivíduo, no seu círculo de afectos mais íntimos. Estes valores, ou virtudes como diria Aristóteles, são o cimento da vida colectiva na cidade ou, como hoje dizemos, o pré-requisito da *confiança*.

Dizem-nos que os valores ou virtudes morais que preocupavam Aristóteles referem-se a «esferas» jurídicas e políticas da vida social e não à economia. A economia confundida apresenta-se precisamente como um espaço das relações sociais sujeito às leis do magistrado, mas separado da moral. A concepção de economia que ainda hoje predomina, sustenta precisamente que os interesses, ou melhor, o desejo de enriquecimento, desde que enquadrados pela lei, são um guia mais seguro e mais consentâneo com o bem comum do que a moralidade⁸. Nesta perspectiva, a «sociedade de mercadores» assente no interesse, economizaria não só o bem escasso da virtude, como conteria as paixões violentas, revelando-se, ao fim e ao cabo, «civilizadora»⁹.

Acontece, no entanto, que os contratos – o arranjo institucional em que assenta uma «sociedade de mercadores» – dependem sempre, como se sabe, de alguma coisa não contratual a que habitualmente chamamos *confiança*. Se admitirmos que a *confiança* é precisamente um dos bens que não pode ser comprado e vendido sem sofrer uma degradação na transacção temos claramente identificado um limite (moral) para, além do qual, a própria «sociedade de mercadores» ficaria comprometida¹⁰. Se, como pressentia Aristóteles, a expansão da crematística artificial, ou da economia confundida, para lá de limites, tenderem efectivamente a socavar as virtudes morais em que se funda a *confiança*, aproximamo-nos do ponto em que a própria «sociedade de mercadores» deixa de ser sustentável, o que significa que os limites morais são também limites *económicos e sociais*¹¹.

(8) Ver Hirschman, Albert (1997/1977), *As Paixões e os Interesses*, Lisboa: Bizâncio. Esta concepção de economia reclama a inspiração de Adam Smith. No entanto, releituras contemporâneas da obra de Smith desautorizam esta interpretação. Ver, por exemplo, [Rothschild, Emma (2001), *Economic Sentiments: Adam Smith, Condorcet and the Enlightenment*, Cambridge, MA: Harvard University Press].

(9) Ver Hirschman, Albert (1982), «Rival Interpretations of Market Society: Civilizing, Destructive, or Feeble?», *Journal of Economic Literature*, 20, p. 1466

(10) A seguinte passagem muito citada de Kenneth Arrow é ilustrativa: «A *confiança* é um importante lubrificador num sistema social. É extremamente eficiente; ter um razoável grau de *confiança* na palavra de outras pessoas permite-nos evitar muitos aborrecimentos. Infelizmente, a *confiança* não é uma mercadoria que possa ser comprada com facilidade. Se temos de a comprar, ficamos logo com dúvidas acerca do foi comprado» [Arrow Kenneth (1974), *The Limits of Organization*, New York: W.W. Norton, pp. 23-24].

(11) Albert Hirschman, na sua discussão acerca de interpretações rivais da sociedade de mercado falava de «teses de autodestruição» para designar todas as perspectivas que sustentam que «a socie-

Estes limites estão efectivamente a ser postos à prova pela forma mais sofisticada de crematística contemporânea: a especulação financeira.

Especular é comprar barato seja o que for (bens, títulos) não para os usar, ou obter um rendimento, mas para os vender mais caros no futuro. Pouco importa que a especulação seja descrita nos manuais de economia com o termo moralmente neutro de *arbitragem* e que, de acordo com estes manuais, a arbitragem desempenhe a função socialmente útil de uniformizar os preços dos títulos, reduzindo os custos das transacções. Sob o disfarce de inocente arbitragem a especulação encerra consequências pesadas que afectam a própria viabilidade do capitalismo contemporâneo. Particularmente visíveis são os seus efeitos na relação de trabalho nas empresas – a base da economia.

John Maynard Keynes foi um dos economistas do século XX que melhor compreendeu e explicou os mecanismos da especulação. Em *A Teoria Geral*¹², Keynes relembra que tinha havido na história do capitalismo um tempo em que a propriedade e o controlo das empresas coincidiam no mesmo indivíduo e os empresários estavam ligados, para o melhor e para o pior, aos seus empreendimentos e, possivelmente, também aos que nele o acompanhavam. Constatava, no entanto, que a invenção das sociedades anónimas e dos mercados bolsistas havia modificado completamente esta situação.

Na sociedade anónima a empresa é decomposta em parcelas e cada parcela pode ser comprada e vendida sem envolver, necessariamente, o todo. Além disso, os mercados reavaliam-na ao minuto e dão aos agora accionistas, donos de parcelas, oportunidade para se desfazerem das suas partes, quando e se assim o entenderem, sem perdas substanciais.

As sociedades por acções pareciam portanto ser uma fantástica invenção institucional. Garantiam a rendibilidade que os tesouros não prometem e tinham a vantagem dos tesouros: estar à mão de semear para qualquer eventualidade. As acções e outros títulos são activos (mais ou menos) *líquidos*, isto é, que podem ser revertidos em dinheiro ‘vivo’ sem grande custo para quem os detém.

A especulação é um produto derivado da liquidez e é por isso que é moralmente dúbia, ou pelo menos tem consequências morais. Numa relação líquida (revertível a baixo custo), como aquela que os accionistas podem ter com as empresas, não há lugar para compromissos, obrigações mútuas ou laços duradouros. Numa

dade capitalista [...] exhibe uma pronunciada tendência para socavar a fundação moral em que qualquer sociedade, incluindo a variedade capitalista, deve assentar» [Hirschman, Albert (1982), «Rival Interpretations of Market Society: Civilizing, Destructive, or Feeble?», *Journal of Economic Literature*, 20, p. 1466].

(12) Keynes, John Maynard (1936/2010), *A Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda*, Lisboa: Relógio de Água.

relação que pode ser revertida a qualquer momento, quase sem custo, por uma das partes, não há lugar sequer para a noção de compromisso, ou obrigação¹³. Os compromissos e obrigações mútuas forjam-se em relações continuadas, com projecção no futuro. Como é sabido, entre a empresa e os accionistas líquidos não existem, em geral, laços duradouros nem promessas firmes. Os capitais voam leves de empresa em empresa, de continente em continente, sem conhecer dos poisos temporários mais do que uns poucos indicadores de rentabilidade.

Apesar disso, a economia continua a ser, e precisa de ser, composta, como sempre foi, por unidades de produção que não são entidades abstractas mas antes grupos de pessoas com laços entre si e raízes no espaço geográfico. Estas pessoas, para produzir, devem não só agir colectivamente, como relacionar-se com o exterior (clientes, fornecedores, credores, a vizinhança, o Estado central e local). A acção colectiva no interior da empresa e as relações com o exterior não podem ser, e nunca são, meramente contratuais.

Mas o capitalismo especulativo transforma a empresa num todo bastante desigual quanto à natureza das relações nela envolvidas. De um lado (entre trabalhadores, empresa e trabalhadores, empresa e clientes, fornecedores, credores, poderes públicos), temos compromisso, obrigações mútuas e confiança quanto baste para que a relação exista – fala-se mesmo às vezes de fidelidade – do outro (empresa e accionistas), temos liquidez, leveza, leviandade.

Na sua leveza o capital está sempre pronto a abandonar o barco, não necessariamente apenas quando o barco está a ir ao fundo, mas quando há outros barcos que parecem navegar mais depressa. Os que têm raízes no espaço geográfico, aqueles para quem as pertenças, as relações e os afectos são importantes, isto é, os seres humanos comuns, não podem, por muito que isso lhes seja recomendado, imitar o capital na sua leveza.

No entanto, a liquidez que caracteriza as relações entre o capital e a empresa tende a transformar-se em paradigma para todas as relações no interior da empresa e entre a empresa e o exterior. Flexibilidade é o nome dessa liquidez quando transposta para as relações entre trabalhadores e empresa, mobilidade, o que é aplicado às carreiras dos gestores. À luz do modelo da liquidez, trabalhadores e gestores poderiam e deveriam pairar sobre as empresas com a mesma leveza do capital. Se assim acontecesse (ou se acontecer) as empresas transformar-se-iam em locais onde os compromissos e as obrigações mútuas se tornariam tão implausíveis como o são nas relações que os accionistas móveis estabelecem com a empresa.

(13) A relação entre a «liquidez» tal como é entendida por Keynes e outras formas de «liquidez» extensivamente exploradas por Zygmunt Bauman é discutida em Caldas, José Castro (2008), «A Arte da Fuga: Os Mecanismos da Liquidez», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 82, 31-52.

Na realidade a liquidez é uma utopia, ou distopia, cuja tentativa de realização desencadeia na empresa tensões insustentáveis. A erosão da confiança e a tentativa de a substituir pelo medo (para os trabalhadores) e o dinheiro (para os gestores) torna a acção colectiva na empresa menos plausível. No limite, a empresa capitalista, presa da especulação financeira – a forma contemporânea mais sofisticada de crematística – pode deixar de ser sustentável em consequência da acumulação de tensões cuja origem é moral.

A outras escalas, os limites que estão a ser postos à prova são também *económicos e sociais*

O capitalismo financiarizado mostra-se incapaz de garantir a sustentabilidade do emprego e dos níveis de provisão. Isso mesmo é o que a regressão, ou estagnação do produto, anunciada pela crise dos 70 do século passado e confirmada na primeira década do século XXI, sugere. A informação estatística disponível (ver quadro 2) mostra que as economias «avançadas» transitaram de um regime de acumulação com taxas de crescimento relativamente elevadas nos anos 60 do século XX (superiores a 4%), para um regime de quase estagnação na primeira década do século XXI. Mostram também (ver quadro 3) que esta caminhada para a estagnação se traduz em incapacidade de gerar emprego, como se constata pela tendência crescente do desemprego nas mesmas economias «avançadas» entre 1960 e 2010.

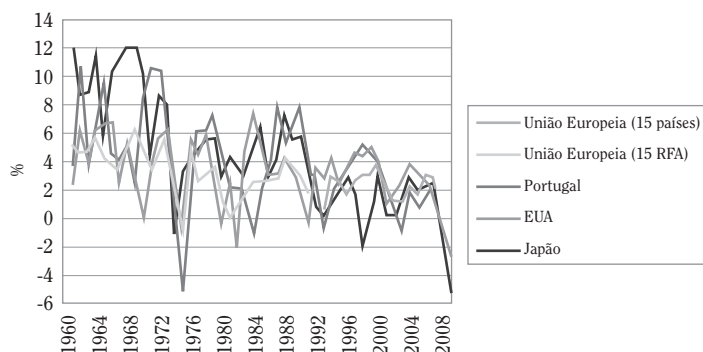
A crise actual foi desencadeada pela especulação financeira mas os mecanismos que a produziram, ligados à liberdade que os capitais conquistaram nas três últimas décadas, operam a níveis mais profundos. Não é preciso ir muito longe para encontrar uma boa descrição dos mecanismos geradores deste tipo de insustentabilidade. No próprio Fundo Monetário Internacional, uma instituição donde actualmente são emitidos, ocasionalmente, sinais de arrependimento e de revisão de crenças existem economistas que ajudam desvenda-los¹⁴.

De acordo com a perspectiva recente destes economistas do FMI, que parecem estar a redescobrir teorias das crises tão antigas como as de Malthus, Sismondi ou Marx, a crise actual, a exemplo da de 1929, seria um resultado de um conflito entre «dois grupos de famílias: os investidores que representam 5% da população, cujo poder negocial aumentou, e os trabalhadores que representam 95% da população»¹⁵.

(14) Kumhof, Michael e Rancièrre, Romain (2010), «Inequality, Leverage and Crises», IMF Working Paper WP/10/268.

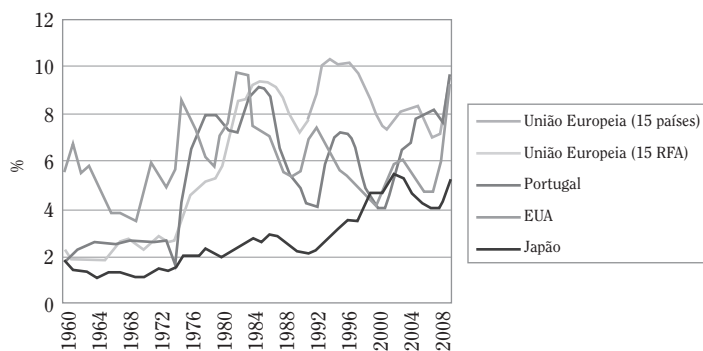
(15) *Ibidem*, p. 3.

Quadro 2: Taxa de Variação do PIB (1961-2009)



Fontes: AMECO

Quadro 3: Taxa de Desemprego (1960-2009)



Fontes: AMECO

Evitando discutir as causas do reforço do poder negocial dos «investidores» os economistas do FMI limitam-se a identificar factores como o pagamento dependente do desempenho (i.e. a generalização dos bónus), a quebra das taxas de sindicalização, a desregulamentação do mercado de trabalho, o aumento da concorrência externa ou a deslocalização de postos de trabalho. Na realidade, todos estes factores são explicáveis em última instância, pela liberdade de movimentos dos capitais, reconquistada na década de oitenta e pelo resultante acréscimo de poder dos capitais móveis sobre Estados e sociedades sujeitas à chantagem da fuga.

A consequência da alteração da correlação de forças entre «investidores» e trabalhadores, como notam os autores, é incontroversa e facilmente documentável a partir de estatísticas das economias «avançadas»: uma concentração do rendimento nos 5% mais ricos e uma estagnação senão regressão nos restantes 95%.

O mecanismo chave da crise residiria então no facto dos investidores aplicarem os seus capitais não em activos de capital que criam emprego mas em activos financeiros «baseados em empréstimos aos trabalhadores». Isso permitiu «aos trabalhadores limitar a redução do consumo que resultaria da sua perda de rendimento» mas gerou uma «elevada e muito persistente subida dos rácios dívida/rendimento» geradora de uma fragilidade financeira que conduziu à crise financeira¹⁶. Nesta explicação, a intermediação financeira e o crédito ao consumo dos trabalhadores, surge portanto como uma escapatória temporária ao que de outro modo se teria manifestado como uma «crise de sobre-produção». Não sendo certamente completa, e podendo valer mais para os EUA do que para economias «avançadas» onde outros factores terão mais peso – nomeadamente a necessidade sustentar a procura interna e o emprego à custa da despesa e do endividamento público – esta explicação expõe, de facto e a nu, a insustentabilidade da finança globalizada.

Num mundo em que os capitais fluem livres em busca não de boas, mas da melhor aplicação possível, em que os Estados e as sociedades concorrem entre si para os cativar, o «poder negocial» não pode deixar de se deslocar dos trabalhadores, dos sindicatos e mesmo dos Estados, para essas entidades sem corpo a que se convencionou chamar «mercados». Essa alteração da correlação de forças produz uma reconfiguração das instituições (da relação de trabalho à tributação) que favorece a concentração do rendimento no topo da pirâmide e um estreitamento relativo na base. A poupança concentrada no topo não se pode transformar em investimento «real» porque não existe procura solvente para a nova oferta. Resta-lhe transformar-se em crédito. Isso permite manter o consumo ao nível da capacidade produtiva algum tempo, mas não o tempo todo. O processo não é sustentável. Sabemos agora que o regime de crescimento baseado na expansão do crédito para consumo entrou, definitivamente, em colapso. A finança global mostrou ser economicamente insustentável: gerou mais desigualdade e mostrou-se incapaz de garantir a sustentabilidade dos níveis de provisão e emprego.

Depois da socialização das perdas das instituições financeiras ter transformado a crise numa crise da dívida soberana a Europa escolheu a via do ajustamento pela «austeridade» recessiva. O «ajustamento» pela via da austeridade recessiva apresenta-se com a urgência de dar garantias aos credores de que a dívida soberana poderá vir a ser paga um dia. Envolve assim a contracção abrupta da despesa pública com redução das despesas correntes e de investimento do Estado. Na lógica da austeridade recessiva está previsto o aumento do desemprego e a redução nominal dos salários na suposição de que, é possível, compensar o efeito reces-

(16) *Ibidem*, p. 3.

sivo na procura interna por uma redução das importações e um aumento das exportações.

Não se ignora já que o efeito combinado das recessões na zona euro e na União Europeia inviabiliza uma retoma das exportações intracomunitárias de todos os Estados membros. Agora, os EUA e os novos mercados emergentes são evocados como destino de exportações de uma economia europeia que adoptaria, em bloco, o modelo exportador alemão. O que a lógica da austeridade recessiva ignora, ao contrário das autoridades Norte Americanas e Chinesas, é o efeito recessivo que as escolhas da Europa podem ter na economia global. Anuncia-se então, no melhor dos cenários, uma década de estagnação ou recessão. E isto, para lá da frieza das estatísticas, significa desemprego de cada vez maior duração, incapacidade crescente de sustentar os regimes de apoio ao desemprego e às situações de pobreza e da generalidade das políticas sociais, precarização crescente das relações laborais – a antevisão de uma sociedade que ao empobrecer se divide reconstituindo a estrutura de classes que o *welfare* tinha atenuado.

Não admira portanto que as vozes que se interrogam acerca da *sustentabilidade política* desta sociedade, que ao empobrecer se divide, se vão tornado cada vez mais audíveis. O que está em causa é a sustentabilidade da democracia política e nem sempre é claro se os augúrios que se fazem ouvir exprimem a preocupação ou o secreto desejo de uma suspensão, sem termo definido dos direitos, liberdades e garantias.

Não sabemos o que se vai manifestar com mais premência: se os limites económicos, sociais e políticos de que até aqui falamos, se os limites *ambientais* com que abrimos este texto. Sabemos no entanto que estamos confrontados com um dilema difícil: do ponto de vista dos limites económicos, sociais e políticos, as pressões do presente apontam para a necessidade de crescer para desenvolver e de retomar o crescimento nas economias «avançadas» como forma de resolver a dívida, reduzir o desemprego, salvaguardar as conquistas civilizacionais do *welfare state*, garantir a viabilidade de democracia política e em última instância a paz; do ponto de vista ambiental, o imperativo aponta no sentido do «estado estacionário».

Arbitrar entre as diversas respostas a este dilema que circulam no espaço público – do optimismo tecnológico num extremo, ao «decrescimento» noutra, passando por um Keynesianismo verde que aposta no crescimento baseado em tecnologias verdes – não é ambição deste texto. Limitamo-nos a sugerir que, na procura de resposta, não se perca de vista a origem moral das diversas insustentabilidades da economia confundida: a comensuração de todos os bens facilitada pelo dinheiro e a mercadorização de todas as relações sociais.

4. A ECONOMIA AO SERVIÇO DO «BOM VIVER»

A acção humana a que a economia se refere – as actividades de uso e provisão—entendida por contraste com a crematística (artificial) está subordinada ao propósito da «vida boa». Esta concepção de economia implica, ao contrário do que a economia confundida sustenta, que toda a reflexão e debate se iniciem na definição dos fins a que a economia deve estar subordinada.

Lionel Robbins, um economista do século XX que acreditou toda a vida que a Economia podia e devia ser separada dos valores, pensava que os fins e as divergências acerca dos fins a prosseguir são sempre «um caso de vida ou de morte, ou de viver e deixar viver, dependendo da importância da discordância e da força relativa dos nossos oponentes»¹⁷. Para ele os fins ou valores não eram um objecto apropriado de reflexão racional, ou científica. Tal como os gostos eram preferências que não se discutem, ou ainda pior, objectos de disputa resolúvel apenas com a supressão de uma das partes.

Mas a Economia entendida em contraste com a crematística, a Economia Política, sustenta não só que os valores, tal como os factos, são um objecto apropriado de consideração e debate racional, como parte precisamente da reflexão e do debate acerca dos fins, encarando-o como um processo aberto e nunca finalizado. A discussão acima, acerca do sentido de «economia», partiu da ideia de que a economia tinha como finalidade garantir a provisão no respeito pelos limites da sustentabilidade moral, social, política e ambiental. Isso implica, ou parece implicar: (a) que as relações mercantis e as motivações aquisitivas a elas associadas não transbordem para ordens relacionais fundadas em valores e motivações distintas das que predominam no mercado; (b) que o acesso ao trabalho e ao rendimento não sejam condicionados por dinâmicas meramente mercantis; (c) que o acesso a alguns bens socialmente produzidos (justiça, saúde, educação, habitação) não esteja dependente da posse de dinheiro; (d) que a provisão e o uso de bens seja compatível com os imperativos da sustentabilidade ambiental.

As finalidades que a economia deve prosseguir não se apresentam como um todo harmónico. Referimos a contradição entre os imperativos do crescimento no presente e os da sustentabilidade ambiental. Esse é o dilema da actualidade que deve ocupar a primeira prioridade na agenda da Economia Política.

(17) Robbins, Lionel (1984 [1932]), *An Essay on the Nature and Significance of Economic Science*, 3.^a Edição, Londres: MacMillan. p. 150.

A ARTE DE XITICAR NUM MUNDO DE CIRCUNSTÂNCIAS NÃO IDEAIS

Feminismo e descolonização das teorias económicas contemporâneas

Teresa Cunha

Neste trabalho tenho como objectivo principal discutir a economia da crise através de uma busca epistemológica feminista e pós-colonial. A minha intenção investigativa não se contenta com uma crítica mas a expansão das subjectividades contribuindo para que a distopia da narrativa mestra da crise económica e financeira do mundo rico ocidental seja apenas uma parte da realidade e da infinita capacidade de pensar o mundo¹. Neste texto, procuro ainda, a partir da agência cognitiva e pragmática narrada por mulheres e homens da cidade de Maputo, pensar a virtualidade operacional de inéditos viáveis² apoiados em consciências emancipatórias do futuro³.

Para este meu propósito reflectirei sobre o *xitique*⁴. *Xiticar* é uma prática económica e financeira comum em Moçambique. Uma análise desenvolvimentista e que não rompa com o paradigma capitalista olha para o *xitique* apenas como um retorno, mais ou menos elaborado, à tradição ou uma mera estratégia de contingência devido à persistente escassez de recursos, e meios de acesso a eles, a que está sujeita uma parte da população de Moçambique. A minha proposta é ensaiar uma variedade de descentramentos epistemológicos e analíticos e colocar uma pergunta, ainda que possa ser considerada impertinente ao *status quo* das correntes frias da sociologia⁵: poderá ser o *xitique* uma antecipação profética, uma ferramenta de uma economia política pós-capitalista?

(1) Cf. Santos, 2009.

(2) Cf. Freire, 1975.

(3) Cf. Cattani, 2009.

(4) *Xitique* é uma palavra tsonga que é traduzida para o português, comumente, como poupar, amealhar, juntar. *Xiticar* é do verbo *Ku Tica*. Alerto as e os leitores para o facto que adopto, neste texto, a grafia aporuguesada em circulação em Moçambique das palavras de língua Tsonga e outras que, ao longo do texto, irão sendo usadas.

(5) Cf. Santos, 2009.

Não será em tão poucas páginas que me atreverei a dar uma resposta acabada mas pretendo deixar algumas vias de análise abertas para futuras teorizações que não vejam, recorrentemente, nas práticas inventivas de diferentes comunidades imaginadas insolventes, mera sobrevivência ou uma atracção fatal e melancólica pelo atávico.

1. NOVO FADO, ENFADO OU FARDO DO *HOMEM BRANCO*? PURA BOLHA ESPECULATIVA?

Com a disputa pela definição das razões e dos termos da crise económica e financeira na Europa e nos Estados Unidos⁶ tem-se assistido, simetricamente, à contenda sobre as vias de consolidação do que se considera serem as respostas possíveis, desejáveis e inevitáveis para a dominar e a ultrapassar. Do meu ponto de vista, esta peleja parece estar, no seu conjunto, subjugada a duas racionalidades que sobredeterminam o diagnóstico, as razões, as consequências, os impactos e a visão sobre o futuro. Por um lado, toda a complexidade da ‘crise’ está submetida a uma razão democrática minimalizada: a ideia de uma democracia, necessariamente amputada das ideias e ideais dos povos, das pessoas e das comunidades. Elas e eles são os alvos mas não são parte do debate e da procura dos caminhos que estiverem para além dos termos prescritos pelos embaixadores da ‘crise’. E isso parece estar certo e ser conveniente para as empresas de *rating*, os anónimos mercados financeiros, os impenetráveis modelos de análise económica que de gráfico em gráfico demonstram a ‘arriscada’ iliteracia e incompetência económica de quase todas e todos. Decorre desta desagregação do carácter participativo da democracia que a ‘crise’ é colectiva, até civilizacional mas para a compreender poucos são considerados habilitados e, por isso, convocados a opinar sobre qualquer um dos assuntos que se relacione com a interpretação e a sua superação. Como se fora esta ‘crise’ uma contemporânea república de Platão onde apenas os seus filósofos a podem governar. Qualquer ideia ou apelo à participação democrática transmuta-se, quase de imediato, em prova de ignorância ou então numa manobra disjuntiva, acrítica e irresponsável. É comum que tanto os filósofos como os seus embaixadores escolham, para designar a premissa da participação democrática, ausência de sentido de Estado, inconsciência nacional, agitação social gratuita, individualismo e egoísmo, incapacidade de compreender e aceitar os sacrifícios necessários. Sou persuadida pela ideia de que uma das características desta disputa pela definição dos termos e das soluções para a ‘crise’ é que não é um assunto para as democracias resolverem, muito menos as participativas.

(6) Cf. Santos, 2011.

A segunda ordem de razão tem que ver com a ideia do síndrome da via única': qualquer que seja a solução ela terá que ser encontrada dentro do paradigma económico capitalista. Não há soluções nem fora dele nem para além dele. Se se trata de reformar, dismantelar, redistribuir, renegociar, refinar, cortar despesas, controlar as balanças comerciais ou o deficit público, todas as ideias, todas as medidas estão acorrentadas e passarão pela exploração virtuosa para alguns, e infernal para muitos, dos mecanismos orgânicos capitalistas que, mais ou menos sofisticadamente, as sociedades em causa assumiram como os seus alicerces e os alicerces do mundo. Por estas razões, a minha atenção sociológica permite-me afirmar que nos termos dominantes estatuídos sobre a actual 'crise económica e financeira' existem duas ideias que a têm procurado qualificar para a controlar e, em seguida, para esvaziar a imaginação democrática dos povos, a sua resiliência e insubmissão.

É meu convencimento que se assiste, em primeiro lugar, à emergência e reforço de um pensamento o mais abissal⁷ possível. A teorização de Boaventura de Sousa Santos lança luz de como esta hermenêutica dominante da 'crise' considera nada mais existir para lá de si, das suas causas e das suas consequências limitadas ao mundo financeiro. Impõe o abismo da inevitabilidade e obriga a metamorfosear cidadãs e cidadãos em súbditos. A exegese da 'crise' cria o abismo e o medo que este suscita: é o abismo, o medo, o inevitável caminho do medo.

Em segundo lugar, é um pensamento colonial que está de volta trazendo consigo um outro 'homem branco' cujo fado, enfado ou fardo civilizador se volta, agora também, para dentro de si mesmo. Entendo por pensamento colonial aquele que se apresenta informado, entre outras características, pelas ideias de naturalização da apropriação, da conquista, da invasão, da ocupação de corpos, de vidas, de territórios, de recursos, de memórias, de identidades. Esta 'crise' que nos está a ser apresentada não se reduz às consequências económicas ditas mas também à (des)regulação financeira estatal e trans-estatal não-dita. Sou instigada pela hipótese que, esta ideia colonial que dá um corpo interpretativo dominante do estado da economia mundial, traz consigo as ferramentas necessárias para intentar esvaziar os mapas para os reconstruir segundo as prescrições dos que se apresentam como os novos-velhos conquistadores de continentes. Parece-me apropriado voltar a Santos⁸ para trazer ao debate o seu conceito de fascismo social que, ao contrário daquele que foi experimentado na Europa do século XX, consegue manter a ideia de liberdade democrática – maximizando a sua desagregação participativa e emancipatória – ao mesmo tempo que reconstrói o tecido social, separando,

(7) Cf. Santos, 2009.

(8) Cf. *ibidem*.

abrindo e vigiando fossos que, são de tal natureza, que a autonomia, a independência, o direito a governar-se a si mesmo se tornam ideias disfuncionais, inoperantes e, no limite, indesejadas. Não se trata apenas do empobrecimento económico das sociedades mas, como aprendi de Jacques Depelchin⁹, de uma estratégia de guerra: invadir as subjectividades, ocupá-las, sujeitá-las, torná-las ainda mais vulneráveis e sem memória.

Pelo tom obscuro do meu discurso até este ponto, pode parecer ser meu objectivo discutir neste texto a ‘crise económico-financeira’ que no norte ocidental rico tem vindo a invadir e a colonizar a imaginação sociológica através do medo do abismo e duma razão não democrática e colonial. Do meu ponto de vista a refutação deste medo passa, no meu texto e em primeiro lugar, por reconhecê-lo e caracterizá-lo. Em seguida prosseguirei de modo a procurar olhar, ver e compreender até que ponto os abismos coloniais contemporâneos são jogos de espelhos incapazes para captar e perceber o mundo. Em segundo lugar, colocar em evidência as racionalidades com quem debato a economia, o governo da casa porque me aparecem férteis, abertas, humildes, determinadas e não se envergonham da sua excentricidade. Antes a cultivam através da sabedoria de séculos de aprendizagem a manter-se, de algum modo, fora e para além da invasão, ocupação e usurpação. É uma arguição entre subjectividades imaginativas e poderosas e não a celebração da pobreza, do passado, do pouco ou do rudimentar.

2. ALGUNS TÓPICOS DE CONTEXTUALIZAÇÃO

Há várias décadas que as e os moçambicanos sabem o que é viver em ‘crise económica e financeira’. Também sabem, de experiência feita, o que é terem uma dívida soberana impagável, o que é o empobrecimento constante apesar das medidas de ajustamento estrutural preconizadas pelo Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Moçambique há várias dezenas de anos que conhece todas as perguntas e os todos os desafios envolvidos nas discussões sobre pobreza, crescimento, desenvolvimento, modo de organização económica, distribuição da riqueza, regulação, participação das e dos cidadãos, democracia económica e financeira, modelos de poupança e investimento socialmente úteis e relevantes que possam funcionar tanto no presente como no futuro¹⁰. As fragilidades estruturais deixadas pelo prolongado e problemático período colonial, as economias de guerra que experimentou entre o início dos anos 60 até 1992, o liberalismo económico che-

(9) Cf. Cunha, 2010: 164-165.

(10) Cf. Brito *et al.*, 2010.

gado nos anos 80 e as fracturas provocadas pelo hiperbolismo do capital financeiro globalizado, têm resultado no depauperamento drástico de vastas camadas da população moçambicana¹¹. Ao mesmo tempo, toda esta ebulição económica tem criado problemas sociais e ambientais de uma grande complexidade e com consequências difíceis de avaliar na sua extensão e intensidade.

Moçambique é um país classificado pelas agências internacionais, repetidamente, como sendo um dos mais pobres do mundo. Em linha com alguns dos estudos e obras aqui referidos, eu estou convencida que será mais rigoroso afirmar que, Moçambique, é um país empobrecido. A pobreza das e dos moçambicanos, tanto na sua forma de ausência de acesso aos bens, recursos de moeda ou capital de investimento ou como ausência de liberdade para escolher os meios e recursos para definir a sua dignidade e bem-viver¹², não fazem prova da sua incapacidade de produzir e distribuir riqueza em ordem a um equilíbrio e a uma harmonia social e económica que tenha na base a opção ética e política de justiça para todas e todos os moçambicanos. A pobreza em Moçambique é um discurso recorrente sobre si, tanto endógeno como exógeno e que tem mostrado muito pouco acerca da vitalidade e da imaginação que se lhe opõe, aos vários níveis da sociedade. Para além disso, a pobreza, o combate à pobreza, o alívio da pobreza e as medidas e as fórmulas que lhes estão subjacentes têm vindo a camuflar a ideia de que *a pobreza e a riqueza são duas dimensões política e socialmente definidas pelo mesmo processo de acumulação, distribuição e reprodução, de tal modo que ambas são geradas não só em simultâneo mas em relação orgânica e dinâmica uma com a outra*¹³. Isto tem querido dizer, em termos experienciais e biográficos para a maioria das pessoas do país que este é povoado por pessoas pobres porque não partilham, ou não são capazes de se fazer incluir, num certo modelo de desenvolvimento económico à escala local e nacional e à luz dos critérios e indicadores internacionais epitomizados, por exemplo, no Índice do Desenvolvimento Humano do PNUD¹⁴.

Deste modo, e perante o imperativo da mercantilização crescente e a simétrica persistência da escassez do dinheiro¹⁵, as populações têm vindo a desenvolver dife-

(11) *Cf.*, entre outras obras, António Francisco, 2003; 2006; 2010; João Mosca; 2009; 2010, Isabel Casimiro e Amélia Neves Souto, 2011; Luís de Brito *et al.*, 2010; Rosimina Ali, 2010.

(12) *Cf.* Sen, 20010. Ao usar o conceito de bem-viver reporto-me, entre outras, às visões plasmadas na Constituição 2008 del Ecuador consagrados no seu capítulo segundo assim como ao Índice de Felicidade Interna Bruta desenvolvido no Butão. *Cf.* Ura; Galay, 2004.

(13) *Cf.*, Brito *et al.*, 2010: 16.

(14) Segundo o relatório do PNUD – programa das nações Unidas para o Desenvolvimento publicado em 2008, dos 177 países analisados, Moçambique está na posição 172 em termos de desenvolvimento humano que se baseia nos seguintes indicadores: esperança de vida, o rendimento e a educação escolar.

(15) Aqui refiro-me tanto à moeda e divisa nacional, o Metical, como aos Dólares americanos que são no caso da economia Moçambicana a moeda de referência mais utilizada.

rentes tecnologias económicas, com e sem moeda, procurando soluções para ren-
dibilizar os recursos existentes nas famílias e nas comunidades, re-inventando e
actualizando tanto práticas ancestrais como formulando mecanismos novos e ino-
vadores de gestão económica e financeira, mutualidades, cooperativismo, pou-
panças e investimentos. É neste quadro que se insere uma das mais conhecidas
maneiras de muitas mulheres moçambicanas recusarem resignar-se ao epíteto da
inevitabilidade da sua pobreza estrutural, colocando em destaque o capital social
que uma moeda, ainda que convencionalmente capitalista, pode jogar na gestão e
distribuição da riqueza num espaço de proximidade: o *xitique*.

O *xitique* é uma dessas tecnologias que devem ser estudadas e compreendidas
para dotar os conhecimentos sociológicos, feministas e económicos de mais ideias
que possam contribuir para a justiça cognitiva e como meio de dar corpo às cons-
ciências antecipatórias do futuro¹⁶ que acima referi. Elas estão a elaborar, já e
agora, os termos daquilo que será um novo senso comum do governo da casa e um
paradigma que possa ser nomeado de pós-capitalista.

A ligação das práticas do *xitique* e as mulheres em Moçambique é uma evidên-
cia empírica e tem sido objecto de pesquisas e reflexões. As mulheres estão muito
activas nas actividades produtivas e circuitos económicos do país e uma parte
substantiva do rendimento gerado e utilizado para o sustento das famílias, assim
como um volume de negócios assinalável, é realizado por elas no âmbito daquilo
que é designado por ‘economia informal’. As organizações de mulheres de base
mais popular estão, algumas vezes, fortemente relacionadas com a produção e
comércio de modo a gerar rendimentos e a reforçar, mutuamente, as capacidades
de pequenos grupos. As iniciativas de muitas mulheres e alguns homens, muitas
vezes consideradas informais, pontuais e precárias servem de base para se criarem
negócios, a partir das famílias, bairros ou comunidades, com vista a complemen-
tar ou a gerar o seu sustento e a manter a vitalidade societal e política da sua
comunidade. É interessante constatar que tessitura social e negócio parecem ser
duas faces da mesma realidade em que diferenças se articulam para realizar o
objectivo comum: afirmar socialmente mais do que a sobrevivência, a possibili-
dade de uma existência com dignidade própria.

A comprovação da grandeza e importância do chamado ‘sector informal’ da
economia moçambicana é difícil de ser feita com os instrumentos disponíveis
pelas agências de consultadoria internacionais pois são incapazes de captar e cate-
gorizar a diversidade, intensidade e a relação do visível e do invisível presente nestes
negócios. Porém, a epifania social e organizacional destas/os empresárias/os nos
bazares, ruas e mercados, assim como alguns estudos macroeconómicos, mostram

(16) Cf. Santos, 2009; Cattani, 2009; Freire, 1975.

a existência concreta e a magnitude destes circuitos económicos tomados como excêntricos mas que, na realidade, são centrais e vitais. O Instituto Nacional de Estatística de Moçambique¹⁷ define a economia informal como sendo as,

actividades caracterizadas por um baixo nível de organização com divisão limitada ou inexistente entre trabalho e capital e relações de trabalho, geralmente baseadas em colaboração ocasional, de relação familiar ou de amizade, ao invés de contratos formais e afirma que em Moçambique o sector informal constitui uma parte relevante da economia do país.

Teresa Cruz e Silva¹⁸ no seu trabalho sobre *Gestão comunitária de serviços sociais em Moçambique* chama a atenção para o facto de que a utilização dos conceitos de formal e informal muitas vezes é difusa, confusa e ambígua, sobretudo em sociedades em que a porosidade, os contactos e as sobreposições entre várias iniciativas económicas são correntes e fundamentais para a sua funcionalidade. Ainda assim, ela especifica que se deverá ter em conta que o ‘sector informal’ pode ser considerado aquele em que os

indivíduos participam numa actividade comercial, sem possuir licença legal para o seu exercício, e que não sendo directamente taxada, e portanto não reportada oficialmente, no geral, está abrangida pelo pagamento de taxas específicas às autoridades municipais.

Contudo, o crescimento e a complexidade do sector mostra que existe um número assinalável de pessoas cujos negócios podem estar fora de qualquer norma estatal ou municipal mas são controlados e taxados pelas associações locais dos mercados e bazares. Muitos outros ficam de fora de qualquer tipo de cadastro ou sistema de regulação mais ou menos permanente. António Francisco e Margarida Paulo¹⁹ chamam a atenção para a profunda diversidade e dos trânsitos entre actividades e agentes legais e ilegais que constituem a chamada realidade da ‘informalidade’ económica no país.

Em países em que as populações têm acesso restrito à moeda e ao crédito bancário o chamado ‘sector informal’ além de relevante do ponto de vista económico é uma projecção organizada e pública de sistemas de solidariedade, poupança com vista ao investimento, crédito e limitação da mercadorização de produtos e relações sociais essenciais à vida. Estas características fazem com que estejamos em

(17) Cf. República de Moçambique, 2006: 13.

(18) 2001:10.

(19) 2006: 8; 41 e ss.

presença de uma ecologia de saberes, instrumentos e metodologias produtivas e comerciais muito pouco perceptíveis, ou mesmo invisíveis, para os sistemas convencionais de avaliação e categorização económica de matriz capitalista. Como explica a definição do INE, estes circuitos comerciais baseiam-se em outros tipos de contratualização e de articulação entre capital e trabalho o que não significa que não sejam constituídos por uma racionalidade económica eficaz e eficiente e tenham certas características de exploração e dominação. Apesar de estarem fora dos licenciamentos formais não são actividades desorganizadas nem meramente ocasionais como nos ajuda a compreender Teresa Cruz e Silva e António Francisco. Ao contrário, o chamado 'sector informal' é relevante, organizado, produtivo e durável pois a maioria de pessoas de Moçambique tem conseguido, a partir dele, produzir e distribuir riqueza e sustentar as suas vidas ao longo de muitos anos. É a sua excentricidade económica para o paradigma capitalista com que estas comunidades munidas com diversas ecologias de conhecimentos têm estado a enfrentar e a ultrapassar as crises provocadas por guerras, ajustamentos estruturais e colapso ou recomposição dos sistemas financeiros globais.

Não se trata nem de romantizar a situação dos milhões de pessoas que trabalham e vivem do 'sector informal' nem fazer a troca do capitalismo hegemónico por esta economia de invisibilidades. Trata-se sim, de chamar a atenção que, excluídas do emprego, salários e acesso à divisa do país, as pessoas, e em particular as mulheres, não deixaram de imaginar e praticar outras formas de regeneração económica em escalas de maior ou menor proximidade com resultados que mostram a sua capacidade organizativa, financeira e de gestão de recursos, como procurarei detalhar adiante.

O *Instituto Nacional de Estatística de Moçambique* não nos diz quantas mulheres operam e trabalham no 'sector informal' na cidade de Maputo mas diz-nos que em 2005, segundo o inquérito nacional: 1/ 48.4% da força de trabalho da cidade é feminina o que corresponde a cerca de 262.900 mulheres; 27.4% das pessoas de Maputo exercem actividades no 'sector informal', 32.7 no sector formal e 39.9% estão desempregadas²⁰. Mesmo tendo em consideração uma distribuição desigual pelas diversas categorias, e sabendo-se que há meninas e meninos que não são consideradas/os na categoria 'força de trabalho' mas que de facto têm

(20) Cf. República de Moçambique, 2006: 82-85. É de notar que a categoria de desempregados, muitas pessoas estão, de facto a exercer uma qualquer actividade profissional mais ou menos regular e de maior ou menor impacto económico e que não estão a ser captadas e estudadas como actividades do sector informal mas que com ele partilham muitas características. De outro modo ficaria por explicar a própria viabilidade física de Moçambique ou tornar refém a cidade de Maputo de uma visão que só consegue observar mendicidade e roubo. Não creio ser aceitável esta simplificação da sociedade Maputense.

uma ocupação laboral, pode inferir-se que em Maputo existem várias dezenas de milhar de mulheres que trabalham e vivem conjugando a sua agência no chamado ‘sector informal’ com outras actividades económicas produtivas de renda e recursos.

Face a estas condições de vida, muitas mulheres e homens recuperam, inventam e actualizam práticas sócioeconómicas que são postas ao serviço de uma interpretação da sua realidade e da resolução dos problemas que ela lhes impõe. Como mostra Catarina Trindade²¹, o *xitique* é uma dessas agências que está em actividade apresentando-se, do meu ponto de vista, como sendo bastante mais do que uma simples tecnologia de sobrevivência. *Xiticar* tem objectivos extra-económicos e contribui, entre outras coisas, para a coesão social, controlo dos recursos existentes, identidade e afirmação pessoal e comunitária.

3. TÓPICOS METODOLÓGICOS

Este texto principiou aquando da minha pesquisa de campo (2008-2009) sobre as estratégias de vida e de autoridade das mulheres mais pobres de Maputo. Foi nessa atmosfera de investigação que, não só encontrei agências e subjectividades que desafiavam através da sua intensa e persistente criatividade os conceitos de emancipação das mulheres, como muitas práticas que, em contextos de uma extrema hostilidade cultural e económica, resultam em processos de controlo, de autoridade e de dignificação do estatuto das mulheres nas famílias e comunidades. De entre essas tecnologias sociais estavam os grupos ou rodas de *xitique*. O material recolhido nesses dois anos de trabalho de campo sendo relevante não se centrava na pragmática do *xiticar*. Foi a partir do enunciado da hipótese de que o *xitique* é uma prática com potencial epistemológico feminista para uma crítica da economia política dominante que desenhei e preparei uma terceira fase de pesquisa. Realizada uma revisão da literatura disponível em Portugal, introduzi marcadores de análise qualitativa sobre o *xitique* nas entrevistas realizadas para em seguida mobilizar a colaboração de vários centros de investigação²² e prosseguir com um estudo de campo em Maputo em Fevereiro e Março de 2011.

A metodologia do trabalho de campo foi orientada por instrumentos e técnicas qualitativas, etnográficas e de pesquisa bibliográfica endogénica. Realizei: 1/ 17

(21) Cf. Trindade, 2007 e 2011.

(22) Esta pesquisa de campo foi financiada pela Fundação Caloust Gulbenkian e apoiada pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, o Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane e acolhida em Maputo pelo Instituto de Investigação para o Desenvolvimento José Negrão.

entrevistas em profundidade e semiestruturadas a 13 senhoras e 4 cavalheiros activos em diversos sectores da chamada economia informal²³; 2/ manteve conversas informais e fez observação de práticas nos bazares, bairros e redes locais de solidariedade como famílias, associações, grupos religiosos, entre outros; 3/ registei em áudio, fotografia e vídeo alguns episódios das práticas de *xitique*. Atribuí especial atenção às narrativas quer as orais quer as escritas, através das quais o conhecimento sobre o *xitique* é significado e reproduzido retoricamente. A narração é também uma actividade de democratização discursiva pelo que se entende que, com ela, o valor heurístico e epistemológico do narrado pode ser ampliado. A interacção que as entrevistas em profundidade e repetidas admitiram produziram duas actividades que não estavam previstas no dispositivo metodológico inicial. Por um lado as *visitas de estudo*, ou seja, visitas aos locais de vida e actividade das pessoas entrevistadas e dos seus grupos a convite delas e com a intenção de fazerem conhecer as suas dificuldades mas também os seus sucessos. Por outro lado, a narração das práticas de *xitique* fomentou trocas de experiências entre a equipa de pesquisa e as pessoas entrevistadas que passaram também a entrevistar revelando a importância da dialéctica e da dialogicidade dos conhecimentos. A constelação epistemológica verificada nas conversas conduziu à prática de uma tradução com sentido duplo e pedagógico através de intercâmbio de ideias e também de propostas concretas.

É interessante mencionar, pois os contextos são sempre uma parte dos textos, que estas entrevistas foram realizadas durante todo o mês de Fevereiro de 2011 durante o qual estavam a ocorrer os protestos em vários países do norte de África e aos quais as pessoas não estavam indiferentes potenciando críticas às políticas internas de Moçambique. Neste sentido, para além do *xitique*, tomado na sua aceção mais pragmática, a atmosfera de contradição internacional e de contestação em ordem a uma mudança substantiva da situação política e social em países do continente, facilitou a emergência de análises sobre as vias subterrâneas da revolta social que ocorre também em Moçambique. Não sendo objectivo deste trabalho a análise das interpretações acerca das políticas que estão em execução assim como as respostas que são necessárias para corrigir danos e trajectórias entendidas como erradas e injustas em Moçambique, deixarei para um trabalho subsequente a análise e a problematização da imaginação rebelde e informada de muitas das subjectividades políticas moçambicanas com quem tenho vindo a trabalhar.

(23) Os dados detalhados sobre as pessoas e as entrevistas encontram-se disponíveis no relatório de trabalho de campo apresentado a todas as entidades envolvidas.

4. A ARTE DE XITICAR NUM MUNDO DE CIRCUNSTÂNCIAS NÃO IDEAIS.

O *xitique* tem vindo a ser analisado pela literatura académica²⁴ como uma prática comum de poupança colectiva e de crédito rotativo entre um grupo restrito de pessoas, normalmente mulheres, com o objectivo de adquirir bens, produtos e serviços que de outra maneira não lhes seriam acessíveis mediante a escassez de moeda com que vivem.

Perante os discursos as práticas observadas ao longo do meu trabalho de campo em 2008 e 2009 na cidade de Maputo, nos mercados informais de ‘Xipamanine’, ‘Malanga’ e ‘Xiquelene’, junto de vendedores e vendedeiras de rua assim como com lideranças femininas locais, esta definição dominante sobre o *xitique* começou a revelar-se simplista e insuficiente. As sociabilidades e experiências associadas ao *xitique*, ou àquilo que muitas pessoas denominam de *xiticar*, indicavam que nelas se condensavam muitas outras ferramentas não apenas económicas e de sobrevivência. A pragmática do *xitique* mostrava-se imbuída de uma ética com especificidades extra-económicas e uma estética inserta em relações sociais complexas e ricas em variações, detalhes, significados e códigos de conduta. Deste modo, tornou-se claro para mim que o *xitique* estava para além de uma estratégia de sobrevivência das pessoas mais empobrecidas dos chamados mercados informais de Maputo, porém responsáveis pela maioria das transacções económicas e trocas comerciais, com e sem moeda, da capital do país. Uma outra ordem de razão começou a tornar-se clara: o *xitique*, aparecia no meu estudo empírico e na minha reflexão como compatível como uma pragmática com virtualidades éticas, estéticas e socioeconómicas não-capitalistas, feministas e pós-coloniais. A constatação de que eu estava a participar na observação de alguma coisa excêntrica, outra, diversa levou-me a procurar nela um pensamento sociológico virado para o futuro ainda que seja chamada de tradicional e ancorada em experiências alimentadas de geração em geração. As senhoras das rodas de *xitique* com os seus telefones celulares cuidadosamente guardados nos seios e eficazmente utilizados nas suas rotinas diárias fizeram-me perceber, progressivamente, que não estava perante um arremedo, uma qualquer actualização do tradicional ou de uma emissão postal analógica do pré-colonial. Estava sim localizada e imbricada num real cujas sociabilidades podem ser mestiças na sua dimensão mais aparente mas que já estão para lá de uma análise simplista de colonialidade.

A minha análise dos materiais recolhidos, observações realizadas e dos discursos orais das pessoas entrevistadas e da literatura conduziu-me a dois conjuntos principais de questões que problematizarei e teorizarei em seguida. O primeiro

(24) Cf., entre outros e a propósito do *xitique* e da pobreza em Moçambique, os estudos de Nuno Castel-Branco, João Mosca, António Francisco, Fion de Vletter, Luís de Brito, Catarina Trindade.

conjunto de questões relaciona-se com uma economia política do *xitique* que permite articular não apenas a ferramenta económica de que se reveste mas também os demais elementos éticos, estéticos e políticos que emergem das práticas e discursos das pessoas que *xiticam*. O segundo conjunto decorre de uma regularidade discursiva, de um padrão retórico que denuncia uma visão muito crítica das mulheres sobre os homens e as suas limitações para prática do *xitique*.

4.1. Contrariando a ideia de que o *xitique* é um mero sistema de créditos de poupança rotativos

O *xitique* é uma palavra *tsonga* que é traduzida para a língua portuguesa, comumente, como poupar ou amearhar. Contudo ao longo das entrevistas que fui realizando foram surgindo mais significados da palavra reforçando a ideia de que o *xitique* é colocar alguma coisa de lado mas não apenas em benefício de si mas do grupo, através da força do colectivo. É levar a cabo um objectivo que aumenta a coesão da comunidade envolvida. A senhora Páscoa Marrengula²⁵ explica que

sim, vamos juntas, vamos em associação. Foi [fomos] comprar aquilo que a pessoa, esta pediu. Então obrigamos ir em conjunto chegar e gasta.

Ou como diz a senhora Elsa Tuzine o *xitique* pode

facilitar o processo. É, essa pessoa é ainda longe de receber mas se tiver problemas pede e é ajudada. Leva mais cedo mas sempre tem que contribuir.

Entendi assim, que o recurso discursivo a várias semânticas da palavra *xitique* indicava, por si mesmo, um conjunto de significados societais que extrapolavam a ideia de poupança enquanto uma simples ferramenta de acumulação de moeda com o fim de obter uma certa capacidade económica e financeira num futuro mais ou menos próximo. De facto, se nos ativermos à simples mecânica do *xiticar*, o que somos capazes de distinguir de imediato é o seguinte: um grupo restrito de pessoas decidem sobre uma determinada quantia em dinheiro que regularmente

(25) Utilizarei neste texto alguns excertos das transcrições das entrevistas realizadas durante o mês de Fevereiro de 2011. Os materiais originais estão disponíveis no relatório que está referenciado. Faço a opção de transcrever literalmente as versões orais gravadas por duas ordens de razão. A primeira tem que ver com o esforço de não aumentar o ruído da comunicação pois sabe-se que falar, gravar, ouvir e transcrever são operações que modificam, que intervêm na qualidade da discursividade em acção. Em segundo lugar porque a língua portuguesa é diversa, integra variedades de construção frásica e sintáctica, semânticas e regências não canónicas que constituem, a meu ver uma riqueza que deve ser valorizada e tornada explícita.

colocam num *mealheiro* comum para, em seguida, cada uma delas receber esse montante acumulado numa ordem sucessiva previamente estabelecida pelo grupo. Estes grupos são constituídos por elementos da mesma família, grupos de colegas, grupos de amigas/os, isto é, grupos em que a coesão interna já existe, é possível e pode ser mantida. Tal como a senhora Rosalina Gomane diz:

– Faça o xitique com as minhas colegas, a minha cunhada, minha vizinha, minha amiga. (...) Somos seis. (...) Na igreja também temos a devoção de tirar cinquenta contos para juntar para podermos comprar louça (...) para comprar capulanas²⁶, somos um grupo da igreja.

À medida que a lente de resolução social aumenta pode distinguir-se que *xiticar*, fazer *xitique*, participar num grupo de *xitique* é bastante mais do que partilhar um mealheiro e receber dinheiro à vez. O primeiro acto distintivo é que o *mealheiro* não é um objecto físico mas a confiança agregada do grupo numa pessoa que passa a ser guardiã das poupanças de todas e todos. A senhora Esmeralda Maposse a este respeito assume essa incumbência: *Eu é que tenho que escolher a quem vou dar. É uma grande responsabilidade mas eles confiam muito em mim.* É uma pessoa que guarda e se responsabiliza pelos recursos da pequena comunidade e que terá de prestar contas sobre eles e sobre a sua utilização. Esta pequena grande diferença presta-se a considerar que o *xitique* envolve uma ética comportamental e de grupo assim como promove uma estética nos momentos de recolha e de distribuição dos recursos. A pessoa responsável pelo *xitique* não se limita a entregar o dinheiro mas deve também promover o envolvimento de todo o grupo no processo e organiza um momento celebratório *quasi* ritual para que cada um dessas passagens de recursos seja um acto colectivo de reforço mútuo. A senhora Elsa Tuzine descreve algumas dessas intencionalidades que estão para além de trocas monetárias, presentes mútuos ou fluxos de dinheiro mesmo dentro de uma rede de proximidade:

O xitique de família depende do acordado. Cada mês vão a uma pessoa da família isso faz com que os filhos conheçam os tios os sobrinhos. Porque cada um vai para o seu serviço e não tem tempo de fazer conhecer a família, sendo assim, é uma coisa forte para reactivar a familiaridade.

(26) Capulana é um pedaço de pano estampado (normalmente com 2 metros por 1,5 metro) que as mulheres utilizam para cobrirem as ancas e as pernas como se fosse uma saia. Para além desta função básica e popular, as capulanas podem ser usadas em momentos especiais como os nascimentos, cerimónias importantes, como dotes, ou terem funções utilitárias como servirem de peças decorativas em casa, cortinas, entre muitas outras coisas. As capulanas em Moçambique são também utilizadas para tornar públicas e disseminar mensagens através do seu uso no corpo das mulheres ou como toalhas de mesa de conferências, painéis de parede ou outros modos de exposição. Os padrões e as cores são muito variados e estão em permanente processo de inovação e criação.

Ela continua realçando que os grupos de xitique têm uma função de integração e até de inclusão social quando explica que ao constituir um grupo

há que ver o modo de vivência de cada um. Há aquelas pessoas [que são] uma mágoa social... socialmente não são boas pessoas mas como já estão naquele grupo a sua mentalidade muda. Vão ser um pouco sociais naquele grupo.

Esses momentos, em muitos casos, são acompanhados de comida, de bebida, dança e troca de capulana ou outros pequenos presentes dentro do grupo e na presença das crianças que são socializadas, desde cedo, nesse festejar do dia em que *sai o xitique*. A senhora Esmeralda refere que

– de momento, o xitique que estamos a fazer de festa não é para dar não é para a pessoa receber é para nos reunirmos para não haver separação. A gente faz esse xitique mensalmente, são quinhentos meticais. A gente compra a comida, a bebida. (...) Nós compramos a comida, compramos a capulana, compramos a mukume e a vemba²⁷ para uma pessoa nesse mês, nós vamos para essa pessoa nesse mês, e a camisa para o homem. Mas aquilo é uma forma de convivermos, não é?

Ao observar e ao ouvir as narrações sobre o *xiticar* outros assuntos de notável valor reflexivo foram emergindo. O *xitique* exige da parte das pessoas integrantes do grupo competências económicas tais como: 1/ disciplina orçamental, pois implica uma análise do orçamento disponível e das despesas essenciais; 2/ saber fazer uma cabimentação rigorosa e perseverante tendo em conta os objectivos traçados; 3/ saber fazer planos de poupança com vista ao investimento, isto é, a poupança não é mera acumulação, cega nem se justifica por si mesma. Não é uma simples maneira de aforrar mas sim de criar condições de investimento na habitação, educação, empresa, entre muitas outras coisas. As senhoras explicam essa disciplina orçamental em ordem aos seus investimentos de diversas maneiras. A senhora Páscoa diz que se uma pessoa

– tem falta de casa vai construir a casa. Se construiu e não tem nada lá dentro, quer comprar um armário, quer comprar um armário, uma mesa (...) para fazer xitique é preciso fazer um plano.

No caso da senhora Angélica os investimentos e as circunstâncias foram outros:

– como separei muito cedo do meu marido, há 27 anos, foi assim que consegui dar escola às minhas filhas com este dinheiro. (...) Você tem um plano, não pode falhar.

(27) *Mukume* são duas capulanas unidas por um bordado que servem de lençol ou para a decoração da cama. *Vemba* é um lenço de cabeça feito do mesmo tecido das capulanas.

A senhora Esmeralda chega a fazer considerações que já envolvem outros factores quando diz que:

– é uma forma de guardar dinheiro, é como um banco, é uma forma de assegurar o dinheiro para uma obra mas também consegue-se fazer uma coisa que se pretende.

Mas a senhora Elsa explica a diferença deste sistema bancário:

– O Tchuma²⁸ dá dinheiro mas também cobra taxas altas mas também o critério é avaliar a sua casa, os bens o que você tem. Se não tem nada não vale a pena. Mas dentro da organização cada uma dar uma contribuição (...) podemos.

Sem dúvida que todos estes procedimentos requerem planificação e uma racionalidade lúcida e consequente ou como diz Esmeraldo Maposse,

– Eu tenho que usar a cabeça.

A contabilidade acerca dos recursos disponíveis é cuidadosamente feita e organizada. A senhora Angélica menciona com clareza que o seu grupo de *xitique* tem presidente, tem secretário, tesoureiro, tem que escrever os nomes, assinar. Da mesma forma os planos de investimento são faseados, calculados com base na capacidade financeira, oportunidade, disponibilidade do mercado, urgência ou prioridade. Ela continua demonstrando a forma como foi priorizando e atingindo os seus objectivos.

– De outra vez eu consegui comprar um terreno, consegui juntar para construir a casa. (...) Consegui com o xitique fazer uma casa com quatro quartos e uma casa de banho. Agora vou comprar o fogão. Fiz casar a minha filha, fiz a minha contribuição.

Em terceiro lugar o acto de *xiticar* inclui a definição participada e democrática de uma política de redistribuição e controlo social sobre aquisições e consumo. Isto quer dizer que a ordem da redistribuição do montante total é decidido pelo grupo podendo haver alterações nessa ordem em casos considerados relevantes e desde que haja um acordo de todas as pessoas. Isto requer controlo social, debate, argumentação colectivos. O mesmo se passa sobre as aquisições ou o consumo de bens, serviços ou produtos que é feito a seguir ao recebimento do *xitique*. Em muitos casos o grupo assegura-se que o dinheiro é gasto naquilo para que estava destinado e acordado segundo um plano de coerência da gestão individual dos recur-

(28) O Tchuma é um banco moçambicano de microcrédito. Ver o trabalho de Catarina Trindade.

tos conseguidos através do esforço colectivo. A importância das aquisições em termos de consumo é conversada e passa por uma discussão entre o grupo embora a decisão final seja outorgada à pessoa que quer fazer um determinado investimento ou compra. Esmeralda fala dessas opções:

– Há uma outra forma de fazer xitique. É uma pessoa pretender uma coisa. Olha eu quero um fogão a gás. Não é ela a comprar, o dono de dinheiro. Assim que o dinheiro está comigo eu levo eu vou com uma ou duas pessoas que estão connosco no xitique e ela está connosco e vai escolher o fogão que ela quer sim, a gente compra o fogão e depois vamos entregar.

As variações encontradas na forma de fazer o *xitique* nem sempre contemplam todos estes mecanismos socioeconómicos mas, de uma forma geral, a prática revela-se organizada e informada por uma ética de conduta em que se destacam as competências acima referidas assim como, a força da comunidade, a coesão social, a confiança mútua, a persistência, o trabalho, a produção alternativa de riqueza ou recursos e a justiça, em escalas de proximidade.

A prática do *xitique* inclui registos escritos, cálculo, contabilidade organizada e um acervo do histórico das actividades dos grupos. O recurso à escrita é quase constante assim como a emissão de títulos de crédito e a apresentação de contas através de balancetes periódicos. Estou convencida que as aprendizagens escolares da escrita, leitura e do cálculo encontram aqui significados reforçados de funcionalidade e utilidade social pelo que, pensar no *xitique* como uma estratégia de educação popular parece-me apropriado. A educação popular entendida como a conscientização dos grupos e das comunidades e do desenvolvimento de competências de interpretação, análise, registo e comunicação, que passam também pelo escrito, estão na base da actividade de *xiticar* ainda que não sejam entendidas nem desenvolvidas enquanto tal. Esta potencialidade endógena do *xitique* é suficientemente forte e evidente para não ser descartável de uma análise de uma economia política pós-capitalista. O *xitique* pode constituir também, uma instância educativa popular de valorização de aptidões e aprendizagens não escolares porém vitais, relevantes e úteis nas sociedades em causa e na consolidação e ampliação de conhecimentos dos grupos em diversas áreas dos saberes e da sua capacidade de reflexão sobre si e sobre a sociedade em geral.

4.2. A visão das mulheres sobre os homens que dizem fazer xitique

Como deixei claro acima, o *xitique* é, maioritariamente, praticado e gerido por mulheres. Tanto os *xitiques* de colegas, amigas ou familiares, regra geral são orga-

nizados e liderados por mulheres escolhidas entre todas das do grupo. Isto não quer dizer que não haja homens envolvidos e que estes, em determinadas circunstâncias, não exerçam um protagonismo equivalente ou até superior ao delas. Contudo, o meu estudo mostra que são as mulheres que estão mais comprometidas com o *xiticar*.

Esta questão merece alguma atenção por várias razões. Por um lado, as mulheres parecem desejar ter espaços de mulheres, ou seja, elas querem *estar à vontade* entre elas o que seria perturbado pela presença de homens. Este argumento deve ser aprofundado pois parece que não se trata de excluir os homens mas de garantir o repúdio de qualquer tipo de cooptação masculina sobre esse espaço-tempo das mulheres. A senhora Rosalina Gomane é peremptória:

– *Somos nós. Eles não entram aí. Eles têm outra associação deles, lá.*

Pelas narrativas e estudos já elaborados, a segunda razão prende-se com a capacidade de criar um espaço de autoridade entre pares por parte das mulheres mas que extrapola, muitas vezes, o grupo. Trata-se do exercício da autoridade e de controlo: controlo sobre o conhecimento acerca do montante que conseguem ganhar com o seu trabalho; o controlo sobre o modo como o gastam; o controlo sobre o processo de decisão e de gestão dos recursos disponíveis. Estes espaços são considerados de efectiva emancipação das mulheres relativamente ao potencial de dominação pelos homens. Surgem nos discursos e no ênfase colocado em algumas expressões retóricas como alguma coisa de importância vital para elas. Mas a realidade não é baça nem uniforme pois este caminho de emancipação gera, em contrapartida, outros problemas que elas estão a equacionar e a tentar resolver. As soluções não sempre iguais nem presididas pelos mesmos critérios. É, do meu ponto de vista, importante notar que uma análise feminista do *xitique* pode ser também uma crítica feminista aos feminismos abissais. As palavras de Telma Mbeve são bastante claras a este respeito:

– *Problemas mesmo algumas é com os maridos, com os maridos porque os maridos quando começaram a ver que elas estava a ganhar mais algum dinheiro do que eles, já podiam resolver algumas coisas, já não pediam [dinheiro] começou a haver situações. Por exemplo de haver uma machamba²⁹ muito mais longe:*

– *Tens que ir a um outro distrito para ver uma outra machamba.*

– *Porquê se eu tenho uma machamba aqui?*

– *Tens que lá ficar uma semana ou mês.*

(29) Uma *machamba* é uma horta ou um campo mais ou menos extenso de cultivo de várias espécies alimentares essenciais para cada família.

Havia maridos que estavam felizes com o que estava a acontecer porque naquela zona onde nós estávamos a estudar (..) porque tudo estava resolvido pelas mulheres porque cada marido é marido de quatro mulheres.

(...)

Resolver não resolveram, pelo menos como nós. Elas procuram ir levando fazendo equilíbrios.

Em terceiro lugar, a ética do *xitique* nos termos em que a parecem colocar nos seus discursos, é exigente relativamente ao comportamento mais comum dos homens. Elas vão assegurando que muitos homens não conseguem ser disciplinados o suficiente para fazer as entregas, esperar pela sua vez para receber e, sobretudo, cumprir com os planos de investimento e consumo previamente acordados. A senhora Angélica Paulo narra assim as suas convicções a este respeito:

– Os maridos fazem xitique. (...) Os homens são malandros é por isso que nós preferimos fazer a nossa parte e eles fazem a parte deles. Nós somos seis. Nós dizemos que somos seis ele diz que são três ou quatro e traz pouco dinheiro. O resto está no bolso vai à vida e gastam em bebida, mulheres!

Elas fazem uma crítica acérrima destas incompetências masculinas com as quais não desejam contaminar os seus grupos. Para além destes argumentos elas alegam ainda que os homens têm os seus próprios grupos e nada os impede de *xiticar* a não ser a sua imaturidade e inépcia para cumprir as suas próprias promessas. Porque para se entrar num grupo de *xitique*, afirma a senhora Páscoa, *tem que ser uma pessoa de confiança* enquanto Angélica sublinha que *xitique é compromisso*³⁰. As narrativas das mulheres são ainda mais acutilantes quando justificam a exclusão ou, pelo menos, a diferenciação comportamental entre mulheres e homens nos grupos de *xiticar*. Elas descrevem-se realçando a sua comprovada dedicação ao bem comum do seu grupo ou família, indicando que os seus investimentos são, sobretudo, para a aquisição de bens de consumo colectivos como comida, educação das crianças, habitação ou cuidados de saúde. Na realidade, as mulheres fazem *xitiques* também em proveito próprio como a aquisição de capulanas, *mukumes*, *vembas*, lenços ou produtos de beleza; viagens ou inves-

(30) Em nenhum momento das diversas entrevistas me foi relatado algum acontecimento concreto em que alguma mulher não tenha sido fiel aos seus compromissos do *xitique* ou tenha tido um comportamento desadequado perante o seu grupo. As narrativas construídas eliminaram esses episódios do repertório retórico com que querem descrever e analisar as suas práticas de *xitique*. No entanto, através de conversas informais ou de algumas observações mais ou menos subtis entre elas, percebe-se que muitas conhecem ou já experimentaram situações de desonestidade de mulheres em algum grupo de *xitique*. Porque não foi objecto de reflexão delas e deles, opto neste texto, por não tematizar este assunto.

timentos para o seu negócio; festas de *lobolo* e anelamento³¹ ou outras iniciativas que providenciam o seu bem-estar e estatuto. Contudo, elas argumentam que mesmo quando os seus investimentos lhes são dirigidos elas não perdem a noção das necessidades do grupo ou da família. Ao contrário dos homens a quem atribuem, repetidamente, uma quase total inabilidade social que resulta no abandono e na escassez de quase tudo dentro da família ou do grupo e no esbanjamento, sem preocupação pelo colectivo, dos recursos angariados. Estas componentes reflexivas e críticas acerca da socialização e da ética de conduta diferenciada entre os sexos não deixa de ser um forte sinal de compreensão do carácter social das injustiças e das desigualdades que estão relacionados, não com determinismos biológicos, mas com mecanismos culturais e sociais para os quais elas estão a encontrar estas respostas sem fazer desarticular, por completo, o grupo ou a família.

Para finalizar é reveladora a conversa que mantive com a mamã Isabel durante uma viagem ao interior da província de Gaza. Com base nas nossas falas e troca de confidências transcrevo as minhas reflexões inscritas no meu diário de campo³² no dia 20 de Fevereiro de 2011:

A mãe Isabel é mais uma daquelas mulheres que tem uma parecida história para contar. É só parecida porque a dela é a dela, da Zabéliané, como se diz lá em casa da mãe e do pai. É a daquele homem que dizia ter amigos tão bons tão bons que todos os dias pagavam uma bebedeira diferente e que quando chegava grosso a casa os cigarros seguiam continuamente quer os lábios dormissem ou não e os pulmões puxassem ou não os fumos internos e externos. Também sobre os xitiques ele mentia, dizia que tinha reunião de xitique e que todos os meses era assaltado, assaltado de uma grande sede interior, diga-se para esclarecimento geral, e ficava pelo caminho da malandragem que o assomava. E assim se perdiam para sempre as contribuições prometidas e juradas à mulher. Ela sem expectativa e dizendo que doída que fui deixar a casa da minha mãe para viver com este traste (hoje estou a gostar da palavra traste para designar este tipo mais comum de maridos) viveu assim até ao dia que ele perdeu a vida e com ele a filha mais nova. Em seguida a irmã da mamã da Isabel perde a vida mas deixa-lhe cinco crianças para juntar às quatro que ela já tinha.

Ela alinhou as chinelas de dedo que já só eram metade, fincou os calcanhars na terra que era onde não chegavam as suas chinelas de dedo e foi trabalhar antes de ir para a escola onde era professora. Das cinco às oito lavava roupa, passava a ferro, fazia biscates e depois também. As chinelas aguentaram tudo o que ela também aguentou mas homem para marido nunca mais

(31) O *lobolo* é um sistema de dote que conduz ao casamento ou consagra um casamento segundo procedimentos consuetudinários. O anelamento é referido como a cerimónia pública do casamento em que há troca de anéis entre os esposais.

(32) Cf. Cunha, 2011.

porque assim, a minha cabeça até pode descansar! Zabéliané não tem dúvidas acerca do que há fazer na vida ainda que a cabeça não consiga imaginar. Ela no silêncio dela é apenas mais uma mulher a pensar e a elaborar as suas resistências, as suas piadas, as suas capacidades para perverter as coisas e quando ousa dizê-lo em português, porque estamos todas a desafiar os padres com as nossas brincadeiras mais sérias que sérias são, as sessões parlamentares sobre as leis que regem o país. A Isabel demonstra-se então em toda a sua grandeza e arguição esmerada acerca do que afinal é apenas o disfarce que gosta de usar para manter a cabeça fria e continuar a resistir e a construir. Pois é essa a melhor característica que, por aqui entendo, se passa incólume de geração em geração: se resiste mas não é para que se aguenta mas para construir as revoluções que ainda nem são visíveis nem nada mas são cometidas todos os dias ainda que a narrativa mestra lhe chame de tudo: pobreza, subdesenvolvimento, incapacidade, preguiça ou simplesmente they don't really care!

5. NOTAS FINAIS

A literatura que pude analisar trata em geral o *xitique* como um objecto antiquado, de sobrevivência bastando-lhe descrevê-lo de forma mecânica e relacioná-lo com outras práticas económicas consideradas tradicionais³³. O seu valor para uma visão outra sobre o desenvolvimento através de uma economia não-capitalista é, em geral, relacionado com o facto de poder ser interpretado como *mais* um modo ancestral de conhecimento, actualizado e reapropriado nas condições actuais mas sem valor socioeconómico *per se*. A minha observação empírica e a minha reflexão levam-me a considerar que estas análises escondem mais do que aquilo que mostram. Em primeiro lugar, não valorizam suficientemente os recursos endógenos da sociedade moçambicana para redistribuir riqueza e implementar a justiça. De muitas formas continuam a utilizar os modelos capitalistas de desenvolvimento como paradigmas comparativos que, do seu lugar de enunciação, só conseguem vislumbrar o *xitique* e outras tecnologias socioeconómicas como um recurso do precário, da resistência à insolvência, enfim, um apelo contemporâneo e desesperado ao atávico por *natural* incapacidade de produzir conhecimentos novos, outros e insubmissos.

(33) Em duas conversas informais com pesquisadores em Maputo detectei que estes atribuíam valor acrescentado ao *xitique* quando encontraram, na província de Nampula, grupos de mulheres cujo *xitique* se transformou num banco de empréstimo a juros. A apropriação de uma prática capitalista dentro do *xitique* pareceu-me o motivo de atracção da atenção dos investigadores sociais o que apoia a minha convicção que as análises estão ainda demasiado sujeitas à comparação com os mecanismos e modelos capitalistas.

A partir de um modelo em que qualquer acumulação de capital seja central, é certo que o *xitique* e outras racionalidades económicas que tais só podem ser entendidas como uma arte de poupar em conjunto para depois despender em bens de necessidade básica o que é pouco mais do que a tragédia diária da sobrevivência. A minha tese, apoiada numa análise feminista e crítica, é que há na prática de *xiticar* um pluriverso de artes e pragmáticas socioeconómicas cujo valor heurístico rompe com o modelo de acumulação capitalista. Por outro lado, evidencia o dinamismo da sociedade moçambicana na produção de alternativas viáveis que são respostas concretas e em acção às leituras e interpretações que faz dos seus problemas e limitações. O *xitique* é uma manifestação das agências e racionalidades eficazes que estão a tecer a rede social em Moçambique. Estas racionalidade não recorrem à mera repetição daquilo que é chamado de tradicional mas refazem, ressignificam e reelaboram, estrategicamente; revalidam saberes, dispositivos, relações e objectivos. A dignidade, a alegria, a capacidade de construir e atingir objectivos estão presentes quer nos resultados concretos dos *xitiques* estudados – compra de terra, blocos, cristaleira, capulanas, pagamento de propinas, festa de casamento – quer na narração que deles fazem as suas protagonistas por isso argumento que não é apenas de um modo simples e repetitivo de fazer face aos problemas.

Não se trata de inverter as realidades e tornar o *xitique* numa panaceia ou reduzi-lo a um modelo económico não-capitalista eficaz e eficiente *per se*. Ainda que se trate, no meu entendimento, de uma socioeconomia com valor intrínseco é claro que, em si mesmo, não é um paradigma económico; não é extrapolável para uma escala macroeconómica por si mesmo; não tem capacidade de produzir riqueza e a redistribuição que fomenta é condicionada a microescalas. É uma prática, entre muitas outras, que têm que ser pensadas e articuladas politicamente *para o governo da casa*, para que se possa chegar a visualizar alguma coisa que possamos designar, ainda que provisoriamente, de pós-capitalista.

São três as observações finais que apresento neste texto. A primeira é que qualquer teorização económica pós-capitalista não vai poder ignorar que a riqueza tem que ser gerada e distribuída de forma a aumentar o conforto e a diminuir os sacrifícios de todas as pessoas. Não basta redistribuir mas promover o bem-viver e o bem-estar de todas e todos para que uma economia solidária não se transforme em distopia; no desejo de ter coisas de se acumular riqueza galvanizado pela agrura de não ter o suficiente e estar sempre num estado de carência e escassez³⁴. Por

(34) O médico, o homem que por convicção profunda foi a vida inteira comunista e anticolonialista, o Dr. Pedro Augusto Cortesão Casimiro na sua extraordinária lucidez política e social deixou um precioso ensinamento: um dos maiores desafios da independência, do socialismo, da justiça e da

outro lado, a dignidade humana proclamada através destas práticas anunciam que a justiça não é apenas uma redistribuição equitativa dos recursos económicos mas também dos bens mentais, espirituais e a possibilidade de estabilizar expectativas relativamente ao futuro. Com tudo isso vive-se melhor hoje e todos os dias. A segunda é que analisar o *xitique* através de uma razão pós-colonial não é fixar-se no passado mas é ensaiar os múltiplos entendimentos do presente para conseguir pensar o futuro. Por fim, tanto a literatura como a realidade empírica mostram que *xiticar* é sobretudo uma coisa de mulheres. E como se diz na Guiné-Bissau, *kussas de mindjer ka ta pikininu*, coisas de mulher não são coisas pequenas. É nesta visibilidade ainda invisível dos trabalhos e das invenções das mulheres que ancora o incontornável carácter feminista destas práticas tanto naquilo que já são e revelam, como naquilo que anunciam para mudar a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGENDA (2001). «Global interest of informal sector workers under the spotlight. Interview to Pat Horn». *AGENDA. Empowering women for gender equity*, 48, 44-50.
- ALI, Rosamina (2010). «Níveis e tendências da desigualdade económica e do desenvolvimento humano em Moçambique: 1996-2006», in Luís Brito *et al.* (Org.) (2010), *Pobreza, desigualdade e vulnerabilidade em Moçambique*. Maputo: IESE, 121-150.
- BRITO, Luís *et al.* (Org.) (2010). *Pobreza, desigualdade e vulnerabilidade em Moçambique*. Maputo: IESE.
- CASIMIRO, Isabel; de Souto, Amélia (2010). *Empoderamento económico da mulher, movimento associativo e acesso a fundos de desenvolvimento local*. Maputo: Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane.
- CATTANI, António David (2009). «Utopia» in António David Cattani *et al.* (Org.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina, 328-334.
- Constitución 2008 del Ecuador, «Dejemos el pasado atrás». Publicación Oficial de la Asamblea Constituyente.
- CUAMBA, Denise António (2008). *A Função Social do Xitique na cidade de Maputo – O caso do grupo Ntwanano*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, dissertação de licenciatura em sociologia (mimeo).
- CUNHA, Teresa (2010). *Para além de um Índico de desesperos e revoltas. Uma análise feminista pós-colonial das estratégias de autoridade e poder das mulheres de Moçambique e Timor-Leste*. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, dissertação de doutoramento.

emancipação em Moçambique foi não levar suficientemente a sério a contradição fatal entre a repetição da repetição do *carapau e repolho* enquanto o adversário se apresentava nutrido e oferecia as prateleiras brilhantes e obesas do capitalismo.

- CUNHA, Teresa (2011). *Tabuletas de nha Alfajata*. Maputo: Diário de Trabalho de Campo (mimeo).
- CUNHA, Teresa (2011). «Relatório sobre a pesquisa de campo sobre xitique em Moçambique», Fevereiro (mimeo).
- de VLETTER, Fion (prepared by) (2006). *Microfinance in Mozambique – Achievements, Prospects and Challenges. A report of the Mozambique Microfinance Facility?* [s.l.].
- FRANCISCO, António Alberto da Silva (2003). «Reestruturação económica e desenvolvimento» in Boaventura de Sousa Santos e João Carlos Trindade (org.) *Conflito e transformação social: Uma paisagem das Justiças em Moçambique*. Porto: Edições Afrontamento, vol. 1, 141-178.
- FRANCISCO, António e Paulo, Margarida (2006). *Impacto da Economia Informal na Protecção Social, Pobreza e Exclusão: A Dimensão Oculta da Informalidade em Moçambique*. Maputo: Cruzeiro do Sul, Instituto de Investigação para o Desenvolvimento José Negrão.
- FREIRE, Paulo (1975). *Pedagogia do Oprimido*. Porto: Edições Afrontamento.
- MARSH, Robin (2003). *Working With Local Institutions to Support Sustainable Livelihoods*. Rome: FAO.
- MORAIS, Barbosa (2010). *O nível de participação das comunidades nos planos estratégicos de desenvolvimento distritais. Caso da província de Nampula*. Maputo: CEPKA, centro de Pesquisa Konrad Adenauer
- MOSCA, João (2009). «Pobreza, economia «informal», informalidades e desenvolvimento» [em linha]. In Conferência IESE, 2, Maputo. *Dinâmicas da pobreza e padrões de acumulação económica em Moçambique*. Maputo : IESE, 2009. (Conference Paper; N.º 34). Disponível em www: <URL: http://www.iese.ac.mz/lib/publication/II_conf/CP34_2009_Mosca.pdf>.
- PNUD (2008). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2007-2008: Combater as Alterações Climáticas: Solidariedade Humana num Mundo Dividido*. Coimbra : Edições Almedina.
- REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. INE (2006). *O Sector informal em Moçambique: resultados do primeiro Inquérito Nacional: 2005*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, (2009). «Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes» in Boaventura de Sousa Santos; Paula Meneses (Org.), (2009), *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 23-71.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, (2011). «O desassossego da oportunidade», in *Revista Visão*. 5 de Maio.
- SEN, Amartya (2010). *A ideia de justiça*. Coimbra: Almedina.
- SILVA, Teresa Cruz e (2003). «As redes de solidariedade como intervenientes na resolução de litígios: o caso da Mafalala in Boaventura de Sousa Santos e João Carlos Trindade (org.) *Conflito e transformação social: Uma paisagem das Justiças em Moçambique*. Porto: Edições Afrontamento, vol. 2, 427-450.
- SILVA, Teresa Cruz e (2001). «Gestão comunitária de serviços sociais em Moçambique: o caso dos mercados informais de Museu, N'kakana e Xhikelene, na cidade de Maputo, e o papel da Associação dos operadores e Trabalhadores do Sector Informal: ASOTSI». Maputo: projecto n.º INT/99/MO7/POR, STEP/PALOP (mimeo).

- TRINDADE, Catarina Casimiro (2007). *Como as instituições de microcrédito promovem a autonomia das mulheres em Moçambique – Estudo de caso da Tchuma, cooperativa de crédito e poupança*. Dissertação da licenciatura em Sociologia do Trabalho e do Emprego. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (mimeo).
- TRINDADE, Catarina Casimiro (2011). «Convívio e solidariedade: Práticas de *xitique* em Moçambique» in Teresa Cunha *et al.* (org.), *Elas no norte e no sul*. Art.º Feminino. Coimbra: AJP (no prelo).
- URA, Karma; GALAY, Karma (Org.) (2004). *Gross National Happiness and Development. (Proceedings of the First International Seminar on operationalization of the Gross National Happiness)*. Thimphu: The centre for Buthan Studies.
- WILSKA, Kent (2008). *Os empobrecidos*. Maputo: Kepa.

FONTES ELECTRÓNICAS

- ATHMER, G [s.d], «Women embrace «informal» institutions. Building Bottom-up Inclusive Microfinance. Disponível em formato PDF.
- DAVA, Gabriel, LOW, Jan e MATUSSE, Cristina (1996-1997). *Capítulo 6: Mecanismos de ajuda mútua e redes informais de protecção social: estudo de caso das províncias de Gaza e Nampula e a cidade de Maputo in: Pobreza e Bem-Estar em Moçambique*. <http://www.ifpri.org/sites/default/files/pubs/portug/pubs/books/ch6.pdf> Consultado em 12/2/11
- de VLETTER, Fion (prepared by) (2006), *Microfinance in Mozambique – Achievements, Prospects and Challenges. A report of the Mozambique Microfinance Facility*. <http://www.gdrc.org/icm/country/microfinance-mozambique.pdf> Consultado em 12/2/11
- FRANCISCO, António e PAULO, Margarida (2006). *Impacto da Economia Informal na Protecção Social, Pobreza e Exclusão: A Dimensão Oculta da Informalidade em Moçambique*. Maputo: Cruzeiro do Sul, Instituto de Investigação para o Desenvolvimento José Negrão. http://www.iid.org.mz/impacto_da_economia_informal.pdf Consultado em 12/2/11
- GOMES, Xadrique, «Viver com o dinheiro dos outros». *Jornal Verdade*, 17 de Outubro de 2008 http://www.verdade.co.mz/index.php?option=com_content&view=article&id=241:xitique&catid=43:economia&Itemid=27 Consultado em 12/2/11
- INE (2007). «Distribuição Percentual da População de 15 e mais Anos Empregada Por Condição de Assalariado na Actividade Económica Principal – 2004/05». Maputo: INE http://www.ine.gov.mz/populacao/ftrab/pop_assal15mais Consultado em 12/2/11
- INE (2007). «Distribuição Percentual da População de 15 e mais anos Empregada Por Conta Própria na Actividade Económica Principal, por Sector de Actividade – 2004/05». Maputo: INE http://www.ine.gov.mz/populacao/ftrab/pop_contap Consultado em 12/2/11
- INE (2007). «Índices da Actividade Económica». Maputo: INE http://www.ine.gov.mz/publicacoes/iae_dir/fev2010ieaN70.pdf Consultado em 12/2/11

INE (2007). «Indicadores Básicos de Moçambique». Maputo: INE
<http://www.ine.gov.mz/populacao/indicadores/Document.2010-10-28.7436072050> Consultado em 12/2/11

XIMBITANE, Redação/Agências (2010). «Biscatos, tricatou ou Xitique? 90% de mulheres moçambicanas recorrem ao sector informal. Relatos, experiências, ideias e vivências evidenciados pelo olhar de uma mulher».
<http://ximbitane.blogspot.com/2008/09/biscatos-tricatou-ou-xitique.html> Consultado em 12/2/11

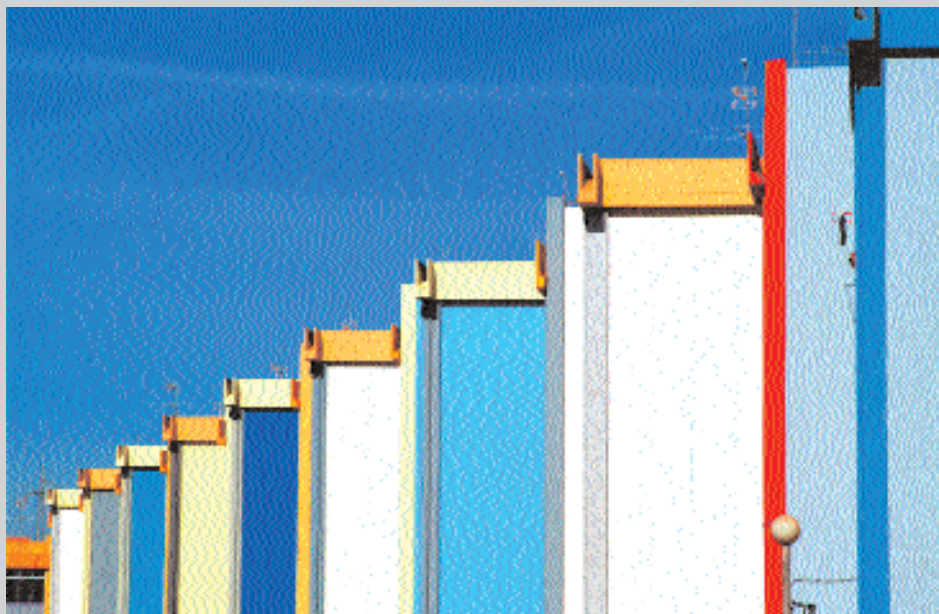
PARTE II

*A desobediência civil de um olhar:
ensaios pela democracia, a justiça,
a dignidade e o bem-viver*

© Miguel Mesquita



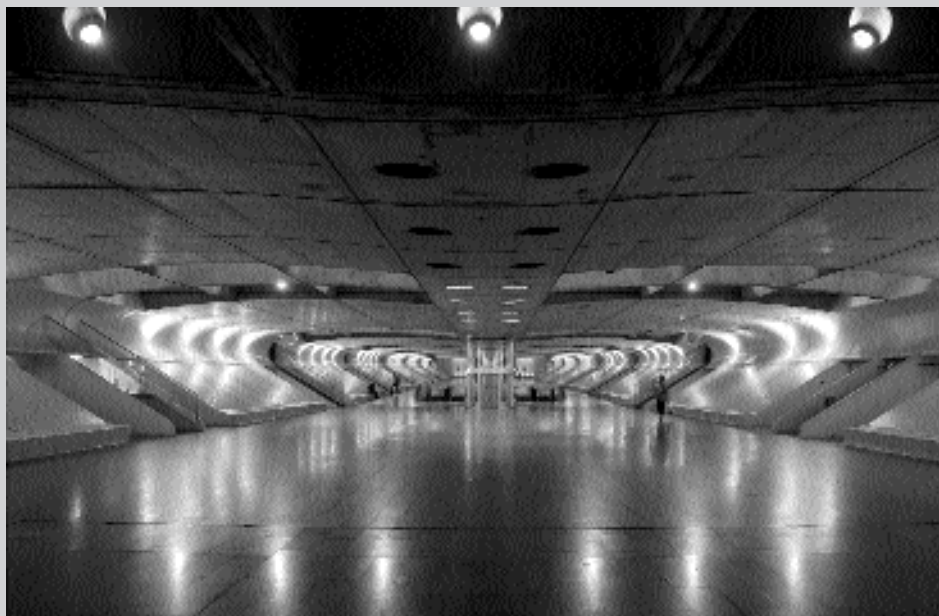




















PARTE III

**TERRITÓRIOS E ALTERNATIVAS
EM ACÇÃO**

DETERMINANTES GLOBAIS E LOCAIS NA EMERGÊNCIA DE SOLIDARIEDADES SOCIAIS:

O caso do sector informal nas áreas suburbanas da cidade de Maputo. Um texto revisitado¹

Teresa Cruz e Silva

INTRODUÇÃO

O convite que me foi dirigido por Teresa Cunha para visitar o texto que se segue, com vista a integrá-lo numa colecção de textos organizados na obra: *Ensaíos pela Democracia, Justiça, Dignidade e Bem-Viver*, deixou-me mais dúvidas que certezas na aceitação deste mesmo convite. Entre as dúvidas que me atormentaram, contam, não só, o facto do texto ter sido publicado em 2002 numa revista conceituada, mas sobretudo porque depois de quase onze anos volvidos sobre a realização deste estudo, Moçambique ter passado por mudanças rápidas de carácter político-económico que levaram ao crescimento explosivo do chamado sector informal e afectaram e transformaram as solidariedades sociais. Neste âmbito, emergiu um número cada vez mais crescente de constrangimentos às formas de gestão social alternativa resultantes destas formas de solidariedade, que se inserem no contexto do incontável número de transformações sociais porque o país passou.

Desde a elaboração do primeiro relatório de pesquisa referente ao estudo que deu origem a este texto, em 2001 (Silva, T. C., 2001), à publicação deste texto em 2002, agora revisitado (Silva, T. C. 2002) e da inserção *on-line* do relatório do trabalho de pesquisa na página da Organização Internacional de Trabalho (OIT), em 2005 (Silva, T. C., 2005), muitos outros trabalhos de pesquisa se realizaram, versando o sector informal, formas de poupança e crédito², e formas de solidariedade social. Mantêm-se entretanto válidas muitas das observações e análises resultantes do estudo realizado em 2001.

(1) O texto revisitado foi publicado na Revista Crítica de Ciências Sociais (63) (Silva, 2002).

(2) Veja nesta obra o texto de Catarina Trindade sobre «Os Xitiques» em Moçambique.

Este texto é uma versão revisitada da análise dos resultados de uma pesquisa sobre solidariedades sociais realizada nas áreas suburbanas da cidade de Maputo em 2001, a pedido da Organização Internacional do Trabalho (OIT)³ e publicado em 2002, na *Revista Crítica de Ciências Sociais* (63)⁴. Partindo de um estudo de caso sobre mercados informais, no contexto de uma sociedade onde o Estado se apresentava erodido e manietado para contrariar as consequências das políticas neoliberais e para tornar os modelos de políticas sociais impostos pelas instituições multilaterais como o Banco Mundial e o FMI, este texto coloca no prato da balança as determinantes globais e locais que levaram à emergência e/ou desenvolvimento de solidariedades sociais, ao mesmo tempo que avalia os constrangimentos que limitam a sua capacidade de resposta à produção do bem-estar, como uma possível alternativa à incapacidade do Estado de prover serviços sociais básicos aos cidadãos.

Tratando-se de um estudo cujo enfoque se centra nos finais da década de 90, e primeiros anos da década de 2000, ao visitar o texto, procurámos respeitar o contexto em que o estudo se realizou, fazendo apenas alterações mínimas na utilização de alguns conceitos, maioritariamente através de notas de rodapé. Foram também feitas algumas alterações de forma, de modo a situar o leitor no período em estudo. Mantivemos ainda a bibliografia consultada para a publicação do texto em 2002, introduzindo apenas referências bibliográficas novas estritamente necessárias para a compreensão das alterações introduzidas ao texto original, ou actualizações de publicações que na altura estavam ainda no prelo.

1. CONTEXTO

Depois que se tornou independente, em 1975, Moçambique passou por vários processos de mudança nos campos político, económico e social. O sistema político «democrático-popular» adoptado no país depois de 1975 estruturava-se internamente em moldes socialistas e assentava no não-alinhamento em termos de política externa (Hanlon, 1991).

Durante o período de transição e implantação de um sistema socialista, o Estado tentou reorientar as políticas sociais públicas, visando diminuir as desigualdades criadas pelo sistema colonial e abrir a possibilidade de acesso a oportunidades a todo o cidadão, com o alargamento dos seus direitos sociais. Neste processo, Moçambique nacionalizou todos os serviços nas áreas sociais (saúde, educação, habitação, advocacia, serviços funerários, etc.) e expandiu-os para um nível

(3) Veja, Silva, T. C. (2005).

(4) Silva, T. C. (2002).

básico. A prioridade à educação primária e à alfabetização de adultos levou a uma redução drástica dos índices de analfabetismo. Na área de saúde, a opção foi pela priorização de cuidados de saúde primários, campanhas nacionais de vacinações com coberturas nacionais bem sucedidas, alargamento de unidades de saúde na área rural e uma política de importação de medicamentos menos onerosa e mais racional. Os sucessos registados com a introdução dos sistemas de saúde e de educação de massas durante a primeira década de governação da FRELIMO tornaram o regime popular (Francisco, 2003; Hanlon, 1991).

As estratégias económicas introduzidas pelo governo entre 1974-75 e 1983-84, visando a transformação das relações sociais de produção e com o objectivo de tornar o país independente do sistema mundial capitalista, mostraram no entanto, ser as menos adequadas para a solução dos problemas económicos e sociais existentes. O avolumar dos conflitos nos planos económico, político, social e cultural no período pós-independência levou à eclosão de uma guerra que atingiu as suas maiores proporções nos anos 80. A tentativa de correcção dos problemas existentes conjugada com as pressões internacionais (no plano regional da África Austral e a nível mais global), levaram a mudanças na política externa da FRELIMO⁵, e na sua relação com as agências multilaterais, e a uma consequente mudança da política interna «rumo ao socialismo».

Depois de uma fase de economia centralmente planificada, em 1985 dão-se os primeiros passos para a sua liberalização. O processo de reformas que levou à transformação da economia socialista centralizada numa economia de mercado capitalista adquiriu um enquadramento sistemático e amplo a partir de 1987, com a introdução do Programa de Reabilitação Económica (PRE), que visava fazer reverter as tendências negativas do crescimento económico através de um reajustamento estrutural. Em 1990, é introduzido o Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES), num esforço para enfatizar a área social do programa de reajustamento estrutural (Francisco, 2003). A subordinação do Estado aos programas de reajustamento estrutural e o consequente programa de reformas introduzido no país tiveram efeitos directos no peso das políticas sociais no orçamento do Estado e erodiram a sua capacidade de contrariar os impactos das políticas neoliberais. Já enfraquecido⁶ e desacreditado pela guerra de desestabilização, o Estado estava agora incapaz de prover o bem-estar social dos seus cidadãos através de serviços básicos como a saúde, educação, abastecimento de água e saneamento público.

(5) FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique. Partido no poder desde a independência nacional de Moçambique em 1975.

(6) Apesar de o Estado estar restringido nas suas funções de regulador da economia e poder ser caracterizado como minimalista, a sua fraqueza é apenas relativa, porque reformador (Santos, 2001; Hanlon, 1991).

2. REDES DE PROTECÇÃO SOCIAL: A IMPOSIÇÃO DE MODELOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Nos anos 80, o país encontrava-se mergulhado numa profunda crise de abastecimento em bens de consumo, o que contribuiu para o desenvolvimento de mercados paralelos e uma subida de preços de bens essenciais, nomeadamente bens alimentares, afectando particularmente a cidade de Maputo. A situação foi agravada pela desvalorização da moeda nacional, o metical (MT). A agenda neoliberal introduzida em meados da década de 80 para dominar a política de desenvolvimento e as consequentes medidas de liberalização económica introduzidas em Moçambique resultaram em significativas mudanças no funcionamento dos mercados, sobretudo de produtos alimentares básicos. A partir de 1987, com a introdução do PRE, houve um enquadramento sistemático e amplo de «um comércio liberalizado em grande escala e as unidades agrícolas e industriais foram privatizadas» (Francisco, 2003).

O nível de degradação da situação económica e social das populações sofreu uma aceleração ao longo dos anos 80 e durante a década de 90, devido à situação de guerra e a uma economia pós-guerra, ao regresso ao país de deslocados, migrantes retornados dos países vizinhos, da ex-República Democrática Alemã, e desmobilizados de guerra, criando assim mais pressões sobre zonas caracteristicamente afectadas pelos processos de migração campo-cidade, como a cidade de Maputo, cuja população se estima ter crescido em cerca de 50% num período de 10 anos (Hanlon, 1991: 149). O aumento da vulnerabilidade criada pelas reformas económicas sobre as famílias já empobrecidas veio piorar a sua já fraca capacidade de sobrevivência. Uma ilustração da degradação da qualidade de vida das populações e particularmente do aumento da pobreza urbana, ao longo da década de 90, pode ser dada pelo perfil dos habitantes dos subúrbios da cidade de Maputo⁷ que foram objecto do nosso estudo e que sofrem maioritariamente a contingência de problemas como: i) difícil acesso à educação, saúde, água potável, electricidade, transportes e saneamento do meio; ii) desemprego ou subemprego, recorrendo maioritariamente ao sector informal como única estratégia de sobrevivência; iii) salários e rendimentos baixos; iv) dependência da pequena agricultura de tipo familiar para complementar os rendimentos do agregado; v) elevados índices de criminalidade e um sentido geral de insegurança física e social.

A pobreza e o desemprego, que representam a incapacidade destes cidadãos poderem participar nos mercados de consumo e de produção, levaram à ruptura dos

(7) Para uma melhor compreensão da forma como a cidade de Maputo se encontrava organizada, veja Araújo, M.G.M, 1999 e 2003.

seus laços económicos e também sociais, condenando-os a um processo de exclusão, que está naturalmente associado a outros processos de estigma e desqualificação, que aumentam na mesma proporção do crescimento das clivagens sociais.

Numa sociedade onde o Estado está praticamente ausente como garante do bem-estar social e se apresenta relativamente fraco e erodido, como a situação que caracterizou Moçambique nas duas últimas décadas do século XX, este não pode garantir a defesa legal dos direitos dos cidadãos, o que leva conseqüentemente a uma crise do próprio conceito de cidadania. Assim, é possível verificar que a erosão do Estado trouxe consigo a erosão da cidadania e, portanto, a perda de direitos sociais e políticos dos cidadãos e o crescimento acelerado dos níveis de pobreza e de exclusão (Hettne, 2000: 35-36; Hespanha, 2001: 174-175). A situação foi agravada pela existência de uma «democracia formal» que foi em grande medida imposta «como condição política para a assistência internacional» (Santos, 2001: 32). Colocado perante a situação de ter que negociar os programas económicos com forças externas, e simultaneamente com grupos domésticos, tal como aconteceu com outros países africanos ao longo da década de 90 (Jeong, 1997: 84), Moçambique foi também pressionado pelos países ocidentais e pelas agências multilaterais a adoptar um sistema democrático pluralista.

2.1. As redes de protecção social e as suas limitações

O nível de acesso a serviços sociais básicos (educação, saúde, bens e serviços essenciais: água potável e saneamento do meio) é um dos indicadores utilizados para avaliar a qualidade de vida e a longevidade dos indivíduos. As políticas sociais públicas já debilitadas pelas crises sucessivas que o país foi atravessando, foram penalizadas pela imposição de medidas económicas pelas agências multilaterais, ao longo do processo de adesão de Moçambique às instituições de Bretton Woods, como já referido. Tudo isto reduziu drasticamente o acesso das populações a serviços sociais básicos. As pressões dessas mesmas agências condicionaram, assim, a existência de políticas sociais públicas a uma relação custo-benefício, «que marginaliza e subalterniza a justiça social» (PNUD, 2001).

Os programas de segurança social que formavam a Rede Formal de Protecção Social introduzida pelo governo a partir de finais de 1980, englobavam as seguintes acções: Subsídio de Alimentos; Programa de Reabilitação Nutricional; Fundo de Acção Social Escolar – Caixa Escolar; Programa de Lanches Escolares e o Suplemento de Vencimento, que vieram a constituir os programas de protecção social para apoio às populações mais vulneráveis e desfavorecidas do país. A estes programas se acrescem os ligados aos planos de acção na estratégia nacional de redu-

ção da pobreza absoluta (PARPA), posteriormente introduzidos no programa de acção do governo, que contavam com o apoio das agências multilaterais. Uma avaliação dos programas que constituíam a Rede Formal de Protecção Social em Moçambique levar-nos-á a observar que esta: i) era manifestamente insuficiente para conter os efeitos das crises económica e social que o país atravessa; ii) funcionava com vários constrangimentos originados pela escassez de recursos e restrições nas despesas públicas; iii) caracterizava-se por uma falta de clareza na selecção da população beneficiária, jogando com um conceito ambíguo de vulnerabilidade; iv) mais do que «proteger» os mais pobres, ela visava sobretudo «limitar» a pobreza em alguns grupos como: idosos, viúvas chefes de agregados familiares e/ou agregados familiares com baixos rendimentos, portadores de deficiência física e algumas crianças em idade escolar; v) tinha uma limitada cobertura nacional. Outros programas criados para apoiar as populações mais carentes nas áreas de segurança alimentar e emergência, ou eram ineficientes para cobrir as necessidades existentes, ou em muitos casos já tinham sido desactivados na altura em que realizámos este estudo⁸.

O decreto 17/88 de 27 de Dezembro de 1988, que cria o Instituto Nacional de Segurança Social⁹, refere no seu preâmbulo, a garantia do direito à segurança social a todo o cidadão moçambicano, prevista pela Lei Fundamental, nomeadamente a prestação de assistência aos trabalhadores e seus familiares, «atendendo às possibilidades económicas do País e à capacidade administrativa do próprio sistema». Este preâmbulo justifica, à partida, as eventuais falhas no cumprimento do programa de protecção social aos cidadãos e é revelador da impotência do Estado para fazer ultrapassar a situação de vulnerabilidade social que colocava a maioria da população numa situação de permanente exclusão do mercado do trabalho e de consequente exclusão social, com tendência a cristalizar-se e a reproduzir-se às gerações subsequentes, contribuindo assim para a dificuldade em romper o ciclo da pobreza.

Uma breve avaliação do papel que os sindicatos desempenharam nas negociações com o governo para a melhoria dos salários dos trabalhadores (incluindo o salário mínimo), posta lado a lado com as formas de previdência social acima referidas, é também elucidativa do modo como as agências multilaterais influenciaram quer os modelos de previdência social, constituídos por redes de «protecção social mínima», quer a recusa em aceitar as pressões dos sindicatos (Santos & Ferreira, 2002: 183).

(8) Refira-se que alguns dos Programas de Protecção Social foram desactivados temporariamente ou permanentemente, na maior parte dos casos por incapacidade financeira, como aconteceu com o programa dos lanches escolares, que depois de um longo período de inactividade, entrou novamente em funcionamento.

(9) Publicado em *Boletim da República*, I série (51), de 27 de Dezembro de 1988.

A subordinação do Estado aos Programas de Reajustamento Estrutural e o conseqüente programa de reformas introduzido no país tiveram efeitos directos no peso das políticas sociais no orçamento do Estado e na sua capacidade de contrariar os impactos das políticas neoliberais. Os programas sociais incentivados pelo Banco Mundial e pelo FMI acabaram, assim, por ser mais uma ilustração da grande vulnerabilidade de Moçambique ao impacto dessas mesmas políticas, face à sua posição no sistema-mundo e à sua incapacidade de gerir ou contornar a multiplicidade de processos cuja decisão estava para lá das suas fronteiras.

3. REDES DE SOLIDARIEDADE E POLÍTICAS SOCIAIS: QUE PAPEL A DESEMPENHAR NA PROTECÇÃO SOCIAL?

Se concordarmos que o sistema capitalista global, através da hegemonia do mercado, fragmenta e permeia as áreas políticas, culturais e sociais, fica também claro que a sua violência gera a produção de alternativas não exclusivamente económicas, mas abrangendo também as dimensões sociais (Giddens, 1998; Santos, 1998; Appadurai 1999). Deste modo, ao mesmo tempo que crescem os processos universais de exclusão, crescem também formas de resistência aos mesmos, que englobam iniciativas, alternativas e movimentos populares variados, relativamente aos quais Moçambique não constitui excepção. No quadro das condições estruturais e económicas que geram situações de pobreza, privação, exclusão e vulnerabilidade, os membros da comunidade buscam alternativas para fazer frente aos aspectos excludentes. As condições económicas, políticas e sociais que marcaram as duas últimas décadas do século XX em Moçambique criaram um ambiente propício ao ressurgimento ou criação de redes de solidariedade, diferentes formas de associativismo e práticas cooperativas, em busca de formas alternativas de gestão social para assegurar o acesso das «classes populares» a bens e serviços básicos (Santos e Rodríguez, 2002; Silva, 2005).

Nas áreas que foram objecto do nosso estudo, foi possível constatar que as redes de solidariedade primária (Nunes, 1995) desempenhavam não só um papel importante na resolução de problemas imediatos, como a procura de emprego ou alojamento, e a mais longo termo, como estratégias económicas de sobrevivência, mas jogavam também um papel vital ao estabelecer outro tipo de apoios que ultrapassavam o campo financeiro e moral e interferiam com outras esferas da exclusão social, quando ajudavam a reconstruir a auto-estima, a dignidade e o respeito por si próprios e pelos outros. As redes constituem assim um capital social que pode ser definido em função das relações de reciprocidade existentes na sociedade, baseadas em laços sociais, onde factores como sexo, idade, religião e posição social

dos seus membros definem as hierarquias e as relações de poder, e onde as normas vigentes e a confiança facilitam a cooperação e coordenação para benefício mútuo. Os mercados informais da cidade de Maputo são ricos em exemplos de formas variadas de associativismo realizadas com o objectivo de defender interesses comuns, que resultam em sistemas de auto-organização formais e informais, baseados na confiança e empatia existente entre os indivíduos, mas resultantes das mais diversas identidades. Neste processo, podemos referir a existência de redes de solidariedade da mais diversa índole, accionadas em situações de crise, e em alguns casos de doença ou de morte, cujo funcionamento é vital para a estabilidade dos comerciantes deste sector.

3.1. Os mercados informais e os seus contextos

O desenvolvimento descontrolado da cidade de Maputo, com níveis acentuados de pobreza, o crescimento das taxas de desemprego, a redução de oportunidades e o crescimento da exclusão que caracterizam o período em estudo, deixavam à maioria dos cidadãos poucas possibilidades de emprego no sector formal, o que foi agravado pelo próprio sistema produtivo urbano, baseado em serviços, na indústria e num sistema de capital intensivo, ficando como única alternativa o emprego no sector informal (Cimeira Nacional para o Desenvolvimento Social de Copenhaga, 1995). Ilustrando esta situação, Ardeni, citado pelo Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano para Moçambique, refere que «84,6% dos trabalhadores em Moçambique aparentam estar empregues no sector informal: 92,6% dos trabalhadores rurais e 65% de todos os trabalhadores nas zonas urbanas» (PNUD, 2001: 83).

A utilização dos conceitos formal e informal, que assumem frequentemente formas ambíguas, pela sua permeabilidade, tem sido objecto de vários debates¹⁰ e, no caso que estamos a tratar, particularmente associados ao acesso aos recursos e formas de acumulação (Bowen, 2000). Embora essa problemática esteja fora do foco da nossa discussão, convém observar que, no contexto deste estudo, o sector informal se refere particularmente ao pequeno negócio, que envolve com frequência apenas o proprietário e um ou dois membros da família e, nalguns casos mais raros, um ou dois empregados. Os pequenos comerciantes operam com um capital de base limitado e as suas actividades situam-se normalmente nas áreas de: alimentação confeccionada e bebidas, venda de bens alimentares diversos, roupas, utensílios domésticos, ferragens, quinquilharias, entre outros. Refira-se, no entanto, que nos mercados informais onde realizámos o nosso estudo estão tam-

(10) Veja por exemplo, Francisco, A. & Paulo, M., 2006.

bém presentes comerciantes com vários empregados, para além de familiares, e manuseando um volume maior de capitais, entre grossistas e retalhistas.

O sector informal enquadrava e enquadra ainda, os novos tipos de actores que, operando na área do comércio, não são reconhecidos pelos regulamentos vigentes e por isso vêm sendo gravemente reprimidos pelas autoridades policiais no exercício das suas actividades. Na segunda metade da década de 90, o sector informal representava formas novas ou ajustadas do exercício da actividade comercial, resultantes das experiências de guerra e pós-guerra e influenciadas pelos impactos dos processos das reformas económicas impostas pelo neoliberalismo (Bowen, 2000: 23). O crescimento das actividades de carácter informal e os formatos que elas foram assumindo nos últimos dez anos da década de 2000, mostram-nos a sua capacidade permanente de reajustamento a novas situações.

Um aspecto importante a observar no sector informal, e em que o caso de Moçambique não constitui excepção no continente africano, é o facto de a maior parte dos agentes informais serem mulheres. A vulnerabilidade criada pelas mudanças operadas no mercado do trabalho incrementou a fraca capacidade de sobrevivência das famílias urbanas. Nestas circunstâncias, o número de mulheres que se juntou ao mercado de trabalho cresceu de forma considerável, como modo de tentar responder ao declínio do rendimento familiar¹¹. Para além do trabalho como empregadas domésticas que soluciona muitas vezes problemas a curto prazo, permitindo garantir a compra de alimentação para a família e/ou o pagamento da escola para os filhos e pequenas despesas, o sector informal, embora bastante competitivo, constitui um caminho para a geração de rendimentos e, muitas vezes, uma das poucas alternativas reservadas à mulher, pela inequidade de acesso à escolarização, ao crédito e aos bancos. «À função doméstica, não remunerada e invisível, alia-se o salário ou o dinheiro obtido prioritariamente em actividades informais» (Andrade *et al.*, 1998: 60).

Voltando a referenciar Ardeni, citado pelo Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano para Moçambique, constatou-se que nos últimos anos¹² cresceu a proporção de mulheres empregadas no sector informal e, «entre as mulheres, 95,9% daquelas que trabalham nas zonas rurais e 77,9% das que estão nas cidades trabalham no sector informal» (PNUD, 2001: 83-84). Este aspecto acaba por assumir uma importância maior, se considerarmos que a mulher se encontra entre o maior grupo de excluídos sociais. Refira-se, no entanto, que se trata de uma acti-

(11) Mesmo que tomemos em conta que tem havido um crescimento do número de mulheres escolarizadas e que os programas do governo preconizam uma redução da desigualdade de género, estamos ainda longe de quebrar a barreira da desigualdade baseada no sexo.

(12) Finais da década de 90 e inícios de 2000.

vidade que durante muito tempo foi considerada pouco convencional para indivíduos do sexo feminino.

Se quisermos situar o surgimento dos mercados informais, em termos de espaço e tempo histórico, poderemos colocar o ano de 1987 como um marco, já que não podemos dissociar este processo do sistema de liberalização do mercado. O pequeno negócio de esquina, feito nos passeios das estradas, dominado por mulheres e associado inicialmente à venda de bens alimentares (que sofreram o primeiro impacto da liberalização de preços), constitui assim a fase emergente de que são presentemente estes mercados. Hoje mantêm-se as formas de pequeno comércio de esquina, ou ambulante, mas a evolução deste sector assumiu características diferentes. Entre grossistas e retalhistas, o sector informal oferece-nos uma variedade de produtos em termos de qualidade e quantidade, que são o reflexo do seu crescimento (Silva, 2005).

Uma vez que a maior parte dos regulamentos vigentes não contempla o tipo de actividade comercial praticada pelo sector informal, os seus agentes são considerados pelas autoridades municipais como exercendo actividades ilegais, porque não licenciadas e porque instaladas em locais considerados impróprios para o seu exercício. Ao mesmo tempo, e contraditoriamente, ao pagarem taxas municipais para o seu funcionamento, os operadores e trabalhadores do sector informal acabam por funcionar dentro de um quadro relativamente legal. Uma tal ambiguidade, se por um lado lhes permite lutar por algumas regalias, por outro lado cria algumas dificuldades ao município para definir políticas ligadas ao sector. A situação assume características mais difíceis quando se analisa o sector informal no âmbito da crise económica e social que atinge o país, onde as medidas administrativas não podem ser a alternativa para uma situação conjuntural. Não podemos perder de vista que a pobreza e as taxas de desemprego atingem uma parte significativa da população que habita Maputo, que sobrevive do comércio informal, e que Moçambique continua ainda situado no *ranking* internacional dos países mais pobres do mundo (Ministra do Plano e Finanças de Moçambique, *apud* Sixpence & Rungo, 2002).

Com uma variada gama de intervenientes, os mercados informais são marcados por uma diversidade de sistemas informais de poupança e crédito e de mecanismos de entreatajuda¹³. As redes de solidariedade, accionadas em momentos de

(13) Os sistemas de ajuda mútua (troca de mão de obra por mão-de-obra, por dinheiro ou por alimentos) e o sistema informal de poupança conhecido por «xitique» são práticas de longa tradição, quer nas zonas rurais, quer nas urbanas, e funcionam quer como estratégias de sobrevivência para lidar com crises de segurança alimentar, quer como sistemas de poupança e apoio financeiro. Existe ainda o «sistema móvel» de poupança, onde, com base na confiança, um indivíduo que funciona como «banqueiro informal» e que circula pelo mercado fazendo as colectas financeiras desconta uma comissão para os seus serviços e fica depositário das poupanças (PNUD, 2001: 85). O «xitique» e o «sistema móvel» funcionam com base na confiança mútua e empatia entre os seus membros, sendo

crise ou para manter a estabilização da sociedade, os grupos de poupança e crédito, alguns de tradições centenárias, que foram ajustados e recuperados para se adaptarem a um contexto diferente e a um meio ambiente urbano, podem caracterizar mecanismos que, ultrapassando universos mais limitados, desenvolvem formas mais amplas de organização que poderão ser eventualmente utilizadas para uma gestão alternativa de serviços sociais, desde que estimuladas e enquadradas. A Associação dos Operadores e Trabalhadores do Sector Informal (ASSOTSI)¹⁴, que nasceu da experiência das Comissões e Núcleos de Trabalho gerados nos mercados informais, num sistema de auto-organização para defender as posições e interesses dos operadores e trabalhadores deste sector, representava na altura da realização deste estudo um exemplo típico das formas de organização alternativas acabadas de referir.

A fraqueza do Estado na produção do bem-estar social, ao inibir o funcionamento e extensão de serviços sociais básicos (saneamento, água, electricidade, educação, saúde, etc.) à maioria da população, não podia priorizar a extensão destes benefícios (mesmo mínimos) aos mercados informais, não só pela sua incapacidade, mas também pelo estatuto destes mercados no quadro legal existente, como foi acima referido. A acção do Estado acabou, assim, por se resumir a medidas administrativas, onde o estatuto de «provisório» que rotulava os mercados informais acabava por criar uma relação de permanente tensão entre este sector e a administração da cidade. Assim, no processo de negociações com o Estado e outras entidades públicas e privadas, a ASSOTSI assumiu o papel de defesa dos interesses dos operadores e trabalhadores do sector informal, nos mercados onde estava inserida, ao mesmo tempo que procurava preencher o vazio criado pela ausência do Estado, na produção de condições básicas mínimas para o funcionamento dos mercados informais (água canalizada, higiene e limpeza, lavabos, criação de uma força de segurança para a protecção física dos vendedores e utentes dos mercados onde estava inseridos, bem como para a protecção das mercadorias). No exercício das suas funções, esta associação também se destacou no processo informal de resolução de litígios na área laboral, ao assumir a função de mediadora nos conflitos entre empregador e empregado ou entre operadores/trabalhadores do sector.

comum um mesmo indivíduo aderir simultaneamente a mais do que um «sistema móvel» e a mais do que um «grupo de xitique». O «sistema móvel» e algumas formas de entreatajuda e ajuda de tipo financeiro, apoio em casos de doença, morte ou de crise, são muito comuns nos mercados informais da cidade de Maputo.

(14) Com o apoio da OTM-Central Sindical, onde se destaca a acção da COMUTRA – Comité da Mulher Trabalhadora, a ASSOTSI era já em 2001, uma organização registada, gozando de plenos direitos como tal.

Nos inícios dos anos 2000, a ASSOTSI enfermava ainda de vários constrangimentos, que eram ainda um obstáculo para que, a curto e médio prazo, esta organização viesse eventualmente a funcionar como gestão social alternativa no sector informal dos mercados¹⁵. Longe de poder ainda desempenhar o papel de alternativa viável para assegurar o acesso a serviços básicos aos seus associados, a ASSOTSI acabou mesmo assim, por contribuir através dos seus serviços, para uma estratégia de sobrevivência, minimizando a exclusão social e económica dos seus membros. Destaca-se, no entanto, o facto de esta associação, através do seu comité de mulheres, ter desenvolvido acções cujo objectivo consistia em dar mais poder às mulheres inseridas nos mercados informais, para a defesa dos seus direitos e criação de melhores condições de trabalho.

As redes de solidariedade existentes nos mercados informais, baseadas em laços de parentesco e etnia¹⁶, funcionavam regra geral para a ajuda no sistema de empregos, montagem de um novo negócio e financiamento de algum empreendimento. É assim que, por exemplo, para arranjar um local bem situado, para vender no mercado (dada a competição existente), obter o capital inicial necessário para iniciar o negócio, fazer obras ou melhorar as infra-estruturas da banca ou local de venda de produtos, se accionava este tipo de redes de solidariedade primária. Os laços de tipo religioso e profissional eram geralmente activados em casos de funerais e doenças.

A morte é um momento de passagem rodeado de rituais e simbologias, que despoleta, mesmo entre os grupos mais empobrecidos, sistemas de ajuda aos familiares da pessoa falecida e desencadeia o cruzamento entre diversos tipos de solidariedade, onde laços de parentesco, vizinhança, religiosos e étnicos se cruzam com os profissionais¹⁷. Nos bairros residenciais dos subúrbios da cidade, foi possível constatar a existência de sociedades funerárias baseadas em diversos tipos de laços, viradas para a organização dos funerais e apoio aos familiares do indivíduo falecido, ou sistemas de ajuda despoletados apenas em situações pontuais. Em qualquer dos casos, foi possível constatar que a solidariedade gerada através da

(15) Na altura em que realizámos este estudo, havia já embriões de criação de outras associações inseridas no chamado sector informal dos mercados. Dez anos depois, a leitura do papel da ASSOTSI tem que ser feita no contexto do período em que a pesquisa se realizou. Para mais informações veja Silva, T. C., 2001;2005.

(16) Refira-se que à volta das identidades que se criam entre pessoas da mesma etnia ou da mesma região geográfica, quer nos mercados, quer no geral nas áreas suburbanas da cidade de Maputo que foram objecto do nosso estudo, emergiram várias redes de solidariedade primária. No caso dos mercados, o facto de indivíduos de determinadas regiões exercerem um certo tipo de negócio (por exemplo, os vendedores de cocos e tangerinas serem normalmente provenientes da Província de Inhambane), constituiu um factor estimulador de criação de mecanismos de ajuda e entreajuda.

(17) Os laços religiosos envolvem em regra, grupos mais restritos no espaço de trabalho, mas alargam-se a outros universos, sobretudo nos bairros residenciais.

morte de um vizinho, conterrâneo ou colega de trabalho acabou muitas vezes por constituir um embrião para a formação de associações, formais e informais.

Nas duas últimas décadas do século XX, o sector informal na cidade de Maputo sofreu um processo de crescimento explosivo, não só em termos quantitativos, mas também na variedade do seu espectro de actividades económicas e formas de trocas sociais entre os seus mais diversos tipos de actores. Esse crescimento e evolução podem ser vistos como uma resposta aos constrangimentos criados pelo desenvolvimento dos impactos provocados por uma economia neoliberal, que produziu o aumento do desemprego, da exclusão e da vulnerabilidade e, ao mesmo tempo, a procura de uma resposta para preencher o vazio criado pela ausência de políticas sociais públicas. O sector informal acabou, assim, por espelhar a crise geral que afectou o país, representando por um lado, a fraqueza do Estado na produção de respostas para os problemas económicos e sociais e, ao mesmo tempo, as formas alternativas (e seus constrangimentos) que visavam compensar quer os impactos económicos, quer os impactos sociais produzidos pela crise, através das redes de solidariedade.

Tenho que concordar com Graça Carapinheiro (2001: 221) quando refere que «é possível afirmar que o modelo de desenvolvimento orientado para o mercado colonizou, mas não destruiu ainda as solidariedades primárias [...] sem que com isso possamos referir que se reconheçam formas de globalização contra-hegemónica», já que os constrangimentos que as rodeiam dificultam a sua capacidade de encontrar respostas adequadas aos problemas.

A exclusão gera processos de reagrupamento e de reconhecimento recíproco e a reemergência de alternativas e de identidades. Em torno destas identidades constitui-se, nos casos por nós estudados, a maioria das solidariedades sociais, que se cruzam e interligam com outros laços familiares e sociais e alargam o seu universo, passando a desempenhar um papel vital para a sobrevivência dos cidadãos.

O crescimento do mal-estar e, no geral, o agravamento da exclusão e das desigualdades que levaram ao desenvolvimento desenfreado do sector informal, a diminuição de oportunidades e a incapacidade do Estado para fazer face a determinados problemas através do desenvolvimento de políticas sociais, reduzem também a capacidade de resposta das redes de solidariedade à minimização dos impactos resultantes dos processos de exclusão e acabam por transformar as suas iniciativas para uma gestão social em alternativas de sobrevivência.

Numa situação em que se torna cada vez mais difícil romper o ciclo da pobreza que se vai reproduzindo ao longo de gerações, a solidariedade social que funciona através de mecanismos de ajuda e entreatajuda, cada vez mais fragilizada, perde a sua capacidade de funcionar como alternativa de segurança, ficando limitada no seu papel e operacionalidade.

4. CONCLUSÃO

No período imediato à independência nacional, o governo de Moçambique reorientou as políticas sociais públicas visando diminuir as desigualdades criadas pelo sistema colonial e abrir a possibilidade de acesso a oportunidades a todo o cidadão, com o alargamento dos seus direitos sociais e sua expansão para um nível básico. Com um aumento importante nas despesas sociais, foram priorizadas as áreas de saúde e educação, com a introdução de sistemas massificados, e foram nacionalizados os serviços sociais básicos.

A guerra civil e os erros cometidos nas estratégias e políticas de desenvolvimento do país, aliados a factores externos, a que se acrescem os impactos das políticas neoliberais, levaram ao enfraquecimento da capacidade do Estado de prover o bem-estar social e a uma erosão acentuada no acesso dos cidadãos a benefícios sociais. A pressão das agências multilaterais acabou, finalmente, por impor o desenho de políticas sociais reduzidas a «redes mínimas» de protecção social, que se mostram não só insuficientes, mas também ineficazes.

A redução do peso das políticas sociais no orçamento de Estado e a consequente redução da providência social pública geraram formas de compensação de parte desses serviços sociais através de sistemas de entreatuda baseados em solidariedades primárias. Assim, as redes de solidariedade baseadas no parentesco, religião, etnia e afinidades profissionais, aliadas às Organizações Não-Governamentais, tentaram promover uma gestão social alternativa, acabando por funcionar de certa forma como redes de protecção. Apesar do registo de algumas iniciativas bem sucedidas na área de gestão social, as suas capacidades para funcionarem como uma alternativa viável à não providência social pública, estas estavam, na maior parte dos casos, condicionadas pelo crescimento do nível de pobreza dos seus membros e o consequente enfraquecimento destas redes na sua capacidade de dar respostas aos problemas existentes. Como nos dizia Maria B (vendedora de um mercado informal em Maputo): «como é que eu posso ajudar os meus sobrinhos se não tenho sequer comida suficiente para os meus filhos, e nem ajuda do Estado, para poder mandar as crianças à escola ou ao hospital quando estão doentes?».

Poderíamos assim, concluir que as formas de previdência geradas para compensar a ausência da previdência social, porque estrangidas pela redução da operacionalidade dos mecanismos de solidariedade, numa situação de elevados níveis de pobreza, desemprego e exclusão, longe de funcionarem como alternativa para a protecção social, acabaram por se reduzir, na maioria dos casos, a formas de afrouxamento de níveis de exclusão, através da garantia de geração de formas e estratégias de sobrevivência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, X. *et al.* (1998). *Famílias em contexto de mudanças em Moçambique*. Maputo: WLSA Moçambique/CEA.
- ARAÚJO, M. G. M. (1999). «Cidade de Maputo. Espaços contrastantes: do urbano ao rural». *Finisterra*, XXXIV, 67-68, pp. 175-190.
- ARAÚJO, M. G. M. (2003). «Os espaços urbanos em Moçambique». *GEOUSP – Espaço e Tempo*, n.º 14. São Paulo, pp. 165-182.
- APPADURAI, A. (1999). «Globalization and the Research Imagination», *International Social Science Journal*, pp. 160; 229-138.
- BOWEN, N. (2000). *Traders and Livelihood Strategies in Post-Conflict Zambezia Province, Mozambique*. Tese de Doutoramento. London School of Economics and Political Science.
- CARAPINHEIRO, G. (2001). «A globalização do risco social». In Santos, B. S. S.(org.) *Globalização: Fatalidade ou Utopia?*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 197-229.
- Cimeira Nacional para o Desenvolvimento Social, Copenhagem (1995), *Relatório Nacional de Moçambique, sobre o Desenvolvimento Social*. Maputo.
- FRANCISCO, A. (2003). «Reestruturação económica e desenvolvimento de Moçambique». In Santos, B. S. & Trindade, J. C., *Conflito e transformação social: Uma paisagem das justiças em Moçambique*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 141-178.
- FRANCISCO, A. & PAULO, M. (2006). *Impacto da Economia Informal na Protecção Social, Pobreza e Exclusão: a dimensão oculta da informalidade em Moçambique*. Maputo: Cruzeiro do Sul e Centro de Estudos Africanos/CEA. <http://cea.iscte.pt>. Acessado a 19 de Março de 2011.
- GIDDENS, A. (1998). *As consequências da modernidade*. Lisboa: Celta.
- HANLON, J. (1991). *Mozambique: Who Calls the Shots?*. London: James Currey.
- HESPANHA, P. (2001). «Mal-estar e risco social num mundo globalizado: Novos problemas e novos desafios para a teoria social». In Santos, B. S. S. (org.), *Globalização: Fatalidade ou Utopia?*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 163-196.
- HESPANHA, P. & CARAPINHEIRO, G. (orgs.) (2002). *Risco social e incerteza: Pode o Estado social recuar mais?* Porto: Edições Afrontamento.
- HETTNE, B. (2000). «The Fate of Citizenship in Post-Westphalia», *Citizenship Studies*, 4(1), pp. 35-46.
- JEONG, H.-W. (1997). «The Role of African States in Economic Development», *Africa Insight*, 27(2), pp. 84-90.
- NUNES, J. A. (1995). «Com o mal ou com o bem, aos teus te além: As solidariedades primárias e os limites da sociedade-providência», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 42, pp. 5-25.
- PNUD (2001). *Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano de Moçambique*. Maputo.
- SANTOS, B. de S. (1995). «Sociedade-Providência ou autoritarismo social?», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 42, pp. i-vii.
- SANTOS, B. de S. (1998). «A Reinvenção Solidária e Participativa do Estado». *Congresso sobre a sociedade e a reforma do Estado*. São Paulo, Março.

- SANTOS, B. S. (org.) (2001). *Globalização: Fatalidade ou utopia?*. Porto: Edições Afrontamento.
- SANTOS, B. S. e FERREIRA, S. (2002). «A reforma do Estado-Providência, entre globalizações conflitantes». In Hespánha, P. e Carapinheiro, G. (orgs.), *Risco Social e Incerteza: Pode o Estado Social Recuar Mais?*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 177-225.
- SANTOS, B. S. & Rodriguez, C. (2002). «Introdução: para ampliar o cânone da produção não-capitalista». In B. S. Santos (org.), *Produzir para viver: Os caminhos da produção não-capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 23-77.
- Silva, T. C. (2001). «Gestão comunitária de serviços sociais em Moçambique: o caso dos mercados informais de Museu, Malhangalene, N'kakana e Xhikelene, na cidade de Maputo, e o papel da Associação dos Operadores e Trabalhadores do Sector Informal – ASSOTSI». In *Estratégias e técnicas contra a exclusão social e a pobreza: promoção da inclusão social nos PALOP*. Dakar: Projecto n.º INT/99/MO7/POR, STEP/PALOP (mimeo).
- Silva, T. C. (2002) «Determinantes Globais e Locais na Emergência de Solidariedades Sociais. O caso do sector informal nas áreas periurbanas da cidade de Maputo. RCCC (63), pp. 75-90.
- Silva, T. C. (2005). «A organização dos trabalhadores do sector informal dos mercados de Maputo e sua acção na promoção de melhores condições de vida e de trabalho – O papel da Associação dos Operadores e Trabalhadores do Sector Informal – ASSOTSI». *Organização Internacional do Trabalho*. <http://www.ilo.org/inclusaopalop/pages/PALOP/download/ASSOTSI.pdf>.
- Sixpence, J. & Rungo (2002). «PARPA e Segurança Alimentar: Governo mostra que a 'caravana' está a andar», *Domingo*: Maputo: 31 de Março, 12-13.

O PESCADOR DE BOCADINHOS DE FUTURO QUE PESCA

José João Rodrigues

Começo por me apresentar.

Eu sou assim como um pescador de bocadinhos de futuro:

Tem muitas parecenças com o pescador comum.

Uma delas é a finalidade do pescado:

ambos pescam para se alimentarem.

O peixe é que é de natureza diferente.

O pescador de bocadinhos de futuro pesca,

isso mesmo,

BOCADINHOS DE FUTURO.

E sabem porque pesca, o pescador, bocadinhos de futuro?

para se alimentar.

Este pescador, alimenta-se de bocadinhos de futuro porque

se sente inquieto,

o seu presente já não o preenche plenamente.

Por isso deseja colocar, no futuro, bocadinhos pescados por ele.

Este pescador de bocadinhos de futuro veio de longe, de muito longe:

veio da sua meninice

onde aprendeu a brincar

as brincadeiras que fazia, a sós, ou com outros meninos e meninas

onde aprendeu a ler a sua vida e os seus lugares
onde aprendeu a contar os anos que faltavam para ser grande
onde aprendeu que quanto mais crescesse nunca chegava a grande

já garoto, ou garota, aprendeu
que a vida não era uma brincadeira,
que os lugares eram marcados com número e turma
que aprender era crescer mas também perder
que o recreio era o receio dos adultos,

mas era aí que

ela e ela podiam olhar outros lugares

que as mãos e corpos sentiam viveres

ali, com outros, assim...

assim mesmo se poderia ser

E cruzando-se com muitos

estes e estas,
aqueles e aquelas,
outros e outras,

o Pescador

que sempre foi sendo pescador de bocadinhos de futuro,
vai enchendo a sua mochila com coisas agarradas na

vida

Quando já não chega o que sente à sua volta,

o pescador de bocadinhos de futuro,
remexe a sua mochila,
escolhe os mares e rios do futuro,
os bocadinhos que deseja pescar,
a cana,
o anzol,

o isco que pode seduzir os bocadinhos de futuro

... e aí vai...

não sozinho,

– estas pescarias desafiam outros homens e mulheres
a experimentarem as águas dos mares e rios do futuro.

Lá, nas águas por onde nadam os bocadinhos de futuro,
eles e elas

enfeitam os bocadinhos de futuro,

com os risos e a alegria de quem já entende estar no futuro.

Referências bibliográficas

Ao entardecer, pescadores e pescadoras, regressam com os cestos compostos de diversos bocadinhos de futuro.

Não pescaram os futuros todos, pois seria inútil. Pescaram só alguns bocadinhos que necessitam para

presentear presentes

bocadinhos pescados

entrelaçados com as vidas,

presentes

feitos futuros

aqui e lá,

a desafiarem para mais pescarias.

neste vaivém,
daqui ao futuro
num círculo

virtuoso

e do futuro aqui

do desenvolvimento humano

1. PARECE-ME QUE AGORA IMPORTA EXPLICAR A METODOLOGIA PARA PESCAR BOCADINHOS DE FUTURO

Pescar bocadinhos de futuro é, também, uma metodologia que pode ser utilizada por grupos de pessoas, formal ou informalmente organizadas, que desejem pensar e projectar actividades a partir dos seus saberes e saberes-fazer.

Fases da metodologia

| Fase | Objectivo | Actividades |
|---------------------------|--|--|
| Abrir a mochila | Identificar saberes e saberes-fazer resultantes de vivências anteriormente partilhadas pelo grupo. | Pesquisar, na história do grupo, as actividades/projectos com os quais as/os participantes se identificam e consideram que melhor caracterizam a sua evolução colectiva. |
| Os mares e rios do futuro | Identificar os futuros desejáveis para o grupo | Definir os caminhos que o grupo deseja assumir: finalidades, objectivos. |
| Escolher a cana de pesca | Identificar os meios necessários para atingir os futuros desejados | Identificar os recursos e pessoas necessários para cada caminho assumido. |
| A pescaria | Escolher os caminhos | Decidir sobre os caminhos a assumir pelo grupo: implicações de cada projecto/actividade na vida do grupo, vontade em assumir essas implicações, recursos disponíveis e a mobilizar, pessoas interessadas e a motivar, entre muitas outras coisas. |
| Preparação do banquete | Projectar os caminhos | Planear os caminhos, organizando-os em projectos/actividades |
| O banquete | Executar os projectos/actividades | Implementar os projectos/actividades |
| O círculo virtuoso | Avaliar os projectos/actividades | <ul style="list-style-type: none">• Confrontar os resultados dos projectos/actividades com as finalidades e objectivos inicialmente assumidos.• Saber em que medida os projectos/actividades contribuíram para o desenvolvimento de cada participante e do grupo;• Decidir sobre novas pescarias |

2. UM BOCADINHO DE UM PERCURSO DO PESCADOR-CIDADÃO QUE, CONSTANTEMENTE, PESCA BOCADINHOS DE FUTURO PARA, COM ELES, IR CONSTRUINDO PRESENTES.

Estes são bocadinhos de futuro que são pescados nos mares do desenvolvimento local, do desenvolvimento rural integrado, da economia social e solidária, da criatividade. Do GAF na Serra da Estrela, ao AgriCabaz em Coimbra, à Casa do Sal na Figueira da Foz, um percurso sinuoso de um caminho que vai dos mares do futuro aos presentes e que é alimentado pelos mares do futuro, ou dos futuros.

Com os Projectos do ‘Grupo Aprender em Festa’

Em Gouveia, Serra da Estrela, trabalhei profissionalmente com o GAF – Grupo Aprender em Festa – durante vários anos além de ser co-fundador e voluntário. O GAF foi constituído por profissionais de diversos sectores: a saúde donde germinou, educação, instituições locais como a câmara municipal, o Parque Natural da Serra da Estrela e associações. Estes cidadãos sentiram a necessidade de cooperarem, de irem mais longe do que os seus serviços no sentido de animarem as comunidades do concelho de Gouveia inicialmente a partir das escolas do 1º Ciclo e Jardins de Infância. Do envolvimento de todas as gerações das freguesias que participaram, da articulação das experiências profissionais e sociais das pessoas dos diversos serviços de Gouveia, foi emergindo a ideia que era possível uma intervenção nas comunidades locais que contribuísse mais para o seu desenvolvimento como um todo assim como para o desenvolvimento das pessoas enquanto cidadãs que poderiam decidir o seu futuro de uma mais forma participada. Para que todos pudessem participar no desenvolvimento dos seus locais era necessário que estas criassem oportunidades para que todas as pessoas pudessem expressar as suas opiniões sobre o que desejavam para si e para a sua comunidade e quem quisesse concretizar as suas ideias tivesse os meios adequados. Por outro lado, no processo de participação no desenvolvimento das comunidades locais as pessoas recorrem às suas competências pessoais e sociais que condicionam favorável ou, desfavoravelmente, os seus próprios contributos. Acerca dos empecilhos à participação notámos que a exclusão social era um dos factores mais inibidores. Para a exclusão social contribuía muito a situação de pobreza das pessoas e outros factores decorrentes de situações de alcoolismo e outras drogas. A idade também tinha um peso importante porque os muitos jovens sentiam dificuldades em concretizarem as suas ideias, as suas actividades e, por outro lado, os idosos eram remetidos ao silêncio nas suas aldeias, centros de dia e lares.

Acedendo a diversos recursos locais e externos, como por exemplo programas nacionais, elaborámos projectos que visavam criar dinâmicas de desenvolvimento nas comunidades locais: espaços de partilha de ideias sobre o futuro das comunidades, actividades que facilitassem a ponte entre gerações, organização de acções de educação e formação, facilitação no acesso aos serviços, por exemplo, de saúde, a criação de espaços geridos por jovens, aprofundamento do conhecimento das próprias comunidade, por exemplo das associações e sua história, promoção do trabalho interinstitucional em parceria e em rede, como por exemplo com a gestão local do Rendimento Social de Inserção e a Rede Social do concelho. Através da nossa relação com as pessoas em situação de pobreza no Concelho de Gouveia notámos que muitas delas tinham competências ao nível do trabalho agrícola mas

que este era desvalorizado socialmente, a sua remuneração insuficiente porque irregular e sazonal não sendo, assim, aliciante para as pessoas. Os conhecimentos que as pessoas tinham vinham de *outros tempos* em que a agricultura era o único recurso e rendimento de muitas famílias. Um dos factores que levou à diminuição da produção agrícola familiar foi o decréscimo dos preços pagos chegando a um ponto que mais valia comprar do que cultivar.

Tentando contrariar esta tendência, o GAF em parceria com a Associação Distrital dos Agricultores da Guarda – ADAG – e a Associação BeirAmbiente organizou acções de formação sobre ‘hortas familiares’ com o objectivo de valorizar esta actividade, reforçar as competências técnicas relacionadas com a agricultura e contribuir para uma alimentação saudável das populações. As pessoas envolvidas estavam, em muitos casos, em situação de exclusão social e a maioria em situação de pobreza.

Para que as pessoas voltassem a acreditar na agricultura como meio de rendimento seria necessário conseguir que vendessem o que produziam. Foi assim que nasceu a ‘Feira Mensal de Agricultura Familiar de Gouveia’ promovida entre o GAF e a ADAG com o apoio da Câmara Municipal de Gouveia. Para esta feira foram convidados todos os agricultores do concelho. A maioria dos agricultores eram mulheres e idosas que iam cultivando as suas leiras. Uma vez que estas famílias não tinham transporte o GAF, mensalmente, organizava a viagem das agricultoras e agricultores e os seus produtos e desta forma conseguiu que muita gente da cidade de Gouveia fosse à feira abastecer-se de bons produtos de agricultura familiar.

Entretanto a cooperativa ‘Terra Preservada’ começou a funcionar em Gouveia articulando-se com este movimento começando a distribuir cabazes ao domicílio no Concelho de Gouveia e Seia assim como a fazer distribuição em Lares e Centro de Dia. Quando o Projecto onde eu trabalhava no GAF terminou, um ‘projecto de luta contra a pobreza’, eu fiquei na situação de desempregado e regresssei a Coimbra donde tinha saído há cerca de 20 anos.

O Projecto AgriCabaz

A ideia do AgriCabaz foi surgindo como forma de dar seguimento ao contributo de dinamização da economia agrícola local como um instrumento de luta contra a pobreza e também como meio de eu criar o meu próprio rendimento e sustento.

O AgriCabaz começou por distribuir legumes e frutas ao domicílio em parceria com o Centro de Formação e Tempos Livres – CFTL – em Coimbra. Desde o início que os produtos que distribui tiveram a seguinte classificação relativamente ao seu modo de produção social e ao modo de produção agrícola:

a) modo de produção social:

- agricultura familiar: porque são cultivados numa pequena unidade de dimensão familiar;
- economia social: provenientes de organizações sem fins lucrativos, como por exemplo, associações, IPSS, cooperativas e fundações;
- artesanato: porque produzidas numa unidade de características artesanais

b) modo de produção agrícola:

- agricultura biológica
- permacultura
- biodinâmica
- agricultura tradicional

Os produtos incluídos no AgriCabaz são, preferencialmente, de economia social e provinham da APPACDM da Tocha, Associação de Paralisia Cerebral em Ceira, Centro Social e Infantil de Aguada de Baixo, a Cooperativa Terra Preservada, a Cooperativa Agrícola de Mangualde e, mais tarde, a Associação Integrar em Coimbra. Outros produtos incluídos nos cabazes eram de agricultores e produtores locais habitantes de freguesias e concelhos vizinhos, como por exemplo de Penela, participando num um processo de dinamização da agricultura familiar e biológica que a câmara municipal começara. Os clientes do AgriCabaz são, desde o início, pessoas sensíveis à alimentação saudável constituída por produtos de qualidade e interessadas em contribuir para o desenvolvimento da agricultura e produções locais.

O Projecto AgriCabaz também tem outras dimensões:

O blogue AgriCabaz e a lista de endereços electrónicos AgriCabaz fazem a divulgação de notícias sobre economia social, desenvolvimento local e rural, iniciativas locais, produtos e processos inovadores;

A participação em iniciativas como, seminários, feiras, exposições, acções de formação para partilha da experiência e estímulo à criatividade e empreendedorismo económico, social e cultural.

O contributo na concepção ou organização de eventos de desenvolvimento local como por exemplo a Feira de Agricultura Familiar e Biológica de Penela, o Mercadinho no Jardim Botânico de Coimbra e outros.

A organização de visitas a dinâmicas locais com importância agrícola.

Hoje em dia a distribuição ao domicílio do AgriCabaz é realizada por uma agricultora de produtos biológicos que os coloca no mercado através dos cabazes assim como os de outros agricultores principalmente ligados ao Mercadinho Biológico do Botânico de Coimbra.

O Projecto Casa do Sal da Figueira da Foz

A par do AgriCabaz foi-se desenvolver a actividade na salina ‘Eiras Largas’ na foz do rio Mondego e o registo da marca **Casa do Sal**. A intervenção na salina ‘Eiras Largas’ foi realizada a partir do que aprendi sobre desenvolvimento rural, principalmente no Curso de Jovens Agentes de Desenvolvimento que tirei entre 1997 e 2000 na chamada Comissão de Coordenação da Região Centro. Também foi decisiva a minha passagem pela ADRUSE – Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela, onde trabalhei no Programa LEADER – Ligação entre Acções de Desenvolvimento Económico Rural – que foi uma escola de desenvolvimento rural com uma filosofia e metodologia de intervenção muito frutífera.

Entendi que a intervenção na salina ‘Eiras Largas’ deveria utilizar a metodologia do desenvolvimento rural: um processo que integra os diversos sectores de um território com o objectivo do desenvolvimento dos seus habitantes e do seu bem-estar. As salinas podem ser assim entendidas: o sal é o elemento base mas observando melhor além do sal, há na salina a água, a flora, a fauna, o ambiente, a paisagem, a cultura dos marnotos – as pessoas, normalmente homens, que exploram as salinas –, a economia, a gastronomia e até as crenças. Há um conjunto de elementos que podem ser aproveitados para reinventar a viabilidade económica e social das salinas. E foi assim, da articulação de alguns destes elementos, que surgiram os primeiros resultados que apresento aqui agregados por conjuntos de objectivos, actividades e resultados:

Aprender

- Contactos com marnotos e outras pessoas envolvidas na salicultura da Figueira da Foz;
- Pesquisa na Internet e bibliografia;
- Curso de salinicultura promovido pela Câmara Municipal de Aveiro em parceria com a Universidade de Aveiro;
- Contacto com outras salinas europeias através da câmara municipal da Figueira da Foz e o seu ‘Programa Sal’;

Valorizar a salinicultura

- Criação de diferentes sais para grelhados, com e sem picante, assim como o sal para banhos e pés fadigados adicionando-lhe várias plantas;
- Produção de ‘flor de sal’, um produto de excelência e com grande valor comercial;
- Aproveitamento de plantas para a alimentação ou na substituição do uso do

sal como a salicórnia, (que por ser uma planta halófito suporta taxas elevadas de salinidade e que, por viver nas salinas, absorve o sal), sarcocórnia, gramata e celgas bravas.

Dar a conhecer a salina ‘Eiras Largas’

- A internet é um meio privilegiado para divulgação de actividades com a criação de um blogue e organização de lista de emails de pessoas que vão aceitando receber informação sobre a salina;
- Usando a comunicação social enviando de notícias sobre as actividades realizadas e produtos criados;
- A participação em feiras locais, de artesanato e de sal;
- A participação em diversos eventos como seminários para a partilha destas experiências;
- A disponibilização do espaço da salina ‘Eiras Largas’ a visitantes para conhecerem a realidade da salicultura, aprendizagem de “rer” – tirar o sal –, observação de aves na fase de nidificação, degustação de produtos, banhos de lama;

Promover parcerias

O trabalho em parceria é a estratégia transversal a todo o Projecto Casa do Sal. Permite conjugar recursos com vantagens mútuas. Dão-se alguns exemplos de parcerias:

- Com a Câmara Municipal da Figueira da Foz estabeleceu-se uma parceria privilegiada que tem permitido a divulgação dos produtos, a organização conjunta actividades e faz a articulação com o Ecomuseu do Sal, nomeadamente, em Agosto;
- Com o Professor Celestino Ruivo da Universidade do Algarve com o qual se tem organizado Oficinas de Fornos Solares e a confecção de comida solar com ingredientes da salina, nomeadamente, a salicórnia;
- Com a Câmara Municipal de Aveiro através participação gratuita nas diversas edições da Feira Internacional do Sal;
- Com pessoas individuais na organização de oficinas de alimentação vegetariana e reaproveitamento de garrafas *pet*;
- Com microempresas como: 1/ Bucha & Pinga que é uma microempresa da Barriosa, freguesia de Vide, concelho de Seia. Esta empresa vende os sais nas lojas gourmet de Lisboa e a **Casa do Sal** vende os seus produtos na Região de Coimbra e Figueira da Foz; 2/ Com a Ti Preciosa de Casal Santo Amaro concelho de Penacova que fornece as plantas que são adicionadas no sal.

Comercializar

A viabilidade da salinicultura na Figueira da Foz depende da valorização do sal e da sua comercialização. Este projecto foi pioneiro na criação de outros produtos de sal, embalagem e distribuição. O registo da marca **Casa do Sal** foi um dos primeiros passos. A criação de novos sais com plantas e de diferentes embalagens é um processo sempre em curso, tentando corresponder a uma melhor imagem junto dos consumidores. A comercialização é feita por mim mesmo e através de parcerias com outras microproduções e organizações de economia social como o Centro Social Infantil de Aguada de Baixo, a Cooperativa Agrícola de Mangualde e a Cooperativa Terra Preservada de Gouveia.

Olhando em espiral

Uma das vantagens de andarmos em espiral é irmos vendo o que fizemos, de pontos de vista diferentes à medida que nos vamos enriquecendo com as nossas experiências de vida.

São pontos de vista em reestruturação. O trabalho desenvolvido em rede e em parceria são características que têm moldado a minha actividade e no qual encontro muitas vantagens como, por exemplo:

- amplia o valor dos produtos/serviços de cada um;
- facilita a divulgação de cada produto/serviço;
- a interacção promove a criatividade e inovação;
- contribui para o desenvolvimento da consciência social de cada produtor/cidadão;
- pode ser o embrião de outro tipo de intervenções;

Contudo é necessário explicitar que no decurso da implementação destes projectos tenho encontrado também algumas dificuldades, ou pelo menos problemas mais difíceis de resolver e que parecem ser comuns a todos eles, entre as quais destaco:

- a articulação do imperativo de viabilidade económica e financeira dos projectos com os compromissos de equidade, justiça e solidariedade;
- uma comunicação eficaz com os cidadãos potenciais consumidores/fruidores;
- a mobilização dos cidadãos para consumirem/utilizarem os produtos/serviços com estas características;
- a dificuldade em trabalhar os projectos de forma que integrem o ser humano todo;

Por todos estes motivos não me poderei despedir sem fazer propostas, criar futuros nos presente. Alguns bocadinhos de futuro que poderiam contribuir para o desenvolvimento deste tipo de projectos passam por a conscientização e políticas públicas e privadas locais que:

- visem a facilitação da actividade dos microempreendimentos e os integrem numa estratégia de desenvolvimento local;
- abram as escolas de ensino superior e centros de investigação a entendimentos virtuosos e eficazes entre a pesquisa avançada e os microempreendimentos;
- promovam a interacção entre os microempreendimentos no sentido de se encontrarem, colectivamente, novas respostas para os novos e velhos desafios.

NOTA FINAL

Este entrelaçar de sonhos, projectos, gentes, pescadores de bocadinhos de futuro e de sonhos possíveis, já e agora, ficam sempre aquém. Aquém do sonho, mas além da realidade que seria sempre mais pobre sem a nossa intervenção.

O MERCADO SOLIDÁRIO: UM CAMINHO A PERCORRER

Priscila Soares

CONTEXTO

A Iniciativa EQUAL permitiu a uma parceria liderada pela Associação *In Loco*¹ desenvolver em São Brás de Alportel, entre 2004 e 2007, um projecto de animação comunitária centrado na promoção da cidadania e da solidariedade. Uma estratégia para combater o enfraquecimento dos laços sociais, a erosão da identidade cultural e o alheamento crescente das pessoas relativamente à vida em comum. O Projecto São Brás Solidário apostou, fortemente, na ideia de que, em conjunto, seria possível construir um concelho mais rico, mais justo, mais criativo e mais fraterno.

As actividades ensaiadas foram muitas: da experimentação do Orçamento Participativo – no primeiro ano apenas para adultos, no ano subsequente também para crianças e jovens – à criação de uma Rede de Voluntariado Territorializada.

O Mercado Solidário, nome escolhido para ensaiar um Clube de Trocas com recurso a uma Moeda Social, foi uma delas.

Um clube de trocas com moeda social é uma experiência conduzida por um grupo de pessoas que aceita trocar entre si bens e serviços, utilizando uma moeda expressamente criada para esse efeito.

(1) A Associação *In Loco* é uma entidade sem fins lucrativos apostada na promoção do desenvolvimento local e da cidadania. Criada em 1988, tem desenvolvido uma intervenção continuada no território da Serra do Caldeirão, no interior rural do Algarve, e hoje procura disseminar as metodologias e instrumentos ensaiados nesse território, pondo as suas aprendizagens e experiência ao serviço de outros territórios, em Portugal e noutros países.

O número de participantes que integram o grupo pode variar consideravelmente. No caso do clube promovido pela In Loco e pela parceria, oscilou entre cerca de sessenta e uma centena².

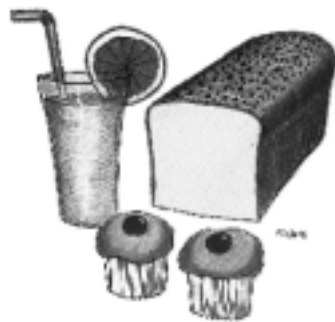
Os elementos participantes recebem a designação de prossumidores, dado que são, simultaneamente, produtores de bens e/ou serviços e consumidores dos bens e serviços propostos pelos restantes. Ao colocar cada participante, simultaneamente, como produtor e consumidor, o clube adopta um princípio essencial: o direito de aceder ao consumo fica estreitamente associado à obrigação de produzir. Não tem acesso à moeda utilizada para a troca quem não contribui para a riqueza que o mercado convoca e permite partilhar.

É de registar que, na generalidade, todas as actividades do projecto arrancaram antes do Mercado Solidário, até o Orçamento Participativo, pese embora o seu carácter inovador. No fundo, mexer tão fortemente com os hábitos e formas de pensar em termos de produção e de consumo metia algum medo a toda a equipa. Não se conseguia imaginar o que seria a reacção das pessoas e também não se sabia como fazer.

O apoio da *AJPaz*³ foi precioso: com o seu impulso ganhámos coragem para organizar o primeiro mercado, comprovando uma vez mais que não podemos aprender a nadar sem nos lançarmos à água. Claro que é preciso ter ideias relativamente claras, em termos de objectivos, de conceitos e de metodologias, mas ficar à espera de estar absolutamente ciente e seguro de tudo para dar início à experiência manietta e bloqueia a acção. Por outras palavras, não se pode fazer a economia do risco.

Voltando ao grupo de prossumidores, é essencial que as pessoas envolvidas sejam em número suficiente para garantir uma oferta variada de produtos (bens e serviços) e, de preferência, com distintos perfis sociais e culturais. Só assim o mercado se transforma numa experiência rica e enriquecedora, em termos das trocas que é possível efectuar e das relações que propicia.

Nos mercados que organizámos foi possível contar com uma grande variedade de produtos alimentares (primários e transformados) e de produtos artesanais (de carácter tradicional ou mais inovadores), a par de um leque diversificado de ser-



(2) As frases inseridas em itálico não são citações, destacam graficamente alguns traços da experiência desenvolvida em São Brás de Alportel pela equipa do projecto São Brás Solidário.

(3) Acrónimo de Acção para a Justiça e Paz, uma organização não governamental para o desenvolvimento portuguesa. Pode-se saber mais consultando: www.ajpaz.org.pt

viços: do aconselhamento dentário à massagem com pedras aquecidas, da realização de penteados ao contar de histórias. Por outro lado, os mercados fizeram convergir rurais e citadinos; gente do campo, do ensino, dos serviços públicos, das profissões liberais, da intervenção social; de Portugal e de outros países; crianças, jovens, pessoas adultas e pessoas idosas.

Se uma quantidade mínima é necessária, fazer crescer desmedidamente o número de participantes pode dificultar a criação de um espaço e de um tempo com uma lógica distinta da que preside habitualmente às relações económicas. Porque não basta que as pessoas estejam presentes e tomem parte no acontecimento, é preciso fazer com que se aproximem, com que convirjam, social, cultural, afectiva e espiritualmente.

O recurso a rituais ajuda a criar um espaço e um tempo diferentes. Assim, os mercados que organizámos arrancavam com uma pequena cerimónia: uma dramatização, um canto entoado em grande círculo, uma dança de roda, a escuta tranquila de melodias produzidas por instrumentos antigos.

A convergência pretendida requer um esforço de mobilização em torno de princípios e uma atenção continuada à observância de regras e procedimentos, que promovam o respeito, a equidade e a solidariedade. Por isso mesmo, pode ser mais interessante e produtivo criar dois clubes, deixando para uma fase subsequente a possibilidade de os articular entre si, do que continuar a alargar sem limites o grupo de partida.

O custo das coisas na moeda criada para o mercado é uma questão crucial. Seguindo o exemplo da *AJPaz*, propusemos que o preço, ou melhor, o valor dos bens e serviços, fosse estabelecido por cada participante por referência ao valor atribuído a um bem de primeira necessidade. No caso do primeiro mercado, o bem escolhido foi um pão e a pessoa que o trouxe para o mercado propôs que o seu custo fosse 1 Solidário – o nome que, simbolicamente, escolhemos para a nossa moeda. Tendo como referência aquele pão caseiro grande e apetitoso – ou seja, tendo em conta o custo das matérias-primas utilizadas, os restantes recursos materiais empregues (fogão, energia, água ...), o saber fazer mobilizado e o tempo gasto – as pessoas foram convidadas a estabelecer o valor dos seus bens e serviços.



Esta opção visou provocar um distanciamento em relação à moeda oficial e à lógica dos preços do Mercado e promover uma reflexão sobre o real valor das coisas: assente na sua utilidade, no bem-estar, conforto moral e prazer estético que podem proporcionar à pessoa que as adquire,

bem como no investimento material, temporal, intelectual e afectivo realizado pela pessoa que as produz.

Não é seguro que o recurso a esta prática tenha levado todas as pessoas envolvidas a distanciar-se – pelo menos no espaço-tempo do mercado – da sua forma habitual de pensar no dinheiro, e de lidar com ele, mas certas atitudes observadas parecem indicar que alguma reflexão terá existido, como se verá no decorrer deste texto.

Para favorecer uma atitude mais reflexiva e sublinhar que a função principal desta ferramenta deveria ser a de facilitar as trocas e as comunicações entre as pessoas, iniciámos o primeiro mercado com a encenação de uma pequena história.

Uma senhora chega a São Brás e procura a estalagem local disposta a alugar um quarto por um período de 5 dias. No entanto, caso encontre uma amiga de longa data que vive na localidade, irá instalar-se em sua casa e desiste da reserva. A dona da estalagem dispõe-se a manter um quarto em seu nome até ao final do dia e pede um certo montante como sinal.

A forasteira sai e entra um vizinho que vem cobrar uma dívida antiga, exactamente no valor do montante anteriormente depositado. A dona da estalagem passa-lhe a nota recebida. Outra pessoa a quem o vizinho da estalajadeira devia dinheiro encontra-o na rua e recorda-lhe a dívida, no valor da nota que este acabou de receber. Uma vez mais, a nota muda de proprietário. E, de mão em mão, vai circulando e saldando dívidas existentes, até chegar de novo às mãos da dona da estalagem.

No final do dia, a senhora regressa e anuncia que encontrou a amiga e que portanto não precisa do quarto reservado. Já de saída, é chamada pela dona da estalagem para receber o depósito que fez ao chegar. Quando recebe a nota, rasga-a e atira os papelinhos para trás das costas. Ao espanto da outra, responde, rindo, «não interessa, é falsa».

Mas como chega a moeda às mãos das pessoas que participam no mercado? Seguindo o modelo da AJPaz uma vez mais, decidimos entregar um determinado montante em moeda social no início do mercado a cada participante, o mesmo para todas as pessoas, independentemente da quantidade e valor dos produtos que trouxessem e da quantidade e valor dos serviços que pudessem prestar durante o período de funcionamento. Só que, em vez de entregarmos grandes quantidades de moeda, começámos por dar a cada participante 40 Solidários.

A opção resultou do desejo de encurtar o leque dos «preços», diminuindo a distância entre os bens e serviços mais caros e os bens e serviços mais baratos. Desta forma, pensámos, acabaria por se valorizar o que é normalmente mais barato e por se tornar mais acessível o que costuma ser mais bem pago. De facto, funcionou. Por exemplo, um pão, que na padaria custaria 1 Euro, custava 1 ou 2 Solidários e

uma massagem ou tratamento facial, que num gabinete especializado exigiria um pagamento de 60 €, custava 7 Solidários.

A propósito do último valor, vale a pena referir que o preço deste tipo de serviços foi acordado entre todos os prestadores e prestadoras presentes no primeiro mercado, por sua livre iniciativa. Em conjunto, decidiram que não iam entrar em concorrência pelos preços e que preferiam estimular a exploração de todos os serviços presentes por parte das pessoas participantes.

É necessário reconhecer, no entanto, que esta estratégia pode conduzir a injustiças, desvalorizando produtos que requerem um maior esforço – em termos de investimento material, monetário, temporal ou outro – às pessoas que os propõem. E provavelmente isso aconteceu, em alguns momentos, com participantes que traziam para o mercado peças artesanais que incorporavam longas horas de trabalho, muito saber e atenção amorosa. Seja como for, no final do primeiro mercado, a equipa organizadora chegou à conclusão que o montante de 40 Solidários era excessivo para despoletar as trocas: muitas pessoas acabaram cheias de moeda e não tinham em que a gastar. No mercado seguinte já só foram entregues 15 unidades de moeda e mais tarde apenas 10.

Num processo continuado de experimentação, chegou-se a uma fórmula consideradas mais ajustada pelos prossumidores e prossumidoras participantes: a compra da moeda a utilizar no mercado. Para o efeito, no início do mercado, antes de realizar o ritual, as pessoas com bens aproximavam-se do banco e entregavam produtos de valor equivalente ao montante de moeda que pretendiam adquirir. Competia a cada participante fixar o valor dos seus produtos, segundo a lógica interiorizada ao longo dos mercados em que tinha participado. Por exemplo, a senhora que vendia pães e pedia por cada um 2 solidários tinha de entregar 10 para receber 20 unidades de moeda. Os bens entregues a troco da moeda ficavam disponíveis no banco para serem adquiridos no final pelas pessoas interessadas, quase sempre prestadoras de serviços que não tinham conseguido comprar por estarem completamente entregues ao atendimento de quem as procurava.

E quem prestava serviços, como adquiria moeda? Os serviços arrancavam em primeiro lugar: durante a primeira meia hora só era possível consumir os serviços disponíveis. Este arranjo permitia às pessoas prestadoras de serviços munirem-se de moeda e tinha a vantagem de retardar a aquisição dos bens. De facto, sempre se verificou uma corrida aos bens, que se esgotavam muito rapidamente, a par do prolongamento excessivo no tempo da prestação de serviços, que, pela sua natureza, tinham de ser realizados sucessivamente e em tempo real. Quando terminavam as trocas, as pessoas com moeda que queriam adquirir produtos entregues à banca colocavam-se em fila e, quando chegava a sua vez, tinham direito a adquirir um produto; caso quisessem adquirir mais algum, colocavam-se no fim da fila

e esperavam de novo a sua vez. Desse modo, garantia-se uma certa equidade no acesso aos bens disponíveis, evitando-se o seu açambarcamento pelos elementos que tinham tido oportunidade de se colocar nos primeiros lugares.

As variações que foram sendo introduzidas em relação à moeda resultaram da necessidade de corrigir disfuncionamentos, ou melhor, o que foi sentido como tal.

No final do 2.º mercado, pensou-se que era injusto que as pessoas que terminavam com um enorme quantidade de moeda estivessem em pé de igualdade com todas as outras no início do mercado seguinte, recebendo exactamente o mesmo montante. Parecia que o facto de terem muita moeda significava, sobretudo, que se tinham esforçado por trazer para o mercado mais produtos, ou de maior qualidade, ou mesmo mais e de melhor qualidade. De acordo com esta percepção, decidiu-se contabilizar o dinheiro entregue no final do mercado por cada participante e juntar essa soma ao montante que era distribuído a cada prosumidor ou prosumidora no mercado seguinte.

No entanto, para favorecer as trocas e desencorajar a acumulação, limitou-se ao tecto de 10 solidários a soma máxima a acrescentar ao montante inicial a garantir a toda a gente.



Sendo esse montante x , a pessoa que tinha terminado com 1 Solidário recebia $x + 1$, quem tinha terminado com 2, $x + 2$, quem tinha entregue 10 ou mais, $x + 10$.

Há que confessar que algumas pessoas começaram a fazer batota. Em vez de entregarem a moeda acumulada quando terminava o mercado, guardavam uma reserva para o mercado seguinte. Em seu entender não era justo «perderem» grande parte do «dinheiro» resultante das vendas efectuadas. Outras pessoas praticavam uma forma de batota diferente, que consistia em darem uma volta rápida a todas as bancas antes do início do mercado e reservarem os bens que lhes interessavam. Assim, podia acontecer que uma banca bem fornecida nada tivesse para vender, pois todos os artigos já se encontravam apalavrados.

Uma das formas de pôr cobro a este tipo de prática, para além de discutir o seu significado com toda a gente no momento da avaliação, consiste em impor que sejam retirados todos os bens que se encontram apalavrados: o que permanecer na banca estará, automática e forçosamente, disponível para ser adquirido por qualquer prosumidor ou prosumidora.

É interessante registar que nunca observámos estes comportamentos por parte das crianças participantes: não tentavam passar à frente de ninguém, não procu-

ravam açambarcar os produtos em oferta, não escondiam moeda para partir em vantagem na vez seguinte. As crianças entregavam-se à prestação de serviços ou à produção dos seus bens com a mesma intensidade e inteireza que devotariam a um jogo.

A prossumidora mais pequena com que contámos tinha 5 anos e usava carimbos para imprimir um desenho no braço ou na mão que lhe estendíamos. Três miúdos, dos seus 9, 10 anos, tornaram-se presença regular dos mercados. De forma metódica e concentrada, talhavam as suas pequenas peças em madeira e depois ornamentavam-nas recorrendo à pirogravura.

Por aproximações sucessivas, chegámos à fórmula da aquisição da moeda no início e à decisão de começar cada mercado a partir do zero, ou seja, sem ter em conta a acumulação realizada no mercado anterior. Sugeriu-se mesmo a emissão de novo papel-moeda a cada mercado, para impedir a utilização da moeda não devolvida no final do mercado anterior. Esta decisão ainda não foi posta em prática, dado que o mercado foi interrompido em 2009. Aguarda-se a reunião de condições favoráveis para retomar esta prática.

Vale a pena reflectir sobre este facto. Com o final do financiamento, a equipa que organizava o mercado, inteiramente constituída por técnicas da In Loco, viu-se forçada a prestar a sua atenção e canalizar a sua energia para novos projectos e actividades. E como o trabalho normal já requer muito investimento extra, não restou tempo para prosseguir o esforço de organizar o mercado. O mesmo é dizer que não chegou a haver um clube: realizaram-se 7 sessões de mercado, com uma organização a cargo de um grupo restrito de profissionais. Ora, a organização do mercado é exigente, requer a realização de múltiplas tarefas: procurar pessoas que se interessem pela ideia, ajudá-las a escolher o que pode ser a sua contribuição específica, estimular e manter a riqueza e variedade da oferta de bens e serviços, efectuar a marcação de cada sessão de acordo com as disponibilidades do maior número de pessoas, confirmar a participação de cada elemento a cada nova edição, encontrar um local adequado, preparar o espaço para a exposição dos bens e para a prestação dos serviços, pensar num ritual de arranque e criar condições para a sua concretização, emitir moeda e organizar o banco, conceber um folheto informativo sobre a actividade (para entregar às pessoas na fase dos contactos iniciais, mas também para os visitantes que aparecem no dia do mercado e mostram interesse em perceber melhor do que se trata), preparar um esquema temporal e fazê-lo cumprir.

É natural que a equipa ou núcleo de pessoas que lança a ideia comece por organizar o mercado: é preciso tempo, saber, capacidade de liderança e determinação. No entanto, a sustentabilidade do mercado requer que, progressivamente,

outras pessoas – prosumidoras também – sejam envolvidas no esforço de organização. O mais lógico é que o seu trabalho enquanto organizadoras seja reconhecido como uma prestação de serviço e recompensado com uma certa quantidade de moeda.



Não atingimos este ponto. Por um lado, não estabelecemos esse objectivo com clareza no início e muito menos concebemos uma estratégia para o atingir. O conforto do financiamento garantido durante algum tempo levou-nos a não dar prioridade a esta questão fulcral. Por outro lado, tínhamos a convicção, que nunca chegou a ser analisada e posta à prova, de que as pessoas não estariam disponíveis, nem tinham condições, para investir na organização do mercado.

Duas ou três ofereceram-se para fazer alguns contactos e deram um pequeno contributo, mas nunca se constituiu um grupo responsável pela concepção e organização integrado por elementos da equipa da *In Loco* e por pessoas externas.

O que ficou dito dá conta dos limites da experiência desenvolvida até ao momento. Mesmo assim, os mercados constituíram um exercício partilhado de inovação e criação e o desejo de os retomar continua presente. Meia volta, encontro participantes, quase sempre mulheres – estavam claramente em maioria. Os homens vinham mais para as ajudar na venda dos produtos, dando-lhes oportunidade de consumirem os serviços que apreciavam sobremaneira.

Então, quando se volta a fazer o mercado? A pergunta salta quase de imediato.

Um dos aspectos positivos que vale a pena sublinhar é seguramente o processo de avaliação de cada mercado: exercício realizado no final das trocas com a participação de todas as pessoas que se mostravam disponíveis. Todas eram convidadas e para estimular a participação do maior número procurou adoptar-se uma estratégia específica: realizar um pequeno momento de animação no final de tudo, já depois da avaliação.

A avaliação permitia aos que participavam rever a forma como tinha decorrido o mercado, sublinhar os aspectos positivos, e eventualmente delinear estratégias para os intensificar, analisar os pontos considerados negativos e procurar explicações para a sua ocorrência, apresentar e discutir propostas para os ultrapassar, tomar decisões para pôr em prática no mercado seguinte.

A prática de avaliação constituiu um processo de aprendizagem conjunta e de construção colectiva do modelo do mercado. Como toda a gente era convidada a participar e o número das pessoas envolvidas era significativo – chegámos a realizar o momento de avaliação com cerca de 40 elementos – as decisões tomadas

eram aceites sem grande oposição. E estas decisões colectivas apareciam claramente formalizadas na edição do boletim do mercado seguinte.



O boletim fazia o ponto da situação em termos de regras de funcionamento do mercado e continha a lista das pessoas participantes, bem como os seus contactos e a referência aos produtos pelos quais seriam responsáveis. As prossumidoras e os prossumidores apareciam agrupados em 3 categorias: produção agroalimentar, produção artesanal e prestação de serviços.

Distribuído a cada participante no momento em que chegava ao recinto do mercado, o boletim fornecia-lhe informação essencial para poder integrar-se na dinâmica, orientar-se e actuar de forma adequada. Além disso, a indicação dos contactos de todas as pessoas participantes visava facilitar a comunicação e, se possível, favorecer a prossecução das trocas entre mercados.

Não sabemos se chegou a ocorrer, mas a possibilidade foi claramente equacionada por algumas pessoas. Pelo menos duas prestadoras de serviços manifestaram a sua disponibilidade para assegurar continuidade fora dos mercados a troco de produtos alimentares. No entanto, como eram de fora de São Brás, o acesso à prestação exigia a deslocação a Faro, num caso, e a Albufeira, no outro. Ainda se pensou em encontrar um espaço na localidade em que a prestação pudesse ter lugar, mas não foi possível concretizar esta ideia.

As 7 edições do Mercado Solidário constituíram um processo de experimentação social a vários níveis. O da interculturalidade será, talvez, o mais imediato. Poucos acontecimentos ou espaços institucionais proporcionam o encontro e a interacção, animada e aprendente, entre gente tão diversa, em termos de origem social, horizonte cultural, condição económica, inserção profissional ou idade. Quando falam do mercado, as pessoas recordam, antes de mais, o convívio, a alegria de estarem juntas, a possibilidade de partilharem um tempo diferente e de agirem segundo uma lógica distinta.

Um segundo, não menos importante, remete para a criação de novas possibilidades. Para começar ao nível do que se é capaz de produzir para entrar numa dinâmica de partilha com os outros, que pode levar à reciclagem de capacidades esquecidas ou adormecidas, à exploração de facetas ignoradas ou ao reforço de habilidades pouco mobilizadas. Houve pessoas que investiram no seu jeitinho para a culinária, houve quem descobrisse que era capaz de fazer trabalhos artesanais em áreas em que nunca se tinha aventurado e até quem mobilizasse fantasias

arrumadas há muito, reinventando-se como esteticista, monitora de *tricot* ou contadora de histórias. Esta plasticidade e capacidade de invenção podem ser extremamente úteis, particularmente em tempo de crise.

Depois em termos de singularizar o seu contributo no momento da troca social. As pessoas apropriaram-se do Mercado, instalaram-se nas trocas com o seu próprio estilo: personalizavam o espaço, investiam na imagem dos produtos, criavam cartões de apresentação e algumas vestiam-se a rigor em função do que propunham. E, pelo menos no caso de algumas pessoas, na adesão a uma lógica de funcionamento baseada, de facto, na partilha e reciprocidade.

As pessoas do campo não procuravam os serviços corporais: massagens, cuidados de beleza, terapias alternativas... Provavelmente, consideravam que tal luxo não era para elas. Pois bem os prossumidores e prossumidoras que os propunham tudo fizeram para as atrair e cativar, propondo-lhes directamente os seus serviços, aceitando ser pagas em bens alimentares, em vez de moeda, estabelecendo um valor muito baixo para a sua prestação, de modo a torná-la extremamente acessível.

O mercado foi também um processo de literacia económica, proporcionando diversas aprendizagens – função da moeda enquanto referencial e facilitador das trocas, formação dos preços, funcionamento da oferta e da procura – e abrindo caminho a um funcionamento económico mais próximo das necessidades das pessoas, mais solidário e mais criativo. Uma esteticista profissional confessava o seu desejo de poder pagar a renda ao senhorio prestando-lhe os seus serviços directamente. Assim como estava disposta a continuar a oferecê-lo aos prossumidores e prossumidoras, que a procurassem entre mercados, a troca de produtos, particularmente dos bens alimentares que as senhoras do campo tão facilmente pagavam por eles, quando antes recusavam entregar dinheiro (mesmo inventado) para os adquirir.

Como a Junta de Freguesia mostra interesse no mercado, porque aí trabalha actualmente uma técnica que esteve implicada no projecto São Brás Solidário, e já contactou a *In Loco* nesse sentido, logo que possível vamos regressar à experimentação interrompida.

Até agora, o Mercado Solidário foi um espaço de animação comunitária, de educação informal, de participação cívica, mas se quisermos e soubermos poderá transformar-se numa actividade económica com dimensão e significado. Convém dizer que a palavra economia terá, nesse caso, a amplitude que lhe convém: a de produção e partilha de bens, materiais e imateriais, numa perspectiva de criação de condições de vida rica, digna e criativa para toda a gente.

DA CRISE DA DEMOCRACIA LIBERAL AOS NOVOS EXPERIMENTALISMOS DEMOCRÁTICOS – OS ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS

Nelson Dias

1. A CRISE DA DEMOCRACIA LIBERAL

Mais do que a discussão sobre as vagas democratizadoras e os processos de transição política em diferentes países, o principal foco de interesse no actual debate sobre a democracia está centrado na qualidade do regime em Estados com processos democráticos consolidados.

Este renovado questionamento sobre a condição democrática está intimamente relacionado com aquilo a que Alain Touraine designa por crise da representatividade política (1994), pretendendo com esta expressão transmitir a ideia de que os cidadãos não se sentem muitas vezes representados pela classe governante. Boaventura de Sousa Santos (2008) recorre à expressão da dupla patologia das democracias liberais para aprofundar um pouco mais esse sentido da crise. Por um lado, a patologia da representação, na medida em que os cidadãos estão cada vez mais distantes da vida política e dos eleitos, que por vezes nem os conhecem. Por outro lado, obviamente relacionada com a anterior, a patologia da participação que se prende com uma ideia cada vez mais comum de que não vale a pena participar, pois os cidadãos sentem-se demasiado pequenos para enfrentar os grandes interesses e as dinâmicas políticas e económicas que dominam a sociedade.

O triunfo da democracia em muitos países, nas últimas duas décadas e meia, contrasta fortemente com um mal-estar que se vive em relação a inúmeros problemas políticos, sociais, económicos, culturais e ambientais, aos quais a democracia não tem sabido responder de forma cabal, colocando em causa a qualidade do próprio regime. A este nível destacamos o fechamento dos políticos no jogo da disputa constante do poder, a espectacularidade e encenação a que o próprio Estado se presta nas formas de comunicação com a sociedade, a alienação e desa-

fectação política dos cidadãos, a descredibilização e a suspeita permanente sobre a acção governativa, a depreciação relativa ao desempenho dos partidos, as situações de corrupção da classe política, a agravamento das situações de pobreza e das múltiplas formas de exclusão, o sensacionalismo mediático de tudo isto, entre muitos outros aspectos (Dias, 2008a).

Este enfraquecimento interno das democracias liberais anda a par de um renovado questionamento sobre o procedimentalismo eleitoral como único garante da legitimidade democrática. Na opinião de muitos autores, a qualificação deste tipo de regime passa pelo seu próprio aprofundamento aos diferentes níveis da vida social e não apenas no campo estritamente político.

A ausência de um consenso em relação ao conceito de democracia não exclui alguns parâmetros mínimos de entendimento sobre o regime que remetem para as seguintes características: sistema baseado na regra da maioria e no consentimento dos governados, a existência de eleições livres e justas num quadro de pluralismo político, o respeito e a protecção das minorias e dos direitos humanos.

Este consenso não diminui, no entanto, uma insatisfação crescente por parte de diferentes quadrantes da sociedade que apelam a um conceito contínuo de democracia, com a possibilidade de variação mediante patamares ou estados que ajudariam a interpretar a condição democrática num dado contexto sociopolítico¹, o que certamente nos levaria a adoptar a designação no plural, ou seja, democracias.

De todas as formas e apesar deste debate inacabado, parece mais ou menos evidente que a análise da condição democrática não se pode restringir a uma abordagem legalista-constitucional dos sistemas, devendo incorporar elementos que se relacionam mais directamente com a adesão a valores fundamentais da democracia, como sejam a liberdade, a igualdade, a participação, entre outros.

A este propósito revemo-nos bastante na proposta de António Teixeira Fernandes quando diz que

mesmo que seja democrático o sistema político, enquanto regime, não significa que seja democrática a sociedade. (...) Um regime político pode ser livre e democrático pela lei e pelas suas instituições, e não o ser pelos costumes e pela vida social. Assim como pode ser livre e democrático pelos costumes e pela vida social, e não o ser pela lei e pelas instituições do poder. Uma sociedade verdadeiramente democrática é aquela que o é na sua lei e nas suas instituições, mas sobretudo na prática democrática do quotidiano dos indivíduos (2004: 35-36).

(1) Uma das medidas mais reconhecidas é que a foi produzida pela organização norte-americana Freedom House (www.freedomhouse.org) que definiu, por um lado, uma escala de 1 a 7 para ajudar a medir as liberdades políticas e civis, e por outro, um conjunto de critérios para a avaliação da democracia eleitoral em diferentes países.

Incluamos nestes os governantes e também os governados. Isto significa dizer que um regime político é tanto mais democrático quanto mais o poder estiver distribuído e difundido na sociedade.

Neste âmbito faz todo o sentido a proposta de Boaventura de Sousa Santos quando diz que a modernidade ocidental reduziu o poder político ao poder agregado à volta do Estado, pelo que é necessário começar pela reinvenção do próprio Estado. Segundo o autor, «*o objectivo é promover a proliferação de espaços públicos não estatais a partir dos quais seja possível republicar o espaço estatal, entretanto privatizado pelos grupos sociais dominantes que exercem hoje o poder por delegação do Estado.*» (2000:20) O vasto campo de experimentação sobre as potencialidades dos espaços públicos não estatais, visível em diferentes partes do Mundo leva o autor a sustentar a ideia de uma imaginação utópica que neste domínio se possa afirmar pela radicalização da democracia.

2. MEDIR A QUALIDADE DA DEMOCRACIA

A análise sobre o estado da democracia tem que ter a dupla preocupação de estudar a componente formal e legal do regime mas também as práticas quotidianas dos indivíduos e das suas organizações sociais, políticas e profissionais. Perante este debate sobre a qualidade da democracia, temos assistido nos últimos tempos ao surgimento de inúmeros trabalhos de investigação que procuram dar conta de outras dimensões do fenómeno, para além da mais formal. Escolhemos a este propósito dois índices lançados recentemente, cujo objectivo de ambos é medir a qualidade das democracias em diferentes países, recorrendo para tal a um conjunto diferenciado de dimensões.

O *Economist Intelligent Unit Index of Democracy*², criado pelo conhecido órgão de informação The Economist, teve a sua primeira edição em 2006 e outra mais recente em 2008, examinando a qualidade da democracia em 167 países, com base num conjunto de cinco categorias de análise, nomeadamente:

- *processo eleitoral e pluralismo político* que, como a própria designação indica, remete para a necessidade de se realizarem eleições livres e justas, num quadro de ampla abertura e debate político;
- *liberdades civis*, como uma componente vital do que se convencionou chamar de democracia liberal, e que aponta para o princípio da protecção dos direitos fundamentais do ser humano, para a liberdade de expressão, de

(2) Disponível em www.economist.com

imprensa, religiosa, de reunião e associação de pessoas e organizações, bem como para o direito e a igualdade perante a lei;

- *funcionamento do governo*, que diz respeito à presença ou ausência de princípios democráticos na forma e nos conteúdos da governação;
- *participação política*, como um elemento essencial para a vitalidade de um regime. A apatia e a abstenção das pessoas perante a vida política dos seus países e comunidades são inimigas de uma democracia saudável;
- *cultura política*, como algo fundamental para assegurar a legitimidade, o bom funcionamento e, em última instância, a sustentabilidade da própria democracia. Uma boa cultura democrática implica aceitar resultados eleitorais, reconhecer e respeitar as diferenças, incorporar os princípios democráticos nos mais variados campos da vida pessoal, social e institucional.

A análise da realidade de cada país, à luz destas cinco categorias, permitiu aos autores do estudo classificar as democracias no Mundo com base em quatro grandes grupos, nomeadamente, as democracias plenas, as democracias imperfeitas, os regimes híbridos e os regimes autoritários.

Tabela 1: Índice de Democracia por tipo de regime (2008)

| | Países | % de países | % da população mundial |
|--------------------------------|---------------|--------------------|-------------------------------|
| Democracias plenas | 30 | 18.0 | 14.4 |
| Democracias imperfeitas | 50 | 29.9 | 35.5 |
| Regimes híbridos | 36 | 21.6 | 15.2 |
| Regimes autoritários | 51 | 30.5 | 34.9 |

«População mundial» refere-se ao total da população dos 167 países abrangidos pelo estudo. Uma vez que esta exclui apenas alguns micro-Estados, significa que está muito próxima da população mundial estimada para 2008.
Fonte: Economist Intelligence Unit; CIA World Factbook

Como fica patente através da Tabela 1, da metade dos países do Mundo considerados democráticos, efectivamente apenas 30 poderão ser considerados como democracias plenas³, o que significa dizer que apenas cerca de 14% da população mundial vive em contextos democráticos mais favoráveis, enquanto que 1/3 dessa mesma população vive sob o poder dos regimes autoritários.

Uma das conclusões interessantes que os autores deste Índice de Democracia retiram é de um impasse na tendência mundial de democratização. A expansão

(3) Mantemos algumas reservas em relação a esta classificação de «democracias plenas», na medida em que poderia dar a ideia de perfeição do regime, o que seria, aliás, uma contradição face à discussão que vimos fazendo sobre a crise da democracia.

que este tipo de regime vinha alcançando nas últimas décadas parece ter entrado agora numa situação de indefinição. Os resultados comparados de 2006 e de 2008 revelam que o padrão dominante tem sido o da estagnação. Certamente que a este facto não são alheias algumas situações recentes na história mundial.

A guerra no Iraque, as suas consequências internas mas também externas, incluindo a possibilidade deste caso vir a funcionar como um exemplo de fracasso do regime para outros países vizinhos, poderá estar a contribuir de alguma forma para esta estagnação. O mesmo se poderá dizer em relação ao elevadíssimo preço político, económico e social que os Estados Unidos da América têm pago por via desta intervenção militar, que em última instância estará também a contribuir para conter o ímpeto do país na expansão dos regimes democráticos em outras áreas do Planeta, à custa de acções armadas ou através de outras formas de pressão política.

Será também necessário manter um olhar atento às consequências da actual crise económica e financeira à escala mundial, pois será difícil que essa não venha a produzir efeitos negativos sobre a qualidade e a expansão da democracia. O aumento da turbulência económica e social em alguns países, onde este tipo de regime está ainda pouco consolidado, pode mesmo vir a originar um retrocesso no processo de democratização.

Os próximos anos serão decisivos para podermos compreender se a democracia liberal se encontra num processo de estagnação, ou pelo contrário numa fase de reinvenção. A este nível não nos parece despropositado questionar se o grande empenhamento dos Estados Unidos da América e de outras potências ocidentais na promoção da democracia em todo o mundo se deve a uma crença de que países com esse tipo de regime podem ser efectivamente controlados?

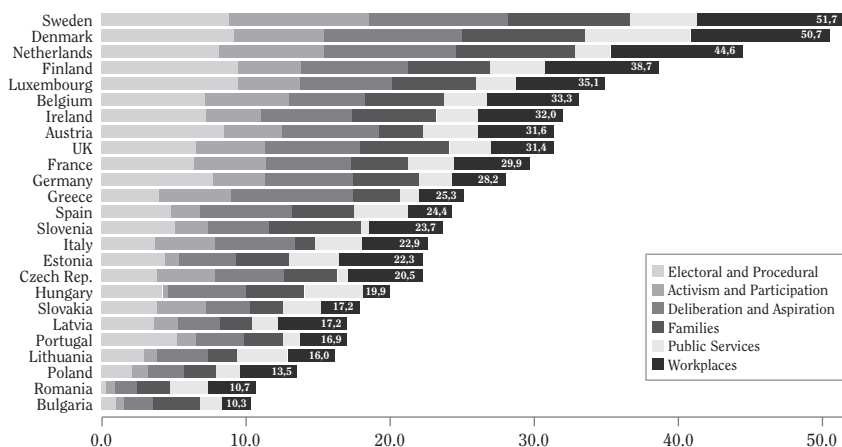
O outro índice para medir a qualidade da democracia, lançado no início de 2008 pela organização britânica Demos, é o *Everyday Democracy Index* (EDI)⁴, cujo objectivo passa por comparar a saúde democrática de 25 dos 27 países que compõem a União Europeia com base em seis dimensões de análise, nomeadamente:

- *democracia eleitoral e processual*, que remete para o nível de integralidade do sistema político formal. Em que medida o país possui direitos básicos e as pessoas valorizam o direito de voto como um fundamento da democracia?
- *activismo e participação cívica*, que diz respeito à vida associativa no país. Quão vibrante é?
- *aspirações e deliberação*, que questiona a cultura democrática dos povos. Em que medida as pessoas encaram a democracia como uma forma de resolver conflitos e construir consensos?

(4) Disponível em www.everydaydemocracy.co.uk

- *democracia familiar*, que procura compreender o grau de autonomia em relação às estruturas familiares e à assunção de papéis por parte dos diferentes membros que as compõem. Qual o grau de liberdade das pessoas para escolherem o tipo de estrutura familiar que querem? Que papéis são esperados das mulheres e das crianças e que liberdade existe para que possam escolher os seus próprios papéis?
- *serviços públicos democráticos*, que procura perceber o grau de *empowerment* dos serviços públicos. Que canais formais de controlo e envolvimento existem? Podem os cidadãos ver-se como «co-produtores» de serviços públicos?
- *democracia no posto de trabalho*, que visa analisar o grau de *empowerment* em relação à vida quotidiana no posto de trabalho. Qual é a autonomia dos trabalhadores para definirem as suas próprias funções? Quão criativos podem ser? Até que ponto podem influenciar a sua vida no posto de trabalho?

Gráfico 1: Everyday Democracy Index – Pontuação combinada por países



Fonte: The Everyday Democracy Index – «We need to dig deeper than voter turnout to find out how European democracies really measure up...»

As conclusões deste trabalho revelam alguns elementos interessantes, nomeadamente:

- todos os países desfrutam de boa governação e direitos políticos bem desenvolvidos. É, no entanto, possível distinguir entre o valor nominal e o valor efectivo desses direitos. Assim, verifica-se uma tendência clara entre a pontuação de cada país e a dimensão e longevidade das suas instituições democráticas. Em traços gerais, os Estados escandinavos tendem a liderar a dimensão eleitoral e processual da democracia;

- verifica-se uma notória distinção na vivacidade e força da vida cívica dos países europeus. Os resultados parecem contrariar a ideia de que governos grandes tendem a diminuir as potencialidades da cidadania activa. Os resultados mostram exactamente o contrário, sendo claramente a Suécia a liderar a dimensão do activismo e da participação cívica;
- o empenho político nas tomadas de decisão abertas e inclusivas, o envolvimento dos cidadãos na ciência e na eficácia política, assim em outras áreas, permite diferenciar algumas famílias europeias, sendo que os países do Norte e da Europa Ocidental posicionam-se na metade superior da tabela, enquanto que os países do Centro e Leste europeu na metade inferior;
- maior liberdade familiar para renegociar estruturas e papéis não conduz necessariamente à desagregação social. Os países com pontuações mais elevadas na dimensão da democracia familiar são, aliás, os que tendem a fazer um melhor trabalho no combate à pobreza infantil;
- a autonomia fiscal dos poderes locais, o envolvimento parental e das crianças na educação e a co-produção de serviços de saúde e bem-estar por parte de cidadãos e pacientes revelou algumas surpresas. A Dinamarca é o país que lidera esta dimensão dos serviços públicos democráticos, embora alguns países da Europa Central e de Leste emirjam também nos dez primeiros. Os autores do estudo colocam a possibilidade de se distinguir os padrões de *empowerment* dos cidadãos nos serviços públicos e padrões de qualidade desses mesmos serviços;
- parece existir uma correlação entre a democracia no posto de trabalho e a densidade sindical de cada país. Quanto mais robusta for a segunda mais profunda tenderá a ser a primeira. Nesta dimensão a Alemanha emerge numa posição inferior, o que pode indiciar que estruturas de participação dos trabalhadores bem desenvolvidas não significa necessariamente a produção de impactos na experiência dos trabalhadores no posto de trabalho.

Mesmo com diferenças de escala e de dimensões de análise entre os dois índices de qualidade da democracia anteriormente expostos, podemos concluir facilmente por uma aproximação em relação aos resultados. A Suécia emerge na primeira posição nos dois estudos. Países como a Dinamarca, Holanda, Finlândia e Luxemburgo também se mantêm no *ranking* dos dez primeiros em ambos os casos.

Este trabalho de medição da qualidade das democracias, incorporando dimensões muitas vezes esquecidas ou negligenciadas pelos próprios regimes, parece-nos ser um esforço necessário e urgente, como forma de reunir elementos que permitam contrariar a noção mais basista de democracia, segundo a qual basta a realização de eleições livres e universais para garantir a qualidade dos regimes e,

dessa forma, legitimar todo o tipo de actuação por parte dos governantes, mesmo aquelas que representam sérios atropelos à ordem democrática.

3. INSTRUMENTOS DE DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

O afastamento dos cidadãos em relação às questões políticas e os elevados índices de abstenção têm levado alguns países a procurarem instrumentos que ajudem a fortalecer as instituições democráticas e a aumentar a participação cívica da população. No presente artigo apenas abordaremos como instrumentos de participação e práticas de cidadania a Agenda 21 Local, os Conselhos Municipais de Políticas Públicas, o Orçamento Participativo e o Orçamento Participativo Crianças e Jovens.

3.1 Agenda 21 Local

A Agenda 21 foi um dos documentos propostos e aprovados em Junho de 1992 na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD) no Rio de Janeiro por 173 Governos. Este documento assume que «para se atingir um verdadeiro desenvolvimento, o crescimento económico tem de ser acompanhado de um efectivo bem-estar humano, e tem de acautelar os recursos naturais e a qualidade do ambiente» (Schmidt *et al.*, 2005: 124).

Isto remete então para o conceito de «desenvolvimento sustentável», promovido pelas Nações Unidas, cujo objectivo é permitir «às gerações presentes satisfazer as suas necessidades sem que com isso ponham em risco a possibilidade de as gerações futuras virem a satisfazer as suas próprias necessidades» (Relatório Brundtland, 1987).

Neste sentido e de forma a facilitar a operacionalização deste objectivo, aparece pela primeira vez o conceito de Agenda 21 Local (A21L), referida no capítulo 28 da Agenda 21, no qual se reconhece a importância do papel das comunidades locais na definição dos seus próprios processos de desenvolvimento. As comunidades são aqui entendidas na perspectiva dos múltiplos actores individuais e colectivos que as compõem, com referências claras aos cidadãos, empresas, autoridades locais, entre outros.

A A21L é considerada «o quadro mais rico para promover a nível local a combinação de estratégias de desenvolvimento social e económico, com a defesa e protecção sustentável dos recursos ambientais e o aprofundamento da democracia, na consideração de todos os interesses legítimos, colectivos e individuais, no exercício pleno da cidadania» (Schmidt *et al.*, 2005:8).

Deste modo, a A21L define-se como um processo participativo, multisectorial

que se rege pelos princípios da Agenda 21 e que se traduz na preparação e implementação de um Plano de Acção de longo prazo direccionado para os problemas e prioridades locais em que a participação pública é essencial (*Ibid.*). A A21L representa a aplicação prática do slogan «Pensar Globalmente, Agir Localmente».

Em 2001, segundo um inquérito do *International Council for Local Environment Initiatives* (ICLEI), existiam cerca de 6.416 municípios em 113 países a desenvolver Agendas 21 Locais. Na Europa registavam-se 5.292, na Ásia/Pacífico 674, em África 151, na América do Norte 101, na América Latina 119, enquanto que o Médio Oriente contava com um total de 79 A21L. Em Portugal, segundo o mesmo inquérito, registava-se um total de 27 A21L. Ao contrário de outras práticas de participação, como acontece com os orçamentos participativos, é possível verificar que é na Europa que a Agenda 21 Local tem maior expressão.

As A21L representam um avanço significativo no estreitar de relações entre dois subsistemas do processo de governação local. Por um lado, o subsistema de planeamento, pelo facto de se tratar de um processo que implica necessariamente uma contextualização territorial, na qual deve ser assegurada a integração das diferentes variáveis temáticas que influenciam a vida comunitária e a sua relação com o exterior e, por outro lado, o subsistema de participação, na medida em que apela incontornavelmente a um envolvimento dos cidadãos na definição das políticas públicas e dos processos de desenvolvimento.

É igualmente importante não negligenciar que muitas das experiências de A21L existentes apresentam sérios défices em cada um destes subsistemas. Em relação à dimensão do planeamento, parece-nos evidente alertar para uma tendência muitas vezes presente de que o conceito de desenvolvimento sustentável, no qual de baseia a concepção da Agenda 21, se refere essencialmente à dimensão ambiental dos processos de desenvolvimento. Nada mais errado em nossa opinião. As A21L não se podem restringir às questões ambientais negligenciando outras, igualmente essenciais nas dinâmicas territoriais, como sejam as questões económicas, sociais, culturais, tecnológicas, entre outras. Em relação à dimensão da participação, cremos que existe ainda um caminho a percorrer, no sentido de consolidar este tipo de processos, de forma a produzir ganhos efectivos ao nível da transparência e democratização das práticas de gestão pública local, assim como da densificação de uma cultura participativa por parte dos diferentes grupos sociais.

3.2. Conselhos Municipais de Políticas Públicas

O Brasil, uma sociedade caracterizada por enormes desigualdades sociais, civis e políticas, marcada também «pela predominância do Estado sobre a sociedade

civil e pelos obstáculos enormes contra a construção da cidadania, o exercício dos direitos e a participação popular autónoma» (Santos: 2003: 378), viu nas duas últimas décadas vários movimentos sociais reclamarem por espaços de participação pública, favoráveis à construção de um Estado mais democrático, no qual os cidadãos tenham direito a participar nas decisões da vida política e no controlo da acção governativa.

A nova configuração institucional brasileira, modelada a partir da Constituição de 1988, impulsionou fortemente a descentralização político-administrativa e a noção da participação social na gestão das políticas públicas a nível local, dando abertura para a formalização de processos de envolvimento dos cidadãos, reivindicados pelos movimentos sociais.

Entre os processos emergentes, destacamos os Conselhos de Políticas Públicas, que «trouxeram consigo a expectativa de concretizar a participação societária e alterar a relação entre Estado e sociedade, além de ampliar e diversificar os actores envolvidos na política» (Cunha, 2007: 26). Eles são, deste modo, a expressão prática «de um desejo social de maior participação dos cidadãos na elaboração e fiscalização das políticas públicas» (Kujawa, 2005: 90/91).

Estes Conselhos têm obrigatoriedade legal de existência e foram pensados para actuarem a nível municipal. Além disso, são compostos por um número limitado de elementos, tanto da sociedade civil quanto da administração local (técnicos e políticos) que, em conjunto, deverão definir as políticas públicas. De acordo como Avritzer (2005), tratam-se de «instituições híbridas», que não são nem da sociedade civil nem do Estado e que conjugam participação com deliberação. Estes dois aspectos são particularmente importantes se tivermos em atenção que na globalidade dos países da América Latina os mecanismos de controlo do Estado por parte dos cidadãos são muito incipientes e deficitários.

Estes Conselhos apresentam como principais potencialidades, a possibilidade de ampliar a fiscalidade da acção governativa por parte dos cidadãos, estreitar a cooperação entre munícipes e governantes na procura de soluções e na gestão dos recursos, tendo por base princípios de horizontalidade dos processos de tomada de decisão.

3.3. Orçamento Participativo

Desde o surgimento das primeiras experiências, nos anos 80 do século passado, o OP tem angariado uma enorme simpatia e reconhecimento por parte de diferentes sectores da sociedade, dos quais destacamos a classe política, a academia, assim como determinados grupos e movimentos sociais.

Trata-se de um fenómeno de âmbito mundial, marcando presença em todos os continentes, com especial destaque para a América Latina, a Europa e mais recentemente, a África. Apesar de não existir qualquer estatística global sobre o número de experiências de OP, estima-se que essas ultrapassam actualmente as duas mil a nível mundial.

Uma tão grande diversificação de experiências, implantadas em contextos muito diferenciados, sob orientações e objectivos nem sempre coincidentes, tem tornado difícil a tarefa de definir um conceito unanimemente aceite.

Para Yves Cabannes, o OP é «un mecanismo (o un proceso) por el cual la población define o contribuye a definir el destino de todo o una parte de los recursos públicos» (2004: 20).

Uribatan de Souza, um dos primeiros dinamizadores políticos do OP de Porto Alegre, propõe uma definição mais detalhada e mais próxima da realidade brasileira, segundo a qual o OP é um processo de democracia directa, voluntária e universal, onde as pessoas podem discutir e decidir sobre o orçamento e as políticas públicas. O cidadão não limita a sua participação ao acto de votar para eleger o poder executivo e o legislativo. Deixa de ser um coadjuvante da política tradicional e passa a ser um protagonista permanente na administração pública. Para o autor, o OP é uma forma de democracia participativa, ou seja, uma combinação de elementos de democracia directa ou semidirecta com a democracia representativa.

A proposta apresentada pelo *Municipal Development Partnership* (MDP) avança uma outra perspectiva sobre o OP, segundo a qual este tipo de processos não se limita a uma participação dos cidadãos na definição de prioridades de investimento para um dado território, mas também a uma acção de acompanhamento em relação à execução desses mesmos investimentos. Assim, o MDP perspectiva o OP «as a continuous, open and inclusive process divided into distinct stages, by which citizens and local governments widen mechanisms for promoting direct and indirect citizen participation in identifying local needs, deciding preferences as well as the implementation, monitoring and evaluation of the budget, taking into account expenditure requirements and the available income resources. In short, the process involves debating, analyzing, prioritizing, mobilizing resources, monitoring and evaluating the expenditure of public funds and investments» (*in* UN-HABITAT, 2008: 3). Esta última proposta remete claramente para o OP como um processo baseado em duas grandes fases ou períodos: um de apresentação de propostas, priorização de investimentos e planeamento orçamental, e outro de execução, monitorização e avaliação das decisões tomadas. Os dois são parte de uma mesma dinâmica, pelo que eventuais problemas em algum deles poderão influenciar determinante e negativamente o outro.

Yves Sintomer considera difícil alcançar uma definição política de OP pelo que,

em alternativa, sugere uma definição metodológica, assente em cinco critérios, de forma a diferenciar as práticas existentes:

- O OP deve contemplar um debate explícito sobre a dimensão financeira e orçamental;
- O OP necessita de ser organizado ao nível das estruturas de governo local [municipal ou freguesia];
- Tem de ser um processo continuado e repetido no tempo;
- Tem que incluir alguma forma de deliberação pública sobre a componente orçamental;
- Tem que promover publicamente a prestação de contas relativamente aos resultados do processo.

Dependendo de cada realidade local, o OP poderá assumir contornos e graus de importância diferenciados. Apesar disto tem-se optado por designar este tipo de práticas como *experiências*. Sobre este termo podemos ter dois tipos de entendimento. O primeiro poderá traduzir as ideias de «observação», «ensaio», «prova», «tentativa», entre outras, significando que se trata de algo que está em curso, à procura de novas soluções, sem ter no entanto adquirido consistência e consolidação suficientes para se transformar numa acção permanente. Numa segunda perspectiva, a palavra «experiência» também pode ser entendida como «soma de conhecimentos», que por sua vez traduziria um estado de superioridade resultante de vivências e aprendizagens acumuladas.

Perante a ampla disseminação deste tipo de processos à escala mundial, o grau de complexidade e estruturação de muitas destas práticas, o conhecimento que hoje se possui sobre as suas potencialidades e limites, os problemas que enfrentam, assim como as soluções que têm sido testadas, permitem-nos assegurar que o OP está simultaneamente num processo de ampliação e consolidação. Ampliação na medida em que o número de experiências existentes tenderá a aumentar nos próximos anos; e consolidação porque em alguns locais o OP tenderá a ganhar novos contornos de institucionalização.

Em países com o Peru e a República Dominicana, o «OP como experiência» deu lugar ao «OP como política pública institucionalizada». No primeiro caso, o OP transformou-se numa lei de Estado, marcando presença em diferentes documentos legislativos, como é o caso da Constituição da República, da lei de bases da descentralização, da lei específica dos municípios, até à criação de uma lei própria do OP. No segundo caso, foi criada a Lei 176-07, do Distrito Nacional e dos Municípios, que enquadra as receitas e despesas do poderes locais, e que traça também as principais normas para a aplicação do OP em todas as autarquias do país.

Esta ampla disseminação e visibilidade de OP não deixaram indiferentes organizações internacionais como o Banco Mundial, as Nações Unidas e a própria União Europeia, que embora de formas distintas têm vindo a favorecer esta dinâmica. O Banco Mundial tem um projecto bastante estruturado de apoio à implementação deste tipo de práticas em diferentes países dos continentes africano, europeu e asiático. A este nível convém, no entanto, referir alguns receios que existem relativamente à actuação do Banco Mundial, na medida em que poderá estar a fomentar uma certa tendência para a «exportação» de modelos de OP's consolidados e assentes em complexos desenhos institucionais, para territórios com percursos democráticos e modelos sociopolíticos bastante diferenciados.

As Nações Unidas emergem como organização associada à promoção de diferentes espaços de debate e formação sobre o tema. A União Europeia tem viabilizado financeiramente a realização de projectos de cooperação internacional de troca de experiências entre processos de OP.

Estes e outros elementos permitem sustentar a tese de que nos encontramos num ponto de viragem relativamente ao OP. Podemos mesmo identificar duas grandes fases distintas no processo de disseminação deste tipo de experiências (Dias, 2008b): *i*) a primeira, de 1989 até 2004, foi sobretudo orientada por uma *procura individualizada* por parte de diferentes poderes locais e grupos sociais atentos e interessados pelo tema, tendo Porto Alegre sido a principal referência nesta matéria. Inúmeros políticos, investigadores e movimentos sociais deslocaram-se à capital gaúcha para compreenderem melhor a proposta e a metodologia do processo. O facto das primeiras edições do Fórum Social Mundial terem aí ocorrido ajudou bastante à «internacionalização» dessa experiência; *ii*) segunda, de 2005 em diante, distingue-se da anterior pelo facto do processo de disseminação se basear, em grande medida, em *ofertas organizadas* sobre o tema. Esta nova fase tem sido impulsionada pela criação de plataformas nacionais e regionais em diferentes países, assim como por organizações que actuam no campo da cooperação para o desenvolvimento. Vejamos alguns dos exemplos que se inserem nesta segunda fase de disseminação, que poderíamos chamar de 'glocalização do OP' – pela globalização do tema e pelos modelos diferenciados que tende a assumir em cada território⁵:

- no Brasil e em Espanha foram criadas redes nacionais de OP, cujos objectivos passam por uma maior estruturação e cooperação entre as experiências existentes, assim como pelo alargamento do tema a outros municípios dos respectivos países;

(5) Inserimos a este nível as já mencionadas experiências do Peru e da República Dominicana, assim como a Venezuela, país que também tem dado passos na criação de enquadramento legal para as práticas de OP.

- em Itália, as Regiões Lazio e Toscana têm vindo a criar normativos legais e incentivos financeiros que enquadram e promovem iniciativas regionais e municipais de participação, como é o caso do OP. Também em Itália convém referir o papel desempenhado pela Associação Rete Nuovo Município, cuja actuação tem privilegiado em grande medida a disseminação de práticas de participação cidadã;
- na Suécia, é a própria Associação de Municípios e Regiões (SALAR) que vem apoiando a criação de seis experiências-piloto no país;
- em Cabo Verde, o processo de disseminação tem sido conduzido pela Direcção-Geral da Administração Local e pelas Nações Unidas, com o apoio da cooperação portuguesa, com vista à implementação de 4 iniciativas experimentais de OP;
- na Inglaterra foi recentemente definida uma Estratégia Nacional sobre o tema, que prevê a implementação do OP por parte de todos os poderes locais até 2012;
- no Chile foi criado um Fórum Nacional de OP, com o objectivo de apoiar a capacitação das experiências existentes, assim como a emergência de novas. O tema assume contornos nacionais neste país, na medida em que a ex Presidente da República, Michelle Bachelet, esteve pessoalmente implicada na promoção do OP, tendo assegurado que pretendia apoiar a ampliação das experiências existentes de cerca de 20 para 100;
- na Colômbia foi recentemente criada a rede Rede Nacional de Planeación Local y Presupuesto Participativo, cujo campo de actividade está ainda em processo de definição, embora seja de esperar uma maior disseminação do tema ao nível do país;
- em Portugal este processo de disseminação tem sido assegurado pelo projecto OP Portugal, através de um amplo leque de actividade formativas, informativas e de consultoria.

A ampliação dos processos de OP a uma escala tão alargada favoreceu também a diversificação dos modelos. Hoje é cada vez mais comum a criação de iniciativas de OP cujo enfoque aponta para grupos específicos de actores, como acontece com as experiências de OP Crianças e Jovens (OPCJ).

3.4. Orçamento Participativo Crianças e Jovens

Durante muito tempo a participação das crianças e dos jovens foi descurada na agenda política. Nos últimos anos o afastamento progressivo das camadas mais

novas da sociedade, em relação à vida pública e à participação na vida institucional e mesmo associativa, tem vindo a gerar algumas preocupações.

Hoje é mais ou menos evidente a quase inexistência de espaços e instâncias de sociabilidade que assegurem uma educação efectiva dos mais jovens para a democracia e para a cidadania. A família, os grupos de amigos, os estabelecimentos de ensino e formação, as colectividades locais, os partidos políticos, entre outros, demitiram-se dessa função. Muitos destes espaços são inclusive fomentadores de lógicas de competição entre os mais jovens, o que obviamente terá repercussões na cultura participativa e democrática deste grupo social.

Como refere Augusto de Franco, «nada ou quase nada aprendemos de democracia na infância ou na juventude. Quando ficamos adultos também não temos suficientes oportunidades de aprender e praticar a democracia» (2007: 7-8) em diferentes espaços de vivência quotidiana.

Mesmo no contexto político, onde se incluem os órgãos de governo, as instâncias de representação e governação da sociedade, os partidos, entre outros, o analfabetismo democrático é muitas vezes evidente. Este problema não é tão acentuado em relação à compreensão do funcionamento formal do sistema de democracia representativa; ele está mais patente no entendimento da democracia enquanto cultura de relações sociais, de regulação de conflitos e de construção de consensos. A disciplina de voto nas bancadas parlamentares é um sintoma claro da ausência de liberdades individuais dentro deste tipo de estruturas. Em alguns casos, as opções institucionais dos partidos passam mesmo pela ostracização ou afastamento compulsivo dos elementos que manifestam ideias diferentes sobre materiais políticas.

As universidades são também um exemplo claro de espaços em que o pensamento livre é altamente restringido. As regras hierárquicas, as nomenclaturas, os títulos, entre outros aspectos, são elementos de enorme diferenciação social e profissional, que quando aliados à competição desenfreada entre os seus elementos demonstram claramente uma ausência de cultura democrática. Poderíamos obviamente continuar esta reflexão em relação às organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, aos sindicatos e às empresas, nas quais iríamos certamente encontrar práticas correntes que representam atropelos evidentes à ordem democrática, embora esse não seja o objecto central da reflexão que aqui pretendemos fazer.

Perante este cenário ganham importância todas as práticas que têm como objectivo encorajar a participação cívica e política das gerações mais novas na vida quotidiana dos territórios. É exactamente a este nível que se inserem as experiências de OP com crianças e jovens. Essas representam processos de inovação social e política, fomentadores de uma cultura mais democrática e mais participativa.

O conhecimento que hoje se possui sobre estas experiências é ainda pouco consistente, embora valha a pena referir que se tratam de processos em ampla difu-

são. A título de exemplo podemos referir as seguintes: Cotacachi (Equador), Barra Mansa, Icapuí e Fortaleza, Recife, Goiânia (Brasil⁶), Ciudad Guyana (Venezuela), Salto (Uruguai), Lima Norte, Jesus Maria, Pachacamac (distritos da área metropolitana de Lima, no Perú), Rosário (Argentina), Vancouver (Canadá), Sevilha e Córdoba (Espanha). Portugal não ficou alheio a esta dinâmica, tendo assistido à criação da primeira experiência do género em São Brás de Alportel, em 2006, e à segunda, na Freguesia de Carnide, em 2007 (Dias, 2008). De referir ainda a experiência de OP dos Liceus, desenvolvida pela Região de Poitou-Charentes, em França, cujo processo permite aos alunos das escolas envolvidas decidirem como gastar cerca de 10% do orçamento geral da região para o sector da educação, o que corresponde a aproximadamente 11 milhões de euros⁷.

O OPCJ pode ser definido como «um projecto pedagógico com ênfase na socialização, na promoção do protagonismo infanto-juvenil, apoiado no acompanhamento e peculiaridades da infância e da adolescência, com o objectivo de construir espaços de promoção da prática política» (Matos, 2007:4).

Para Félix Sánchez (*cit. in* César Muñoz 2004), o OPCJ é um programa inovador na gestão das políticas públicas; é um instrumento que combina a democracia participativa e a representativa; é uma forma de exercer a cidadania; é uma proposta que valoriza as reflexões dos mais novos encerrando, assim, a ideia da sua incapacidade; reconhece-os como um sector que integra o universo dos cidadãos; é um exercício activo e quotidiano dos direitos e reveste-os de ferramentas para a vida.

Este processo permite dar a palavra aos mais novos valorizando as suas opiniões e ideias e reconhece que são capazes de reflectir sobre o que se passa à sua volta, nomeadamente, no seu município, na sua rua, bairro ou sítio, na sua escola, no seu país e no mundo. Por outro lado, começam desde cedo a perceber que os projectos têm custos; a diferença entre as atribuições do poder público local e do central; o que compete ao público e ao privado; o que é uma despesa de funcionamento e uma despesa de investimento, entre muitos outros aspectos essenciais. Pelo exposto facilmente se compreende que o OPCJ se trata de um processo de elevadíssima carga educativa e formativa para os seus intervenientes.

Na opinião de César Muñoz (2004), existem três razões fundamentais para se realizar este processo com as crianças e jovens: têm muito mais espontaneidade e uma maior capacidade imaginativa que os adultos; se eles não participassem perderia-se entre 30 a 50% da participação cidadã, e têm uma visão diferente da dos adultos.

(6) A este nível devemos referir também o OP Crianças e Jovens de São Paulo, embora se trata uma experiência que entretanto deixou de existir.

(7) Para mais informações consultar <http://bpl.poitou-charentes.fr>

O OPCJ é trabalhado na maioria dos casos nas escolas, porque se reconhece que é nestes espaços que muitas das crianças e jovens «vivenciam o primeiro encontro com a sociedade e têm a oportunidade de, por meio da participação, começar a construir a sua autonomia. É aí que ela se depara com o público, com o início da construção do significado do que é o colectivo» (Gadotti, 2005:4). Esta ligação à escola permite encarar o OPCJ como parte integrante do paradigma da educação como prática política transformadora. Uma prática capaz de valorizar o protagonismo infantil nos processos de gestão territorial, recusando as abordagens tradicionais que perspectivam as camadas mais jovens como grupos incapazes e impreparados.

Num mundo marcado pelo individualismo crescente, pela competição desenfreada em todas as esferas de socialização, pela negligência de muitas famílias em relação ao percurso escolar e ao desenvolvimento pessoal e social dos seus filhos, pela concepção das crianças e jovens como os homens e as mulheres de amanhã, o OPCJ vem obrigar-nos a reflectir de uma outra forma sobre a cidadania e a democracia na perspectiva das gerações mais novas.

As crianças e os jovens são sempre encarados como «o futuro», «uma esperança», «uma promessa», e nunca como «o presente», «uma certeza» e «uma realidade». Na perspectiva dos adultos, a infância é normalmente um período de espera e de amadurecimento passivo.

O OPCJ vem contrariar estas noções afirmando que as crianças e os jovens não são um futuro adiado mas um presente confirmado; não são os cidadãos e as cidadãs de amanhã, mas os cidadãos e as cidadãs de hoje. Mais uma vez a democracia representativa tende a reduzir a dimensão de cidadão à de eleitor, razão pela qual adia a admissão das crianças e dos jovens à sociedade dos adultos apenas quando esses chegam à maioridade.

O OPCJ não apenas promove a participação dos mais novos como favorece um diálogo intergeracional centrado na partilha de olhares diferenciados sobre os problemas e as necessidades de um território. As experiências existentes permitem-nos avançar a ideia de que os jovens funcionam como elementos de mobilização dos próprios adultos para o processo participativo.

Para além disso, o OPCJ concede a oportunidade dos mais novos reflectirem sobre o seu papel enquanto cidadãos no município e assim perceberem que devem ter um papel mais activo na construção da sociedade, pois grande parte desta população «desconhece os seus direitos e deveres, está muitas vezes equivocada sobre as funções e as competências dos poderes públicos, vive alheada dos processos de desenvolvimento dos seus territórios, não possui informação para poder avaliar estes e outros aspectos da vida social, está contagiada pela informação parcial veiculada pelos grandes órgãos de informação» (Dias, 2006: 109).

No entanto, Morales *et al.* (2006) encontraram algumas dificuldades na elaboração deste processo. Salientam o seu desconhecimento entre as pessoas que formam estes sectores da população; as campanhas de informação são insuficientes e descontextualizadas; há uma falta de formação para participar nestes processos; as dinâmicas e técnicas devem ser diferentes em relação à dos adultos, sendo necessária uma metodologia específica para dinamizar a sua participação; faltam materiais educativos para formar e dinamizar este público.

O OPCJ torna possível trabalhar a questão da participação desde muito cedo com os mais novos, facilitando o desenvolvimento de determinadas competências, assim como o sentido crítico sobre o mundo que os rodeia. A expectativa é obviamente a de contribuir para a formação de cidadãos e cidadãs mais vigilantes e actuantes nos contextos em que vivem, aprofundar as noções e as práticas de cidadania, de forma a construir sociedades mais justas e democráticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AVRITZER, L.; PEREIRA, M. L. D. (2005). «Democracia, participação e instituições híbridas», in *Teoria e Sociedade*, Número especial, Belo Horizonte.
- CABANNES, Yves (2004). *¿Qué es y cómo se hace el Presupuesto Participativo? – 72 respuestas a preguntas frecuentes sobre presupuesto participativo*. Nairobi: UN-HABITAT.
- CABANNES, Yves (2006), «Children and Young People Build Participatory Democracy in Latin American cities», in *Environment & Urbanization*, Vol. 18(1). pp. 195-218. Disponível através do site: <http://op-portugal.org/downloads/Children%20and%20young%20people.pdf>, (último acesso: 11 de Setembro de 2008).
- CUNHA, Eleonora (2007), «O Potencial de Conselhos de Políticas e Orçamentos Participativos para o Aprofundamento Democrático», in Evelina Dagnino e Luciana Ttagiba (orgs.), *Democracia, Sociedade Civil e Participação*. Chapecó: Editora Argos. pp. 25-44.
- DIAS, Nelson (2006). *O Orçamento Participativo como Novo Experimentalismo Democrático – o Caso do Município de Guaraciaba/SC (Brasil)*, Dissertação de Mestrado. Lisboa: ISCTE.
- DIAS, Nelson (2008). *O Orçamento Participativo, Animação Cidadã para a participação política*. Lisboa: Projecto São Brás Solidário.
- DIAS, Nelson (2008a). «Uma outra democracia é possível? As experiências de Orçamento Participativo», *e-cadernos ces*, 1, 183-205. Acedido em 28 de Dezembro de 2008, <http://www.ces.uc.pt/e-ca>
- DIAS, Nelson (2008b). «‘Glocalização’ do OP», in *Boletim Orçamento Participativo Portugal*, n.º 7, Projecto Orçamento Participativo Portugal, Setembro, São Brás de Alportel, também disponível em www.op-portugal.org/downloads/Boletim_Set08.pdf, (último acesso: 29 de Dezembro de 2008).

- FERNANDES, António Teixeira (2004). «Democracia, Descentralização e Cidadania», in *Democracia – novos desafios e novos horizontes*. Oeiras: Celta Editora, pp. 35-60.
- FRANCO, Augusto de (2007). *Alfabetização Democrática – o que podemos pensar (e ler) para mudar nossa condição de analfabetos democráticos*. Curitiba: Rede de Participação Política do Empresariado.
- GADOTTI, Moacir (2005). *Orçamento Participativo Criança. Exercitando a Cidadania a Partir da Infância*. Disponível através do site: http://www.paulofreire.org/moacir_gadotti/artigos/+portugues/escola_cidada/orcamento_participativo_crianca_2005.pdf, [Último Acesso: 25 de Setembro de 2007].
- GUERRA, Eliana (2002), *Citizenship Knows no Age: Children's Participation in the Governance and Municipal Budget of Barra Mansa, Brazil* in *Environment & Urbanization*, Vol. 14, N.º 2. Disponível através do site: <http://www.colorado.edu/journals/cye/interest/guerra.pdf> [Último Acesso: 11 de Setembro de 2008].
- Guia Europeu de Planeamento para a Agenda 21 Local
- KUJAWA, Henrique Aniceto (2005). «Os conselhos de saúde e a construção de uma prática política democrática», in Maria Elisabeth Kleba e Mónica Hass (orgs.), *Dossiê Gestões Públicas Democráticas e Experimentos Participativos*. Chapecó: Editora Argos, pp. 89-103.
- MARQUETTI, Adalmir (2007), «Experiências de Orçamento Participativo no Brasil: uma proposta de classificação», in Evelina Dagnino e Luciana Tatagiba (orgs.), *Democracia, Sociedade Civil e Participação*. Chapecó: Editora Argos. pp. 77-95.
- MATOS, Michelle Nunes Matos (2007). *OP Criança. Projecto Pedagógico para a Cidadania*. Instituto Cultiva.
- MORALES, Jorge Ruiz, *et al.* (2006). «La Democracia Participativa: de los presupuestos a los supuestos participativos en la ciudad de Sevilla», in *La Pedagogia de La Decision – Aportaciones teóricas y prácticas a la construcción de las Democracias Participativas*. Sevilla: CIMAS. pp. 115-129.
- MUNÕZ, Cesar (2004). «Presupuesto Participativo de Infancia São Paulo – Um grand Pretexto Para Un Grand Texto», in *Papeles*, n.º 23. Barcelona: FIM.
- ROVER, Óscar (2005), *Uma visão global sobre a aprendizagem em orçamentos participativos em contextos rurais brasileiros: limites e avanços* in *Economia e Sociologia*, n.º 79. Évora: Instituto Superior Económico e Social.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2000). *A Crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência*. Porto: Edições Afrontamento.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2003), «Orçamento Participativo em Porto Alegre: Para uma Democracia Redistributiva», in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Democratizar a democracia. Os Caminhos da Democracia Participativa*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 375-465.
- SANTOS, Boaventura Sousa e AVRITZER, Leonardo (2003). «Introdução: Para Ampliar o Cânone Democrático», in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Democratizar a Democracia. Os Caminhos da Democracia Participativa*. Porto: Edições Afrontamento. pp. 39-69.
- SANTOS, Boaventura Sousa (2007). «O Outro Poder Local», in *Visão*, n.º 734. Lisboa: EDIMPRESA.

- SANTOS, Boaventura de Sousa (2008). «Síntese Final», in Actas do I Encontro Nacional sobre Orçamento Participativo. Lisboa: Associação In Loco e Câmara Municipal de São Brás de Alportel
- SCHMIDT, Luísa Gil; NAVE, Joaquim e GUERRA, João (2005). *Autarquias e Desenvolvimento Sustentável: Agenda 21 Local e Novas estratégias Ambientais*, 1.ª Edição. Porto: Fronteira do Caos.
- SINTOMER, Yves; HERTBERG, Carsten e ROCKE, Anja (orgs.) (2005). *Participatory Budgets from a European Comparative Approach*. Berlim: Marc Bloch Center Berlin and the Institute Hans-Böckler Stiftung.
- TOURAINÉ, Alain (1994). *O Que É a Democracia?*. Lisboa: Instituto Piaget.
- UN-HABITAT (2008). *Participatory Budgeting in Africa – A Training Companion with Cases from Eastern and Southern Africa*. Volume I: Concepts and Principles, Nairobi: UN-HABITAT, MDP.

Fontes electrónicas:

Projecto Orçamento Participativo Portugal

www.op-portugal.org

Sistema de Informação sobre Orçamentos Participativos

www.infoop.org

Child Friendly Cities

www.childfriendlycities.org

Ciudades amigas de la infancia

www.ciudadesamigas.org

Centro Internacional de Gestión Urbana

www.cigu.org

Presupuestos Participativos – Municipios por una democracia participativa

www.presupuestosparticipativos.com

Presupuestos Participativos – experiencias en distintas localidades españolas

www.presupuestosparticipativos.net

Foro Chileno de Presupuesto Participativo

www.presupuestoparticipativo.cl

Projecto Democracia Participativa

www.democraciaparticipativa.org

Participatory Budgeting Unit

www.participatorybudgeting.org.uk

Participatory Budgeting

www.participatorybudgeting.org

Instituto Pólis

www.polis.org.br

Rede de Aprendizagem em Participação Cidadã e Governança Local

www.logolinkla.org

Observatório Internacional de Democracia Participativa

www.oidp.net

Rede Brasileira de Orçamento Participativo

www.pbh.gov.br/redebrasileiraop

Local Governments for Sustainability

www.iclei.org

Portugal – Agenda 21 Local

www.agenda21local.info/index.php

O PODER DE PENSAR, SENTIR, DIZER E FAZER¹

Reflexões sobre as Oficinas de Teatro da/o oprimida/o na Associação Acção para a Justiça e Paz

Sandra Silvestre

INTRODUÇÃO

O Teatro da/o Oprimida/o é umas das mais ricas ferramentas de intervenção comunitária que até agora experimentámos e, por isso, é uma das ferramentas de que na Acção para a Justiça e Paz (AJPaz) não queremos abdicar. Isto não significa, no entanto, que as intervenções levadas a cabo nesta área não estejam rodeadas de fortes desafios e que as estratégias para os ultrapassar estejam facilmente ao nosso alcance. Neste testemunho irei, percorrendo a experiência do período entre 2005-2007, analisar as potencialidades do Teatro da/o Oprimida/o no quadro da intervenção comunitária da AJPaz e, numa segunda parte, reflectir sobre as fragilidades e os desafios que se colocam a esta metodologia e a esta experiência.

1. O TEATRO DAS/OS OPRIMIDAS/OS – FORMA DE INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA PRIVILEGIADA

Porque é que o Teatro da/o Oprimida/o (TO) é tão bem recebido pelos públicos? E pelas instituições da área social? Porque se trata de novidade em Portugal? Porque tem uma aceitação muito forte junto de uma parte significativa do sector da intervenção social? Porque se trata de um movimento mundial? Porque se apelida de alternativo e radical?

(1) O texto original foi publicado no livro Raízes da Participação (Cunha; Santos, 2007) tendo sido revisto e actualizado para fazer parte deste volume. Agradeço à Teresa Amal todas as contribuições que foi fazendo ao longo da revisão e actualização do texto tornando-o mais claro e afirmativo.

Creio que todas estas razões são válidas e explicam o interesse que esta metodologia levanta. No entanto, não foi apenas por estes motivos que a AJPaz se propôs a usar esta metodologia como forma de intervenção comunitária. Parece-nos que o potencial do Teatro da/o Oprimida/o reside no facto de se tratar de uma pedagogia que se baseia nas pessoas sendo, neste sentido, profundamente democrática e popular, adaptando-se e moldando-se facilmente às comunidades, e portanto, às suas necessidades, problemas e anseios. Mais do que outras formas de intervenção também participativas, democráticas, horizontais, que consideram e abordam o ser humano na sua integralidade, o Teatro do/o Oprimida/o apresentasse-nos como uma opção muito «elástica» e, ao mesmo tempo completa, e, por isso, talvez das mais ajustadas à promoção das condições para a vivência de uma Cultura de Paz. Partindo da Pedagogia da/o Oprimida/o freiriana, com que a AJPaz compartilha princípios orientadores de acção, o TO² trata-se de uma metodologia completa e complexa que elegemos como uma das formas privilegiada de intervenção comunitária.

Num tempo de fatalismo, povoado de tristeza, desgraça, pobreza, violência e demais dificuldades, vividas com um frio individualismo, atrevo-me a dizer que o que torna a vida realmente insuportável não é tudo isto, mas antes a falta de espaços de partilha do mau e do bom, de mútuo apoio, de confiança e de espaços colectivos confortáveis que tornem a vida mais suportável. Poderíamos pensar que o individualismo, a solidão e a quebra dos laços sociais são problemas exclusivamente urbanos mas já não são e estou convencida de que nunca o tenham sido. Afinal o que se partilha em meios mais pequenos em Portugal e na minha opinião está, tal como nas cidades, muitas vezes confinado a apertadas normas, geralmente coincidentes com uma moral católica retrógrada e castigadora ou está, simplesmente, circunscrito a alguns restantes laços afectivos mais fortes. Por outro lado, muitos assuntos são ainda considerados tabus – questões que afectam as famílias portuguesas de que não queremos/podemos falar ou de que se fala sussurrando para não atrair maus-espíritos, maus-olhados ou más-línguas. Ficam assim a faltar espaços onde, sem tabus, se possam partilhar, abordar, debater e criticar temas, assuntos e problemas que preocupam uma determinada comunidade.

A falta de espaços colectivos que facilitem o debate é, no contexto em que trabalhamos, mais marcante no que diz respeito às mulheres. Em Portugal, e especialmente em sectores mais tradicionais, que não são necessariamente e apenas os rurais, como o senso comum assume, espaços públicos e quotidianos de debate da coisa pública, como os cafés ou o banco do jardim, são ainda reservados aos homens e vedados às mulheres. Além disso, é ainda muito forte a ideia de que no

(2) Deste ponto em diante utilizarei o acrónimo TO para designar Teatro da/o Oprimida/o.

espaço público as mulheres coscuvilham, os homens debatem e comentam. O valor simbólico associado a uma e outra coisa é completamente desigual e é evidente em desfavor de quem.

A experiência do TO com as mulheres da freguesia de Coles de Samuel, no concelho de Soure, suscitou-nos esta reflexão acerca da necessidade de espaços de encontro, convívio, debate e troca de ideias. Um dos aspectos que destacamos como um dos mais positivos do trabalho desenvolvido com este grupo é o facto de ter permitido a criação de espaços colectivos, com uma forte carga de convívio, boa disposição e que re-teceram laços afectivos. Apesar deste não ter sido um dos objectivos iniciais da proposta da intervenção com o TO, notámos que se tratava de uma necessidade e que esta oficina foi uma das formas de lhe responder, como veremos a seguir. As Oficinas de TO foram espaços para «dispor bem» e, no caso da comunidade de Coles de Samuel espaços exclusivamente femininos, ao contrário de outras actividades com objectivos similares em que participavam famílias inteiras, com homens, mulheres, jovens e crianças.

1.1. O riso libertador

As Oficinas de TO têm por objectivo gerar, através da dramatização de situações-problema, espaços de discussão e ponderação sobre questões sociais e políticas, identificadas como relevantes, pelas comunidades. Para tal, e porque esta metodologia propõe uma abordagem que entende o ser humano na sua integralidade e complexidade, as Oficinas estruturam-se em duas partes sendo a primeira dedicada ao que chamamos de desmecanização do corpo e da mente que assenta numa série de exercícios eminentemente físicos. Esta componente foi apropriada pelas mulheres participantes como profundamente lúdica, por parecer ou ser para elas tão inusitada. Não se trata apenas de aquecimentos corporais – a desmecanização do corpo é, desde logo, uma forma e um ensaio de libertação. Estes espaços de libertação pessoal e colectiva começam pelo riso e pela boa disposição, para podermos depois enfrentar as opressões e capacitar-mo-nos para as ultrapassar. Como dizia Augusto Boal, acreditamos que os nossos corpos são o livro onde se vai inscrevendo a nossa vida. As nossas opressões e emancipações estão retratadas no nosso corpo, na nossa forma de andar, de falar, de nos posicionarmos e de estar.

Não se tratava, portanto, de uma preocupação da AJPaz criar, com a Oficina de TO, um espaço de convívio ou propor momentos de encontro exclusivamente femininos mas antes criar as condições necessárias para chegar ao debate proporcionando, para isso, espaços positivos e de boa-disposição. Conhecemos, da teoria e da prática da educação não-formal e da intervenção comunitária, a importância

daquilo a que as/os cientistas da educação chamam de ambiente educativo. Uma boa parte do arsenal das técnicas do TO, junto com as da educação não-formal que levamos também para estas Oficinas, permitem-nos facilmente proporcionar um ambiente positivo e propício ao diálogo, à partilha horizontal de ideias, saberes e opiniões, o que se demonstra crucial para o sucesso das Oficinas.

No entanto, estes exercícios foram apropriados pelas participantes de forma a responder a necessidades de criar um espaço lúdico para *espairecer*, como elas mesmas diziam. Colocando-se em posições físicas estranhas ou desafiando as lógicas regulares de raciocínio estavam, ao mesmo tempo, a *mudar de ares* sem, no entanto, sair do mesmo local, sendo que *o ar parece ficar mais leve*³ depois de muitas e boas risadas. Não quero com isto dizer que estes são resultados automáticos ou exclusivos do TO, mas antes que a apropriação que estas mulheres fizeram do tempo da Oficina foi neste sentido e que só assim foi porque se tratava de uma necessidade, dita ou não, destas mulheres. Uma necessidade resolvida com a capacidade de provocar e viver o riso, com a capacidade de sorrir apesar da dureza da vida, poder que é uma das características marcantes destas mulheres das zonas rurais e isoladas em redor da cidade de Coimbra. Elas podem saber e dizer-se oprimidas sim, mas prova provada que ser oprimida ou vítima não é sinónimo de incapacidade de sorrir e divertir, porque ser oprimida não significa necessariamente ser deprimida. Assim, estas Oficinas e a forma como o grupo se apropriou das actividades, se entregou e dedicou aos objectivos, como tomou as rédeas deste espaço e o tornou seu, são também testemunho de como as mulheres encontram espaços de emancipação que coabitam, simultaneamente, com a opressão quotidiana. Esta emancipação é muitas vezes invisível à grande parte das/os técnicas/os de igualdade de oportunidades ou às e aos feministas que partem, muitas vezes, de uma matriz fechada e urbana, pseudomoderna, incapaz de reconhecer nas formas mais tradicionais de vida e das famílias convencionais portuguesas outras formas e outros espaços de emancipação feminina. O TO pode permitir desvelar outras formas de emancipação e talvez até torná-las inteligíveis para outras comunidades e públicos.

Com um outro público e no contexto de um Centro Educativo, instituição de internamento de jovens da Direcção-Geral de Reinserção Social, a experiência do trabalho de desmecanização do corpo e da mente teve de ser orientada de uma outra forma e teve uma apropriação, adesão e interpretação completamente diferentes. A dificuldade de jovens rapazes se exporem fisicamente a situações inusitadas e potencialmente ridículas foi uma barreira difícil de ultrapassar, demonstrando a necessidade das actividades se adaptarem às especificidades e perfis de

(3) As expressões ou as pequenas frases marcadas em itálico correspondem às próprias falas das mulheres com quem partilhámos esta experiência.

cada grupo. Num contexto de internamento, que é o mesmo que dizer reclusão, e trabalhando com um público masculino adolescente, o trabalho físico demonstrou-se importante num outro sentido: desenvolver competências de trabalho em equipa, cooperação, coordenação, resolução pacífica de conflitos e também para libertar energia. O ambiente educativo lúdico revelou-se uma tarefa mais difícil neste contexto uma vez que estes jovens vivem num ambiente de apertado controlo e regras rígidas pois afinal trata-se de uma prisão. Neste caso, o móbil do riso esteve, mais frequentemente, relacionado com situações relacionadas com a representação das histórias do que com o trabalho físico. A caricaturização das personagens, fossem oprimidas ou opressoras, a construção de cenários e figurinos foram momentos de grande prazer e divertimento para a generalidade dos rapazes sendo que cada um descobriu o que lhe poderia dar contentamento e despertar sorrisos e risadas, contribuindo com as suas competências específicas nesta fase da Oficina. Assim, para alguns foi a criação de adereços a partir de objectos inesperados como um aparelho de fax a partir de um caixote de lixo; a recriação de um cigarro de marijuana num tamanho exagerado; o uso de adereços como chapéus, lenços, óculos ou a maquilhagem feminina. Momentos em que se recriaram a si mesmos no papel de oprimidos e opressores, representando os seus opressores reais, ganhando através da imaginação e do lúdico novas perspectivas sobre esta ligação, gerando energia positiva e criativa, potencialmente libertadora e produtora de relações mais equitativas.

1.2. Recuperar a função dialógica do ser humano – negociando a Paz

O TO parte da vida concreta das pessoas, em toda a sua complexidade e subjectividade. Das suas experiências, das suas preocupações, das suas prioridades, dos seus problemas e das interpretações que fazem destes. Esta característica, que é também premissa de todo o trabalho comunitário e de desenvolvimento realizado pela AJPaz, parece ser muito evidente mas é de facto a raiz da grande utilidade e complexidade do TO e, por outro lado, o aspecto gerador dos seus maiores desafios. Paralelamente ao aspecto lúdico, emocional e convivial e depois de ter ficado clara esta sua importância e centralidade no processo, por criar as condições necessárias para a fase seguinte de diálogo e transformação, importa explorar o aspecto central do TO e que se prende com o seu poder de espaço participativo, público, deliberativo, colectivo e, por isso, político.

Para os jovens do Centro Educativo Alberto Souto em Aveiro, parece-nos que o aspecto mais marcante desta forma de intervenção comunitária foi a possibilidade de expressar e fazer ouvir a sua visão dos problemas ocupando e criando um

espaço de poder. O TO tem o potencial de abrir campos para que as comunidades partilhem os seus problemas e as suas opressões e as trabalhem colectivamente. A possibilidade de recriar, rever e reviver as situações de desigualdade ou injustiça, facilita uma mais alargada e profunda percepção e compreensão destas, bem como permite através da geração de energia criativa e da consciencialização social e política entrever formas de resolução, ou pelo menos de luta contra a opressão. O processo de debate dos vários problemas, das diversas visões sobre estes e a criação de canais de diálogo e de plataformas de consenso parecem-nos a melhor forma de conscientização e de formação para práticas de cidadania activa.

Assim, os projectos continuados de TO⁴, que se iniciam com um pequeno grupo e que se podem, e devem, alargar a toda a comunidade, são uma profunda aprendizagem de democracia que se inicia logo quando o pequeno grupo tem de definir uma situação-problema que quer discutir, através do Fórum, com a comunidade. Trata-se de um processo dialógico de negociação entre pares que pode por vezes, tornar-se muito difícil mas que é profundamente transformador e emancipatório. Neste processo, que parte dos problemas individuais, incluem-se as contendas acerca dos critérios que devem presidir à escolha da situação-problema: porque é que determinada injustiça é mais prioritária que outra? Não têm todas as injustiças e desigualdades o mesmo valor?

Da mesma forma, é também necessário perceber quais são as causas dos problemas, as conseqüências e as possíveis soluções e de como pode o Teatro-Fórum contribuir para a sua melhor compreensão e resolução através da comunidade em geral. Por outro lado, a definição dos problemas a trabalhar pode surgir a partir de exercícios da metodologia do Teatro-Imagem que não condizem necessariamente com a forma convencional de expressar problemas, propondo desde logo sentidos renovados ou até então desconhecidos de um determinado tema. Podem até tratar-se de questões que não se conseguem ainda verbalizar, como se o corpo tivesse o seu próprio conhecer e saber.

Muitas vezes, e nos processos em que temos participado e facilitado, as questões para a escolha da situação-problema são rapidamente decididas, uma vez que o grupo tem já as/os suas/seus líderes de opinião que, na maior parte das vezes, segue sem grande sentido crítico. No entanto, a/o Curinga⁵ tem aqui um papel

(4) Para tornar a descrição mais perceptível a quem lê este texto é necessário precisar que o TO inclui uma série de metodologias diferentes quer para a abordagem, discussão, consciencialização e resolução de problemas. Assim pode-se recorrer ao Teatro-Imagem, Teatro do Invisível, Teatro-Fórum, ou o Teatro Legislativo, entre outros. Cada uma destas metodologias de trabalho foi testada e está descrita nas obras de Augusto Boal cuja leitura sugerimos a todas e a todos.

(5) Augusto Boal atribuiu o nome de Curinga àquela ou aquele que tem como função principal no grupo animar e facilitar o processo. De certo modo, a ou o Curinga pratica, através do TO, as peda-

importante no questionamento e no suscitar de reflexões mais profundas e até mais controversas. De qualquer maneira, o facto de ter um espaço onde se possam verbalizar problemas, onde estes possam ser expostos, interpretados e discutidos nos seus múltiplos sentidos, pode, desde logo, ter um forte impacto na vida das pessoas e das comunidades, recuperando a função dialógica do ser humano. Abrir espaços para mudarmos de opinião, questionando aspectos da nossa vida que tínhamos como consumados, vendo novas perspectivas de velhos problemas assume uma grande importância num tempo de fatalidades e apatia. Ou então, simplesmente aproveitando espaços e oportunidades para reviver momentos felizes de um passado remoto ou de um futuro ardentemente desejado – a celebração do dia da espiga no caso do grupo de mulheres ou simular uma fuga de um Centro Educativo e reviver a vida em liberdade, no caso dos jovens – são momentos de profundo prazer e felicidade para estas pessoas e proporcioná-los é um primeiro passo necessário e gratificante.

1.3. O Teatro Fórum é um empreendimento de democracia participativa

Depois do processo interno de negociação com o grupo da Oficina, que é um processo de transformação individual e colectiva e, logo, de capacitação e empoderamento, chegamos a um outro momento crucial que diz respeito à experimentação e ensaio de soluções. O que podemos então fazer para alterar o estado de coisas?

– Nada, menina! Toda a vida foi assim!

É aqui que reside um dos maiores desafios que se coloca ao papel de Curinga e que exploraremos mais à frente nesta reflexão.

A realização do Fórum no decorrer da Oficina de TO é um momento importante que permite criar aquilo que tem potencial para ser um espaço público de participação efectiva das comunidades no seu desenvolvimento, ou seja, um instrumento de democracia participativa. Trata-se da apresentação ao público de uma pequena peça em que o grupo expõe a sua visão de um determinado problema, problema esse que consideraram afectar a comunidade de forma particular e que gostariam de ver resolvido. Assim, a comunidade é convidada a participar na resolução do problema usando para tal um espaço de experimentação segura que é o palco. O público é convidado a apoderar-se deste espaço que lhes está geralmente vedado, passando de espectadoras/es a atrizes e actores – as/os **espect-actrizes** e **espect-actores**.

gogias da Educação popular e da intervenção comunitária num sentido de democratização dos conhecimentos, dos espaços e dos processos de decisão através das metodologias preconizadas pelo TO.

Diz-se, e eu estou de acordo, que o TO não é uma receita mágica para encontrar as soluções de todos os males do mundo. De facto, o mais importante no Fórum não é encontrar uma solução para o problema apresentado, mas antes proporcionar uma boa discussão, um bom debate, levantar boas questões e, desta forma, deixar as pessoas a pensar e motivadas para agir. Daí que se tenha vindo a escrever ao longo deste artigo que o TO pretende recuperar a natureza dialógica das relações humanas⁶ que procura activar as/os cidadãs/ãos para que se tornem, ou se mantenham, protagonistas das suas vidas e das suas comunidades⁷. No entanto, e se queremos que o TO seja um instrumento de intervenção comunitária, o desafio é torná-lo um instrumento efectivo de democracia participativa e, logo, apropriado pela comunidade que terá melhores condições para levar a cabo processos contínuos que gerem outras acções que resolvam concretamente as carências e as necessidades da comunidade ampliando os processos de emancipação e felicidade. Por outras palavras, a Oficina de TO e o Fórum são instrumentos que permitem conscientizar e por isso levam à acção cidadã. Na verdade o TO o fornece um espaço e um tempo seguros que permite olhar para a realidade de forma diferente, experimentando, no palco, todas as outras soluções possíveis. Contudo é necessário trabalhar para que o TO atinja o seu objectivo fundamental que é de passar da ilusão que o palco oferece à vida concreta das pessoas. Este é um outro grande desafio que temos vindo a tentar ultrapassar e que teremos de continuar a buscar.

Fica assim claro que, na forma como o entendemos, o TO é um processo longo e complexo que começa com a capacitação e emergência de espect-actrizes e espect-actores que é uma outra forma de praticar a democracia e a cidadania democrática. A tomada de consciência do poder que detêm e do papel que ocupam, ou podem ocupar, na sociedade é apenas uma parte do caminho ainda que muito importante pois subverte espaços de poder: jovens que se apropriam dos objectos e dos espaços da sua opressão; mulheres que sobem por umas horas ao palco e assumem o protagonismo e as luzes; pessoas muitas vezes tornadas invisíveis assumindo os papéis dos/as seus/suas opressores/as. Todo este jogo de consciência e acção tem um poder catártico, revelador e até terapêutico bem como revelador dos poderes que temos e esquecemos ou negligenciamos. No entanto, e como já foi dito atrás, não são apenas estes elementos que asseguram a emancipação e a transformação concreta da vida das pessoas. Estas são apenas as condições prévias da

(6) Ponto 12 da Declaração de Princípios da Associação Internacional de Teatro do Oprimido (AITO) em <http://www.theatreoftheoppressed.org/en/index.php?nodeID=141>

(7) Ponto 14 da Declaração de Princípios da Associação Internacional de Teatro do Oprimido (AITO) em <http://www.theatreoftheoppressed.org/en/index.php?nodeID=141>

mudança sociopolítica em favor da não-violência e da paz, finalidades últimas do TO realizado e reinventado pelas Curingas da Associação Acção para a Justiça e Paz.

2. DESAFIOS

Ao longo destas páginas já foram sendo abordados muitos dos desafios que se colocam ao TO e nomeadamente à prática desta metodologia na intervenção comunitária da AJPaz. Iremos agora aprofundar alguns dos desafios que se nos apresentam como mais relevantes.

Um dos maiores desafios que, na minha perspectiva, se coloca às oficinas de TO reside no papel da Curinga. A/O Curinga é a pessoa que facilita a oficina e no Teatro-Fórum estabelece a ligação entre o palco e o público. Nas intervenções que a AJPaz tem desenvolvido, a Curinga é um elemento externo à comunidade o que constitui ao mesmo tempo uma ameaça e uma oportunidade. Explorei primeiramente as ameaças.

Muitas vezes assistimos que, nos projectos de intervenção, sejam estes educativos, sociais ou culturais, as/os líderes ou profissionais que levam a cabo a intervenção são vistos e, muitas vezes se comportam, como as/os detentoras/es do saber, são quem vem «ensinar» como se faz, o que é certo e o que é errado. Isto cria à partida expectativas e resistências. Esta dinâmica é complexa e pode ser interpretada como o resultado de uma sociedade ainda profundamente marcada por uma forte estratificação e por práticas subservientes, ou seja com relações sociais pouco democráticas e democratizantes. Esta pragmática, que segundo a nossa experiência parece ser dominante na sociedade portuguesa, não se coaduna com as finalidades, objectivos e princípios metodológicos do TO ou de qualquer outro processo em prol da emancipação social dado que aniquila a possibilidade de um processo, efectivamente democrático, de criação de relações horizontais e de partilha de poder, condições essenciais à intervenção comunitária que se vê e se quer emancipatória e produza resultados em favor do desenvolvimento para todas e todos.

Desta forma, fica claro que entendemos a/o Curinga como mais um elemento importante neste processo dialógico mas não como o único elemento importante, correndo-se o risco de transformar o processo num monólogo ou, pior ainda, na manietação de um grupo de pessoas que passarão a ser «papagaias» e não produtoras de um pensamento crítico e próprio. Além disso, parece-nos contraproducente que, em processos ditos comunitários e participativos, sejam as/os agentes externas/os a assumir o protagonismo, falando em nome das pessoas com quem trabalham, não nos parecendo estes processos de empoderamento sustentáveis.

Mas se a/o Curinga deve cingir o seu papel à facilitação e questionamento, reconhece-se também que tem um papel central, especialmente na motivação das comunidades para a capacidade transformadora desta metodologia. A circunstância de, neste caso, ser elemento externo pode dar-lhe as condições ideais para trazer uma determinada energia criativa positiva e produtiva e, por outro lado, para ver mais além de quem está quotidianamente envolvido/a nas questões da comunidade. Assim, é interessante constatar que a/o Curinga, animadora/or ou outro agente de intervenção social deve procurar um equilíbrio que assenta numa linha muito ténue. Por um lado, deve ser capaz de se integrar na comunidade criando laços de confiança fortes e esforçando-se para conhecê-la profundamente e compreender a sua visão do mundo e da vida: as suas formas de comunicação, a sua história, idiossincrasias, as formas de falar, os tempos e os ritmos da vida e da terra – a época da apanha da azeitona, da colheita e da sementeira, o regresso a casa antes do anoitecer para alimentar os animais ou porque coincide com o horário de chegada do marido a casa. Deve procurar aproximar-se responsabilmente e escutar activamente praticando uma fortíssima tolerância à ambiguidade, acautelando atitudes etnocêntricas descuidadas. Para tal, não podemos esquecer a matriz de onde partimos. E este é o outro lado da moeda, esta matriz que pode ser um limite à acção comunitária ou mais uma ferramenta emancipatória para a comunidade, uma janela para outros horizontes, não melhores nem piores, apenas outros, que fazem parte do ar fresco que estas comunidades costumam afirmar como bem-vindo.

O papel da Curinga e a sua condição de elemento externo leva-nos ainda a reflectir sobre a dificuldade de aceitar os entendimentos das comunidades. As pessoas que se envolvem neste tipo de trabalho têm, na maioria dos casos, uma consciência social forte e uma opinião formada sobre o mundo e a sociedade e esta é, por vezes, informada pelas suas experiências de pobreza e isolamento. É muito importante que a/o Curinga tenha consciência que o conhecimento é sempre limitado pelas experiências e visões de mundo e que, por isso, é sempre incompleto havendo necessidade de estar aberta/o à mudança e à transformação, mesmo relativamente aquilo que nos é mais difícil compreender. É necessário mantermo-nos autovigilantes, pois, muitas vezes, e usando das mais nobres intenções, facilmente caímos em atitudes e posições arrogantes, moralistas e irresponsáveis.

Um segundo desafio que gostaria de aqui tratar prende-se com a sustentabilidade dos processos. Frequentemente, o tempo institucional dos projectos, definido pelos programas, políticas e financiadores, e o tempo à profundidade necessária às transformações sociais parecem ser incompatíveis. De maneira similar, os percursos das associações, das suas equipas, das/os suas/seus dirigentes bem como os percursos pessoais das/os activistas são atribulados, nem sempre se reunindo as

condições necessárias, materiais e imateriais, para levar a cabo intervenções contínuas e sustentadas. A capacidade de persistência, de adaptação às necessidades das comunidades e, ao mesmo tempo, de constante inovação, havendo necessariamente que aprofundar a formação que esbarra com a dispersão de coisas a que as/os agentes têm de dar atenção, bem como a necessidade de apresentar resultados de forma a provar que se trata de uma metodologia em que vale a pena investir, rodeiam este tipo de intervenção de grandes desafios.

Finalmente, importa frisar sem falsas modéstias que temos implementado este tipo de pedagogia com um grande sentido de responsabilidade. Sabemos que este instrumento é extremamente poderoso e que o entusiasmo e a urgência da mudança nos pode levar a usá-lo de uma forma menos cautelosa. No trabalho com populações fortemente desfavorecidas, e especialmente com as que estão em reclusão, tivemos especial cuidado de forma a não criar expectativas que corriam sérios riscos de sair frustradas, provocando maior desencanto do que capacitação. Sabemos que o TO pode abrir portas e caixas que não temos depois capacidade de fechar ou resolver. Teremos nós, agentes de intervenção, o direito de iniciar processos deste género não sabendo se teremos forma de lhes dar continuidade e de assegurar a sua sustentabilidade pela comunidade? Temos respondido a esta questão com grande cautela e daí que tenhamos optado por experiências com ambições e expectativas moderadas mais modestas mas colocando sempre no centro os interesses e as necessidades das/os participantes.

Para responder a uma parte destes desafios entrevemos já algumas estratégias. Em primeiro lugar, estamos certas que o trabalho do TO tem de se coordenar com outras intervenções comunitárias e que estas têm de ser definidas estrategicamente, a longo-prazo e de forma participada com as comunidades locais. Pensamos também que esta intervenção ganhará força e consistência se estiver ligada em rede com outras similares ao nível local, regional, nacional e com outras que estão a acontecer em outras partes do Mundo. Teremos provavelmente de lidar com portas que se fecharão mas devemos também encontrar os meios de as conseguir abrir e captar os esforços necessários para uma intervenção integrada e multifacetada. Se queremos que o TO seja uma forma efectiva de democratização das subjectividades, das relações sociais, económicas e políticas transformando positivamente e nos termos em que as pessoas dos locais as entendem e enunciam, só o poderemos conseguir democratizando as nossas próprias mentes, as nossas associações e cativando para isso todas as energias e mestrias possíveis e disponíveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Associação Internacional de Teatro do Oprimido (AITO), *Declaração de Princípios da Associação Internacional de Teatro do Oprimido*, em <http://www.theatreoftheoppressed.org/en/index.php?nodeID=141>, consultada a 27 de Dezembro de 2007.
- (2002). *Jogos para Atores e Não-Atores*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (5.ª Ed.).
- BABBAGE, Frances (2004). *Augusto Boal*. New York: Routledge.

O PAPEL DAS REDES SOCIAIS LOCAIS NAS ECONOMIAS SOLIDÁRIAS. O CASO DOS MERCADOS SOLIDÁRIOS DA GRANJA DO ULMEIRO

Raquel Azevedo

INTRODUÇÃO

O trabalho que agora se apresenta, «O papel das redes locais nas economias solidárias – o caso dos mercados solidários da Granja do Ulmeiro»¹ é uma parte do meu relatório final de mestrado em Sociologia. O meu projecto de pesquisa-acção foi realizado durante o ano de 2010 na associação Acção para a Justiça e Paz (AJP) e teve como objectivos principais, por um lado identificar e analisar a possível rede local de produtores/as e consumidores/as dos mercados solidários, nomeadamente, a rede local da Granja do Ulmeiro; e, em segundo lugar, a avaliação da sustentabilidade dos mecanismos da economia solidária. Desejava-se que o meu trabalho contribuisse ainda para a reflexão sobre o desenvolvimento dessas experiências e das estratégias a desenhar assim como algumas das decisões futuras. Procurava-se problematizar e determinar até que ponto estes mecanismos continham um potencial transformador ou pelo menos dar-lhes suficiente visibilidade no sentido da afirmação de Pedro Hespanha (2009: 52):

Não sabemos, pois, se estes processos que se constituem em alternativas à economia padrão, como a economia solidária, serão capazes de desencadear uma transformação na sociedade, mas o facto é que tais processos não podem ser silenciados ou desperdiçados.

Tendo em conta que estamos em presença de uma comunidade local, a freguesia da Granja do Ulmeiro, é necessário, em primeiro lugar, proceder à caracterização do concelho de Soure. Os indicadores apresentados são fundamentais para

(1) Quero agradecer a Teresa Amal os contributos para a versão final deste texto pois com eles ganhou clareza e rigor.

uma compreensão e aproximação ao território, e para realizar projectos que trabalhem com as populações satisfaçam, ou procurem satisfazer, as suas necessidades. Percebendo a realidade em causa, tornam-se mais perceptíveis as próprias características da associação, os seus objectivos e os seus projectos.

Após a apresentação do concelho de Soure apresentarei a AJP e as principais actividades que estavam a ser desenvolvidas durante o meu trabalho de estágio de investigação-acção. Por fim, irei proceder à análise dos mercados solidários levados a cabo pela associação nos últimos anos, procurando apresentar dados e discuti-los para finalizar com uma reflexão pessoal sobre todo o processo e as aprendizagens realizadas.

1. CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO DE SOURE

O concelho de Soure, distrito de Coimbra, pertence à unidade territorial do Baixo Mondego que se situa na zona Centro do país. Encontra-se geograficamente perto dos concelhos de Montemor-o-Velho, Figueira da Foz, Coimbra, Condeixa-a-Nova e Penela e é constituído por doze freguesias: Alfarelos, Brunhós, Degracias, Figueiró do Campo, Gesteira, Granja do Ulmeiro, Pombalinho, Samuel, Soure, Tapéus, Vinha da Rainha e Vila Nova de Anços. A população residente do concelho de Soure tem vindo a diminuir, como se pode verificar no quadro seguinte:

Quadro 1: População residente por sexo (concelho de Soure)

| Ano | Homens | Mulheres | Total População Residente |
|------|--------|----------|---------------------------|
| 2001 | 10 103 | 10 837 | 20 940 |
| 2005 | 10 044 | 10 640 | 20 680 |
| 2007 | 9 992 | 10 587 | 20 579 |

Fonte: INE – Censos 2001; Anuários Estatístico da Região Centro 2005 e 2007.

Deste modo, podemos observar que existiu um decréscimo da população total, sobretudo de mulheres, ainda assim a população feminina continua a ser mais elevada que a masculina.

Quadro 2: População residente por sexo segundo os grandes grupos etários – 2007 (concelho de Soure)

| | Homens | Mulheres | Total |
|---------------------------------|--------------|--------------|---------------|
| 0 a 14 anos | 1 253 | 1 149 | 2 402 |
| 15 a 24 anos | 1 048 | 938 | 1 986 |
| 25 a 64 anos² | 5 410 | 5 491 | 10 901 |
| 65 e mais anos | 2 281 | 3 009 | 5 290 |
| 75 e mais anos | 1 157 | 1 602 | 2 759 |

Fonte: INE – Anuário Estatístico da Região Centro 2007.

Relativamente à distribuição da população residente por sexo segundo os grandes grupos etários apercebemo-nos que as categorias dos 25 a 64 anos é a que tem mais população e a de 65 e mais anos também é elevada. Se juntarmos ainda as duas últimas categorias observamos que há uma grande percentagem de população envelhecida, nomeadamente, feminina.

Podemos considerar inúmeros factores para que ocorra este decréscimo da população residente como, por exemplo, a procura de melhores condições de vida e a mobilidade do local de trabalho/emprego. As taxas de mortalidade e natalidade, que diminuíram de 2005 para 2007, continuam a ter o seu peso na demografia de cada região e, neste caso, no envelhecimento deste concelho.

Quadro 3: Índice de Envelhecimento, Taxa de Natalidade e Mortalidade (concelho de Soure)

| Ano | Índice de Envelhecimento | Taxa bruta de Natalidade (%) | Taxa bruta de Mortalidade (%) |
|------|--------------------------|------------------------------|-------------------------------|
| 2005 | 220,4 | 8,6 | 14,6 |
| 2007 | 220,2 | 6,5 | 14,4 |

Fonte: INE – Anuários Estatísticos da Região Centro 2005 e 2007.

Ainda relativamente à população residente, vejamos agora o que acontece com as várias freguesias e tendo por base os Censos de 2001.

Quadro 4: População residente no concelho, segundo as freguesias – 2001

| Freguesias | Homens | Mulheres | Total |
|--------------------|--------|----------|--------------------------|
| Alfarelos | 778 | 788 | 1 566³ |
| Brunhós | 105 | 97 | 202 |
| Degracias | 246 | 270 | 516 |
| Figueiró do Campo | 804 | 868 | 1 672 |
| Gesteira | 539 | 565 | 1 104 |
| Granja do Ulmeiro | 773 | 896 | 1 669 |
| Pombalinho | 488 | 518 | 1 006 |
| Samuel | 686 | 712 | 1 398 |
| Soure | 4 071 | 4 388 | 8 459 |
| Tapéus | 222 | 225 | 447 |
| Vila Nova de Anços | 621 | 697 | 1 318 |
| Vinha da Rainha | 770 | 813 | 1 583 |
| Total | 10 103 | 10 837 | 20 940 |

Fonte: CMS, Carta Educativa do Concelho de Soure.

(2) Sublinhados da autora.

(3) Sublinhados da autora.

A freguesia de Soure é a freguesia mais populosa, com 8 459 habitantes, seguida das freguesias mais próximas dos pólos urbanos: Figueiró do Campo com 1 672 pessoas, Granja do Ulmeiro com 1 669, Alfarelos com 1 566 e Vinha da Rainha com 1 583; a freguesia com menos população é Brunhós que conta com apenas 202 habitantes.

Vejam agora o nível de instrução dos habitantes do concelho de Soure com base nos Censos de 2001.

Quadro 5: Número de habitantes segundo o nível de instrução e sexo – 2001

| Nível de escolaridade | Homens | Mulheres | Total |
|-----------------------|--------|----------|-------|
| Sem nível de ensino | 1 352 | 2 560 | 3 912 |
| 1.º Ciclo | 2 770 | 2 438 | 5 208 |
| 2.º Ciclo | 636 | 552 | 1 188 |
| 3.º Ciclo | 557 | 348 | 905 |
| Ensino Secundário | 676 | 617 | 1 293 |
| Ensino Médio | 36 | 30 | 66 |
| Ensino Superior | 185 | 358 | 543 |

Fonte: CMS, Carta Educativa do Concelho de Soure.

Observa-se através deste quadro que o 1.º Ciclo do Ensino Básico é o nível de instrução mais frequente. É notório também o número de pessoas que não tem qualquer nível de instrução – 1352 homens e 2560 mulheres. A diferença entre homens e mulheres também merece destaque, pois é (repetição de notório e notória) clara a desvantagem das mulheres neste campo. No entanto, é curioso notar que há mais mulheres do que homens com frequência do ensino superior.

A par disto, e segundo os Censos de 2001, a taxa de analfabetismo é de 16,9%, sendo bastante mais elevada comparativamente à unidade territorial do Baixo Mondego que é de 9,4%. Os baixos níveis de escolaridade juntamente com uma população envelhecida têm repercussões no contexto do mercado de trabalho. Com efeito, a taxa da população activa no concelho de Soure (*Ibidem*) é de 40,5%, sendo que é na freguesia da Granja do Ulmeiro que o valor é mais elevado 45,3%. Contudo, relativamente à taxa de desemprego, em 2001 esta era de 6,5%, afectando mais as mulheres e os grupos etários dos 25 aos 44 anos e os mais de 55 anos, sendo que face à situação socioeconómica actual podemos pensar que terá ocorrido um agravamento da situação.

No que diz respeito aos/as beneficiários/as do RSI – Rendimento Social de Inserção – e analisando o quadro seguinte, são as mulheres e as pessoas de ambos os sexos com menos de 25 anos e 55 e mais anos que recorrem mais a esta ajuda.

Quadro 6: Beneficiários/as do RSI segundo sexo e idade – 2007 (concelho de Soure)

| Ano | Total | Sexo | | Idade | | | |
|------|-------|--------|----------|-----------|------------|------------|----------------|
| | | Homens | Mulheres | < 25 anos | 25-30 anos | 40-54 anos | 55 e mais anos |
| 2007 | 329 | 153 | 176 | 111 | 50 | 58 | 110 |

Fonte: INE – Anuários Estatísticos da Região Centro 2005 e 2007.

Ter em conta estes indicadores torna-se fundamental para pensar o território, a sua animação e desenvolvimento pois só assim poderemos trabalhar com a comunidade no sentido de, com ela, ir satisfazendo as suas necessidades e fortalecendo as suas potencialidades.

2. A ASSOCIAÇÃO ‘ACÇÃO PARA A JUSTIÇA E PAZ’

É neste concelho e, especificamente, na freguesia da Granja do Ulmeiro que se localiza o centro Internacional da associação Acção para a Justiça e Paz (AJP).

Os estatutos da AJP foram publicados em Diário da República em 1987, mas só no ano 2000 é que a sede da associação foi instalada na Granja do Ulmeiro no seu centro Internacional, construído com trabalho voluntário de jovens de todos os continentes do mundo. A razão porque a AJP escolheu este território foi a busca de um enraizamento popular, da proximidade com territórios e populações vulneráveis e isoladas.

A AJP é uma associação de direito privado com estatuto de Utilidade Pública e de Organização Não Governamental para o Desenvolvimento que realiza o seu trabalho promovendo o diálogo entre feminismo, paz e justiça social, económica e cognitiva. Procura ainda contribuir para acções de luta contra a pobreza e contra a violência e desenvolve laços contra-hegemónicos entre o local e o global. Feminista e pacifista considera essencial a internacionalização da solidariedade para a transformação do mundo.

A AJP tem como principais objectivos⁴:

- Construir uma Cultura da Paz
- Pensar alternativas económicas e solidárias
- Contribuir para garantir uma subsistência digna de todas as pessoas
- Reinventar os papéis e as relações sociais para que a paridade e a igualdade coexistam com o direito à diferença
- Desconstruir as lógicas patriarcais de naturalização e de legitimação da violência

(4) Ver portal da AJP em www.ajpaz.org.pt.

- Re-tecer a densidade e a intensidade da democracia, quer nas suas formas, quer nos seus conteúdos

As principais actividades desenvolvidas pela associação são: assembleias comunitárias; serviços de apoio à reivindicação de direitos sociais e económicos; acesso a um centro de recursos bibliográficos, de música, cinema e fotografia; oficinas de educação para o desenvolvimento; campanhas internacionais de solidariedade e consciencialização; campos de trabalho internacionais; formação nacional e internacional em educação para os direitos humanos e formação profissional; intercâmbios e visitas de estudo nacionais e internacionais; instalação e alargamento de uma rede concelhia de mercados solidários e redes de trocas solidárias; roteiros e exposições pedagógicas dirigidas sobretudo às populações seniores; acolhimento e orientação de estágios profissionais e curriculares; produção de conhecimento e publicação de livros e uma revista feminista anual (*Ibidem*). A AJP desenvolve vários projectos, contudo, considero que três são importantes referir aqui pois foram aqueles que acompanhei de perto, pesquisando, analisando e promovendo as acções de regulação e monitorização dos processos de intervenção.

Em primeiro lugar refiro-me ao projecto «*Elas no Norte e no Sul – Mulheres no Desenvolvimento*» que desenvolve o seu trabalho no âmbito da educação e cooperação para o desenvolvimento, procurando a afirmação do papel das mulheres mais pobres e mais vulneráveis nas dinâmicas de desenvolvimento local. Tem como principais objectivos:

- Sensibilizar a sociedade para o papel e contributo das mulheres no desenvolvimento global;
- Promover a integração do *mainstreaming* de género na cooperação portuguesa;
- Apoiar a cooperação descentralizada e directa entre comunidades locais do Norte e do Sul.

As mulheres que participam neste projecto são residentes e trabalhadoras nas zonas rurais do concelho, líderes ou referências comunitárias. Trabalham como agricultoras, pequenas empresárias, artesãs, dirigentes associativas, agentes locais de desenvolvimento. No âmbito deste projecto realizam-se oficinas de sensibilização e capacitação dirigidas a mulheres do concelho de Soure, editam-se publicações temáticas para técnicos/as de desenvolvimento – cadernos e folhetos pedagógicos sobre as temáticas abordadas e o trabalho realizado pelas mulheres – e criam-se redes de intercâmbios de conhecimentos e informação entre mulheres das diferentes comunidades e países envolvidos no projecto – Portugal, Moçambique, Brasil e Espanha.

Em segundo lugar apresento o projecto «*Lider@: Dinâmicas de Sustentabilidade*

Local Lideradas por Mulheres» que trabalha no âmbito das economias solidárias, democracia participativa e igualdade de género e que tem como principais objectivos:

- Promover espaços de protagonismo social e público das Mulheres;
- Trazer para a sustentabilidade dos territórios as mulheres, as suas preocupações e desafios;
- Suscitar novas relações entre mulheres e homens assentes no respeito, na não-violência e na visibilidade equitativa;
- Consolidar espaços de governação partilhada dos territórios, identificando problemas e potencialidades;
- Implementar um conceito inovador de valorização dos produtos e saberes endógenos;
- Promover espaços de aprendizagem cooperativa de partilha do mundo e de valorização da diversidade.

São participantes neste projecto mulheres, população em geral, autarcas locais e profissionais de ONG. No desenvolvimento deste projecto são realizados seminários, assembleias comunitárias, mercados solidários, oficinas de formação sobre economias solidárias e não-capitalistas, organização de mercados solidários, tertúlias, oficinas de troca de saberes e constroem-se materiais pedagógicos sobre as temáticas em análise.

A par do projecto *Lider@* e de todo um percurso reflexivo sobre o seu desenvolvimento e aplicação prática, acompanhei também o projecto «*Mercearia Solidária*», sobre o qual incidiu, em particular, o meu esforço analítico e reflexivo. O projecto «*Mercearia Solidária*» assenta nos pressupostos das Economias Solidárias e pretende contribuir para a sustentabilidade dos territórios através da criação de uma infra-estrutura socioeconómica inovadora em Portugal, que promove o empreendedorismo local, em especial o feminino, a criação de parcerias territoriais de prevenção e combate à pobreza e à exclusão social, uma lógica económica assente numa justa redistribuição da riqueza e do paradigma da abundância para todas e todos.

O projecto «*Mercearia Solidária*» está estruturado em dois espaços físicos complementares: a ‘Pirilampa’ – local das trocas com recurso a uma moeda comunitária e a ‘Lojita da Pessoa Cidadã’. Este projecto cria um recurso local de distribuição da riqueza endógena, de acesso democrático, auto-sustentável com um funcionamento contínuo e complementar aos Mercados Solidários. Estes espaços conjugam a dimensão da economia solidária com outras actividades fundamentais ao sucesso desta experiência, como sejam: a informação, formação, educação para a cidadania, empreendedorismo, empregabilidade, igualdade de género, diversidade e não-discriminação, e criação de pequenos negócios.

3. UMA ESTRATÉGIA DE UM DESENVOLVIMENTO LOCAL SOLIDÁRIO: OS MERCADOS SOLIDÁRIOS NO CONCELHO DE SOURE.

Tendo em conta os projectos apresentados, os objectivos e as áreas de trabalho da AJP algumas análises tornam-se necessárias. Sendo o projecto da 'Mercearia Solidária – Pirilampa' a concretização de um propósito de avanço na estratégia da implementação local de uma rede de economias solidárias, é importante perceber ainda melhor a realidade com que se tem estado a trabalhar. Para a AJP tornou-se claro que é necessário conseguir alcançar um novo patamar construindo uma *rede local de produtores/as e consumidores/as*, a qual não esgote as suas actividades na troca de produtos nos mercados solidários, não seja apenas uma forma de escoar os excedentes das suas próprias produções, mas que se constitua uma rede em que se produza de forma regular e sistematizada, criando um verdadeiro mercado de proximidade regulado a partir de normas não-capitalistas, ou seja, não assentes no lucro e na acumulação. Este mercado de proximidade de produtos, bens e serviços locais deve ter como objectivo plasmar o paradigma da abundância para todas e todos e o acesso e redistribuição justa e equilibrada da riqueza.

Para iniciar esta análise comecei, desde logo, por tentar perceber as experiências realizadas e os processos em curso através do material que já existia, de forma a sistematizar dados importantes que se encontravam, por exemplo, nos percursos de participação nos mercados solidários, nas fichas de beneficiários/as e nos registos mais antigos do primeiro projecto que dinamizou os mercados o AGITO entre 2005-2007⁵. Em segundo lugar, nenhuma metodologia de pesquisa seria mais adequada do que a observação-participante e foi com esta intencionalidade investigativa que cooperei na organização e na realização de vários mercados solidários na freguesia da Granja do Ulmeiro levados a cabo pela AJP. As notas reflexivas que escrevo em seguida procuram situar e contextualizar a minha observação-participante de modo a tornar mais incisiva a apresentação dos dados e a sua análise.

Antes de se realizar um mercado é sempre preciso um grande trabalho de preparação havendo para tal uma divisão de tarefas pela equipa para as coisas fluírem melhor. Fazer parte desta preparação faz-nos sentir parte integrante desta alternativa solidária. Uma parte importante desta preparação é a divulgação. Apesar de serem as pessoas a apontarem uma data na assembleia de um mercado para o mercado seguinte nunca é demais relembrar a data e procurar chegar a mais pessoas. Uma das primeiras decisões tomadas foi a de que algumas pessoas da equipa local da AJP deveriam envolver um grupo de mulheres, que são presença assídua nos mercados, tendo como objectivo debater com elas a forma como estas viam os mercados

(5) Mais informações sobre o projecto consultar item *memórias* em: <http://www.ajpaz.org.pt/>

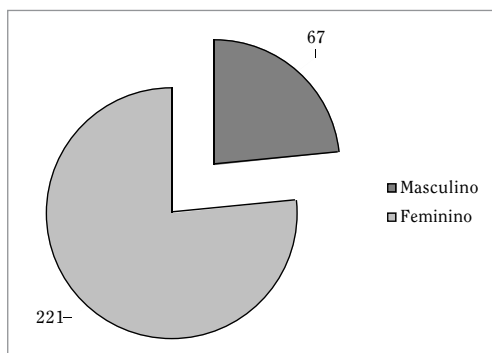
solidários. Esta preocupação em contribuir e dar o poder de decisão à comunidade pressupõe que a equipa não tome as decisões sozinha, uma vez que o trabalho é comunitário e deve ser feito com as pessoas que fazem parte do território – elas fazem parte da construção e das transformações desejadas. Ao criar espaços de autonomia para as pessoas da comunidade, elas criam e utilizam os recursos e os instrumentos necessários a um determinado processo individual ou colectivo que, deste modo, se traduz num efectivo aumento de poder de decidir ao nível económico, político, social e cultural e numa maior consciência das suas competências de cidadania.

Torna-se então necessário identificar e analisar os/as produtores/as e, por conseguinte, consumidores/as que participam nos mercados na Granja do Ulmeiro, com intenção de verificar as possibilidades de sustentabilidade tanto dos eventos mensais como, em particular, da mercearia solidária 'Pirilampa'. A análise é feita a partir da base com dados relativos ao sexo, ano de nascimento, morada, profissão, habilitações dos/as prosumidores/as, o número de vezes que participaram nos mercados e os produtos que levaram para trocar.

Ao longo dos quatro anos em análise (2006-2009) os mercados solidários realizados pela AJP na freguesia da Granja do Ulmeiro foram participados por 288 pessoas. Este registo foi resultado da preocupação constante da equipa de fazer registos e promover a importância das pessoas partilharem informação útil sobre si e sobre a sua produção solidária com que frequentavam cada mercado. Contudo, apesar de vários esforços de completar a base, nem sempre toda a informação foi obtida e registada pois algumas pessoas sempre consideraram o 'escrito' negligenciável e por isso descartável das relações sociais em causa. É interessante relembrar que os níveis de iliteracia formal e funcional são ainda, neste concelho, bastante elevados como ficou esclarecido no primeiro tópico deste trabalho.

Destes 288 prosumidores/as em cadastro, 221 são mulheres e 67 são homens.

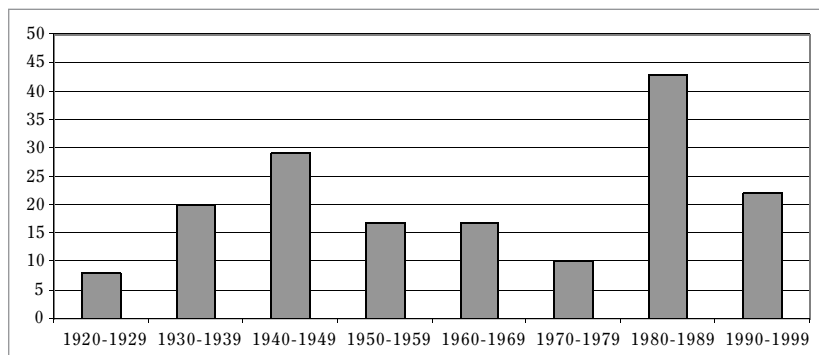
Gráfico 1: Número de prosumidores/as segundo o sexo



Fonte: Base de dados dos mercados solidários da Granja do Ulmeiro.

Observa-se que há uma grande disparidade entre sexos na participação nestas iniciativas. Por outro lado, a presença preponderante de mulheres parece ser a concretização de um dos objectivos do projecto *Lider@* que é promover a igualdade de género, promovendo a participação das mulheres nas diferentes esferas públicas e sociais. Tendo em conta algumas das características das economias solidárias parece-nos que é neste tipo de iniciativas que vimos a vontade das mulheres em participar em actividades do domínio da esfera pública, vendo nelas uma forma de fractura com o confinamento das suas tarefas e responsabilidades à esfera privada. Isto é, é através da participação pública e social em actividades, onde elas dominam as tecnologias necessárias, que procuram ultrapassar as explorações e marginalizações a que são sujeitas. As mulheres constituem uma «mina insuspeita de energia», como define José dos Santos (2003), sendo o factor chave para o sucesso de iniciativas de desenvolvimento deste tipo. De acordo com Santos e César (2004) as iniciativas alternativas de economia solidária não podem avançar sem uma participação destacada das mulheres.

Gráfico 2: Ano de nascimento dos/as prosumidores/as

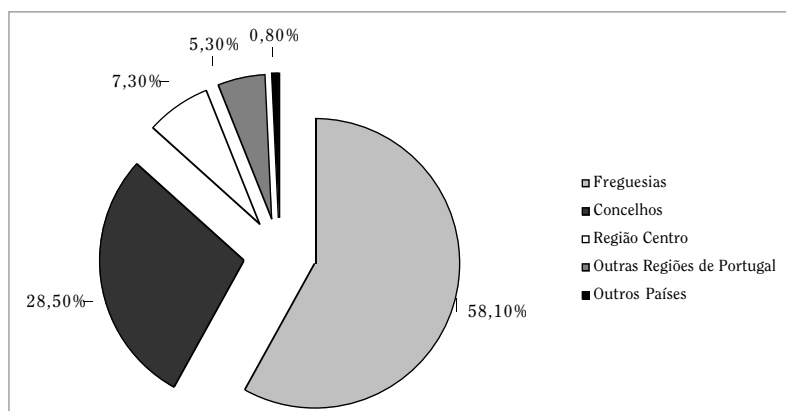


Fonte: Base de dados dos mercados solidários da Granja do Ulmeiro.

Relativamente ao ano de nascimento e tendo informação acerca de 166 prosumidores/as, observa-se que há um maior número de pessoas a participar nos mercados com idade entre os 21-30 anos (43 casos), seguindo-se as pessoas com idades compreendidas entre os 61-70 anos (29 casos). Com um número de casos semelhantes, o grupo de idades entre os 11-20 anos (22 casos), os 71-80 anos (20 casos), os 41-50 e os 51-60 anos (ambos com 17 casos). A faixa etária dos 81-90 é a menos representada tendo encontrado apenas 8 registos. Parece poder concluir-se que os mercados solidários abrangem todos os grupos etários o que possibilita uma troca de produtos e saberes entre várias gerações.

No que concerne à morada, os mercados solidários são frequentados por pessoas de várias localidades e regiões, pelo que optámos por agrupar esta variável do seguinte modo: *freguesias* – as doze freguesias do concelho de Soure, uma vez que são essas as localidades que mais usufruem desta iniciativa; *concelhos* – mais próximos do concelho de Soure que seriam as segundas localidades de onde as pessoas mais directamente participariam, por exemplo, Montemor-o-Velho, Figueira da Foz, Coimbra; *região centro* – localidades mais afastadas mas ainda pertencentes à região centro como, por exemplo, Leiria, Aveiro, Viseu; *outras regiões de Portugal* – localidades mais afastadas e já fora do âmbito da região centro, por exemplo, Lisboa, Braga; e por último, *outros países* – tendo em conta que a AJP recebe vários voluntárias e voluntários de outros países que participam nas suas actividades.

Gráfico 3: % de prossumidores/as consoante a sua morada



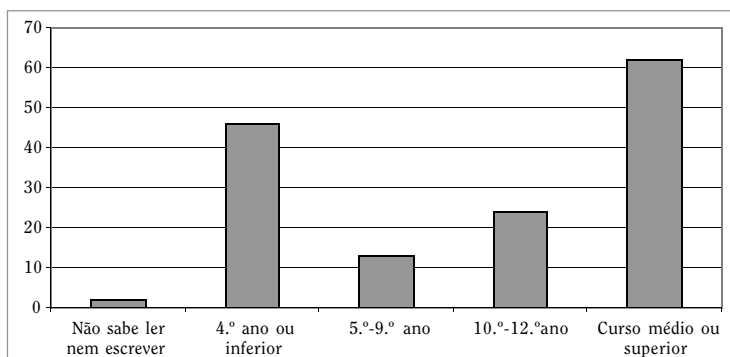
Fonte: Base de dados dos mercados solidários da Granja do Ulmeiro.

Tem-se conhecimento da morada de 246 prossumidores/as. Como podemos observar, e tendo em conta a área de actuação da associação, aproximadamente 58% dos/as prossumidores/as são pessoas das freguesias mais próximas e que usufruem mais directamente desta iniciativa na Granja do Ulmeiro. Em seguida estão as pessoas dos concelhos mais próximos (28,5%). À medida que nos afastamos da localidade menor é a participação das pessoas nos mercados, região centro (7,3%) e outras regiões do país (5,3%). Ainda a partir da base e analisando o grande grupo *freguesias* (com 143 prossumidores/as), observamos que a quase totalidade das pessoas que mais participam nos mercados são da própria freguesia da Granja do Ulmeiro (cerca de 125) e em menor número das freguesias mais próximas (18). Isto é relevante se pensarmos que um dos objectivos da iniciativa dos mercados é fazer com que este mecanismo seja incorporado pelos próprios habitantes da

comunidade e que tragam para este espaço os seus saberes e competências e os partilhem com a restante comunidade. São poucas as pessoas das outras freguesias que participam nos mercados da Granja do Ulmeiro daí que se já se façam mercados nas freguesias de Soure e Samuel.

Das 288 pessoas que já participaram nos mercados e relativamente às suas habilitações conseguimos completar a informação de 147.

Gráfico 4: Nível de habilitações dos/as prossumidores/as

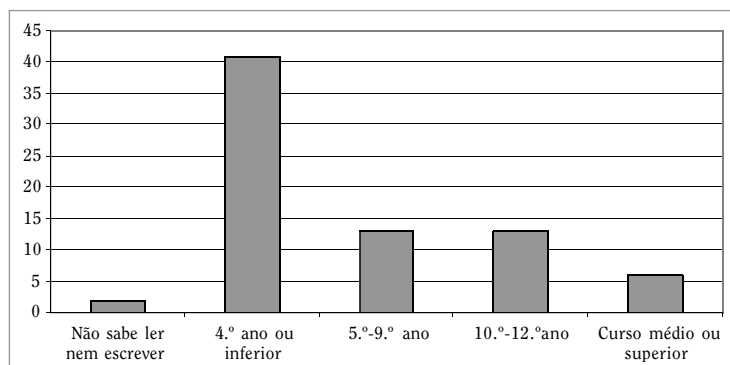


Fonte: Base de dados dos mercados solidários da Granja do Ulmeiro.

Verificamos assim que a maioria das pessoas possui um curso médio ou superior (62 casos) e logo de seguida as pessoas com o 4.º ano ou inferior (46 casos). De realçar que as pessoas que têm curso médio ou superior são maioritariamente pessoas que vivem fora do concelho de Soure e que frequentam os mercados por estarem de algum modo ligados/as à AJP. São técnicos/as, estagiários/as, professores/as que acabam por chamar conhecidos/as a esta iniciativa ou que acabam por ficar ligados/as pessoalmente a este projecto. Se nos concentrarmos apenas na população mais próxima desta iniciativa e ao nível local, grupo de freguesias, onde quase toda a gente que participa é da Granja do Ulmeiro, chegamos a conclusões diferentes.

Pode-se concluir, através da análise dos dados do gráfico abaixo, que a população do concelho de Soure que frequenta os mercados solidários da Granja do Ulmeiro tem baixas qualificações, o que está de acordo com o que foi inicialmente apresentado quanto às características do território. Isto é, a grande maioria da população tem o 4.º ano de escolaridade ou inferior (41 casos) e, ao contrário do que vimos antes, o número de pessoas que possui um curso médio ou superior é bastante menos significativo (6 casos). Os restantes indivíduos têm entre o 5.º e o 9.º ano de escolaridade (13 casos) e entre o 10.º e o 12.º ano (13 casos).

Gráfico 5: Nível de habilitações dos/as prossumidores/as das freguesias do concelho de Soure



Fonte: Base de dados dos mercados solidários da Granja do Ulmeiro.

Dos/as 288 prossumidores/as, tem-se informação no que concerne à profissão de cerca de 145 casos. Mesmo sendo mais de metade do universo em estudo e havendo grande variedade de profissões decidiu-se agrupar as profissões tendo em conta a Classificação Nacional de Profissões (1994).

Quadro 7: Grupos de profissão a que pertencem os/as prossumidores/as

| | |
|--|----|
| Especialistas das Ciências da Natureza e das Ciências Médicas | 3 |
| Docentes do Ensino Superior, Secundário e Profissões Similares | 10 |
| Especialistas da Administração, Comércio, Ciências Sociais e Prof. Similares | 26 |
| Docentes do Ensino Primário, Pré-Primário e Profissões Similares | 2 |
| Técnicos da Administração, do Comércio e dos Serviços Sociais | 2 |
| Empregados de Escritório | 5 |
| Caixas, Emp. da Banca e das Agências de Viagem, Recepcionistas e outros | 1 |
| Empregados dos Serviços Pessoais e Domésticos | 6 |
| Modelos, Vendedores e Trabalhadores Similares | 1 |
| Trabalhadores da Agricultura, da Criação de Animais e da Pesca | 1 |
| Trab. da Prod. da Metalomecânica e Metalurgia, Electricidade e Electrónica | 1 |
| Operadores de Instalações Industriais | 1 |
| Trabalhadores Não Qualificados do Comércio e Serviços | 4 |
| Trabalhadores Não Qualificados da Agricultura e Pesca | 1 |
| Reformado/a | 40 |
| Desempregado/a | 4 |
| Sem actividade económica remunerada | 37 |

Fonte: Base de dados dos mercados solidários da Granja do Ulmeiro

Observando estes dados destaca-se que 40 dos/as prosumidores/as são reformados/as; por outro lado, verifica-se que 36 dos/as prosumidores/as são docentes do ensino superior ou secundário ou profissões similares, especialistas da administração, comércio, ciências sociais e profissões similares. É importante sublinhar a existência de 37 registos de prosumidores/as sem actividade económica remunerada, estando entre estes 18 casos de prosumidoras domésticas e 19 estudantes – sendo que 7 são provenientes de várias freguesias do concelho de Soure. Relacionando a profissão com o local onde vivem as pessoas que participam nos mercados, realça-se o facto de que dos 40 reformados/as 38 são de várias freguesias do concelho de Soure e das 18 mulheres cuja actividade principal declarada é doméstica, 16 também são dessas freguesias. É de assinalar que apesar de termos apenas uma pessoa a exercer agricultura como profissão (trabalhadores da agricultura, da criação de animais e da pesca), a maioria da população pratica uma agricultura familiar de quintal, isto é, existe uma produção agrícola familiar paralela a outras actividades remuneradas.

Um dado relevante é que são poucas as pessoas desempregadas que participam nestas iniciativas, o que mostra que estas pessoas ainda não reconhecem nos mercados solidários um mecanismo de superação de algumas das suas potenciais dificuldades. Quanto aos/as reformados/as são muitos/as os/as que participam nos mercados alegando que neles encontram modos de combaterem o seu isolamento e promoverem o bem-estar social.

Pode-se afirmar que estes mercados solidários ainda não contribuem para uma mudança social real e apenas colmatam algumas necessidades de bem-estar e convívio. Um dos constrangimentos apontados é que não são tão regulares e abundantes quanto necessário para verem respondidas e ultrapassadas as dificuldades económicas e sociais das populações mais vulneráveis e empobrecidas. Em linha com Santos e César (2004), defendo porém que não é a transformação radical da sociedade no curto prazo que vai garantir o sucesso deste tipo de iniciativas. Estas exigem antes transformações graduais que criem espaços de solidariedade para que as pessoas que nelas participem sintam, também gradualmente, mudanças nas suas condições de vida.

Veja-se a evolução no que diz respeito ao número de participantes em cada mercado entre 2006 e 2009. O quadro seguinte apresenta não só o número de participantes em cada mercado e a sua evolução, mas também o número de homens e mulheres presentes em cada um.

Quadro 8: Número de prossumidores/as por mercado

| Mercado | Data | Total de prossumidores/as | N.º de homens prossumidores | Nº de mulheres prossumidoras |
|----------------|-------------|----------------------------------|------------------------------------|-------------------------------------|
| 2.º | 29-04-2006 | 92 | 26 | 66 |
| 3.º | 3-06-2006 | 159 | 40 | 119 |
| 4.º | 10-09-2006 | 108 | 31 | 77 |
| 5.º | 25-11-2006 | 32 | 9 | 23 |
| 6.º | 27-05-2007 | 46 | 13 | 33 |
| 8.º | 21-10-2007 | 48 | 9 | 39 |
| 9.º | 5-12-2007 | 5 | 1 | 4 |
| 10.º | 24-05-2008 | 70 | 12 | 58 |
| 11.º | 9-08-2008 | 39 | 7 | 32 |
| 12.º | 4-04-2009 | 26 | 2 | 24 |
| 13.º | 6-06-2009 | 17 | 1 | 16 |
| 14.º | 8-08-2009 | 30 | 2 | 28 |
| 15.º | 17-10-2009 | 16 | 2 | 14 |
| 16.º | 12-12-2009 | 32 | 6 | 26 |

Fonte: Base de dados dos mercados solidários da Granja do Ulmeiro

A participação nos mercados tem sido regular mas mostra que a adesão progressiva não tem sido um objectivo atingido. É de notar que em todos os mercados a presença de mulheres é sempre maior que a dos homens. Observe-se agora a participação nos mercados apenas pelos/as prossumidores/as das freguesias do concelho de Soure, que como sabemos são maioritariamente da freguesia da Granja do Ulmeiro.

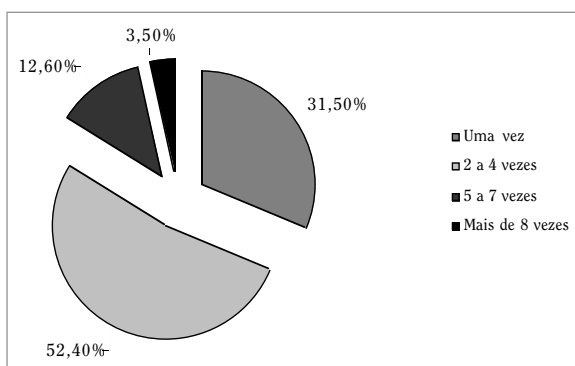
Quadro 9: Número de prossumidores/as do concelho de Soure por mercado

| Mercado | Data | Total de prossumidores/as | N.º de homens prossumidores | Nº de mulheres prossumidoras |
|----------------|-------------|----------------------------------|------------------------------------|-------------------------------------|
| 2.º | 29-04-2006 | 39 | 12 | 27 |
| 3.º | 3-06-2006 | 69 | 23 | 46 |
| 4.º | 10-09-2006 | 56 | 16 | 40 |
| 5.º | 25-11-2006 | 13 | 5 | 8 |
| 6.º | 27-05-2007 | 20 | 5 | 15 |
| 8.º | 21-10-2007 | 21 | 5 | 16 |
| 9.º | 5-12-2007 | 2 | 0 | 2 |
| 10.º | 24-05-2008 | 45 | 8 | 37 |
| 11.º | 9-08-2008 | 32 | 6 | 26 |
| 12.º | 4-04-2009 | 23 | 2 | 21 |
| 13.º | 6-06-2009 | 13 | 1 | 12 |
| 14.º | 8-08-2009 | 25 | 2 | 23 |
| 15.º | 17-10-2009 | 15 | 2 | 13 |
| 16.º | 12-12-2009 | 20 | 3 | 17 |

Fonte: Base de dados dos mercados solidários da Granja do Ulmeiro

Ao longo dos vários anos, tem sido muito irregular a participação das pessoas das freguesias do concelho de Soure nos mercados solidários da Granja do Ulmeiro. O número de participantes oscilou entre os 2 e os 69. Fica claro que uma das estratégias deverá passar por incentivar e captar mais pessoas para esta iniciativa. Tem havido várias ideias e propostas para melhorar as condições de acesso e participação tais como: aumentar a regularidade; fixar o dia da semana ou do mês para criar um hábito e uma rotina de gestão da produção e das trocas; junto com a comunidade marcar um dia em que não haja a feira da freguesia ou outro evento; e, associar aos mercados outros instrumentos de economia solidária que possam cobrir as faltas e as necessidades que o empobrecimento da população traz para o tecido social local. É neste sentido que uma mercearia solidária pode colmatar esta insuficiência, porque ao estar aberta todos os dias da semana torna mais fácil o usufruto de um espaço próprio e multiplica os tempos possíveis para realizar as trocas solidárias com recurso à moeda social as ‘granjas’. Finalmente, em relação aos/as prossumidores/as das comunidades locais (concelho de Soure), pode-se analisar o número mínimo e o número máximo de vezes que um/a produtor/a da comunidade da Granja do Ulmeiro já participou no total dos catorze mercados realizados.

Gráfico 6: Número de vezes de participação nos mercados (%)



Fonte: Base de dados dos mercados solidários da Granja do Ulmeiro.

Apesar da percentagem de pessoas que participou apenas só uma vez ser razoável (31,5%), a maioria dos/as prossumidores/as (52,4%) já participou entre duas a quatro vezes nos mercados solidários. Se juntarmos todos/as os/as prossumidores/as que participaram mais do que uma vez a percentagem é satisfatoriamente elevada (68,5%). Conclui-se assim que há uma regularidade de participação nos mercados por parte da rede localmente criada entre homens e mulheres, prossumidores/as! Isto vai de encontro ao que as teorias sobre as redes locais de econo-

mia solidária dizem quando afirmam que o desenvolvimento de uma relação de partilha e de proximidade entre os prossumidores/as é fundamental para a sustentabilidade da comunidade e dos recursos endógenos disponibilizados dentro da sua economia.

A partir de toda esta análise, concluo que há uma comunidade local com um cunho bastante participativo nos mercados solidários. As/os prossumidoras/es são maioritariamente da freguesia da Granja do Ulmeiro e do sexo feminino. Apesar do número de participantes em cada evento ser inconstante há, em contrapartida, uma regularidade das pessoas da comunidade a participar nos vários mercados.

Da análise das categorias de produtos mais trocados em todos os mercados, destacam-se dentro do grande grupo produtos da terra – os *vegetais* (com cerca de 132 prossumidores/as a levarem este tipo de produtos para os mercados); a *fruta* (44) e outros como, por exemplo, os *ovos* (30). Relativamente aos produtos alimentares, é a *doçaria* que os/as prossumidores/as (cerca de 35) mais levam para os mercados. Categorias como o *artesanato* e *vestuário* também foram sempre ao longo dos mercados preenchidas pelos produtos das gentes locais com cerca de 75 e 25 prossumidores/as respectivamente. A prestação de serviços tem sido uma categoria relativamente ausente, embora as pessoas acabem por a ela recorrer, quando existe no mercado. Segundo as fontes baseadas em conversas informais e avaliações finais dos mercados a sugestão mais comum é, precisamente, a necessidade de aumentar a oferta de produtos para além dos mais comuns na comunidade, isto é, e como se verifica, há mais produtos da terra, alimentares, artesanato e vestuário e poucos serviços (16). Ao longo dos vários mercados houve 16 pessoas a prestarem algum tipo de serviço: massagem de mãos, aulas de ginástica, medição da tensão arterial, colesterol e peso, horas de companhia, fotografias para família ou documentos, manicure, cabeleireiro, limpeza de rosto, aconselhamento sobre cuidados básicos de saúde, serviços de merenda, entre outros. Tudo isto se torna ainda mais relevante se pensarmos nas possibilidades que oferece o funcionamento de uma mercearia solidária, isto é, a partir desta rede local será possível aprovisionar a mercearia sempre que seja necessário, e quando não existirem determinados produtos facilmente serão encontrados se contactarmos com os/as produtores/as locais, tendo em conta a época de cada produto.

Para além destes/as produtores/as serem simultaneamente consumidores/as é importante alcançar e integrar outras pessoas, novos/as consumidores/as que tragam consigo novos produtos, serviços ou bens para a rede de trocas. A ponte que se pretende fazer aqui e pensando na mercearia, é que estes/as prossumidores/as continuem a participar no âmbito desta economia de proximidade e solidária de forma continuada, recorrendo à mercearia. Tal pode trazer vantagens, para além das que resultam dos/as próprios/as consumidores/as poderem trocar os seus pro-

duto como, por exemplo, chegar a pessoas que por embaraço, pudor ou por desconhecimento não participam nos mercados e que uma ida à mercearia, sendo mais individualizada e mais invisível num primeiro momento, as ajude a ultrapassar os seus próprios constrangimentos sociopessoais relativos à sua vulnerabilidade. Pensa-se, nomeadamente, em pessoas desempregadas ou beneficiárias do RSI – Rendimento Social de Inserção, ou outras.

Como diz Virgínia Ferreira (2000), as organizações, como a AJP, têm um papel fundamental no desenvolvimento dos territórios, contribuindo para o desenho e estratégias de participação e concretização de alternativas no âmbito dos sectores mais carenciados da população, mobilizando-os através de uma participação pública igualitária. Ultrapassando formas de assistencialismo, procura-se promover a autonomia e a responsabilização das pessoas desfavorecidas, através dessa participação pública.

CONCLUSÃO

Com este trabalho procurámos responder, essencialmente, à necessidade apresentada pela associação Acção para a Justiça e Paz em identificar e analisar a possível rede local de produtores/as e consumidores/as dos mercados solidários, nomeadamente, a rede local da Granja do Ulmeiro e, por conseguinte, a sustentabilidade dos mecanismos alternativos de economia solidária por ela desenvolvidos.

A possibilidade de ter participado e observado variadíssimas situações de preparação, desenvolvimento e avaliação das actividades e projectos, fez com que a minha percepção sobre o papel que este tipo de associações tem, sobre o desenvolvimento local, tenha ficado bastante mais esclarecido. A AJP, com a sua atitude de exigência e procura de inovação/criatividade faz com que projectos como mercados e mercearias solidárias possam ser concretizados, rompendo com a ideia (isto está assinalado em relação a uma frase que tinhas anteriormente a seguir a ‘rompendo com a ideia...’ mas desapareceu no texto final!). A AJP tem um papel essencial na prossecução e continuidade de iniciativas como estas, o que é reconhecido pela comunidade local. Contudo, questiono-me se as práticas observadas de *empowerment* social são suficientes para assegurar a sustentabilidade e a sua apropriação total pela comunidade, tendo em conta o papel ainda muito central que a associação tem tido no seu desenvolvimento e progresso.

No que diz respeito aos mercados solidários, a análise da base de dados dos realizados na Granja do Ulmeiro permitiu verificar que há uma grande disparidade na participação consoante o sexo – 221 mulheres e 67 homens. Porém é necessário sublinhar que é um dos objectivos estratégicos da associação, e deste projecto,

promover a igualdade de género criando espaços de participação pública das mulheres, incentivando-as a mostrar e a desenvolver todas as suas competências e tecnologias de produção, gestão, negociação, liderança e tomada de decisão, ao mesmo tempo que procuram aumentar o seu bem-estar pessoal e social. Outra característica que ressalta desta análise é que os mercados solidários têm sido participados por todos os grupos etários o que possibilita uma troca de produtos e saberes entre gerações e envolve pessoas de diferentes idades neste tipo de processo de mudança social.

Em terceiro lugar é de salientar que a maioria das pessoas que participam nestes mercados são da própria freguesia da Granja do Ulmeiro o que é coerente com um dos objectivos desta iniciativa que é fazer com que a comunidade seja a principal protagonista do seu presente e dos desejos para o seu futuro e que tragam para este espaço os seus saberes e os partilhem com todas e todos os demais. O número de pessoas que participa na maioria dos mercados é um indicador de que se está a consolidar este conceito de valorização dos produtos e saberes endógenos dentro de um circuito socioeconómico de proximidade, de uma transformação social que combate de forma radical a pobreza e a exclusão social.

No entanto, não é possível deixar de problematizar o carácter processual e a dificuldade destes projectos e iniciativas. Um dado relevante é que as pessoas desempregadas têm aderido pouco e participam ainda menos nestas iniciativas, pelo que seria interessante desenvolver estratégias de incentivo e também analisar com mais profundidade as razões da aparente impertinência dos mercados solidários para estes grupos sociais. Vivendo uma actualidade perpassada por dificuldades económicas ainda não vislumbram nem percebem os mercados solidários como um mecanismo de superação de algumas dificuldades.

Deste modo, podemos concluir que o objectivo dos mercados solidários podem funcionar como um instrumento de combate à pobreza no curto-prazo é de difícil concretização uma vez que as pessoas em idade de trabalhar mas que estão mais vulneráveis e mais empobrecidas têm-se mostrado reticentes em estar e apropriar-se das possibilidades geradas por estas iniciativas. Quanto aos/as reformados/as mas com pensões muito precárias e que estão muito vulneráveis, porque o seu acesso à moeda é muito escasso, são aquelas e aqueles que mais participam. Aponto três ordens de análise para este facto. Por um lado, os mercados são percebidos como um espaço de afirmação das suas competências e um tempo de convívio que ajuda a combater o seu isolamento, contribuindo para a sua auto-estima, alegria e qualidade de vida. Em segundo lugar, estas gerações parecem estar mais equipadas com ideias e tecnologias de produção de bens passíveis de serem trocados e gerarem renda. Em terceiro lugar, também me parece razoável salientar que as experiências de escassez, recorrentemente vividas por estas gera-

ções e populações isoladas, as obrigou a terem um pensamento mais flexível e também mais criativo sobre as formas de resistência e alternativas a criar para resolver os seus problemas.

Concluiu-se, portanto, que os mercados ainda não realizam totalmente o seu potencial transformador, satisfazendo no presente apenas algumas das necessidades de bem-estar e de convívio e geração de renda de pouco impacto económico. Por outro lado, os mercados têm constituído uma escola popular em que tópicos como economias solidárias, moedas sociais, organização e gestão de redes de produção, armazenagem e negociação são assuntos dominados por todas as pessoas que integraram e reinterpretaram todos estes conceitos operacionalizando-os na sua realidade concreta. Se por um lado há um longo caminho a percorrer, muitas aprendizagens e muitos resultados têm sido obtidos ao longo de toda esta experiência. O muito que a AJP já fez mostra essencialmente o muito que a AJP terá ainda a fazer.

A partir da análise realizada, concluo que há uma comunidade local com uma capacidade participativa assinalável e que produzem e trocam numa rede local que permite a sustentabilidade e a continuidade dos mercados e suscita a abertura de um mercearia solidária no território para reforçar e consolidar os circuitos de economia de proximidade e solidária já existentes.

É minha convicção que a forma pela qual se previne e combate a pobreza e a exclusão social é acima de tudo através de um acesso igual à participação, aos recursos e a uma visão não-capitalista da riqueza e da sua redistribuição.

As questões sobre o que se pretende a curto e a longo prazo, o que entendemos como concreto e utopia, fizeram-me reflectir sobre a sustentabilidade e viabilidade de alternativas solidárias como estas. Acredito que a economia solidária ajude a criar novas oportunidades de acesso e de satisfação de necessidades ajudando a erradicar desigualdades e disseminando valores como o da solidariedade. A sua sustentabilidade assenta, acima de tudo, no imperativo de se fomentar o respeito, a justiça e a paz entre todas as pessoas. A economia solidária mostra-nos que é possível a construção de uma outra sociedade mais igualitária apesar do longo caminho que ainda temos pela frente. Contudo, alternativas como os mercados solidários da Granja do Ulmeiro e a mercearia 'Pirilampa' da AJP fazem-me acreditar que a utopia se pode transformar numa realidade, sendo para tal necessário ambicionar e experimentar essas alternativas. Assim, precisa-se de ir dando os nós para se fazer uma rede sólida, em que várias pessoas e grupos participam e em que a partilha, solidariedade, troca de bens/serviços e conhecimentos seja constante e nos ajude a viver melhora e mais felizes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARO, Rogério Roque (2009). «Desenvolvimento Local», in Cattani, Antonio David *et al.* (coord.) (2009), *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina, 108-113.
- CATTANI, Antonio David (2009). «Construindo a Outra Economia», in Cattani, Antonio David *et al.* (coord.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina, 7-8.
- CATTANI, Antonio David (2009). «Utopia», in Cattani, Antonio David *et al.* (coord.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina, 328-333.
- CMS (2006). *Carta Educativa do Concelho de Soure*. Soure: Câmara Municipal de Soure.
- CUNHA, Teresa (2008). «Introdução: Uma reflexão caminhante sobre espaços e conceitos de participação das mulheres na sociedade portuguesa», in Cunha, Teresa e Celina Santos (org.) (2008). *Artigo Feminino: das Raízes da Participação*, 25-40.
- ESPLEN, Emily e BRODY, Alyson (2007). «Putting Gender Back in the Picture: Rethinking Women's Economic Empowerment». *Report prepared at the request of the Swedish International Development Cooperation Agency*. Bridge, Development and Gender, No 19. Disponível em: http://www.bridge.ids.ac.uk/reports/BB19_Economic_Empowerment.pdf, acessado em 16/07/2009.
- FERREIRA, Virgínia (2000). «A globalização das políticas de igualdade entre os sexos: do reformismo social ao reformismo estatal», *Ex aequo – Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres* 2/3. Lisboa: APEM/Celta Editora, 13-42.
- FERREIRA, Sílvia (2009). «A invenção estratégica do terceiro sector como estrutura de observação mútua: Uma abordagem histórico-conceptual», *Revista Crítica de Ciências Sociais* 84 (Março), 169-192.
- FLESCHENBERG, Andrea (2008). «Women's political citizenship – empowerment, representation, and gender democracy. A review of key conceptions and challenges», in Cunha, Teresa e Celina Santos (org.) (2008), *Artigo Feminino: das Raízes da Participação*, 129-140.
- FONTES, Breno e PORTUGAL, Sílvia (2009). «Redes Sociais», in Cattani, Antonio David *et al.* (coord.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina, 284-288.
- GAIGER, Luiz Inácio (2009). «Antecedentes e expressões atuais da economia solidária», *Revista Crítica de Ciências Sociais* 84 (Março), 81-99.
- GREFFE, Xavier (2009). «Le rôle de l'économie sociale dans le développement local», In Noya, Antonella e Emma Clarence (orgs.), *Pour une Économie sociale: Créer de la richesse par l'intégration sociale*. Paris: Ed. Economica, 95-127.
- HESPANHA, Pedro (2009). «Da expansão dos mercados à metamorfose das economias populares». *Revista Crítica de Ciências Sociais* 84 (Março), 49-63.
- INE (2001). *Recenseamento Geral da População*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2006). *Anuário Estatístico da Região Centro – 2005*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

- INE (2008). *Anuário Estatístico da Região Centro – 2007*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Journal Le Nouveau Macadam (2005). *Le boom des épiceries sociales*. N.º 29, 1-5.
- LAVILLE, Jean-Louis (2009). «A economia solidária: Um movimento internacional». *Revista Crítica de Ciências Sociais* 84 (Março 2009), 7-47.
- LAVILLE, Jean-Louis (2009). «Solidariedade», in Cattani, Antonio David *et al.* (coord.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina, 310-314.
- LAVILLE, Jean-Louis (2007). *L'économie solidaire : une perspective internationale*. Paris: Hachette Littératures.
- LAVILLE, Jean-Louis e INÁCIO, Luiz Gaiger (2009). «Economia Solidária.» In Cattani, Antonio David *et al.* (coord.) (2009), *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina, 162-168.
- LISTER, Marjorie (2005). «Gender and European Union Development Policy», *EUSA Annual Conference*. Disponível em: http://aei.pitt.edu/3308/02/sent_June_'05_EU-SANew_article.doc, acessado em 16/07/2009.
- LOPES, Mónica (2008). «O papel das organizações do terceiro sector na promoção da igualdade entre mulheres e homens – que efectividade?» *Vez e Voz – Animar* 3, Dezembro, 35-49. Disponível em: http://www.animar-dl.pt/gestao/upload/vezvoz/files/20090605_54_VEZEVOZIII.pdf, acessado em 10/04/2010.
- MANCE, Euclides André (2009). «Redes de Colaboração Solidária», In Cattani, Antonio David *et al.* (coord.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina, 278-283.
- MELO, Alberto (2004). «Acção local dos cidadãos como meio de resistência à nova vaga de colonização global: O caso da Associação In Loco no Sul de Portugal», In Santos, Boaventura de Sousa (org.), *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Porto: Edições Afrontamento, 373-407.
- NAMORADO, Rui (2009). «Para uma economia solidária – a partir do caso português», *Revista Crítica de Ciências Sociais* 84 (Março), 65-80.
- OXAAL, Zoe and Sally Baden (1997). «Gender and empowerment: definitions, approaches and implications for policy», Briefing prepared for the Swedish International Development Cooperation Agency. Bridge: Development-Gender, No 40. Disponível em: <http://www.bridge.ids.ac.uk/reports/re40c.pdf>, acessado em 20/11/2009.
- PORTUGAL, Sílvia (2007). «Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica», *Oficina do CES* 271 (Março). Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/271/271.pdf>, acessado em 15/02/2010.
- SANTOS, Boaventura de Sousa e RODRÍGUEZ, César (2004). «Introdução: para ampliar o cânone da produção», In Santos, Boaventura de Sousa (org.), *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Porto: Edições Afrontamento, 21-66.
- SANTOS, José Hipólito (2003). *O desenvolvimento e a mulher*. Lisboa: Edição SEIES.

BIOGRAFIAS DOS AUTORES/AS

Alberto Melo nasceu em Lisboa, em 1941. Licenciatura em Direito e Pós-Graduação em Educação de Adultos. Experiência profissional distribuída por três sectores principais (Administração Pública, Universidade e Movimento Associativo) e em três países (França, Inglaterra e Portugal).

Tem sido consultor de vários organismos internacionais, como OCDE, UNESCO, BIT, Conselho da Europa, UNCTAD, Comissão Europeia.

Foi docente e investigador na Open University, Universidade Paris IX – Dauphine, Universidade de Southampton, Universidade do Algarve. Co-fundador e Presidente de Direcção da Associação In Loco e da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Local – ANIMAR. Coordenador do Grupo de Missão que concebeu as medidas hoje integradas na Iniciativa Novas Oportunidades. Animador de Redes Temáticas EQUAL sobre Economia Social.

Principais centros de interesse, de hoje e de sempre: Cidadania Activa, Democracia Participativa, Desenvolvimento Local, Educação de Adultos.

Denise Leite é docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.

É pesquisadora Nível 1, CNPq. Coordena Grupo de Pesquisa Inovação e Avaliação na Universidade (<http://www.ufrgs.br/inov>), certificado pelo CNPq-UFRGS. Tem desenvolvido pesquisas interinstitucionais e internacionais em parceria com pesquisadores de universidades do Brasil, Uruguai, Argentina, Chile e Portugal e autora de vários livros e trabalhos académicos publicados em vários países do mundo.

Seus temas de interesse em investigação são inovação, avaliação participativa, educação superior.

José Castro Caldas é Doutorado em Economia pelo ISCTE. Actualmente é investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Anteriormente foi professor de Economia no ISCTE. Os seus principais interesses de investigação actuais incluem a deli-

beração individual e colectiva, a economia institucionalista e a história da economia. É autor de *Escolha e Instituições – Análise Económica e Simulação Multiagentes* (Celta, 2001) e co-autor (com Francisco Louçã) de *Economia(s)* (Porto: Afrontamento, 2009).

Bio-agrafado

Chamo-me José João Marques Rodrigues. Habito o meu corpo há 53 anos. Diariamente, se não me engano.

Gosto de me designar «artesão social», porque corresponde à maneira como tenho intervindo na sociedade: com o que tenho à mão, artesanalmente.

Com outros, tenho tentado possibilitar utopias que, como tal, têm contribuído para conjugar diversos tempos e modos de viver.

Navegando pela filosofia, teatro, animação e desenvolvimento local foram vários os cais onde saboreei saberes, fazeres e sabores: da passagem pela Filosofia da FLUC ao Curso de Agente de Desenvolvimento da CCDR; do CITAC ao TEUC; da ADRUSE (Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela) ao GAF (Grupo Aprender em Festa), do César de Oliveira ao António Cardoso Ferreira...

Hoje, vou tentando combinar os saís da Casa do Sal da Figueira da Foz/Salina Eiras Larga e as cores verdes do AgriCabaz, com desafios vindos de gente que também vem de longe: do Júlio Ricardo da Cooperativa Terra Chã para formador do Curso de Salinicultura da Cooperativa Terra Chã; do Rui d' Épiney para integrar o Movimento da Democracia Participativa e, neste caso, da Teresa Amal como «espectador» da Democracia.

Miguel Augusto Meneses Mesquita nasceu em Coimbra no ano de 1951. Licenciou-se em Medicina no ano de 1976, tendo-se especializado em Medicina Geral e Familiar. Exerce a sua actividade profissional na Unidade de Saúde Familiar Cruz de Celas em Coimbra. Desde há vários anos que tem como principal hobbie a fotografia.

Nelson Dias é licenciado em Sociologia e Mestre em Planeamento e Avaliação de Processos de Desenvolvimento, ambos pelo ISCTE. Formação complementar em «metodologias participativas» e «planeamento estratégico».

Presidente da Direcção da Associação In Loco, desde 2009. Membro do Conselho Directivo do CES-Lisboa (Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra). Vice-Presidente do Conselho Estratégico Nacional do Artesanato da AIP-CE.

Consultor do Governo da República de Cabo Verde e da Organização das Nações Unidas para a implementação do Orçamento Participativo naquele país, desde 2007. Tem prestado consultoria a diferentes autarquias em Portugal para a implementação de processos de Orçamento Participativo, como é o caso das Câmaras Municipais de Lisboa, Cascais e Vila Verde. Coordenou o Projecto Orçamento Participativo Portugal (2008-2009). Consultor da Câmara Municipal de Lisboa para concepção, implementação e avaliação do Programa «Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP).

Exerceu as funções de docente convidado na Universidade do Algarve (Licenciatura em Sociologia) e na Universidade de Sevilha (Curso de Mestrado de Educación de Personas

Adultas y Acción Comunitaria). Docente convidado do Mestrado em Educação de Adultos e Desenvolvimento Local, da Escola Superior de Educação de Coimbra – 2009-2010 e 2010-2011.

Autor de livros e artigos, com destaque para «Dar Rosto à Intervenção – Animadores Locais de Desenvolvimento» (1999), «Novo Experimentalismo Democrático – o caso do Orçamento Participativo de Guaraciaba/Santa Catarina (Brasil)» (2006), «Orçamento Participativo – Animação Cidadã para a Participação Política» (2008), «Uma outra democracia é possível? O caso do Orçamento Participativo», entre outros.

Formador em Planeamento e Avaliação de Projectos (em Portugal, Moçambique e Cabo Verde) (2005-07). Consultor e formador de Redes Sociais (Faro, São Brás de Alportel, Sines, Grândola...) (2002-07).

Elemento da Equipa de Missão para a Terceira Travessia do Tejo responsável pelo domínio da Avaliação Preliminar de Impactos Sociais (Instituto de Estradas de Portugal e Ministério do Equipamento Social – 2001 e 2002).

Priscila Soares, nascida no Minho, transplantou-se para o Algarve em 1985: veio lançar com Alberto Melo e Amélia Muge o Projecto Radial, na origem da Associação In Loco. Da Universidade do Minho, da formação pedagógica de futuros e futuras docentes, passou à intervenção comunitária e desenvolvimento local na Serra do Caldeirão, onde continua a trabalhar. De tudo tem feito, da formação profissional e apoio à criação de microempresas por mulheres à valorização de produtos da transformação agroalimentar artesanal, passando pela criação, formação e enquadramento de uma rede de técnicos e técnicas de animação local – aprendendo cada dia o que faz falta para desenhar um caminho e seguir em frente. Um caminho povoado de pessoas, de muita, muita gente.

Raquel Simões de Azevedo, natural de Montemor-o-Velho, nasceu em Coimbra em 1987. Licenciada e mestre em Sociologia pela FLUP e FEUC, respectivamente. Durante o mestrado estagiou na AJPaz tendo redigido o relatório «*O papel das redes locais nas economias solidárias – O caso dos mercados solidários da Granja do Ulmeiro*». Trabalha actualmente na área da coordenação de projectos e de formação para o voluntariado. As suas principais áreas de interesse são: solidariedade, justiça, género, economia solidária e desenvolvimento local.

Sandra Silvestre é licenciada em Relações Internacionais pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; frequentou vários cursos de formação avançada no Conselho da Europa, no Centro de Teatro da/o Oprimida/o do Rio de Janeiro e especializou-se em Cooperação para o Desenvolvimento pelo Instituto nacional de Administração de Portugal. É formadora especializada em Educação para os Direitos Humanos e Igualdade entre Mulheres e Homens tendo regido vários cursos em escolas profissionais e centros de formação.

É dirigente associativa da AJP, coordenou diversos projectos de intervenção comunitária e é autora e co-autora de várias publicações das quais se destaca o livro 'Somos Diferentes, Somos Iguais. Diversidade, cidadania e educação'. Desenvolve ainda projectos

de Teatro da/o Oprimida/o com a movimentos feministas e associações educativas. Desde Setembro de 2010 exerceu funções de assessora parlamentar no Bloco de Esquerda.

Sara Rita Neto Rocha é licenciada em Economia pela Universidade Nova de Lisboa, Mestre em Economia e Políticas de Desenvolvimento pela Universidade de Reading, Inglaterra. Foi jornalista na revista Economia Pura e consultora. Trabalha actualmente na área de gestão financeira do Bloco de Esquerda. É activista da ATTAC Portugal.

Teresa Cruz e Silva é investigadora e Professora Associada da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) desde 1976, licenciada em História, com pós-graduação em Estudos do Desenvolvimento na UEM e Doutoramento em Ciências Sociais (área de história social) pela Universidade de Bradford, Reino Unido

As suas áreas de investigação e intervenção social estão relacionadas com a História Social de Moçambique, nos âmbitos do nacionalismo, movimentos de libertação, juventude, religião, sociedade moçambicana pós-colonialismo e identidades e redes sociais, sendo autora de diversos livros e artigos científicos relacionados.

É membro e investigadora associada da WLSA Moçambique e membro da CODESRIA – Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África, onde já exerceu cargos directivos e executivos.

Teresa Cunha é investigadora na área dos pós-colonialismo e feminismos e tem trabalhos publicados em vários países dos quais se destacam os livros: *Timor-Leste. Crónica da observação da coragem*, *Vozes das mulheres de Timor-Leste* e *Sete mulheres de Timor – Feto Timor nain hitu*. É co-editora da revista feminista *art.º ♀* premiada pelo *Ano Europeu para a Igualdade de Oportunidades* e *Human Rights Education Associates* em 2007. Doutorada em sociologia pela Universidade de Coimbra com uma tese intitulada *Para além de um Índico de desesperos e revoltas. Uma análise feminista pós-colonial das estratégias de autoridade e poder das mulheres de Moçambique e Timor-Leste*. É formadora sénior e perita do Conselho da Europa e professora na Escola Superior de Educação de Coimbra.